



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
DOUTORADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**JESSÉ ANDRADE SANTA BRÍGIDA**

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E RELAÇÕES DE PODER NA IMPRENSA  
DE VIGIA, PARÁ, NO SÉCULO XIX:  
O Liberal da Vigia, O Espelho e Cidade Da Vigia

BELÉM- PARÁ

2023

JESSÉ ANDRADE SANTA BRÍGIDA

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E RELAÇÕES DE PODER NA IMPRENSA  
DE VIGIA, PARÁ, NO SÉCULO XIX:  
O Liberal da Vigia, O Espelho e Cidade Da Vigia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal  
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutor em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicacionais e  
Midiatização na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Netília Silva dos Anjos Seixas.

BELÉM-PARÁ  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S231e Santa Brígida, Jessé Andrade.  
Estratégias Discursivas e Relações de Poder na Imprensa de  
Vigia, Pará, no Século XIX : O Liberal da Vigia, O Espelho e  
Cidade da Vigia / Jessé Andrade Santa Brígida. — 2023.  
185 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Netília Silva dos Anjos Seixas  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém, 2023.

1. Estratégias discursivas. 2. Relações de poder . 3.  
Imprensa . 4. Vigia (PA). 5. Século XIX. I. Título.

CDD 070.17

---



## Defesa de Tese

### Ata de Desempenho Discente

Ao **primeiro dia** do mês de **novembro** de **dois mil e vinte e três**, às **quinze horas**, foi realizada de forma híbrida, sendo presencial, na sala 02, e por videoconferência administrada pelo **Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM)** da Universidade Federal do Pará (UFPA), a **Defesa de Tese** de **Jessé Andrade Santa Brígida**, discente do curso de Doutorado, cujo trabalho intitula-se: **ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E RELAÇÕES DE PODER NA IMPRENSA EM VIGIA, PARÁ, NO SÉCULO XIX: O Liberal da Vigia, O Espelho e Cidade da Vigia**. A Comissão Examinadora, constituída pelas docentes **Netília Silva dos Anjos Seixas** (PPGCOM-UFPA), **Marialva Carlos Barbosa** (PPGCOM-UFRJ), **Magda Maria de Oliveira Ricci** (PPHIST-UFPA), **Ivânia dos Santos Neves** (PPGL-UFPA) e **Danila Gentil Rodriguez Cal Lage** (PPGCOM UFPA), emitiu o seguinte parecer:

A banca destaca a qualidade do trabalho, em especial o rigor metodológico, a pesquisa empírica e a construção analítica. A tese contribui significativamente com a história da mídia no Brasil, com enfoque na Amazônia, constituindo-se numa referência para os estudos históricos na área da Comunicação.

---

#### Resultado final:

- Aprovado sem alterações     condicionado a pequenas alterações  
 Aprovado mediante reformulação sob a responsabilidade do aluno e do orientador  
 Reprovado

#### Outros comentários:

- Louvor  
 Indicação para publicação

Eu, **Netília Silva dos Anjos Seixas**, orientadora e presidente da Comissão, lavrei a presente ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NETÍLIA SILVA DOS ANJOS SEIXAS  
Data: 03/11/2023 18:25:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Netília Silva dos Anjos Seixas (Orientadora – PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARIALVA CARLOS BARBOSA  
Data: 04/11/2023 17:48:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marialva Carlos Barbosa (Avaliadora Externa – PPGCOM-UFRJ)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA



Documento assinado digitalmente

**MAGDA MARIA DE OLIVEIRA RICCI**

Data: 09/11/2023 06:22:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci (Avaliadora Externa – PPHIST-UFPA)



Documento assinado digitalmente

**IVANIA DOS SANTOS NEVES**

Data: 10/11/2023 05:46:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivânia dos Santos Neves (Avaliadora Externa – PPGL-UFPA)



Documento assinado digitalmente

**DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE**

Data: 09/11/2023 09:53:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danila Gentil Rodriguez Cal Lage (Avaliadora Interna – PPGCOM-UFPA)

Dedico este breve momento a Maria Nilza e Antônio Santa Brígida, Guilhermina e Mariano Aviz Andrade (in memoriam), Ibiapina e Cândido Santa Brígida (in memoriam). Parte do que sou, do que desejo ser e do que um dia continuará a existir, mesmo quando não estiver mais aqui.

## AGRADECIMENTOS

Ao começar a redigir estas palavras, encontro-me diante de uma página em branco, incerto sobre o que agradecer. Escrever esses pensamentos neste papel me auxilia a expressar minha gratidão por estar vivo e por ter chegado até este ponto. Sim, estou vivo. Conseguir sobreviver à pandemia da Covid-19.

A maior fonte de inspiração para o tema desta tese é, sem dúvida, minha infância. Esse período especial foi vivido na cidade de Primavera, local de origem da minha família, situada a 189 km de Belém. A infância é um espaço distante em minhas memórias, mas ao mesmo tempo, tornou-se um lugar muito recente em minha vida.

Quero prestar uma homenagem ao meu avô, Cândido Santa Brígida, e à minha avó, Guilhermina de Aviz Andrade. Também desejo lembrar Mariano Aviz Andrade, que nos deixou pouco antes do início da minha graduação e honrar a memória de Ibiapina Santa Brígida, minha tão amada “vó Bela”.

Meus avós foram e continuam sendo pessoas amadas, verdadeiros exemplos de vida e de luta. Cada um deles tinha suas particularidades, alguns mais desafiadores de lidar, outros mais amorosos e tranquilos. A maturidade, no entanto, nos ensina que cada personalidade foi moldada pela trajetória de uma vida marcada por privações e preocupações.

Quero dedicar esta tese a eles, em especial à minha avó Guilhermina, que nos deixou durante o auge da segunda onda da pandemia de Covid-19. Lembro-me vividamente do nosso último encontro, quando nossos olhares se encontraram, e pude sentir um amor imenso e que ressoam no momento da escrita desses agradecimentos.

Nesse mesmo período, em menos de um dia antes, perdi meus tios Manoel Aviz Andrade e Maria de Lurdes Andrade, que se somaram às vítimas da Covid-19 no Brasil. Mas aqui, para mim, eles são mais do que números; são nomes, afetos, memórias e parte do meu senso de pertencimento.

E agradeço com todas as minhas forças que depois dessa tempestade que foi a pandemia, ter ao meu lado meus pais Maria Nilza e Antônio Santa Brígida é uma dádiva sem tamanho, que largaram tudo em Primavera para ficarmos juntos em quarentena. Vocês são e sempre serão os grandes amores da minha vida, meus esteios, meus portos seguros, faróis que dizem: “somos a sua casa, seu lar, o lugar para voltar”. Graças a vocês dois pude realizar esse sonho que é chegar e concluir esse doutorado.

Agradeço do fundo do meu coração às minhas irmãs, Jessica e Denise Santa Brígida. Vocês têm sido uma presença constante e fundamental em minha jornada, sempre ao meu lado como pilares inabaláveis. Vocês são meus ouvidos quando preciso desabafar, minhas amigas de vida e sangue, compartilhando não apenas o DNA, mas também os sonhos e as conquistas.

Ao meu amor, Hilton Galvão, quero expressar minha profunda gratidão por sua presença constante em minha vida. Você não apenas permaneceu ao meu lado, mas também suportou meus piores momentos. Você é um homem incrível, meu parceiro em todas as esferas da vida. Foi você quem me abraçou na minha primeira crise de ansiedade e esteve presente quando enfrentei o luto pela partida da minha avó.

Quero expressar minha gratidão aos amigos que ganhei durante a graduação: Dienes Marciel, Layze Machado e Marcio Dias. Esses são amigos que a UFPA me proporcionou, e que continuam ao meu lado até hoje.

Cada um deles está envolvido em suas próprias atividades, mas estamos sempre prontos para ajudar uns aos outros quando necessário. Quero destacar o carinho demonstrado por Dienes Marciel, que criou a elaboração gráfica da capa desta tese.

Há uma pessoa que desempenhou um papel fundamental em toda esta jornada. Essa pessoa é Sérgio Espírito Santo, um colega da graduação e do mestrado. Hoje, ele é meu

ombro amigo em muitas horas de desespero enquanto eu trabalhava na elaboração desta tese. Sérgio e eu compartilhamos angústias, incertezas, dificuldades e ansiedades ao longo do caminho. Mesmo estando em cidades diferentes, passamos horas ao telefone, conversando e desabafando sobre as experiências durante a pesquisa. Outro amigo importante que merece ser destacado é Hans Costa. Ele tem a sua maneira peculiar de demonstrar apoio, sempre esteve ao meu lado, proporcionando momentos de leveza quando necessário e, quando preciso, sendo firme e direto.

Agradeço ao meu amigo Arthur Neri, que dedicou seu tempo e habilidades para auxiliar na obtenção das imagens dos mapas que compõem este trabalho. Quero estender meus agradecimentos à minha aluna Ana Carolina Barboza, natural de Vigia, que contribuiu tirando as fotos da cidade que estão presentes neste trabalho. Além disso, foi ela quem me apresentou o trabalho de seu avô, Lucivaldo da Conceição, que em parceria com Jorge Barata, produziu a pintura que ilustra a capa desta tese.

Agradeço imensamente a Igor Soeiro, atual diretor da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto", por ter disponibilizado a digitalização dos jornais que fazem parte deste trabalho. Além disso, minha gratidão se estende a toda a equipe da "Cinco de Agosto" por seu espetacular trabalho de conservação de documentos e pelo processo de digitalização em andamento.

À equipe da Biblioteca Arthur Vianna, que sempre esteve pronta para esclarecer minhas dúvidas e me orientar na busca de documentos e microfimes, minha sincera gratidão. Essa parceria começou na graduação e continuou sendo fundamental nesta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer a toda a minha equipe de pesquisa do Grupo Vestígios, composta por Carlos, Anderson, Kelvin, Lázaro, Marlon, Paulo, Roberta, Rodrigo e Wanessa Alexandrino. Ainda do grupo, quero fazer um agradecimento especial ao meu querido Leonardo Rodrigues, que durante uma das atividades do projeto de pesquisa em parceria com o Museu da UFPA (MUFPA), descobriu mais edições d'*O Liberal da Vigia* na Coleção Vicente Salles.

Quero expressar minha profunda gratidão aos professores e técnicos da FACOM (Faculdade de Comunicação) e do PPGCOM (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) da Universidade Federal do Pará. Ao longo de mais de uma década, essa instituição foi minha casa. Peço desculpas aos outros, mas quero destacar duas professoras em especial. A primeira é a professora Célia Trindade Amorim, que me acompanhou desde a graduação e mostrou imenso carinho nos últimos meses. A segunda é a Professora Danila Cal, agradeço por sua escuta atenta, por suas ideias e sugestões, por sempre me acolher com um abraço e por ser uma presença tão acolhedora e iluminada.

Por último, mas certamente não menos importante, quero dedicar um agradecimento especial à minha orientadora, Netília Seixas. Ela é minha mãe acadêmica, alguém que chorou comigo em diversas ocasiões, que me ouviu, apoiou e esteve ao meu lado durante madrugadas intermináveis ao longo desses mais de dez anos em que nossos caminhos se cruzaram.

Netília Seixas não apenas me ensinou a ser um profissional, mas também me ensinou a ser mais humano, compreensivo e, quando necessário, rígido. Ela é uma pessoa admirável em todos os aspectos. Nós construímos uma relação de amizade profunda, compartilhando não apenas experiências acadêmicas, mas também nossas vidas. Minha orientadora para sempre.

Por fim, quero expressar minha gratidão à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me conceder uma bolsa durante os quatro anos de doutorado. Essa bolsa desempenhou um papel crucial ao auxiliar no custeio de parte dos meus gastos e proporcionar maior tranquilidade durante o período desafiador da pandemia.

## RESUMO

Esta pesquisa se concentra na análise da expansão da imprensa na região amazônica durante o século XIX, com destaque para a cidade de Vigia, no Pará. Os jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* servem como objetos empíricos para investigação. A pesquisa formulou o problema central de como esses periódicos se tornaram espaços de circulação das relações de poder na cidade de Vigia durante o século XIX, por meio das estratégias discursivas que adotavam em suas apresentações aos leitores. Os objetivos gerais incluíram a identificação das estratégias discursivas e ideais políticos e sociais promovidos pelos jornais de Vigia, a análise do papel desses periódicos na instalação e manutenção da imprensa na cidade, a investigação da circulação de discursos na cidade e a avaliação da importância dos jornais como meios de comunicação e sujeitos discursivos. A metodologia utilizada envolveu a análise de discurso de vertente francesa, dos periódicos, com ênfase na identificação das estratégias discursivas relacionadas à apresentação editorial e aos sentidos políticos e sociais propostos pelos jornais nas 83 edições disponíveis em acervos. Além disso, a pesquisa utilizou análise documental e bibliográfica para contextualizar o período estudado e a relevância dos periódicos da época. Os resultados revelaram que os jornais eram simples, frequentemente com entre duas e cinco colunas de texto, com diagramação criativa, considerando as limitações de recursos. O conteúdo dos periódicos variava, com destaque para a pauta política nos jornais *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*, alinhados ao Partido Liberal, que enfatizavam questões de educação e letramento. O *Cidade da Vigia*, ligado ao Partido Republicano, apresentava conteúdo administrativo devido ao número limitado de edições disponíveis, mas ainda refletia posturas políticas importantes. As estratégias discursivas adotadas pelos impressos estavam associadas à política e à religião, refletindo a relação dos habitantes de Vigia com questões católicas e propondo a ideia de civilidade que não ignorava a religião como parte fundamental da identidade do grupo social. *O Espelho* utilizava uma estratégia peculiar, alternando textos em prosa e verso para elevar o debate político para o campo das ideias, enquanto *O Liberal da Vigia* e o *Cidade da Vigia* destacava sua filiação a partidos políticos como meio de legitimar suas propostas. Embora não tenhamos encontrado uma defesa unificada da imprensa como instituição na cidade, os jornais desempenharam papéis importantes na circulação de discursos políticos e sociais, contribuindo para a consolidação do poder político na cidade. Os resultados indicam a necessidade de preservação e estudo desses periódicos, destacando seu papel na história da Amazônia e do Brasil. Essa pesquisa representa um primeiro passo para futuros estudos sobre jornais em outras cidades paraenses nos séculos XIX e XX.

**Palavras-chave:** Estratégias discursivas. Relações de poder. Imprensa. Vigia (PA). Século XIX.

## ABSTRACT

This research focuses on the analysis of the expansion of the press in the Amazon region during the 19th century, with a particular emphasis on the city of Vigia in Pará. The newspapers *O Liberal da Vigia*, *O Espelho*, and *Cidade da Vigia* serve as empirical objects for investigation. The research formulated the central problem of how these periodicals became spaces for the circulation of power relations in the city of Vigia during the 19th century, through the discursive strategies they adopted in their presentations to readers. The general objectives included identifying the discursive strategies and political and social ideals promoted by the newspapers of Vigia, analyzing the role of these periodicals in the establishment and maintenance of the press in the city, investigating the circulation of discourses in the city, and evaluating the importance of newspapers as means of communication and discursive subjects. The methodology used involved the analysis of French-oriented discourse in the periodicals, with an emphasis on identifying discursive strategies related to editorial presentation and the political and social meanings proposed by the newspapers in the 83 editions available in archives. Additionally, the research used documentary and bibliographic analysis to contextualize the period under study and the relevance of the periodicals of that time. The results revealed that the newspapers were simple, often with between two and five columns of text, with creative layout, considering resource limitations. The content of the periodicals varied, with a focus on political issues in *O Liberal da Vigia* and *O Espelho*, aligned with the Liberal Party, which emphasized education and literacy issues. *Cidade da Vigia*, linked to the Republican Party, presented administrative content due to the limited number of available editions, but still reflected important political stances. The discursive strategies adopted by the publications were associated with politics and religion, reflecting the relationship of the inhabitants of Vigia with Catholic issues and proposing the idea of civility that did not ignore religion as a fundamental part of the social group's identity. *O Espelho* used a peculiar strategy, alternating prose and verse texts to elevate political debate to the realm of ideas, while *O Liberal da Vigia* and *Cidade da Vigia* highlighted their affiliation with political parties as a means to legitimize their proposals. Although we did not find a unified defense of the press as an institution in the city, the newspapers played important roles in the circulation of political and social discourses, contributing to the consolidation of political power in the city. The results indicate the need for the preservation and study of these periodicals, highlighting their role in the history of the Amazon and Brazil. This research represents a first step for future studies on newspapers in other cities in Pará during the 19th and 20th centuries."

**Keywords:** Discursive strategies. Power relations. Press. Vigia (PA). 19th century.

## RESUMEN

Esta investigación se enfoca en el análisis de la expansión de la prensa en la región amazónica durante el siglo XIX, con énfasis en la ciudad de Vigia, en Pará. Los periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* y *Cidade da Vigia* sirven como objetos empíricos para la investigación. La investigación formuló el problema central de cómo estos periódicos se convirtieron en espacios de circulación de las relaciones de poder en la ciudad de Vigia durante el siglo XIX, a través de las estrategias discursivas que adoptaban en sus presentaciones a los lectores. Los objetivos generales incluyeron la identificación de las estrategias discursivas e ideales políticos y sociales promovidos por los periódicos de Vigia, el análisis del papel de estos periódicos en el establecimiento y mantenimiento de la prensa en la ciudad, la investigación de la circulación de discursos en la ciudad y la evaluación de la importancia de los periódicos como medios de comunicación y sujetos discursivos. La metodología utilizada implicó el análisis de discurso de corriente francesa de los periódicos, con énfasis en la identificación de las estrategias discursivas relacionadas con la presentación editorial y los sentidos políticos y sociales propuestos por los periódicos en las 83 ediciones disponibles en archivos. Además, la investigación utilizó análisis documental y bibliográfico para contextualizar el período estudiado y la relevancia de los periódicos de la época. Los resultados revelaron que los periódicos eran simples, a menudo con entre dos y cinco columnas de texto, con una maquetación creativa, considerando las limitaciones de recursos. El contenido de los periódicos variaba, destacando la agenda política en los periódicos *O Liberal da Vigia* y *O Espelho*, alineados con el Partido Liberal, que enfatizaban cuestiones de educación y alfabetización. *Cidade da Vigia*, vinculado al Partido Republicano, presentaba contenido administrativo debido al número limitado de ediciones disponibles, pero aún reflejaba posturas políticas importantes. Las estrategias discursivas adoptadas por los impresos estaban asociadas a la política y la religión, reflejando la relación de los habitantes de Vigia con cuestiones católicas y proponiendo la idea de civilidad que no ignoraba la religión como parte fundamental de la identidad del grupo social. *Espelho* utilizaba una estrategia peculiar, alternando textos en prosa y verso para elevar el debate político al campo de las ideas, mientras que *O Liberal da Vigia* y *Cidade da Vigia* destacaban su afiliación a partidos políticos como medio para legitimar sus propuestas. Aunque no encontramos una defensa unificada de la prensa como institución en la ciudad, los periódicos desempeñaron papeles importantes en la circulación de discursos políticos y sociales, contribuyendo a la consolidación del poder político en la ciudad. Los resultados indican la necesidad de preservar y estudiar estos periódicos, destacando su papel en la historia de la Amazonia y Brasil. Esta investigación representa un primer paso para futuros estudios sobre periódicos en otras ciudades de Pará en los siglos XIX y XX.

**Palabras clave:** Estrategias discursivas. Relaciones de poder. Prensa. Vigia (PA). Siglo XIX.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da Província do Grão-Pará no século XIX	50
Figura 2 - As cinco primeiras cidades da do Grão-Pará com jornais impressos	72
Figura 3 - Pórtico de entrada da cidade de Vigia, 2023	79
Figura 4 - Distância Belém-Vigia	80
Figura 5 - Cede da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”	81
Figura 6 - Fotogravura do largo da Igreja matriz (1902)	83
Figura 7 - Fotografia da Igreja matriz de Vigia	84
Figura 8 - Cultura da pesca em Vigia (1950)	86
Figura 9 - Embarcação construída pelos moradores da localidade (1965)	87
Figura 10 - Prédio do colégio Jesuíta no século XX	92
Figura 11 - Capa do Facebook da “Cinco de Agosto”	96
Figura 12 - <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 1, n.39, 21 mar. 1877, p.1	108
Figura 13 - Suplemento d’ <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 1, n. 41, 05 abr. 1877, p.5	114
Figura 14 - Arabescos do cabeçario do <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 1, n. 45, p. 1.	119
Figura 15 - <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 7, n. 38, 22 out. 1882, p.1	122
Figura 16 - Fonte gótica utilizada pelo periódico	123
Figura 17 - Seção Ephemerides	123
Figura 18 - Semelhança entre fontes	124
Figura 19 - Suplemento d’ <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 1, n. 44, 22 abr. 1877, p.4	127
Figura 20 - Anúncio d’ <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 7, n. 41, 12 nov. 1882, p.4	129
Figura 21 - Duas últimas páginas d’ <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 14, n. 8, 2 abr.	130

1889, p. 3-4

Figura 22 - Duas últimas páginas d' <i>O Liberal da Vigia</i> , ano 14, n. 8, 2 abr. 1889, p. 3-4	130
Figura 23 - Primeira edição d' <i>O Espelho</i> , ano 1, n. 1, 01 set. 1878, p.1	134
Figura 24 - Primeira página d' <i>O Espelho</i> , ano 1, n. 6, 06 out. 1878, p.1	143
Figura 25 - Mudanças na grafia d' <i>O Espelho</i> , ano 1, n. 18, 19 jan. 1879, p.1	146
Figura 26 - Mudanças do cabeçalho d' <i>O Espelho</i> , ano 1, n. 32, 11 mai. 1879, p.1	149
Figura 27 - <i>Cidade da Vigia</i> , ano 3, n. 18, 13 ago. 1893, p.1	153
Figura 28 - O nome do jornal	162
Figura 29 - Bandeira do Partido Republicano	163
Figura 30 - Comissão do Partido Republicano na cidade de Vigia	165
Figura 31 - Traços e adornos de divisão de textos	167
Figura 32 - Página de anúncios da <i>Cidade da Vigia</i>	168
Figura 33 – Primeira página do <i>Cidade da Vigia</i> , ano 3, n. 18, 13 ago. 1893, p.1	170

## **LISTA DE INFOGRÁFICOS**

Infográfico 1 - Linha cronológica da imprensa em Vigia no século XIX, 1852 a 1877	100
Infográfico 2 - Linha cronológica da imprensa em Vigia no século XIX, 1878 a 1886.	103
Infográfico 3 - Linha cronológica da imprensa em Vigia no século XIX, 1879 a 1900	105

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jornais disponíveis para consulta por acervos	21
Quadro 2 - Os primeiros jornais distantes de Belém no século XIX	73
Quadro 3 - Seções d' <i>O Liberal da Vigia</i> (1877-1889)	117
Quadro 4 - Seções d' <i>O Espelho</i> (1878-1889)	139
Quadro 5 - <i>Seções do Cidade da Vigia</i> (1890 e 1893)	160

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2. COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: CAMINHOS E INTERFACES...28</b>	<b>28</b>
2.1 Memória: lembrar juntos, pertencer ao grupo.....	28
2.2 Elaboração de memórias no ato de narrar, contar histórias.....	32
2.3 Pertencer: memória discursiva e dispositivos.....	36
2.4 Comunicação e discurso: o poder de transformação.....	41
<b>3. PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: PERCURSOS FORMATIVOS.....</b>	<b>48</b>
3.1 Território: construção, elaboração e discurso.....	48
3.2. Sociedade, política e mídia impressa no espaço do Grão Pará, antes da Independência.....	49
3.3 O início da imprensa no Grão-Pará.....	52
3.4 Pós-Independência, um novo cenário a ser desenhado.....	55
3.5 Um projeto de país, uma ruptura no poder.....	59
3.6 Política, região e imprensa: a Amazônia na segunda metade do século XIX.....	62
3.6.1 Partido Conservador e Partido Liberal na segunda metade do século XIX.....	64
3.6.2 Políticos liberais paraenses no debate regional.....	66
3.6.3 Mudanças na educação na província do Grão-Pará.....	68
3.6.4 A segunda metade do século XIX: a expansão da imprensa no Norte do Brasil, para além de Belém.....	70
<b>4. SEJAM BEM-VINDOS À VIGIA DE NAZARÉ.....</b>	<b>79</b>
4.1 Vigia de Nazaré: uma breve história dos encontros e desencontros da cidade....	82
4.2 A cidade da Vigia no século XIX.....	85
4.3 Educação e sociedade letrada na Vigia do século XIX: dos jesuítas a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”.....	91
4.4 Os jornais da cidade Vigia: panorama dos vestígios.....	98
<b>5. O LIBERAL DA VIGIA: UM GRUPO INTELECTUAL EM MOVIMENTO.....</b>	<b>107</b>
5.1 O Liberal da Vigia: um grupo intelectual em movimento.....	107
5.2 Vestígios de uma posição: O Liberal da Vigia fragmentado.....	110
5.3 Dos aspectos gerais à comercialização: consolidando uma imagem.....	113
5.4 Do conteúdo d’O Liberal da Vigia.....	116
5.5 Os aspectos gráficos: ligações discursivas e sentidos emergentes.....	118
5.6 Os redatores: uma memória entrelaçada.....	131
<b>6. O ESPELHO: OBJETO FEMININO DE INTERESSE GERAL, JOCOSO, LITERÁRIO E ÁCIDO.....</b>	<b>133</b>
6.1 A visão geral d’O Espelho.....	133
6.2 O reflexo d’O Espelho: um conteúdo ácido.....	139
6.3 A moldura d’O Espelho: aspectos gráficos.....	142
6.4 Um novo reflexo: a mesma acidez.....	150
<b>7. CIDADE DA VIGIA: ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO REPUBLICANO.....</b>	<b>152</b>
7.1. Um panorama inicial da Cidade.....	152
7.1.1 Moura Palha e Cidade da Vigia: uma página de memórias.....	154
7.2 Aspectos de conteúdo.....	159
7.3 Aspectos gerais do Cidade da Vigia: os vestígios de memórias nas páginas.....	162
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>179</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, analisamos a memória e história da expansão da imprensa na região amazônica durante o século XIX, com ênfase na cidade de Vigia, localizada no nordeste do estado do Pará. Os objetos empíricos desta pesquisa são os periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia*, jornais que difundiram estratégias discursivas que nos permitiram acessar vestígios das relações de poder fora do eixo da capital, Belém, no século XIX, durante o período em que a imprensa estava se expandindo para as regiões mais internas do estado (1851 – 1900). Os jornais foram selecionados por terem sido produzidos na cidade de Vigia, pioneira no Pará na produção e circulação de materiais impressos fora da capital. Essa cidade teve um papel fundamental em questões culturais, econômicas, sociais e políticas no estado (Soeiro, 2012).

Defendemos a tese de que, na segunda metade do século XIX, os jornais da cidade de Vigia promoveram estratégias discursivas relacionadas às relações de poder, visando fortalecer a implementação e a manutenção da imprensa na cidade. Além disso, esses periódicos também buscaram propor sentidos a respeito de questões partidárias e sociais na localidade.

Esta pesquisa busca contribuir para o enriquecimento da memória da imprensa nacional e paraense, que em 2023 completou 215 anos, com a fundação de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, e 201 anos do início da atividade do jornal *O Paraense*, respectivamente. A tese se baseia nas estratégias discursivas da mídia impressa, permitindo a análise das relações de poder da mídia paraense na segunda metade do século XIX. Nos meios de comunicação, os processos comunicacionais se materializam em documentos e monumentos e deixam vestígios no tempo e no espaço, resultando na criação de documentos memoráveis. Portanto, os jornais analisados nesta pesquisa constituem objetos empíricos que proporcionam um acesso parcial a essas memórias e processos. A pesquisa, por sua vez, contribui para enriquecer os estudos sobre a história da imprensa no Pará e no Brasil.

José Periclés Diniz Bahia (2009, p. 15-16), em *Ser Baiano na medida do recôncavo: o jornalismo regional como elemento formador de Identidade*, posiciona-se a respeito da imprensa como sendo ela um dos mais

[...] eficazes instrumentos na tarefa de difundir e aprofundar o conhecimento das realidades sócio-políticas e culturais de uma nação ou região. Nos periódicos impressos é possível encontrar temas e problemas mais caros e urgentes para dado período histórico [...]. Não se trata somente de registro histórico ou de apresentação de temas para o aprofundamento de discussões de cunho sociológico ou antropológico, mas da apresentação de projetos e

propostas ideológica e historicamente situadas, através de debates vivos de testemunhos e de ações, de tradição, eventos e práticas consolidadas, de defesas de posições individuais ou de uma categoria inteira.

Para compreender a dinâmica social em que os periódicos participam, não podemos mais limitar a imprensa como um mero instrumento material. Ela é, na verdade, um sujeito ativo e ativado nas relações sociais.

Para entender melhor essa característica, podemos recorrer aos postulados de midiatização de Fausto Neto (2014) e dispositivo de Luiz Braga (2010). Dentro da seara de midiatização, a imprensa é o meio onde os sujeitos atuam diretamente e ela atua, da mesma forma, nos sujeitos, um circuito que se retroalimenta de forma contínua, propondo e sendo proposta constantemente.

Já como dispositivo, a imprensa é composta por elementos variados que atuam de forma integrada, podendo permitir ou não a emergência de discursos de determinada natureza. Nesse último caso, a própria memória é um desses elementos presentes nos jornais impressos, que pode ou não ser acionada a partir dos discursos que são colocados em circulação. É importante destacar que a memória pode ser observada de várias formas, e nos interessa principalmente duas delas: sua atuação como discurso e seu papel documental.

Quando o jornal descreve eventos do cotidiano de uma pessoa ou localidade, ele perpetua vestígios que transcendem sua própria época, alcançando sujeitos históricos de diferentes temporalidades. Esses vestígios se somam aos novos processos comunicacionais no presente, atualizando ou gerando novos discursos.

Por esse motivo, é interessante destacar a observação feita por Bahia (2009) em relação à imprensa como um sujeito vivo e dinâmico, imerso em possibilidades e discursos em constante (re)construção, que se alimenta e é alimentado pelo cotidiano dos sujeitos sociais. Dessa forma, o jornalismo se configura como um importante ator nos processos comunicacionais, que tanto se deixa transformar pelos outros sujeitos como transforma esses mesmos sujeitos, em um processo complexo e contínuo de midiatização (Fausto Neto, 2014).

No entanto, ao destacar a defesa de posições individuais e de categorias pela imprensa, Bahia aponta para o fato de que os textos jornalísticos não são meramente informativos, mas sim veículos de visões ideológicas. Essas posições são expressas por meio de discursos que buscam alcançar objetivos específicos, utilizando elementos discursivos que se mostram documentáveis em jornais impressos. Essa documentabilidade permite que esses discursos dialoguem com outras temporalidades e espaços, permitindo que sentidos emergentes possam ser observados.

A partir dessas considerações e incursões teórico-metodológicas, apresentamos a seguinte pergunta de partida: Como os periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* foram espaços de circulação de relações de poder vigentes na cidade de Vigia, na segunda metade do século XIX, por meio das estratégias discursivas em suas apresentações ao público leitor?

Dessa forma, o objetivo geral foi analisar como os periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* se constituíram em espaços de circulação de relações de poder vigentes na cidade de Vigia, na segunda metade do século XIX, por meio das estratégias discursivas presentes em suas apresentações ao público leitor.

Como objetivos específicos, buscamos:

- a) identificar as estratégias discursivas e ideais políticos e sociais promovidos pelos jornais da cidade de Vigia durante a segunda metade do século XIX;
- b) analisar o papel dos jornais na instalação e manutenção da imprensa em Vigia;
- c) investigar como os jornais colocaram em circulação discursos na cidade; e
- d) avaliar a importância dos jornais como meios de comunicação e sujeitos discursivos na constituição de discursos na segunda metade do século XIX em uma cidade afastada de Belém.

A pesquisa realizou a análise de discurso dos jornais selecionados, com ênfase na identificação das estratégias discursivas a respeito da apresentação editorial dos jornais observados os sentidos políticos e sociais propostos pelos periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia*. Também foi utilizado análise documental (CELLAD, 2012) na etapa inicial do estudo para contextualizar o período pesquisado e a relevância dos jornais na época.

Entendemos as estratégias discursivas como enunciados (Foucault, 2008) encontrados no processo enunciativo dos discursos, que organizam as informações presentes no texto verbal, não-verbal e na arquitetura e disposição das informações apresentadas ao leitor. Elas são práticas utilizadas durante atos de comunicação que partem do enunciador. Essas estratégias são construídas ou acionadas dentro de uma lógica de dispositivos, conforme discutido por Michel Foucault (2014) e Braga (2010). Essas estratégias permitem observar os sentidos propostos na enunciação, identificar o enunciador e parte dos destinatários.

Após realizarmos um levantamento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - Brasil (*on-line*), na Biblioteca Pública Arthur Vianna (Belém), no Museu da UFPA (Belém) e na Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” (Vigia), foi possível montar o

Quadro 1 com as 83 edições encontradas, disponíveis para consulta e que compõem o *corpus* desta pesquisa. Apenas uma edição de *O Espelho* está presente em dois acervos.

Quadro 1 - Jornais de Vigia do século XIX disponíveis para consulta por acervos.

<i>Acervo</i>	<i>Jornal</i>	<i>Exemplares disponíveis</i>	<i>Período disponível</i>
<i>Biblioteca Arthur Vianna e Hemeroteca Digital</i>	O Liberal da Vigia	4	22 out. 1882 a 12 de nov. 1882 (ano 7, n. 38 a 41).
	O Espelho	1	19 jan. 1879 (ano 1. n. 18)
	Cidade da Vigia	2	06 jul. 1890 e 13 jun. 1893 (n. 16, ano 1 - n. 18, ano 3)
<i>Museu da UFPA</i>	O Liberal da Vigia	6	10 mar. a 07 abr. e 21 abr. 1889 (ano 16, n. 8 a n. 12 e n.14)
<i>Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”</i>	O Liberal da Vigia	32	21 mar. a 31 de maio 1877 (n. 39 a n. 49)  30 ago. a 26 de out. de 1877 (ano 2, n. 11 a n. 19)  27 e 28 de dezembro de 1877 (ano 2, n. 27 e n. 28,)
	O Espelho	39	01 set. 1878 a 06 de jul. 1879 (n. 1 a n. 39)

Fonte: Dados da pesquisa, com base nos acervos consultados.

O recorte temporal da pesquisa abrange a segunda metade do século XIX, mais precisamente, o período inicial da expansão da imprensa no Pará, que começou com o primeiro jornal de Vigia, *O Vigiense* (1852). A pesquisa se estende até a última década do século XIX (1852-1900), momento em que a produção de jornais nas cidades afastadas de Belém começou a diminuir, e algumas cidades deixaram de ter periódicos (Biblioteca Pública do Pará, 1985).

Este estudo é de natureza exploratória e busca examinar os textos a partir de uma visada discursiva. Alguns desses jornais não foram objeto de estudo em pesquisas anteriores e ainda são pouco conhecidos. Na etapa de levantamento bibliográfico, foram elaborados perfis

historiográficos dos periódicos analisados, com o objetivo de registrar a expansão da imprensa no Pará e estabelecer uma base para análises discursivas. Para tanto, realizamos a coleta de dados no próprio material. Em seguida, na etapa de análise discursiva dos dados coletados, recorreremos a corrente francesa da análise do discurso, com base em Michel Foucault (2008) Rosário Gregolin (2004), para examinar as estratégias discursivas e as relações de poder presentes nos enunciados dos periódicos. Buscamos identificar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais por meio dos textos de editorial e na estruturação gráfica dos periódicos, buscando identificar vestígios, marcas, Sequências Discursivas (SD), entre outras, que indicassem uma tentativa de articulação de enunciações convergentes aos interesses dos donos dos meios de informação e alinhamentos políticos próprios da época e de uma elite local.

Em resumo, coletamos dados para obter uma visão geral dos jornais no contexto social e político da época. Em seguida, observamos as estratégias discursivas por meio dos textos e aspectos gráficos dos periódicos para entender como a imprensa se apresentava ao público leitor.

O levantamento geral é composto por duas ações. A primeira ação foi constituída do levantamento geral dos dados dos jornais obtidos por meio dos próprios periódicos, catálogos e autores que já estudaram o material impresso do Pará, o que permitiu um quadro geral da história e memória do material analisado. A segunda ação foi a pesquisa por meio de palavra-chave na ferramenta de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil).

Nessa ação com o buscador, foram utilizados como palavra-chave o nome do jornal e o(s) nome(s) dos proprietários dos periódicos. As duas informações permitiram perceber as ligações ideológicas com os partidos Liberal e Republicano. E, ainda, o buscador apresentou os jornais dos partidos ou alinhados, publicando textos como forma de recepção desses jornais no corpo da imprensa da época, até mesmo republicando o prospecto de alguns, como foi o caso do *Cidade da Vigia*.

A segunda etapa foi a coleta do material para compor o *corpus* de análise. Em outras palavras, foram coletados os textos verbais e não verbais onde o periódico fala de si. Nesse material, podemos perceber as estratégias discursivas a partir das seguintes observações: a) forma verbal, os textos que o jornal analisado fala de si e/ou da imprensa como um todo e as conexões partidárias com outros jornais da época; b) forma não-verbal, os aspectos gráficos que davam contornos mais subjetivos à proposta do periódico.

Pontuamos, neste estudo, o papel fundamental dos periódicos na história do Brasil, sobretudo no período oitocentista. Os jornais foram os primeiros meios de comunicação a

conectar localidades com os polos econômicos e sociais da época, o que refletia a própria ideia de modernidade do período. Para Munaro (2014), a fundação da imprensa foi um marco desse início da modernidade na região amazônica, algo que ganharia outros aspectos a partir das ações da elite intelectual, das produções impressas e das práticas de leitura. Nota-se, então, que a palavra escrita impulsionou a construção de um ideário de nação e modernidade que estava em plena elaboração no Brasil do século XIX, e revelou a vontade das elites locais de se afiliarem a esse contexto de construção.

Portanto, podemos ter como uma premissa deste estudo que a imprensa na região amazônica oitocentista se valia de estratégias discursivas para se autodenominarem como a *voz* da região, especialmente em relação aos interesses das elites locais que buscavam estar presentes no debate público e compor a ideia de nação na região e no país, dependendo do debate. Uma explicação seria que isso se dava pela falta de diálogo direto entre a Província do Pará e as regiões do país que concentravam o poder político da época, sendo suas interações mais com a Bahia, Maranhão, Pernambuco e, até mesmo, Portugal (Munaro, 2014; Coelho, 1993). Diante desse contexto, a análise dos textos coletados revelou discursos que carregam as marcas da intensa batalha pelo poder político e social na região, na qual a imprensa desempenhou um papel central como palco desses embates.

A ideia de palco de embates é baseada nos estudos de Marialva Barbosa (2010), que, a partir de diversas pesquisas sobre os jornais do século XIX, percebeu que a imprensa cumpria um importante papel na sociedade da época. Seu caráter, naquele momento, estava mais envolto em acalorados debates políticos do que em ideais contemporâneos de objetividade e imparcialidade da imprensa do século XX e XXI. Por isso, Marco Morel (2010) destaca a importância da imprensa oitocentista na formação da opinião pública brasileira, um marco inaugural do período.

A imprensa e a opinião pública, desse modo, estão intimamente ligadas no século XIX. Por essa razão, estudar a imprensa de Vigia foi essencial para entendermos as implicações desse cenário de articulações de ideologias. É preciso perceber os discursos presentes nos textos, nas enunciações dos periódicos. Assim, podemos compreender como a imprensa oitocentista adotou um discurso no sentido de construir uma ideia de nação e modernidade na região amazônica, bem como os desafios enfrentados pelas elites locais na busca por filiação com os polos econômicos e sociais do país.

Para o presente estudo, selecionamos periódicos da cidade de Vigia, situada no nordeste do estado do Pará. Apesar de ser frequentemente rotulada como “interior”, consideramos esse termo inadequado, uma vez que pode reforçar visões coloniais e

desvalorizar o potencial socioeconômico da localidade. Ao invés disso, buscamos compreender a expansão da imprensa na cidade de Vigia, reconhecendo sua própria história e integração aos processos gerais do Brasil no século XIX.

Pontuamos que cada região ou localidade apresenta particularidades comunicacionais que contribuem para um entendimento mais complexo e contextualizado da memória e história do Brasil e da Amazônia.

Com o objetivo de selecionar e classificar os dados dos jornais de forma precisa, estabelecemos parâmetros norteadores com base na abordagem teórica da análise do discurso. Nesse sentido, dedicamos atenção aos discursos que estavam em constante circulação e àqueles que apresentavam rupturas em relação ao que estava posto, seguindo o posicionamento teórico proposto por Foucault em relação à arqueologia dos enunciados (2008) e dos discursos em circulação. Adotamos essa abordagem para a análise dos dados dos jornais, complementando-a com a análise documental de materiais relacionados à expansão da imprensa, como relatórios e outras fontes que fornecem um quadro contextual mais amplo sobre o século XIX no estado do Pará.

A análise do discurso adotada neste estudo reconhece que os sentidos são constituídos e atualizados em constante interação com as posições ideológicas e os processos sócio históricos do momento de sua produção, além de serem influenciados por outros discursos presentes na memória coletiva. Esses discursos não são completamente livres e estão inseridos em uma formação discursiva que determina sua emergência ou submersão. Quando um discurso se estabiliza socialmente, ele se torna uma instituição e passa a funcionar como um balizador daquilo que é considerado verdade dentro de si mesma, conforme argumenta Foucault (2000) em sua proposta arqueológica.

Partimos da proposição de que o discurso é um elemento fundamental dos processos comunicacionais e propõe sentidos que constituem os sujeitos, as relações de poder e a estruturação da realidade social. Por meio do discurso, os sujeitos constroem significados e atribuem sentidos às práticas sociais, produzindo e reproduzindo relações de poder, de dominação e de resistência. Dessa forma, os processos comunicacionais desempenham um papel importante na circulação e (re)construção de discursos, que por sua vez são influenciados pelas condições sociais, históricas e culturais em que estão inseridos no ato da enunciação.

Os sentidos e significados atribuídos a um local são resultantes de uma constituição que antecede o presente e são ofertados por meio de discursos que se materializam em elementos verbais e não-verbais.

Nesse sentido, a análise de jornais do século XIX é especialmente interessante, uma vez que esse período foi repleto de embates sociais, momentos de rupturas políticas e discursivas tanto no Brasil (Independência, Proclamação da República) quanto na cidade de Vigia (Cabanagem). Por meio desses periódicos, podemos ter acesso parcial a uma rica fonte de informações sobre a história da cidade e compreender como os seus discursos se constituíram ao longo do tempo.

Por isso, é importante analisar as estratégias discursivas dos jornais das cidades fora de Belém para entender como ocorreu o processo de legitimação no campo discursivo. Na análise, podemos perceber que cada jornal fundado em determinada época buscava se legitimar no meio social, em especial com os interesses políticos, que expressavam interesses das elites políticas e letradas locais e regionais. É fundamental investigar o que esses jornais defendiam discursivamente e quais estratégias discursivas utilizavam para movimentar a opinião pública da época.

Em síntese, nossa busca se concentra nas estratégias discursivas utilizadas pela imprensa na Amazônia durante a segunda metade do século XIX. Por isso, selecionamos a cidade de Vigia por seu papel importante na produção e circulação de periódicos na segunda metade do século oitocentista, a partir de 1852, com *O Vigiense*. Os jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* compõem uma delimitação importante da configuração desses periódicos fora das capitais, com poucos recursos, mas com diálogo constante com o corpo da imprensa da época.

O acervo atual, que compreende 83 edições, é relativamente pequeno em comparação com a diversidade de periódicos que circulavam na época. No entanto, o nosso *corpus* de pesquisa se revelou de grande relevância, pois essas edições registraram de forma valiosa parte de processos comunicacionais da época, por meio dos discursos que circulavam. Além disso, esses jornais buscaram alcançar um público diversificado, incluindo a emergente opinião pública brasileira e paraense.

Este trabalho é composto por 8 capítulos. Na introdução, como capítulo 1, destacamos as motivações que nos levaram a realizar esta pesquisa, que tem como objetivo central o estudo da circulação dos jornais impressos na cidade de Vigia durante a segunda metade do século XIX. Apresentamos nossa hipótese de pesquisa, a pergunta que norteia nosso estudo e os objetivos que buscamos alcançar com esta investigação. Além disso, discutimos nossa entrada no campo de estudo, que se deu por meio da análise dos jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho*, e *Cidade da Vigia*. Detalhamos a metodologia que orientou todo o processo de elaboração da tese, abordando os aspectos pessoais e teóricos que influenciaram nossa

pesquisa. Esses elementos formam a base que sustenta nosso estudo e proporcionam um panorama inicial do que será explorado ao longo deste trabalho.

No capítulo 2, intitulado "Comunicação, Memória e História: Caminhos e Interfaces", exploramos a memória como um elemento de relevância significativa nas relações sociais e na formação de grupos sociais. Nossa análise da memória se concentrou na sua influência na construção de narrativas e discursos na sociedade. Além disso, examinamos a memória como um dispositivo comunicacional que desencadeia discursos em circulação e oferta sentidos e materializa relações de poder. Este capítulo oferece uma visão sobre como a memória desempenha um papel fundamental na interseção entre comunicação, história e sociedade.

No Capítulo 3, intitulado "Província do Grão-Pará: Percursos Formativos", abordamos o desenvolvimento do Grão-Pará, destacando os aspectos políticos e sociais que tiveram influência na configuração da sociedade paraense e amazônica durante a segunda metade do século XIX. Neste contexto, examinamos os eventos históricos que desempenharam um papel significativo e que estavam diretamente relacionados com o surgimento e desenvolvimento da imprensa na região norte do Brasil. Este capítulo oferece uma visão abrangente das transformações que moldaram a paisagem social e política da região, contribuindo para a compreensão do cenário em que os jornais analisados circulavam.

Adentrando mais profundamente nas particularidades do estado, o capítulo 4, intitulado "Sejam Bem-Vindos à Vigia de Nazaré", dedica-se à investigação da história da cidade de Vigia, situada no nordeste paraense, durante a segunda metade do século XIX. Neste capítulo, exploramos de forma abrangente a história social, cultural e política dessa pequena cidade, bem como seu papel pioneiro no desenvolvimento e avanço da mídia impressa. Examinamos o contexto histórico da cidade relacionado à produção e circulação de jornais impressos.

Os capítulos 5, 6 e 7 concentram-se na apresentação dos dados e análises dos jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho*, e *Cidade de Vigia*, respectivamente. Estes jornais foram examinados a partir de suas características gráficas e de conteúdo, considerados como materialidades que evidenciam estratégias discursivas relacionadas às dinâmicas de poder em vigor na cidade de Vigia durante a segunda metade do século XIX. Cada capítulo se dedica a uma análise aprofundada de um dos jornais, proporcionando insights valiosos sobre como essas publicações materializavam as relações de poder que permeavam a cidade na época.

Nas considerações finais, apresentadas no capítulo 8, retomaremos a proposta central de nossa pesquisa e destacaremos os resultados obtidos ao longo do estudo. Além disso, abordaremos os desafios enfrentados durante a pesquisa e as perspectivas de futuros

desdobramentos que surgem a partir dos achados desta investigação. Este capítulo representa o momento de reflexão sobre o trabalho realizado e a sua contribuição para o campo de estudo.

Por fim, temos a seção de referências bibliográficas, na qual destacaremos os autores que serviram de referência e com os quais dialogamos ao longo da investigação, contribuindo para a elaboração desta pesquisa. Esta seção é fundamental para reconhecer e creditar as fontes que embasaram nosso trabalho e permitiu a construção de uma fundamentação sólida.

## **2. COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: CAMINHOS E INTERFACES**

Neste capítulo, abordaremos a base teórica que sustentou e enriqueceu nossa pesquisa. Exploraremos conceitos fundamentais para a nossa pesquisa relacionados à memória, discurso, relações de poder e estratégias discursivas. Durante essa explanação, estabeleceremos conexões com os elementos que foram abordados ao longo de nossa investigação. Além disso, destacaremos a importância da nossa materialidade de pesquisa e compartilharemos nossa visão sobre a arquitetura metodológica que orientou todo o processo.

### **2.1 Memória: lembrar juntos, pertencer ao grupo**

A memória, dentro do campo cognitivo, pode ser compreendida como o processo de “adquirir, formar, conservar e evocar informações” (Izquierdo, 2018, p. 1). Em nível individual, a memória define a capacidade de recordação de um ser humano, representando um acesso limitado a um repertório pessoal elaborado ao longo da vida. No entanto, a proposta cognitiva pode ser pensada para o campo social da memória. Pois, esse indivíduo sempre está em interação com o coletivo, por meio de associações e contextualização com os elementos comuns a determinado grupo (Halbwachs, 1990). É importante notar que aquilo que não é lembrado ou desconhecido não pode ser comunicado, o que demonstra como a memória se torna um elemento distintivo entre os indivíduos (Izquierdo, 2018) e ao mesmo tempo um dos fatores essenciais nos processos comunicacionais (Barbosa, 2012).

No contexto humano, as memórias possuem diferentes formas de acesso, como espécies de camadas, umas mais superficiais, outras mais internas. Nem tudo é ou pode ser lembrado, de forma cognitiva, a elaboração de memórias ocorre em um processo dinâmico de lembrar e esquecer, influenciado por experiências, afetos (Izquierdo, 2018), subjetividades e intersubjetividades. Por meio da memória, os seres humanos encontram elos que podem ou não facilitar conexões, em especial quando o outro compartilha memórias semelhantes (Izquierdo, 2018). Nessa perspectiva, pode-se dizer que a formação de grupos sociais é um fenômeno significativamente intenso, com negociações complexas e compartilhamentos, demanda processos comunicativos que se somam a outros fatores que permeiam as relações dos indivíduos e do grupo (Sodré, 2015).

Os indivíduos, ao se considerarem integrantes de um grupo, passam a se sentir seguros em estabelecer relações sociais e assumir uma identidade coletiva circulante. Logo, esse indivíduo passa a ser sujeito a códigos e bens simbólicos que o grupo compartilha. Pois, o

sujeito é aquele que sempre está sujeito a algo, que movimenta-se dentro de instituições e discursos (Fonseca, 2003). Isso se dá devido a sensação de apoio que provém do pertencimento, seja ele familiar, comunitário, local, nacional ou continental. Por exemplo, pontua Izquierdo (2018), os europeus e os americanos são claramente identificados como integrantes da Civilização Ocidental, porém dentro dessa civilização, eles se sentem mais intimamente conectados aos que compartilham memórias e história comum.

Em outras palavras, esse pertencimento ou identificação com grupos específicos é permeada pelo compartilhamento simbólico contidos nas experiências coletivas, que moldam as memórias individuais e coletivas, estas por sua vez, estão em constante interação em uma rede complexa que a todo momento está sendo elaborada e reelaborada por poderes que atuam sobre cada momento histórico de uma sociedade. Seja no campo cognitivo, ou no campo social, podemos dizer que as memórias compartilhadas por meio dos processos comunicacionais fortalecem os laços sociais e promovem um senso de pertencimento mais profundo.

As memórias, assim, contribuem de forma fundamental na interação e coesão de uma sociedade, pois, por meio de vínculos possibilitam conexões duradouras ou não, baseadas nos nós que se conectam à rede de memórias. Conforme afirmado por Izquierdo (2018, p. 3), “a identidade dos povos, dos países e das civilizações provém de suas memórias comuns, cujo conjunto denomina-se história”. Nesse contexto, a memória e a história, faces de uma mesma moeda, desempenham a função social de articular saberes e conhecimentos que são compartilhados por meio dos processos comunicacionais, experiências e ideais (ideologias) passam a circular. Assim, a memória coletiva não é apenas um registro factual, mas uma construção social que reflete a identidade e a visão de mundo do grupo.

A relação entre memória, história, processos comunicacionais e discursos é a base que estabelecemos neste trabalho, onde os jornais impressos da cidade Vigia no Século XIX são vestígios de processos comunicacionais e das relações de poder do passado que nos chegam ao presente como materialidades da formação e sustentação dos grupos sociais, seja na elaboração de uma memória coletiva acerca de discursos, seja na própria relação entre mídia e sociedade. As memórias coletivas materializadas nesses jornais apontam para discursos e experiências, que fornecem uma base para observarmos as relações de poder que estavam postas entre os sujeitos históricos no momento da expansão da imprensa rumo às cidades afastadas de Belém.

No âmbito das ciências sociais e da linguística, as teorias de Michel Foucault sobre as relações de poder representam um marco fundamental na compreensão das dinâmicas sociais

e culturais. Para Foucault (1979), o poder não é uma entidade monolítica e tangível, mas sim um fenômeno multifacetado que se estende nos aspectos da vida. Ele refuta o conceito de que o poder reside apenas em instituições governamentais ou em figuras de autoridade. Em vez disso, a proposta do autor enxerga o poder como uma rede complexa de relações que se entrelaçam em todos os estratos da sociedade.

A abordagem arqueológica de Michel Foucault (2007) busca compreender as camadas históricas que compõem as instituições, práticas e discursos sociais, visando entender como o poder se manifestou nas relações humanas. Essa perspectiva nos leva a questionar as origens profundas das estruturas de poder e a reconhecer que essas estruturas são construções humanas moldadas pela história. Nesse contexto, os jornais do século XIX, em particular os de *Vigia*, desempenham um papel significativo na compreensão das complexas relações em disputa na sociedade da época. Por meio de suas publicações, podemos vislumbrar as dinâmicas das relações de poder que se desdobravam. Esses jornais atuavam como veículos de comunicação que buscavam estabelecer um sistema de poder sobre assuntos diversos, com destaque para as questões políticas que estavam em voga naquele período.

Liberais, conservadores, republicanos e outros grupos políticos se expressavam por meio desses jornais, muitos dos quais eram órgãos oficiais de seus partidos ou estavam alinhados a uma corrente política específica. Eles se envolviam em uma espécie de campanha midiática para consolidar o poder que emergia das páginas impressas, oferecendo efeitos de sentidos à opinião pública e promovendo suas agendas políticas. Dessa forma, podemos entender que os jornais do século XIX se tornaram arenas de disputa (Barbosa, 2010) e construção de discursos de poder, lançando luz sobre as complexas negociações políticas e sociais da época.

Um dos conceitos-chave de Foucault, o qual baseamos nosso estudo, é a ideia de que o poder é uma relação, não uma posse. Isso implica que o poder emerge nas interações de indivíduos e grupos, nas negociações sutis e nos conflitos que ocorrem no dia a dia. Não é algo que alguém simplesmente detém, mas algo que se constrói e se mantém nas interações sociais promovidas pelos processos comunicacionais que possibilitam a circulação de discursos.

Assim, pontuamos que nossa tese trabalha a hipótese de que os jornais amplificaram os processos comunicacionais ao compartilharem memórias e discursos, o que contribui diretamente para reforço da coesão social, laços de solidariedade ou de divergências, fazendo com que os sujeitos históricos manifestassem, em certa medida, um senso de pertencimento comum, seja por meio da religião, da cultura, da política, e/ou espírito de civilidade, discursos

próprios daquele momento que estavam entrelaçados na rede de memórias dos sujeitos históricos, de suas relações de poder, e emergem nos jornais como vestígios da circulação discursiva e na forma como esses jornais se apresentavam aos leitores.

Visto que a memória cumpre um papel essencial na organização social de um grupo, atuando como um poder, se torna perceptível a necessidade dos grupos e indivíduos se apresentarem como detentores e conhecedores dessa memória. É nessa perspectiva que podemos abordar um poder político na memória, onde diversas forças tentam cumprir essa função, tratando-a como objeto que pode ser moldado de acordo com as necessidades do poder que busca se estabelecer, preservando vestígios que o interessa e descartando, ou ocultando, os que não corroboram com os discursos que estão em circulação e se propõem a um *status* verdade (Hordecke, 2020). Por esse motivo, o Estado foi por muito tempo o produtor da memória oficial de um grupo, produzindo diversos tipos de documentos ou monumentos, com a finalidade de inscrever a memória na vida social falando do passado de um certo modo de apropriação (LE GOFF, 2013).

Ao considerar a relação entre memória, Estado e sociedade, Le Goff (2013) nos aponta como o poder estatal atuou e atua sobre a gestão da memória coletiva. O Estado, por meio das instituições, elabora leis e políticas públicas, buscando moldar a memória, moderando a forma como o passado pode ou não ser lembrado. Em outras palavras, ele busca exercer um poder sobre a elaboração de documentos e monumentos, controlando as narrativas que circulam no meio social e que estabelecem a coesão social.

Este controle do Estado sobre a memória demonstra a dimensão política inerente e difícil das relações de poder que a cercam. Pois, quem tem o poder de editar e controlar a memória, consegue moldar a identidade de um grupo ou de uma nação, já que a experiência humana cumpre a função essencial em estabelecer essa identidade coletiva (Le Goff, 2013). João Carlos Tedesco (2011, p. 18) aponta que “a memória expressa interesses em jogo”, destacando aquilo que interessa à política e aos jogos de poder do momento histórico. A dinâmica, própria da memória, a qual envolve mecanismos de lembrar e esquecer, também pode ser utilizada como estratégia política com a finalidade de construir uma matriz simbólica que atende a uma imposição de poder em vigor (Tedesco, 2011).

O que deixa demarcado que a relação entre Estado, memória e sociedade é dinâmica e estar imersa em disputas e negociações, ora evidentes, ora silenciadas. Pois, segundo Foucault (2000), toda relação de poder envolve imposição e resistência dos atores sociais, que têm perspectivas e interesses diversos, o que pode levar a conflitos e embates.

## 2.2 Elaboração de memórias no ato de narrar, contar histórias

Por muito tempo, a comunicação oral desempenhou uma tarefa essencial na materialização das memórias coletivas, em especial nas sociedades amazônicas, o que favoreceu a transmissão constante dos códigos sociais entre gerações (Figueiredo, 2008). Entretanto, o avanço da escrita permitiu transformações relevantes nos processos comunicativos entre os sujeitos. A escrita passou a ser um modo de alcançar parte do que era transmitido oralmente ou ainda do que estava somente no campo mental dos indivíduos, uma extensão da mente humana que supera as limitações de tempo e espaço do corpo (Thompson, 1998). Assim, a escrita propiciou que as memórias ganhassem materialidades mais duradouras, passando a habitar em arquivos, bibliotecas e chegassem a outros sujeitos de maneira mais sistematizada (Le Goff, 2013).

Ao produzir documentos escritos, ao narrar o que nos rodeia, cumpre-se uma função importante da memória, que é o de comunicar a outrem os fatos e acontecimentos sociais (Le Goff, 2013). Em outras palavras, o ato de narrar materializado na escrita expõe memórias que estão no plano simbólico do homem, exprime uma dinâmica própria da linguagem humana. Nesse sentido, os textos escritos materializam parte dessas memórias que estão no ser humano, e essa materialização recorre ao passado a fim de projetar futuros, tempos históricos que se colocam em articulação constantemente (Le Goff, 2013).

Ricoeur (2007) desenvolve uma análise profunda da relação entre a narrativa e a memória, destacando como esses dois aspectos fundamentais da experiência humana se entrelaçam para criar significado e compreensão. Em primeiro lugar, Ricoeur (2007) ressalta que a narrativa desempenha um papel fundamental na forma como damos sentido às nossas experiências. Através da narrativa, construímos histórias que conectam eventos e experiências, dando-lhes um contexto e uma estrutura. Isso não apenas ajuda a lembrar o passado, mas também a atribuir significado a ele. As histórias que contamos a nós mesmos e aos outros moldam nossa compreensão do passado e, por extensão, de quem somos.

A memória, por sua vez, é vista por Ricoeur (2007) como uma faculdade complexa que não apenas armazena informações do passado, mas também as interpreta e as torna acessíveis por meio da narrativa. A memória não é simplesmente um registro passivo de eventos; ela é ativa e interpretativa. É por meio da narrativa que a memória ganha vida, à medida que selecionamos, organizamos e damos significado às nossas lembranças.

Ricoeur (2007) também destaca a importância da distinção entre memória e história. Enquanto a memória está relacionada ao nível pessoal e subjetivo, a história envolve uma abordagem mais objetiva e documental do passado. No entanto, essas duas dimensões estão

interconectadas, pois a memória pessoal contribui para a construção de narrativas históricas mais amplas. Esta análise lança luz sobre como a narrativa e a memória são processos intrinsecamente humanos e inseparáveis. Elas nos permitem dar sentido ao passado, compreender nossa identidade e criar uma continuidade em nossas vidas. Essa compreensão é essencial não apenas para a filosofia, mas também para áreas como psicologia, literatura, estudos culturais e comunicação pois a narrativa e a memória desempenham papéis centrais em nossa cognição e na construção de nossa realidade.

A perspectiva de Marialva Barbosa (1995) no contexto da interseção entre memória e jornalismo esclarece as complexas relações entre a imprensa e o poder nos processos comunicacionais. A mídia desempenha um papel fundamental ao transmitir discursos de relevância, que podem ser arquivados como documentos para o futuro, consolidando-se como um dos guardiões da memória coletiva da sociedade. Dessa forma, os meios de comunicação proporcionam ao público a sensação de participação direta nas questões contemporâneas.

Entretanto, ao narrar a realidade, também implica a capacidade de criar uma representação reconhecível e familiar da existência. Essa habilidade narrativa, tanto atribuída à linguagem quanto àqueles que detêm o poder de nomeação na sociedade, serve como um veículo fundamental do poder. A própria ação de narrar, segundo Barbosa (1995), envolve um ato de seleção. Nenhuma narrativa pode abarcar integralmente tudo o que ocorre ao redor do narrador, já que a percepção humana é intrinsecamente seletiva e limitada pela atenção reflexiva. O narrador, mesmo quando almeja ser completo, faz escolhas sobre quais elementos incorporar em seu relato.

Essa seleção de eventos segue parâmetros de natureza ideológica, sendo inerentemente relacionada ao exercício do poder. Ter controle sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido implica o poder de moldar o presente para um futuro próximo ou distante, como apontado por Le Goff (1986).

Nesse sentido, a relação entre narrativa, memória e poder se revela como uma trama complexa, profundamente enraizada na natureza humana. Por isso, podemos pontuar que a narrativa é uma das formas de expressão humana que inviabiliza as histórias vivenciadas pelo sujeito, transformando simples memórias em registros táteis e passíveis ao alcance de outras pessoas. É a maneira do homem construir a própria identidade, ou a identidade de um povo, preservando as experiências do passado em textos escritos. Além de oferecer ao futuro uma chance de existir, fazendo o presente se efetivar por meio das tradições e crenças que perfuram a sociedade (Assmann, 2016).

Os estudos de Jan Assmann (2008, p.116) seguem a proposta de Halbwachs (1990) e permitem maiores nuances a respeito de como a memória é “a faculdade que nos capacita a formar consciência da identidade, tanto a nível pessoal como no coletivo”. Nessa perspectiva, a memória é dividida em três níveis: 1) o primeiro corresponde ao nível interno, ligado ao sistema neurológico; 2) o segundo é o nível social, uma matéria de comunicação e interação social, o que possibilita ao ser humano a viver em grupo e em sociedade, de modo que, a partir dessa vivência, há a elaboração de mais memórias; 3) no terceiro nível, o cultural, temos uma memória social que materializa-se na atribuição de valores a objetos do cotidiano, como fotos; desenhos; pinturas; entre outros (Assmann, 2008).

Para Assmann (2008), a memória coletiva de Halbwachs não é algo homogêneo e não contém, necessariamente, a memória individual. De acordo com o autor, a memória coletiva tem mais duas outras naturezas que a completam: a memória cultural e a memória comunicativa. A memória comunicativa se centraliza na interação entre os sujeitos de gerações distintas e circula no meio social por, aproximadamente, 80 anos, o que resulta em uma faixa de três gerações. Essa memória não está ligada a nenhuma instituição, nem dura muito tempo, seria algo que cairia no esquecimento após as oito décadas, já que ela é formada por meio de narrativas compartilhadas e vivências particulares que se conectam construindo uma história coletiva. Em contraponto, a memória cultural dura mais tempo, uma vez que além da relação constante com indivíduos e objetos de carga simbólica, ela se perpetua pelas gerações.

Por esse motivo, pensar de debater a memória articula passado e presente. Beatriz Sarlo (2007) destaca que o retorno ao passado não representa um momento desvinculado da lembrança, mas sim uma apropriação que ocorre a partir do presente. Para que o passado seja comunicado, ele precisa ser trazido ao presente, ele precisa se materializar de alguma forma e posto em circulação. A autora examina, por exemplo, a força do testemunho na transformação das verdades e na importância para fundamentar o passado. Sarlo (2007) enfatiza que compreender o passado é mais importante do que simplesmente lembrá-lo, embora a lembrança também seja necessária para alcançar essa compreensão.

Os testemunhos materializados desempenham um papel crucial ao oferecer uma nova perspectiva sobre a verdade, uma vez que representam fragmentos descontextualizados do passado que são trazidos à tona no presente. Eles permitem uma reinterpretação de eventos que muitas vezes precisam ser reestruturados. Nesse contexto, a noção de "memória subterrânea" proposta por Michel Pollak (1992, p.4) se torna relevante. Pollak (1992)

desenvolveu essa ideia com base em relatos de vítimas de guerras na Europa, utilizando a história oral como método.

A memória subterrânea refere-se a lembranças (testemunhos) e experiências que foram marginalizadas ou reprimidas devido a eventos traumáticos ou ao controle exercido pelo Estado sobre a memória coletiva. Pollak (1992; 1984) observou que o Estado frequentemente molda e manipula a memória coletiva, suprimindo certas experiências e lembranças em prol de uma narrativa oficial. Essas memórias subterrâneas desafiam essa estrutura organizacional imposta pelo Estado. Além disso, é importante notar que as situações traumáticas podem levar à repressão de memórias, o que também contribui para a formação dessa memória subterrânea. Assim, a memória subterrânea representa uma resistência às narrativas dominantes e uma tentativa de preservar experiências e lembranças que, de outra forma, poderiam ser apagadas ou esquecidas. Ou seja, a memória em si, também proporciona relações de poder que sempre se coloca em disputa, que ora ou outra, ganha contornos diferenciados.

As memórias classificadas como subterrâneas emergem no íntimo do corpo social e são ativadas, se as pontuarmos como dispositivos, por momentos de crises, de disputas entre classes ou grupos. Aparecem de repente como fantasmas que passam a orbitar ao redor da sociedade, buscando um espaço para se mostrarem a favor ou em oposição às memórias hegemônicas. Em suma, o momento em que os jogos ideológicos se fortalecem é que as memórias subterrâneas conquistam um lugar, ponto crucial da revisão da memória coletiva oficial (Pollak, 1989). Em outras palavras, a partir das condições históricas do presente, a memória subterrânea surge, seja como forma de afirmação, seja de contestação.

A partir do exposto, é intrigante refletir sobre como os jornais do século XIX buscaram se estabelecer como os porta-vozes oficiais dos discursos e das realidades da época. Em um contexto em que a sociedade estava imersa em revoluções e transformações, os jornais assumiram um papel singular. Eles representavam não apenas a principal fonte de informação, mas também a única em muitos casos, especialmente nas áreas distantes das capitais. Nestas áreas, como a cidade de Vigia, a grande maioria da população era analfabeta, e apenas um pequeno grupo social letrado estava emergindo em meio a uma ascensão social, impulsionada pelas novas ideias de civilização moderna que viam na educação um caminho para a transformação social.

Dessa forma, os jornais exerceram um papel significativo sobre diversos grupos, mas em especial nos grupos letrados do século XIX, fornecendo uma compreensão recortada da realidade e das estruturas de poder que moldavam a sociedade, contribuindo para a construção

de uma narrativa que promovia as ideias da época e delineava os contornos das mudanças sociais em curso. Assim, esses jornais não apenas informavam, mas também buscavam moldar as percepções e interpretações da sociedade daquele período, tornando-se um sujeito social crucial na consolidação das mudanças em curso.

### **2.3 Pertencer: memória discursiva e dispositivos.**

Le Goff (2013, p. 338) explica que os fenômenos da memória atuam diretamente nas atividades de auto-organização, tanto num aspecto físico quanto psicológico. Resultando em sistemas dinâmicos de organização, uma vez que existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”. Quando a memória social enfrenta uma perturbação, como a amnésia, gerando esquecimento ou perda parcial da memória, exterioriza-se um desconforto no coletivo, causando o desaparecimento de identidade nos sujeitos que são conduzidos a romperem seus laços identitários (LE GOFF, 2013).

Compreende-se, então, que a memória é a porta de entrada para encontrar os elementos adequados que facilitarão o conhecimento sobre a dinâmica do ser humano como um sujeito. Sujeito a dinâmicas e articulações que vão além de si mesmo, refletidos, em certa medida, em outros indivíduos que partilham vestígios de uma memória similar. Por esse motivo, as memórias partilhadas contribuem para uma união com o todo, uma espécie de ideia de pertencimento.

A concepção de pertencimento, segundo postulado pela teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990), aparece de apoio para análise. Visto que, as memórias individuais e coletivas exibem uma constante interação, da qual uma se alimenta da outra, constituindo um aspecto de dependência. A memória individual surge na experiência do indivíduo com o mundo, advinda de sentimentos/emoções e relações sociais. Em contrapartida, a memória coletiva assume a postura de uma macroestrutura que se cria com suporte nas memórias individuais, a qual molda o corpo social e perpetua as experiências por meio das interações de geração para geração, além do que se é deixado como registo em documentos e monumentos. No entanto, a memória individual não pode partir do completo nada, já que ela se estabelece dentro de um quadro contextual oferecido pela memória coletiva (Halbwachs, 1990).

A memória, portanto, é esse fator intersubjetivo – ocorrência de percepções sociais composta pela relação entre várias pessoas – que conecta indivíduos em torno de uma mesma identidade, um mesmo ideal. Em outras palavras, mediante ao encontro, a troca, as identificações com o outro que se alcança um sentido de unidade, chamada de coesão social

(Halbwachs, 1990). Nesse ponto, é possível perceber a importância da comunicação para a circulação da memória, haja vista que a comunicação é um meio que possibilita a interação mútua. Vera França (1998, p. 43) destaca a centralidade das interações, uma vez que “a sociedade existe enquanto relações sociais; e viver em sociedade significa, antes de tudo, a inserção e a construção cotidiana de interações de todo tipo”.

Em conformidade com a perspectiva de Halbwachs (1990), ressalta-se que a memória precisa de legitimação do outro para se firmar como uma verdade. Melhor dizendo, o ato de reconhecer advindo de terceiros se dá como uma espécie de autenticação para as recordações guardadas no consciente. Leve-se em conta, que caso não existisse esse componente autenticador, os indivíduos seriam capazes de declarar lembrar-se de eventos que nunca ocorreram.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

A existência de um grupo que valida e legitima o sentido de unidade e de pertencimento, cumpre uma dinâmica própria da memória veiculada a partilha de experiências, as quais podem ou não ser lembradas; as quais podem ou não ser interditadas (Halbwachs, 1990). As ideias, reflexões, sentimentos e emoções não partem de uma experiência isolada do “eu”, mas se constituem no “eu+tu” (Halbwachs, 1990). Há nessa conjuntura o “+”, que liga o “eu” e o “tu”, um elemento de unidade e somatória (não tão linear e nem harmônico), que estabelece uma ligação com outros sujeitos, diferentes tempos, espaços e dinâmicas. O que nos permite observar uma espécie de rede que se estende para além daquilo a que se pode ter alcance, ou seja, ela forma ramificações que ultrapassam o acesso. Como efeito, não há uma fonte primária, dado que os constituintes da memória que estão conectados ecoam sempre um antes (Halbwachs, 1990). Dessa forma, “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p. 51).

Neste estudo, nos baseamos em Courtine (1981) na concepção de rede de memórias discursivas, uma vez que ele promove a interseção entre as contribuições de Pêcheux e as proposições de Foucault. Courtine (1981) propõe a exploração dos sentidos que estão em constante movimento no âmbito do discurso, um movimento impulsionado pela memória. Para Courtine (1981), essa noção subjaz às análises de Foucault em sua obra "A Arqueologia

do Saber" (2000), ou seja, a ideia de que cada formulação discursiva possui uma ligação com outro, dentro de um domínio de sentidos, outras formulações que ela repete, contradiz, transforma ou nega. Isso resulta em efeitos específicos de memória relacionados a essas formulações. Portanto, o cerne da análise do discurso deve abranger a problemática da memória, cujo trabalho influencia a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados (Gregolin, 2007).

Além disso, essa tese fundamental sobre o papel da memória permite a integração de um conjunto de conceitos foucaultianos ao entendimento de acontecimentos, práticas discursivas e arquivos (Gregolin, 2007). Isso fortalece a noção de uma articulação complexa entre singularidade e repetição, regularidade e dispersão no contexto da análise do discurso. Portanto, a abordagem de Courtine (1981) enriquece significativamente nossa compreensão das dinâmicas discursivas, destacando a importância da memória como agente essencial na construção e transformação dos discursos ao longo do tempo.

A problematização mencionada aqui estabelece os vestígios da memória como o domínio das estratégias discursivas. Isso nos permite identificar, na organização dos vestígios, como enunciados, certos padrões nos eventos discursivos. Toda a coleção de textos escritos ou visuais que se relaciona a uma determinada proposição de significados faz parte de um campo onde podem ser reconhecidas semelhanças formais, continuidades temáticas, deslocamentos de conceitos e jogos discursivos (Gregolin, 2007).

A partir dessa estrutura, torna-se evidente que, desde sua origem, o enunciado se desenvolve em um campo enunciativo que lhe proporciona uma posição e um status específicos. Este campo estabelece conexões potenciais com o passado e também projeta um possível futuro. Em outras palavras, ele insere o enunciado na rede da História, ao mesmo tempo em que o constitui. Dessa forma, compreendemos que a história de um enunciado está intrinsecamente ligada ao contexto em que ele se origina e à trajetória que ele pode seguir ao longo do tempo.

Pêcheux (1990) propõe uma abordagem do estatuto social da memória como uma condição fundamental para o funcionamento discursivo na produção e interpretação de textos. Inspirado principalmente pelas formulações dos historiadores da Escola dos *Annales*, como Philippe Ariès, Pierre Nora e Jacques Le Goff, ele concebe a memória como um conjunto complexo, que existe independentemente do indivíduo e está externamente presente no organismo. Essa memória é composta por uma série de vestígios legíveis, formando um corpo sócio-histórico (Gregolin, 2007).

Essa abordagem implica que a memória não é apenas um fenômeno individual, mas também um fenômeno social e histórico que desempenha um papel fundamental na construção e na interpretação de discursos. Portanto, ao considerar a memória como parte integrante do funcionamento discursivo, Pêcheux (1990) abre caminho para uma compreensão mais profunda das relações entre linguagem, história e sociedade.

Dessa forma, ao observarmos os jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* podemos pontuar que certos discursos que eles colocaram em circulação desempenharam um papel importante na formação de identidades. Esse apontamento é enriquecido com as propostas de Michel Foucault, em especial quando pensamos na "estética de si" (1994; 1995; 2000). Os meios de comunicação, como os jornais, oferecem práticas discursivas que operam como dispositivos, dando origem a subjetividades históricas, moldadas por meio da conexão de caminhos e redes de memória, que ecoam os arquivos em jogos de poder que se propagam na história e que são articulados por estratégias discursivas.

De acordo com Braga (2011), ao abordar o conceito de dispositivo no contexto dos estudos de comunicação, que compreendem o processo comunicativo sob uma perspectiva interacionista, o fenômeno da comunicação ocorre em episódios de interação entre indivíduos e/ou grupos, seja de forma presencial ou mediada por meios de comunicação. Essas interações englobam uma ampla gama de circunstâncias, processos, participantes, objetivos e direcionamentos.

Isso significa que cada processo de comunicação pode ser considerado único, moldado por seu contexto histórico específico. Isso implica em reconhecer que, ao entender o discurso como um processo comunicativo, estamos lidando com dispositivos que buscam, de diversas maneiras, se conectar a um outro ofertado no arquivo que circula entre a sociedade de cada momento histórico. Essa tentativa de conexão pode ou não ser bem-sucedida, ou ainda ser parcialmente bem-sucedida. No entanto, de acordo com Braga (2011), a preocupação central em um estudo de comunicação não deve ser apenas avaliar o sucesso ou fracasso desses dispositivos na comunicação, mas sim entender como eles se comportam na busca por estabelecer um compartilhamento entre os sujeitos envolvidos.

Braga (2011) enfatiza que a comunicação entre as pessoas ocorre mesmo em situações de conflito, opressão ou manipulação. Isso nos permite estabelecer uma associação com a ideia das relações de poder de Foucault. Afinal, toda relação de poder implica em dinâmicas de dominação e resistência que não permanecem estáticas, mas sim se entrelaçam. Essa interação entre diferentes formas de poder acontece no âmago dos processos comunicacionais,

uma vez que as interações entre essas diversas manifestações de poder, independentemente de sua intensidade, devem ser consideradas e articuladas em sua existência na sociedade.

Considerando que essas relações de poder e os discursos estão em constante circulação na sociedade, podemos estabelecer uma conexão entre os dispositivos interacionais propostos por Braga (2011) e a ideia de memória discursiva. Ambos os conceitos reconhecem a existência de signos socialmente produzidos que estão disponíveis no ambiente cultural e que são imersos em estratégias, táticas e modelos reconhecíveis (arquivados). Esses signos seguem uma estética de acionamento e podem ser invocados pelos participantes para permear a comunicação.

A análise dos dispositivos permite uma visão aprofundada das dinâmicas discursivas, revelando como certos temas são articulados ao longo do tempo através de tentativas, erros e acertos. Isso nos ajuda a identificar continuidades, rupturas e transformações na produção de significados que emergem das relações de poder. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais profunda da dinâmica discursiva, das estratégias de poder envolvidas na construção da memória e da identidade, bem como nos processos comunicacionais. Permitem examinar como os elementos do discurso são mobilizados e adaptados em resposta às mudanças nas relações de poder, proporcionando uma visão abrangente da interação entre linguagem, poder e memória discursiva.

Com base nesse arcabouço teórico, a análise dos conteúdos textuais, aspectos gráficos e sociais dos jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* assume uma relevância significativa. Esses elementos se entrelaçam com a proposta de dispositivo interacional e memória discursiva das relações de poder na cidade de Vigia no século XIX. Ao investigarmos a dinâmica de produção e circulação dos vestígios que ainda estão ao nosso alcance, somos capazes de obter uma visão abrangente de como esses jornais desempenharam um papel crucial na vida social da cidade, e como eles moldaram parte das memórias coletivas e individuais, propondo temas para debate na pequena cidade do nordeste paraense.

Portanto, este estudo se concentra na análise desses aspectos de conteúdo, gráficos e sociais, com o objetivo de compreender as relações intrínsecas presentes nos discursos e nas memórias que emergem desses vestígios. Ao fazê-lo, estamos elaborando o panorama das interações sociais, das dinâmicas de poder e da formação da memória coletiva na Vigia do século XIX.

## 2.4 Comunicação e discurso: o poder de transformação

No mundo contemporâneo, as variedades de formas comunicacionais existentes na linguagem expõem um conjunto de conhecimentos necessários para orientar o discurso. Sob a óptica de comunicação como característica inerente ao sujeito, sua efetivação mais relevante acontece por meio da linguagem, sobretudo a linguagem verbal. Todavia, é preciso definir o que se entende por linguagem verbal. A princípio salienta-se que a linguagem verbal não é apenas uma ferramenta ou tampouco um sistema que funciona para exteriorizar pensamentos internos. Pelo contrário, a linguagem verbal está enraizada desde a nossa origem - ou seja, da humanidade - até às condições de vida dentro do contexto social. Para Alex Leontiev (1978), o desenvolvimento do psiquismo humano está intimamente ligado a essa linguagem, sendo ela o centro da comunicação material dos homens. Por esse viés, a linguagem assume sua verdadeira forma de fenômeno social que promove as expressões individuais.

O autor Raymond Williams (1979, p.27), trata de maneira forte a abordagem entre linguagem e ser humano dentro do tema *Marxismo e Literatura*, partindo da seguinte afirmação: “uma definição de língua, ou linguagem, é sempre, implícita ou explicitamente, uma definição dos seres humanos no mundo”. Esse dizer nos leva para o foco central de estudo na área da comunicação, a linguagem verbal. O interesse desse campo do conhecimento na linguagem, se dá por suas diferentes faces, as quais transcendem a oralidade e a escrita, se revelando de maneira híbrida e multifacetada em todas as esferas da vida social. Acredita-se na organização e no planejamento da tradição teórica que apoia a linguagem verbal como material semiótico do pensamento conceitual e da consciência dos sujeitos.

Por trás dessa teoria, a comunicação é elevada ao entendimento com a linguagem sendo investigada no âmbito das relações de sentido, construídas no decorrer do processo comunicacional. Isso vai abarcar não somente a criação de enunciados, como também a elaboração de discursos, mostrando a grande conexão entre a linguagem e a composição de sentido. Levando-nos a considerar que a linguagem verbal não é unicamente um mecanismo de comunicação e sim a própria concretização do mundo e das relações humanas.

A linguagem é um processo comunicacional, um fenômeno real e concreto em nosso cotidiano (Vianna; Malon 2012). Ela abrange múltiplas ações por meio das quais criamos relações e coordenamos atividades diárias, denota uma dimensão institucionalizada, técnica e altamente profissional que permeia a experiência cotidiana. Faz parte do nosso mecanismo de sobrevivência (Baitello Júnior, 2014). A dimensão sensível, concreta e material da realidade social que é suscitada pela comunicação, nos proporciona dois tipos de conhecimento.

O primeiro, o conhecimento prático (Baitello Júnior, 1998), compreende como a comunicação dispõe do domínio das ações humanas e intervém, de maneira influente, no comportamento dos indivíduos no mundo. Ao exercer o papel de mediadora dos fazeres humanos, a comunicação aciona saberes por meio do controle de técnicas e operações específicas, estratégias. Onde fica claramente viabilizada pela linguagem do círculo familiar, o qual impulsiona o desenvolvimento de certas habilidades como a criatividade, o senso crítico, a capacidade de organização e de síntese (Baitello Júnior, 1999).

O segundo conhecimento, o operacional, não se limita às atividades humanas, mas integra a competência do fazer mais prático, constituindo um conhecimento a respeito da prática (Baitello Júnior, 1999). Esse conhecimento se expande e supera as atitudes individuais, tornando-se global, analisando a abrangência das próprias práticas comunicacionais. Refere-se a um reflexo sobre a intervenção e a representação dos indivíduos no domínio das imagens e dos sentidos, na produção de interpretações do mundo imaginário. A ideia existe enquanto fenômeno particular dentro da prática social, configurando o perfil e a dinâmica da sociedade contemporânea.

A comunicação moderna vem sendo objeto de reflexão acadêmica, cuja investigação compreende e explica, por vezes, como acontece a influência desse fenômeno comunicativo na sociedade atual. Uma assimilação mais imersiva da comunicação, nos conduz para além do que é entendido sobre o corpo social, contudo também nos insere no modo como se cria as interações humanas que compartilham as informações e os significados em nosso mundo cada vez mais interconectado (Baitello Júnior, 1999).

Todo processo comunicativo possui suas raízes em uma demarcação espacial, que é o próprio corpo (Baitello Júnior, 1999). O que se denomina comunicação, em sua mais nobre natureza, nada mais é que a ponte entre dois espaços distintos. A consciência desse espaço enquanto uma entidade autônoma, se inicia no momento do nascimento, no tempo em que ocorre a mudança de um local aquoso e quente para um local frio, requerendo a explícita demonstração do novo estado, seja pelo choro, seja por outras formas intrínsecas de seu corpo (Baitello Júnior, 1999).

Nem sempre a linguagem verbal tem recebido o cuidado merecido em questões de rigor teórico e metodológico nos estudos da comunicação. Hora, ela é tomada apenas como uma materialidade linguística isolada, fora do seu contexto de enunciação e de sua produção discursiva. Hora, sua especificidade linguística é desconsiderada.

Para melhor avançar sobre o tema, discute-se a história polêmica que envolve a dicotomia entre língua e linguagem, de acordo com o que foi concebido por Ferdinand

Saussure (2008) em seu *Curso de Linguística Geral*, de 1916. A concepção exposta pelo autor na obra, revela uma separação de noção entre língua e linguagem, demarcando discussões na área da comunicação. Uma representação reducionista e que delimitou linhas teóricas opostas, as quais pode-se inferir a língua a um sistema minimizador e impermeável às dinâmicas culturais e práticas sociais.

A divisão entre língua e linguagem, a qual foi erroneamente conferida a Saussure, tem estado em revisão de reconhecidas anotações originais do próprio autor, descobertas em 1996. Esse conjunto de manuscritos inéditos e fascinantes, publicados em 2002 sob o título *Escrito de Língua e Gênero* - também traduzido para o espanhol como *Escritos sobre Linguística Geral*, de 2004 -, difundem uma visão nova de Saussure acerca dessa vinculação entre língua e linguagem. Os documentos firmam-se no fundador da moderna linguística, enfatizando que a completa separação de língua e fala não pode acontecer, bem como uma série de outras dicotomias derivantes dessa primeira. Haja vista, as anotações reafirmam a noção de que a linguagem verbal se caracteriza pelas materialidades da língua. Uma não acontece sem a outra, no tempo diacrônico linguístico e sincrônico das relações sociais.

Em harmonia com a consolidação da sociedade moderna, urbana e industrial, assim como ao aproveitamento da formação desse novo campo do conhecimento, o autor Jesús Martín Barbero (2004) afirma, em sua obra *Ofício de cartógrafo - Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*, que a transdisciplinaridade no estudo da comunicação não sugere uma dissolução das disciplinas sociais, mas a construção de articulações e características transdisciplinares. Ou seja, trata-se da comunicação compartilhada entre as áreas do conhecimento, no propósito de abordarem temáticas em comuns, sem perder autonomia.

O campo da comunicação possui uma atribuição específica de investigação, exigindo abordagens teórico-metodológicas adequadas para o tratamento da linguagem. O objetivo implícito ao âmbito comunicacional é de assimilar o processo comunicacionais, isto é, as interações que se desdobram entre sujeitos históricos, levando em conta o modo de produção, a incorporação de técnicas estéticas e de significados nessa inter-relação (Figaro, 2015).

A compreensão da comunicação envolve uma ampla variedade de teorias e tendências, cada uma oferecendo seu próprio enfoque e definição. Isso ocorre porque a comunicação é um fenômeno multifacetado que abrange interações humanas, troca de informações, significados compartilhados, influência social e muito mais. Portanto, as várias correntes teóricas buscam capturar a complexidade desse processo.

A linguagem verbal desempenha um papel fundamental na comunicação humana. Nesse contexto, a linguagem verbal é concebida como um sistema de regras que não apenas define e estabelece os limites do que pode ser expresso, mas também do que pode ser pensado (Braga, 2015). Essa visão sugere que a linguagem verbal serve como a base sobre a qual toda a comunicação humana se constrói. Ela é vista como a principal ferramenta que os seres humanos utilizam para compartilhar informações, ideias, sentimentos e significados.

No entanto, é importante reconhecer que a relação entre linguagem verbal e comunicação é mais complexa do que simplesmente considerar a linguagem verbal como a pedra fundamental da comunicação. A presença de processos comunicacionais está intrinsecamente ligada à própria invenção e desenvolvimento da linguagem verbal e de outras formas de linguagem (Braga, 2015).

Em outras palavras, a comunicação desempenha um papel essencial na evolução da linguagem. A linguagem verbal, por sua vez, é uma forma de comunicação altamente sofisticada que permite aos seres humanos compartilhar signos de maneira complexa. No entanto, a linguagem verbal não surgiu em um vácuo (Braga, 2015), ela evoluiu ao longo do tempo em resposta às necessidades de comunicação da sociedade humana.

Portanto, a relação entre linguagem verbal e comunicação é de reciprocidade. A linguagem verbal é um produto da comunicação, ao mesmo tempo em que é fundamental para a comunicação humana. Ao reafirmar esse conceito, cuja inter-relação é essencial para a convivência em sociedade, abandonamos o limitado ponto de vista que encarava a comunicação como somente uma transmissão de informações.

Compreender a comunicação como um processo essencialmente humano, no qual os códigos e linguagens são socialmente produzidos, é uma premissa fundamental para a compreensão adequada desse fenômeno (Braga, 2015). A comunicação não é apenas um meio pelo qual os seres humanos transmitem informações, mas é intrínseca à criação e ao desenvolvimento das próprias linguagens e códigos que a viabilizam. As linguagens não são estáticas, elas se desenvolvem ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Por meio da comunicação, os seres humanos criam, modificam e adaptam as linguagens para atender às suas necessidades de interação e expressão (Braga, 2015).

Os processos sociais dependem essencialmente do exercício da comunicação entre os indivíduos (Braga, 2015). A comunicação é a base que permite a coordenação de ações, a construção de significados compartilhados, a transmissão de conhecimento e a formação de relações sociais. Sem a comunicação, a sociedade e suas instituições não seriam viáveis, tornando-a um elemento crucial e inseparável da vida humana em sociedade.

A perspectiva adotada neste trabalho reconhece que as regras, os padrões, as repetições e os códigos, ou seja, as linguagens que moldam historicamente os processos sociais, são produtos da comunicação. Essas linguagens não são estáticas, mas sim comunicacionalmente elaboradas e em constante desenvolvimento e diálogo com os tempos históricos por meio das redes de memórias discursivas.

Essencialmente, os processos comunicacionais que ocorrem nas redes de memória estão em constante interação e são moldados pelo contexto presente. Isso significa que as peculiaridades e diferenças que o passado apresenta só são perceptíveis porque os processos de comunicação se estendem ao longo do tempo, deixando vestígios que podem ser parcialmente revisitados no presente. Esses vestígios são, em parte, acionados pelas mudanças sociais e pelas rupturas nos discursos ao longo do tempo. Além disso, a pesquisa científica desempenha um papel importante ao confrontar o presente com o passado, provocando um questionamento dos processos comunicacionais do passado e gerando uma sensação de estranheza.

Pois, a história se desenrola como uma série de atos comunicacionais realizados por pessoas de épocas passadas em diálogo com o presente (Barbosa, 2012). A peculiaridade desses atos está no fato de que são formas de comunicação que permitem que os vestígios, rastros e fragmentos do passado cheguem até o presente. O passado se torna visível para nós por meio desses processos comunicacionais que perduram ao longo do tempo. Portanto, quando consideramos a comunicação, não estamos apenas pensando em um simples ato de diálogo. Estamos, na verdade, observando a construção de espaços compartilhados onde o passado pode ser acessado e compreendido de forma parcial.

Os meios de comunicação desempenham um papel crucial ao possibilitar que esses códigos sejam transformados e ressignificados continuamente, refletindo as condições sociais e históricas em constante mutação. Isso resulta em um processo dinâmico e contínuo de historicização dos processos sociais, no qual o presente constantemente questiona e interage com o passado. Em outras palavras, a comunicação não é apenas um veículo para transmitir informações, mas é um elemento central na construção e na evolução das linguagens e dos códigos que moldam a sociedade. Os meios de comunicação desempenham um papel ativo nesse processo, como atores e sujeitos sociais, propondo modificações e sendo modificados pelas interações sociais e históricas. Essa perspectiva ressalta a importância da análise do discurso nos meios de comunicação, uma vez que eles desempenham um papel significativo na formação de ideias, valores e significados na sociedade.

A linguagem verbal representa um objeto de estudo central no campo da comunicação, em especial, com o advento da escrita. A escrita representou um avanço significativo nos processos de comunicação humana, permitindo a criação de mensagens por meio do uso de diversos materiais, ferramentas e instrumentos. Esse desenvolvimento levou a criação de inscrições, pinturas e, finalmente, à escrita literal. Com o tempo, evoluiu para a fabricação de livros, jornais e cartazes. Esses registros simbolizam a vitória sobre as limitações de tempo e espaço, tornando-se testemunhas tangíveis do conhecimento e da memória humanos ao longo das eras (Baitello Júnior, 1999). Isso demonstra a habilidade da escrita em preservar e resguardar fragmentos da memória e da identidade de um indivíduo e de um grupo à medida que o tempo passa, transcendendo os limites do corpo e do espaço físico, prologando os processos comunicacionais e os fazendo interagirem com tempos diversos.

O campo da Análise do Discurso (AD) revela-se particularmente relevante nos estudos da comunicação, pois vai além das considerações estritamente gramaticais e linguísticas. Ele oferece uma perspectiva mais abrangente que não se restringe ao aspecto verbal, mas busca compreender como os sujeitos se manifestam por meio de diversas formas de linguagem nos processos comunicacionais. Nesse contexto, é fundamental distinguir conceitos-chave, como Texto, Enunciado e Discurso, uma vez que essas distinções são essenciais para compreender as complexidades dessa abordagem e como ela se relaciona com a comunicação e a construção dos sentidos, em especial nas materialidades memorialística, abordadas neste trabalho.

O sentido não é simplesmente uma construção arbitrária, ele se refere ao espírito em conjunto de uniões maiores, levando em conta o homem na sua dimensão histórica, política e social, mas também em seu aspecto psicológico e antropológico. Melhor dizendo, em sua inteira complexidade, abraçando suas potencialidades e suas necessidades (Barbosa, 2012).

Nesse sentido, é preciso entender as partes que dão estrutura aos estudos da Análise de Discurso. Segundo Figaro (2015), o Texto é como um tecido construído por um autor e que, ao ser transformado em discurso, entra no sistema de comunicação, é o ponto de partida. Ele constitui uma unidade de análise essencial na AD, sendo objeto de escrutínio para desvendar os mecanismos de construção de sentido. O Enunciado, por sua vez, é uma manifestação concreta da linguagem, gerada por um sujeito historicamente situado, com um enunciador específico, no contexto de uma enunciação particular (Figaro, 2015). Ele carrega a marca da subjetividade e da historicidade, sendo dependente do contexto de enunciação. O Discurso, por sua vez, transcende os limites estritamente linguísticos. Figaro (2015), pontua que ele vai além das palavras e gramática, valorizando elementos extralinguísticos que condicionam sua

produção, como o contexto sociocultural e político. O Discurso produz enunciados concretos que têm o poder de gerar efeitos de sentidos (Figaro, 2015).

O Discurso não apenas comunica informações, mas também constrói interpretações e significados, ele busca se adequar aos diferentes contextos de comunicação, ou seja, a escolha de palavras, estruturas e estilos de comunicação é estrategicamente adaptada ao contexto. Dessa forma, nosso trabalho tem como centralidade as estratégias discursivas presentes nos periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia*. Isso se justifica pelo fato de que nossa abordagem vai além das materialidades da língua, buscando compreender as formas de apresentação, diagramação e estruturação editorial desses periódicos.

Entendemos que as escolhas editoriais, a disposição dos elementos visuais e a organização dos enunciados desempenham uma estratégia discursiva para a constituição de significados e a promoção de determinadas narrativas sobre as relações de poder que estavam em circulação durante o século XIX na cidade de Vigia.

Ao analisar as estratégias discursivas presentes nesses periódicos, estamos atentos não apenas ao conteúdo textual, mas também às escolhas visuais e editoriais que contribuem para a produção de sentidos. Compreender como esses elementos se entrelaçam nos permite adentra, mesmo eu parcialmente, nas dinâmicas sociais, políticas e culturais da época. Essa abordagem ampliada possibilita uma compreensão mais completa das relações de poder que permeavam a cidade de Vigia no século XIX, proporcionando *insights* sobre como o contexto histórico se apresentava na produção e na circulação dos jornais impressos.

No próximo capítulo, abordaremos a trajetória histórica da Província do Grão-Pará, explorando seus aspectos administrativo-políticos, culturais e sociais. Nossa perspectiva será traçar uma linha cronológica até a segunda metade do século XIX, o que nos permitirá estabelecer um contexto mais sólido para discutir os objetos empíricos deste trabalho. Ao compreendermos o desenvolvimento da Província até esse ponto da história, estaremos em posição de analisar de forma mais contextual os elementos centrais da nossa pesquisa.

### 3. PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: PERCURSOS FORMATIVOS

“Oi, paixão.  
Deus te dê saúde!”  
Guilhermina Aviz Andrade

Este capítulo tem como objetivo apresentar a província do Grão-Pará e a região amazônica como resultado de experiências humanas historicamente demarcadas e realizadas em um espaço unificado. Buscaremos compreender o contexto político, social e midiático que caracterizou a região na primeira metade do século XIX, destacando os principais eventos e transformações que moldaram a identidade da região, dentro de um processo que implicou na expansão, desenvolvimento e implementação da imprensa rumo às cidades afastadas da capital.

#### 3.1 Território: construção, elaboração e discurso

Partimos da compreensão do território do Grão-Pará, que correspondia em grande parte à atual Amazônia Legal, e era composto por parte do Maranhão, pelo Pará, Amapá, Rondônia, Roraima e Amazonas<sup>1</sup> (Machado 2015). Retomaremos um momento onde a província mantinha uma relação estreita com Portugal, o que deixava as relações com o Rio de Janeiro distantes, e o que ocasionou um sentimento de não pertencimento ao império brasileiro e sim ao português, algo que ficou mais evidente após a Independência e que, segundo Roberg Santos (2023), foi acentuado pela negligência política da capital do império com regiões afastadas. Todo esse jogo pautou e foi pautado pelos jornais da época, sendo eles importantes materialidades que permitem acesso parcial aos processos comunicacionais e discursivos dos embates políticos e sociais em torno da região e dos discursos que estavam em circulação.

---

<sup>1</sup> A anexação do Acre ao Brasil, ocorreu em 1903. A Revolução Acreana, liderada por Plácido de Castro em 1899, foi um ponto de partida crucial. O movimento buscava a independência do Acre, então parte da Bolívia. Entretanto, a situação só foi resolvida definitivamente em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia. Esse tratado marcou a transição do Acre para o Brasil (Pimenta, 2015).

Nossa abordagem no capítulo é entender não apenas a expansão da imprensa, mas também as peculiaridades e os contextos regionais que contribuíram na produção e circulação desse material, em especial no que diz respeito aos discursos relacionados à modernidade, civilização e progresso, além de reflexões sobre a sociedade, a política e os acontecimentos históricos.

Por esse motivo, pontuamos a economia da borracha e a *Belle-Époque* nas transformações sociais e culturais na região, uma vez que a exploração do látex e a intensa migração para a Amazônia geraram mudanças nas estruturas econômicas, nas relações sociais e no cotidiano das pessoas (Sarges, 2000). A influência da cultura europeia, especialmente a francesa, trouxe novas formas de linguagem, gostos, atitudes e estéticas para a região (Coelho, 1960). Somou-se a isso a Proclamação da República, que também teve um impacto significativo na sociedade paraense (Moura, 2008). Mostraremos, brevemente, o papel que a imprensa desempenhou nesse momento histórico e o seu papel fundamental na divulgação dos ideais republicanos e na consolidação das novas instituições políticas. Os jornais das cidades afastadas da capital, como *Vigia*, representaram um momento importante na expansão da imprensa no Norte do Brasil.

Dessa forma, este capítulo explora esse apanhado histórico, com a finalidade de compreender parte do contexto da formação territorial a partir de uma visada social, política e discursiva, observando o desenvolvimento da imprensa da época como um fator expressivo dentro das articulações próprias do período.

### **3.2. Sociedade, política e mídia impressa no espaço do Grão Pará, antes da Independência**

As regiões não estão dadas ou prontas para serem apenas descortinadas. São também resultado de processos sociais manifestados em práticas e discursos. No Brasil oitocentista, o vocabulário geográfico e político concedeu maior destaque à unidade administrativa chamada de província, deixando a ideia de região fora do debate político. (SANTOS, 2023, p.1).

Se partimos da demarcação do território e administração política, temos as seguintes fases da política administrativa: estado do Maranhão e Grão-Pará (1621), onde o polo administrativo ficava em São Luís, Maranhão; e, em 1751, passou a ser denominado como estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, subordinado diretamente a Portugal (Baena, 1969). Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o 19º governador e capitão-geral do estado do Grão-Pará e Maranhão, foi quem, obediente ao despacho de 30 de abril de 1753, começou a demarcar os limites do Rio Negro, o que, na prática, deu início à divisão das

capitanias do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro (Santos, 2023). Com o decreto de 11 de julho de 1757, foi criada a capitania do Alto Amazonas, novo território com um governador subordinado ao capitão-geral do Grão-Pará. No período colonial, o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, que foram posteriormente transformadas em capitanias régias pelo governo Pombalino, em 1759. No ano de 1772, o estado do Grão-Pará e Maranhão passou por uma nova divisão, dando origem ao Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Província de São José do Rio Negro (SANTOS, 2023). As províncias foram criadas a partir de 1º de outubro de 1821, para auxiliar na administração política e militar do território brasileiro (Gouvêa, 2008).

O território do Grão-Pará (Figura 1) nem sempre esteve bem delimitado, por esse motivo houve diversas denominações ao longo dos anos: capitania do Grão-Pará, estado do Maranhão e Grão-Pará, estado do Grão-Pará e Maranhão e, após a Independência do Brasil, a governos central denominava o território de forma diferente nos documentos oficiais, ora de província do Pará, ora Grão-Pará e Rio Negro. Segundo Eidorfe Moreira (1958), antes da criação da Província do Rio Negro, em 1851, todo o território que conhecemos hoje como Norte brasileiro, sem o Acre e com uma parte do Maranhão, era conhecido como Grão-Pará, denominação que buscava uma unidade político-geográfica para a localidade.

Figura 1- Mapa da Província do Grão-Pará no século XIX



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração de Arthur Santos da Silva Neri, 2023.

A demarcação da Figura 1B pontua o centro urbano da cidade de Belém e engloba parte das principais cidades que estavam conectadas pelos rios.

Ciro Cardoso (1984) argumenta que a Coroa de Portugal considerava a Amazônia um território periférico e que a ocupação só foi incentivada por meras razões político-militares,

com certo grau de urgência. Ainda, segundo o autor, o desconhecimento do território pelos portugueses enviados para colonizar a localidade ocasionou problemas, que foram intensificados porque os colonos não conseguiam encontrar jazidas de minérios, o que dificultou a estruturação de uma economia baseada no trabalho de escravizados.

Rafael Chambouleyron (2006, 2011) discorda da visão de uma região periférica, de Cardoso. O autor destaca que a economia da região e as rotas comerciais eram diversificada, não se baseando na rota do Atlântico Sul, impostas pelo poder central. O comércio da região dava prioridade às relações com os arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, assim como o escoamento para o Peru. Ou seja, podemos afirmar que os movimentos comerciais da Amazônia, como região, estavam fora do eixo central do poder, o que aponta para uma formação sócio-cultural com peculiaridades próprias em comparação ao restante do Brasil. Magda Ricci (2003) observa que, no início do século XIX, o Grão-Pará apresentava características diferenciadas de outras províncias, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, pois não dava ênfase às atividades agroexportadoras, não impulsionando o comércio de gêneros e escravos como nas outras províncias.

Mesmo diante da distância geográfica e política que separava o Grão-Pará do poder central da Coroa portuguesa, conforme aponta Vicente Sales (1996), a entrada do século XIX, em especial o período que precedeu a Independência do Brasil, foi marcado por agitações sociais e populares em torno de ideias advindas da Revolução Francesa e de filosofias em prol da libertação dos escravos, discursos que despertaram interesse nas principais províncias do país. Houve uma intensa circulação de ideias, por meio do avanço da imprensa no território (Barbosa, 2010), que possibilitou a circulação legal e ilegal (Morel, 2016) de periódicos em diferentes províncias. Todo esse fervor intelectual encontrou terreno fértil nas insatisfações sociais, conferindo maior poder aos atores sociais que eram vistos como agitadores nacionalistas.

Esse terreno fértil era oriundo de uma cultura estabelecida no Brasil do século XIX, promovida por líderes políticos e administradores que buscavam estabelecer uma ordem social e, para isso, adotaram mecanismos para equiparar o país a um nível similar de desenvolvimento econômico e político de nações europeias e dos Estados Unidos da América. Na região do Grão-Pará, a ênfase nesses discursos era particularmente marcante, como se pode constatar por meio de relatórios, artigos, periódicos e demais publicações que constantemente evocavam valores de modernidade, progresso, ordem e civilização como metas a serem alcançadas.

Entender a realidade social da antiga província do Grão-Pará é desafiador e complexo, pois a distância do poder central, sediado no Rio de Janeiro, e uma população diversa, controlada pela presença de portugueses que dominavam a política e o comércio, faziam da província um cenário perfeito para descontentamentos das mais diversas naturezas. O que podemos perceber, por meio dos jornais observados nesta pesquisa, foi a presença de estrangeiros que se colocaram como donos da localidade e desprezaram os que já habitavam a região, um processo cíclico de colonização da Amazônia que perdura, em certa medida, até os dias atuais. Mais complexo ainda foi a atuação dos jornais impressos do período, ao ponto que permitem a observação de parte da configuração social da época, também reproduzem discursos colonizadores. Por esse motivo, por mais que alguns jornais se opusessem ao *status quo*, eles também eram sujeitos históricos, imersos nas formações discursivas da época. É o caso do primeiro jornal do Pará, *O Paraense* (1822-1823), que começou a circular motivado pelos ideais vintistas de liberdade de imprensa.

### **3.3 O início da imprensa no Grão-Pará**

O jornal *O Paraense* foi o primeiro periódico da Província, apresentava um conteúdo noticioso que obedecia a padrões da época e do que se entendia como jornalismo. O jornal foi impulsionado pelos eventos decorrentes da Revolução Vintista, um movimento que obrigou Portugal a suspender a censura imposta às colônias (Coelho, 2008), o que significou para as localidades fora do Rio de Janeiro a possibilidade de publicarem periódicos livres das imposições ou censuras do poder da metrópole.

A primeira edição do jornal circulou no dia 22 de maio de 1822, uma quarta-feira, pela tipografia Imprensa Liberal de Garção de Mello e Companhia. O nome do periódico materializou um discurso a respeito do pertencimento geográfico e identitário, uma vez que Felipe Patroni via nos portugueses que comandavam a junta provincial da época rivais de seus pensamentos e, por consequência, a seu ver, rivais do povo paraense (Coelho, 2008; Santa Brígida; Silva; Seixas, 2013). No cabeçalho do jornal, era exibido o brasão português, indicando a intenção política de Patroni de manter uma conexão com Portugal. Ou seja, a rivalidade de Patroni era com a junta governamental da época e, assim como um significativo número de pessoas da província, existia a vontade de continuar integrado ao reino de Portugal. Até por esse motivo, o Pará foi a última província a aderirem à Independência, o que só ocorreu 11 meses depois, no dia 15 de agosto de 1823.

De acordo com Coelho (2008), Felipe Patroni buscava fundamentar a sua luta e ideais em valores liberais, o que se pode observar no projeto político do jornal, que articulava discursos de rupturas e transformações. Com apenas quatro páginas, publicação semanal e tom inflamado, o jornal permitiu que diversas ideias contrárias ao poder local da província emergissem e circulassem na cidade, mesmo entre pessoas analfabetas, pois o costume da leitura em grupo e em praças públicas era comum tanto na capital quanto nas cidades mais afastadas (Figueiredo, 2008).

O jornal era de formato simples, com poucos espaços em branco, o que demonstrava limitações tecnológicas e os altos custos da produção impressa no início do século XIX. As dificuldades enfrentadas na implantação e manutenção da imprensa apresentavam dificuldades variadas, pois o Brasil colonial dependia da metrópole e dos seus produtos industrializados (Seixas, 2011). Essa característica podia ser facilmente percebida nos primeiros periódicos do século, pois eles utilizavam poucos recursos, sendo os mais comuns os brasões e as linhas de espessuras variadas que serviam como divisórias dos textos (Seixas, 2011).

Devido à sua posição crítica em relação à junta provincial, Patroni foi alvo de perseguições políticas. A junta, baseando-se no discurso contundente proferido por ele em Portugal, perante Dom João VI, conseguiu com que Patroni fosse deportado e cumprisse prisão em solo português, afastando-o, assim, do comando d'*O Paraense* e da cidade de Belém (Coelho, 2008).

O periódico passou a ser dirigido pelo cônego Batista Campos, que, segundo o historiador Vicente Salles (1992), era uma figura importante na imprensa da época e que continuou o legado questionador a respeito da administração da província. No entanto, Campos foi além dos debates de Patroni e promoveu discursos intensos a respeito da independência do Brasil (Salles, 1992). Ele também enfrentou perseguições da junta, o que o levou a deixar o comando do jornal e fugir da capital. Em seu lugar, o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra começou a dirigir o jornal e permaneceu até a interrupção violenta promovida pelos rivais políticos, na 70ª edição, em fevereiro de 1823 (Biblioteca Pública do Pará, 1985). A tipografia de Garção de Mello passou a ser chamada de Imprensa Constitucional de Daniel Garção de Mello. O material tipográfico foi utilizado para imprimir *O Luso Paraense*, um jornal que apenas divulgava informações administrativas da província e apoiava a monarquia portuguesa no Pará (Biblioteca Pública do Pará, 1985).

Desde o seu início, a imprensa paraense demonstrou ter um papel importante na formação da opinião pública local e serviu como um veículo para o fomento de discursos

sociais. Mesmo após o encerramento da circulação do jornal *O Paraense*, os periódicos da época continuaram a desenvolver discursos com o objetivo de promover mudanças na realidade da província Santa Brígida; Silva; Seixas, 2013).

Os periódicos impressos no Pará apresentavam uma estrutura semelhante aos encontrados em outros estados do país. Os textos eram, em sua maioria, opinativos e estavam organizados em colunas que iniciavam abaixo do nome do jornal. Além disso, também era possível observar a publicação de atas, editais e artigos de leis (Seixas; Fernandes; Carvalho, 2012) que faziam parte da composição dos impressos. No que diz respeito aos anúncios, que também faziam parte dessa estrutura, sua localização na página era dispersa, sendo mais comuns ao final da edição, muito se devendo ao processo de ainda estarem sendo organizados em forma e conteúdo.

Até 1829, a Província contava apenas com uma tipografia, a de Garção de Mello, que ficava localizada na Ilhargá do Palácio. No mesmo ano, foi fundada a segunda tipografia do Pará pelo espanhol José Antonio Alvarez, a *Typographia de Alvarez*, e era localizada na Rua das Flores. Logo em seguida, começou a funcionar a tipografia de *O Sagitario*, na Rua Nova, nº 38 (Biblioteca Pública do Pará, 1985; Salles, 1992). Essas tipografias marcam significativamente a história dos impressos no Pará, pois mesmo em estágio inicial, contribuíram para a produção, circulação e desenvolvimento de diversos jornais. Na época, era comum uma tipografia publicar vários jornais. Esses jornais exerceram um impacto direto na vida política da província (Seixas, 2011).

No ano de 1834, começou a circulação, em Belém, o jornal *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará*, jornal que marcou a história da imprensa paraense. O periódico, semanal, era coordenado por José Moreira Jacarécanga e tinha como editor Vicente Lavor Papagaio, panfletário maranhense que já era bem conhecido na província. O periódico era impresso na tipografia de Batista Campos e sucedeu o jornal *Publicador Amazoniense*, que também foi editado por Papagaio. No entanto, semelhante a *O Paraense*, *A Sentinella* direcionava diversas críticas ao governo local e, por esse motivo, foi retirada de circulação logo após a segunda edição (Biblioteca Pública do Pará, 1985). De circulação curta, mas com alto impacto na sociedade da época, o periódico apresentava textos que debatiam a insatisfação popular com os governantes da província (Santa Brígida; Seixas; Silva, 2013).

Conforme apontado pelo historiador Aldrin Figueiredo (2008), ao longo do século XIX, diversos governos e grupos políticos buscaram conter o avanço e o desenvolvimento das imprensas locais, pois viam nesse avanço a possibilidade da circulação de informações que poderiam (e, em alguns casos, vieram) a ser um obstáculo ao exercício do poder. Por esse

motivo, quando observamos a história da imprensa na região amazônica, percebemos que ela esteve intrinsecamente ligada, desde seu início, aos conflitos entre os proprietários dos periódicos e aos interesses políticos.

### **3.4 Pós-Independência, um novo cenário a ser desenhado**

Após os eventos do Sete de Setembro, a antiga província do Grão-Pará foi renomeada como província do Pará, no entanto, alguns documentos da época oscilavam na denominação, ora ou outra denominando como província do Grão-Pará (Santos, 2023). Esse período histórico ficou marcado por um sentimento separatista em relação ao restante do Brasil, algo que já estava em debate em algumas rodas de políticos e intelectuais da época (Santos, 2023).

O isolamento geográfico era um fator de distanciamento do centro do poder, logo o sul e o norte do país, por meio de suas elites regionais, buscaram se movimentar no jogo político do novo regime com a finalidade de encontrar algum reconhecimento nacional. Devido a essas movimentações, algumas províncias se destacaram no que diz respeito à influência econômica e política na região geográfica que ocupavam, exercendo poder sobre localidades menores que estavam em seu entorno, e passaram a ser conhecidas como “Grandes Províncias” (Santos, 2003, p. 2).

Ou seja, a movimentação econômica, social e política do século XIX, proveniente das relações de poder que estavam se estabelecendo, desempenharam um papel fundamental na formação e debate de identidades nacional, regional e local de diversas províncias de formas peculiares e específicas, embasadas em agências próprias. Partindo de uma base foucaultiana, as relações de poder não se dão de forma centralizada, onde um poder central se estabelece e opera sobre os sujeitos. As relações de poder se dão nas fissuras sociais, espaços relacionais, onde um grupo ou um sujeito articula discursos que operam em diversos níveis e contextos (Foucault, 1978). Desse ponto de vista, o próprio movimento de Independência pode ser entendido como uma fissura no poder que atuava sobre a sociedade. O novo regime buscou estabelecer novas instituições, novas formas de governanças, que permitiram a emergências outras formas de poder que também queriam se estabelecer e ir de encontro com a dinâmica do *status quo*.

Por esse motivo, começaram a aparecer no Brasil movimentos contra o poder central, cada um com sua própria agência e pauta. Nessa esteira, no Grão-Pará, desponta o movimento da Cabanagem, que assume relevância no cenário local e nacional. A leitura dos estudos de Mark Harris (2017) e dos jornais da época evidenciam uma divisão clara entre o período

anterior e posterior ao movimento. Antes da Cabanagem, já se observava uma agitação popular em relação ao debate sobre a identidade nacional, que estava inserido no contexto da Independência do Brasil e se desenvolvia por meio da imprensa nos principais centros econômicos (Harris, 2017; Lustosa, 2000).

Após a Independência, o Pará continuou sob o controle de uma pequena elite de origem portuguesa, que não gozava de apreço entre a maioria da população, especialmente os mais desfavorecidos. Foi essa insatisfação crescente da população com as ações dessa elite que deu origem ao movimento conhecido como Cabanagem, em 1835. Esse movimento se espalhou por várias regiões do norte do Brasil, tendo Belém como seu epicentro (Harris, 2017).

De acordo com Magda Ricci (2007, p.1), os participantes da Cabanagem e suas lideranças não estavam apenas buscando mudanças políticas, mas também almejavam transformações sociais. Eles se autodenominavam "patriotas", mas ser patriota nesse contexto não necessariamente implicava ser brasileiro. Na verdade, essa noção de patriotismo estava ligada a um sentimento de unidade que começou a surgir na região amazônica entre pessoas de diferentes etnias e culturas. Indígenas, afrodescendentes e mestiços perceberam que compartilhavam desafios e lutas em comum.

Os cabanos, formados por portugueses, povos tradicionais, negros e mestiços, assumiram o controle do estado por um ano. O movimento foi recebido pelo Império como uma ameaça à pátria. Na época, surgiram afirmações de que o Pará nem deveria fazer parte do Brasil, mas da América Hispânica (Carvalho, 2012).

Em 1836, com a chegada das tropas legalistas, esse grupo foi deposto e se dispersou rumo às cidades mais afastadas, no interior da Amazônia. Os eventos que precederam a tomada do poder em 1835 e se estenderam pela província até a década de 1840 devastaram economicamente e socialmente a região (Harris, 2017). Levaram-se anos até que a região começasse a se recuperar, o que só ocorreu por volta da década de 1870, com o crescimento populacional e a riqueza proveniente da exploração da borracha, que permitiram a reestruturação da província (Harris, 2017).

A Cabanagem mudou o curso da província, permitindo a manifestação de sentimentos regionais distintos em relação ao Grão-Pará colonial. Segundo Santos (2023, p. 6),

[...] após a cabanagem, a concepção de região para os paraenses, especialmente para sua elite, era de (re)construção de uma 'nova' região, um espaço com uma nova imagem associada à nação para fortalecer a região, não mais confundida com a violência, com a economia das chamadas 'drogas do sertão' e com o espírito separatista.

A Cabanagem marcou um momento de ruptura na história, que trouxe transformações significativas nas relações de poder da época. Tais mudanças foram observadas não apenas nos discursos locais, mas também foram levados ao parlamento nacional como forma de evidenciar a importância do Grão-Pará, região que buscava atenção dos poderes públicos centrais. Nesse sentido, o movimento enfatizou ao governo a necessidade de valorizar a região, destacou suas riquezas locais, as quais historicamente eram negligenciadas pelo governo central.

Embora a Cabanagem e todos os eventos derivados a partir dela tenham deixado a região em ruínas, percebemos ela fortaleceu o senso de pertencimento e identidade, uma consolidação que ocorreu ao longo do século. Esse fortalecimento pode ser identificado, em certa medida, nos jornais impressos, por meio de textos que exaltavam ou criticavam a localidade, o poder público, a integração entre Pará e Brasil, bem como as relações do Brasil com outros países. Esses textos promoviam uma estratégia discursiva que combinava ideais, sonhos, desprezos e favoritismos.

A Cabanagem foi um movimento que chamou a população à ação política, oferecendo espaço de luta para camadas que, até então, eram periféricas ao poder da elite portuguesa no Pará. Dessa forma, também articulou grupos locais de cidades distantes de Belém, descentralizando e diminuindo o protagonismo da capital, haja vista que essas cidades também foram importantes polos e palcos de confrontos (Harris, 2017), como Santarém e Vigia, uma delas – Vigia - contemplada neste trabalho.

A Cabanagem entrou para a historiografia como um movimento descentralizado, cuja formas de disseminação dos principais ideais foram debatidas de forma oral, comunicação mais efetiva dentro da sociedade oitocentista, com alto número de analfabetos. Essa característica promoveu uma marginalização do movimento junto à conjuntura política da época, acentuada com a própria localização geográfica da Amazônia, espaço que foi por muito tempo deixado de lado pelo governo central. No entanto, o movimento abriu frentes de batalha importantes que não se restringiram a Belém ou aos centros urbanos, o que impulsionou significativamente a construção de vilas e localidades desconhecidas pelo poder estabelecido (Ricci, 2006).

É nesse contexto que observamos a contribuição do movimento no estabelecimento de vilas que não seguiam os planos iniciais de colonização por parte dos portugueses, que focaram principalmente na defesa territorial com fortificações e atividades missionárias. Em outras palavras, a Cabanagem proporcionou uma agência da população diante da necessidade daquele momento a partir do conhecimento do território, redesenhando parte dos os fluxos de

pessoas e traçando táticas de batalha que utilizavam o território como estratégia. Essa nova forma de vivenciar e entender o espaço possibilitou a reestruturação das vilas, mudou perspectivas e deu ênfase a espaços como Santarém e Manaus, que foram elevadas ao *status* de cidades na década de 1850 (Harris,2017).

Percebemos, na análise dos jornais, que o movimento da Cabanagem ajudou na formação de uma consciência entre outras camadas da sociedade das cidades afastadas de Belém, o que podemos apontar, entre outros fatores, como um potencializador do início da imprensa fora da capital do estado. Os periódicos que fundados ao longo do restante do século, em especial, os das cidades menores, estavam diretamente ligados a famílias e grupos políticos locais que ganharam notoriedade e que se utilizavam do seu *status* para se articularem com outros grupos políticos, ora de Belém, ora de outra cidade ou estado.

Três jornais foram publicados durante o período da Cabanagem: *Paquete do Governo*, *Publicador Oficial Paraense* e *A Sabatina*, de acordo com registros da Biblioteca Pública do Pará (1985). Esses jornais, no entanto, foram perdidos ao longo do tempo não estão disponíveis nos acervos consultados.

Após os eventos de 1835, a retomada da publicação de jornais em Belém ocorreu com a *Folha Commercial do Pará*, que começou a circular em 1837 sob a propriedade de Honório José dos Santos, conforme informações do Catálogo Jornais Paraoaras. Não há registros no catálogo sobre novos jornais criados ou em circulação no ano de 1836. Posteriormente, a *Folha Commercial* foi substituída pelo jornal *Treze de Maio*, cuja primeira edição foi publicada em 13 de maio de 1840, também de responsabilidade de Honório José dos Santos. O nome do jornal faz referência à data em que as tropas da “Legalidade” reprimiram os cabanos em Belém, conforme mencionado no prospecto (uma espécie de editorial) do periódico (Treze de Maio, 1840, p.1).

No *Treze de Maio*, Honório contou com a ajuda de seus escravos Joaquim, Camillo e Cyrillo, que foram treinados por ele para atuar como tipógrafos auxiliares. Inicialmente, o jornal era publicado duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. A partir de 1º de outubro de 1855, passou a ser diário, com exceção dos domingos, sendo um dos primeiros jornais na região a adotar essa frequência. O *Treze de Maio* tinha entre quatro e oito páginas, sempre organizadas em duas colunas. Seu objetivo principal era divulgar os atos oficiais, além de trazer informações sobre municípios do interior, de outros estados, do exterior, assuntos religiosos, avisos e anúncios.

A Cabanagem continuou a exercer um papel fundamental na história do estado e da imprensa na segunda metade do século XIX. *O Vigiense*, da cidade de Vigia, utilizou a

estratégia discursiva de rememorar a Cabanagem evocando o passado da família Moura Palha por meio do patriarca da família como um homem íntegro que lutou contra os cabanos na própria cidade de Vigia. Essa estratégia discursiva atribuiu um valor à família em questão, como também posiciona o jornal dentro dessa formação discursiva de “legalista”, “ordeira”, “em prol do bem de todos”.

Há outras estratégias que se apoiam nos cargos que seus dirigentes e proprietários ocupavam na política local e nacional, como senadores, deputados, intendentes, barões. Esses, por sua vez, utilizavam os jornais para perpetuar o poder político, se defender de acusações publicadas nos jornais da própria cidade ou da capital, elogiar amigos para demonstrar relações pessoais, estabelecer conexões com outras localidades e apresentar a região ao restante do país. A observação dos jornais evidencia que os periódicos desempenharam um papel significativo na cena social, sendo considerados elementos de modernidade, além de se configurarem como espaços de debate e articulações políticas e sociais.

### **3.5 Um projeto de país, uma ruptura no poder**

Na cultura do século XIX, a medida de civilização e progresso de um país era diretamente ligada ao nível de desenvolvimento econômico e a capacidade produtiva, perspectiva que permeou as ações e discursos da elite do Império, os "saquaremas" (Mattos, 1987, p. 103).

Segundo Ilmar Mattos (1987), os "saquaremas" foram uma elite de políticos que também detinham poder econômico no Império brasileiro entre 1840 e 1889 e defendiam um modelo de governo centralizador e conservador, com forte intervenção estatal na economia e sociedade. Para essa corrente política, a civilização e o progresso do Brasil estavam atrelados ao desenvolvimento econômico e produtivo, e a modernização das instituições e estruturas sociais era uma das principais vias para se chegar a esses objetivos. Esse pensamento exerceu significativa aceitação na política brasileira do período, o que deixou um legado na história do país. Segundo Mattos (1994), os homens livres do Império buscavam ser reconhecidos como membros de uma comunidade civilizada, embalados pelo ideal do progresso.

Nessa linha, um dos ideais do grupo estava em torno da disseminação da razão na sociedade por meio da instrução pública, algo que contribuiria na formação de uma espécie de espírito de unidade aos projetos políticos da Corte. Mattos (1987) afirma que, para essa elite, estabelecer-se como civilização se caracterizava na expansão dos valores de ordem e pela incorporação de princípios, como o respeito às leis, às autoridades, valorização do trabalho

produtivo e lucrativo, algo que deveria ser comum à população livre e pobre, populações negras escravizadas e indígenas. A observação dos periódicos da época nos possibilitam pontuar que a imprensa era um dos espaços utilizados por essa elite para promover os discursos da necessidade de civilidade das populações. No Grão-Pará, em especial, nos jornais das cidades afastadas de Belém, o assunto era recorrente. Alguns textos observados na pesquisa obedeciam a uma formação discursiva a respeito da necessidade de se “civilizar” os moradores da região.

Na obra de Foucault (1970, 1975), a formação discursiva é exatamente esse movimento discursivo que determina um conjunto de regras, espécies de normas, convenções e práticas discursivas. Ou seja, não é apenas na forma de dizer, mas também de vivenciar e praticar o discurso. Os atos discursivos não se restringem em práticas da fala ou escrita, estão nos comportamentos, nas práticas sociais do cotidiano. A formação discursiva é composta por um enunciador que detém as vontades de verdades que estão em circulação dentro de um contexto social e histórico, o que lhe outorga uma autoridade de poder dizer. Aquele que não partilha dessas vontades é silenciado, é segregado do meio dos demais (Foucault, 1997). Em outras palavras, a formação discursiva seria como uma espécie de linhas invisíveis que determinam as ações do sujeito no discurso, direcionando e encaminhando os sentidos dentro das ideologias ao qual o discurso pertence.

Baseando-se nas reflexões de Michel Foucault, Maria do Rosário Gregolin (2004) argumenta que as formações discursivas são influenciadas pelas relações de poder de uma determinada sociedade, imersa em um contexto histórico próprio. Segundo a autora, as formações discursivas não se apresentam de forma fixa e imutável, elas permeiam diversas esferas do cotidiano da sociedade, esfera política, meios de comunicação e instituições que as integram e, ao mesmo tempo, regulam o que pode ou não ser enunciado, inclusive moldando a própria forma do discurso.

Por essa razão, a formação discursiva é abordada em nosso trabalho, pois ao compreender as formações discursivas, damos atenção às estratégias enunciativas, às maneiras pelas quais o discurso emerge, às posições que ele se apresenta na enunciação e às articulações que o envolvem. Para, assim, acessarmos parte dos sentidos e ideologias presentes nos discursos, bem como os apagamentos, exclusões e discursos dominantes ou marginais. E, ainda, as formações discursivas em processo também desempenham um papel na construção da memória coletiva e social, contribuindo para a elaboração de outros quadros de sentido.

Assim, de acordo com Gregolin (2004), a formação discursiva permite entender os entrelaçamentos entre os discursos, as relações de poder e as condições históricas que possibilitaram a emergência e a circulação desses discursos. No entanto, cabe pontuar que as formações discursivas não são estáticas, mas estão em um processo contínuo de transformações a partir das vivências dos sujeitos (Gregolin, 2007, 2004).

Dessa forma, os sentidos que são propostos pela formação discursiva de “civilizar” encaminham à opinião pública a necessidade de leis (institucionalização do discurso) que punam as práticas não civilizadas, pois o discurso de civilização obedece a vontade de verdade daquele contexto histórico baseado no ideal de civilizatório aos moldes europeus. Foi o caso dos banhos sem roupas que eram relatados nos periódicos das cidades afastadas de Belém, prática comum entre alguns moradores da localidade, em especial entre crianças. Esses banhos nus em igarapés eram criticados nos jornais da época, pois os periódicos assumiram a voz do enunciador, outorgando para si a autoridade de dizer, sendo um sujeito social que possibilita a circulação das verdades sociais.

Para a elite dirigente do Império, a promoção da ordem e da civilização era o principal passo para o progresso e, se alcançado, representaria um triunfo no que diz respeito a melhorias materiais e morais da sociedade, algo que caminha para a necessidade da formação de uma identidade nacional, o que já vinha sendo colocado como debate importante antes e, principalmente, depois dos eventos da Independência (Mattos, 1987).

Neste contexto, é possível perceber a importância que se dava à instrução pública, um elemento considerado crucial na promoção dos discursos de ordem, progresso e civilização, valores defendidos pela elite dirigente imperial. Esses discursos circularam, com certo potencial, durante as Assembleias Constituinte e Geral Legislativa de 1823, no Rio de Janeiro, que ratificaram que a instrução deveria ser um dever do Estado. No entanto, o governo imperial brasileiro acabou por promover uma educação que atendeu aos interesses da elite, deixando os grupos periféricos, como pobres, indígenas e negros, fora do planejamento e execução das ações institucionais (Malheiros; Rocha, 2013).

Foi nesse novo arranjo, e graças a influência francesa da época, que os modelos de instrução europeus adquiriram um papel central entre a classe mais rica. O modelo educacional da época se baseou nas observações dos modelos francês e inglês, importado por intelectuais nacionais que, após visitas à França e à Inglaterra, trouxeram consigo as ideias e práticas em voga (Remond, 2004).

De acordo com as análises de Needel (1993), a França e a Inglaterra exerceram uma forte influência no Brasil no início do século XIX, deixando um legado que pode ser

percebido no Segundo Reinado. Esse legado deixou marcas na arquitetura e planejamento urbano, na literatura, instituições de ensino, hábitos da elite e na moda. Os valores e ideais dessas nações, como a importância da educação e a formação de professores, serviram como modelos de modernidade e progresso que inspiraram a sociedade brasileira da época, alcançando seu auge durante a *Belle Époque*.

Esse foi um breve cenário do que ocorreu na formação social, política e educacional do Brasil e do Grão-Pará antes dos eventos da Independência. De acordo com Lustosa (2010), o processo de Independência do Brasil teve início no ano de 1821 e se estendeu até o dia 7 de setembro de 1822. No Pará, chegou até agosto de 1823. Como pudemos perceber, em especial na circulação de discursos de civilização e outros discursos que ainda são carentes de análise, a mídia impressa desempenhou uma ação fundamental nas disputas discursivas em torno da nova ordem política, institucional e identitária. Marialva Barbosa (2010), pontua que a imprensa do período era um palco de disputas políticas e críticas ferrenhas a diversos atores sociais e institucionais.

### **3.6 Política, região e imprensa: a Amazônia na segunda metade do século XIX**

Foi a partir de 1850 que o norte do país, em especial a província do Grão-Pará, passou a ser pauta no debate político do parlamento brasileiro, temática encabeçada por políticos paraenses que tentavam imprimir a ideia de região ao território, ou seja, deixar a ideia de província para trás. Foi nesse momento que alguns políticos passaram a chamar a província de Região Amazônica ou Vale do Amazonas (Santos, 2023).

Essa mudança de nome e do tom político em relação ao espaço nortista decorre, em parte, da histórica queixa de distanciamento e não atendimento dos interesses dessa parte do país por parte do Governo Central, ocasião em que o Norte agrário - sob a liderança de Pernambuco - e o Sul - sob a liderança do Rio de Janeiro - apareciam como espaços privilegiados frente à área amazônica. (Santos, 2023, p. 3).

O contexto social e político da segunda metade do século XIX demonstra que os discursos a respeito da província do Grão-Pará estavam em plena disputa, em especial na concepção do discurso a respeito da região. A época foi marcada pelos primeiros debates em torno da questão, que se encontrava alicerçada em fortes posicionamentos regionalistas apoiados em um cenário de distanciamento do poder.

No contexto deste trabalho, é importante compreender que os discursos sobre região, que hoje tomam os meios de comunicação, são acontecimentos históricos, “políticos e estratégicos, fruto de confrontos, disputas, conflitos, guerras, vitórias e derrotas”

(Albuquerque Júnior, 2008, p. 58). Discursos que ora ou outra emergem nas disputas discursivas em torno do controle, dominação e regime de verdade, registrados em materialidades que também estão dentro do jogo discursivo, como agentes ativos na produção e circulação dos discursos (Foucault, 2000, 2010).

Segundo Foucault (2015), um acontecimento é, de alguma forma, uma ruptura ou descontinuidade num sistema dado, numa instituição, no qual o discurso predominante e estabilizado é confrontado ou contraposto a um regime de verdade. Essa ruptura permite a abertura de novos horizontes nos debates e nos discursos que estão circulando em determinado tempo e espaço. Assim, os acontecimentos não podem ser entendidos como processos isolados, eles estão dentro de uma mobilização conjuntural e histórica que permite acionar dispositivos discursivos (Foucault, 2013, 2015). Esses acontecimentos não são fixos no tempo, são eventos que foram originados por ações de sujeitos históricos e que podem ser acionados a partir de condições históricas, voltando a emergirem como oferta “novas” sentidos. Os discursos permanecem em circulação até ocorrerem novos eventos de ruptura e, assim, podem ser acionados para promover processos que mesclam passado e presente, com perspectivas de futuros. Desse modo, esses processos discursivos são elementos fundamentais que integram os processos comunicacionais.

A emergência da ideia ou discurso sobre região nos ajuda perceber que no período de 1851 a 1900 houve uma ruptura significativa na conceituação do espaço geográfico do Grão-Pará o que, em certa medida, também se materializou nos jornais. Nossa afirmação se baseia na ideia basilar deste trabalho, onde a mídia impressa é um importante meio de comunicação, agente ativo nos processos comunicacionais das mudanças sociais, culturais e políticas.

Assim, pode-se compreender a diversidade de discursos a respeito da região e de seu espaço, onde atos enunciativos são produzidos, caracterizando-se como acontecimentos discursivos imersos em redes complexas de estratégias discursivas que passam a circular na vida social e política do momento histórico em que foram produzidos, mas que guardam em si memórias que os antecedem, dando sentido ao complexo jogo de sentidos. Essa perspectiva possibilita compreender os discursos como produtores e, ao mesmo tempo, produtos de sentidos que inauguram novas relações entre os sujeitos históricos, onde os processos comunicacionais engendram os acontecimentos, encadeando os discursos a partir das relações entre os sujeitos envolvidos na conjuntura social da circulação discursiva (Fausto Neto, 1999).

A conjuntura social e política da Amazônia no período delimitado pela pesquisa foi marcado pela movimentação política em torno da construção da identidade regional. Essa formação regional guarda nuances diferenciadas da concepção colonial da Amazônia, pois

emerge a partir de movimentações sociais pela definição e formação da ideia de região, algo que era comum a demais localidades do Brasil. Antes do século XIX, o Grão-Pará era reconhecido por outras denominações, como Santa Maria do Mar Doce, Rio das Amazonas, Terra dos Caraíbas, Eldorado, Maranhão, Pays de Amazonas, Região Equinocial da América e Grão-Pará, não sendo referido em nenhum momento como Amazônia (Santos, 2023).

Os debates acerca do regionalismo amazônico foram impulsionados pelos políticos e elite paraense, devido à concentração da movimentação comercial e circulação de produtos e pessoas na província do Pará. Dessa forma, Santos (2023) considera que o movimento regionalista do século XIX da Amazônia foi liderado pela elite política do Pará que debateu as questões regionais, muitas vezes ligadas somente ao Grão-Pará. As discussões se intensificaram na década de 1850, graças à economia da borracha, que permitiu que a região emergisse na economia mundial e superasse a fama de região atrasada que a acompanhava desde a adesão ao Império Brasileiro em 1823.

Francisco Adolfo de Varnhagen (2016 [1850]) propôs, na década de 1850, a criação de uma unidade administrativa e política para a região, denominada Província Centro-Amazônica. Essa proposta ecoava os discursos e debates dos parlamentares, indicando uma circulação discursiva de sentidos a respeito de uma identidade regional. Os debates se intensificaram entre os anos de 1860 e 1880, período em que a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional estava em pauta entre os políticos da época (Santos, 2023).

Na época em questão, o transporte fluvial por barco a vapor era reconhecido como uma das principais formas de mobilidade, tanto nacional quanto internacional (Santos, 2023). Esse meio de transporte se tornou especialmente relevante diante da cultura capitalista em expansão, que necessitava do transporte eficiente de materiais e pessoas. A ascensão do barco a vapor conquistou a atenção da elite política da época, que viu nesse movimento a oportunidade de abrir os rios amazônicos para a navegação, fortalecendo a ideia de liberdade de fluxo de capital na região. Nesse contexto, o partido liberal se destacou, incorporando princípios fundamentais do liberalismo.

### 3.6.1 Partido Conservador e Partido Liberal na segunda metade do século XIX

Para entender a política que inaugurou a segunda metade do século XIX, é importante conhecer a história dos partidos Conservador e Liberal. Segundo Carvalho (2012), os conservadores defendiam um Estado Central forte e um governo alinhado às classes conservadoras, que eram formadas por proprietários de terras e escravos, concentrados principalmente nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O Partido Conservador

lutava pela unidade nacional e defendia a Constituição de 25 de março de 1824, tendo a imagem do rei (imperador) como legitimadora do sistema político brasileiro da época, visto que consideravam que toda liberdade deveria emanar de uma autoridade superior (Torres, 2017).

Já o Partido Liberal tinha como principais causas a reforma do sistema eleitoral, a independência do judiciário e a abolição do poder pessoal (moderador) do imperador. O Programa Liberal, encabeçado por nomes como Joaquim Nabuco, Teófilo Otoni, João Paranaguá, Dias de Carvalho e Souza Franco, em 1869, defendia a descentralização do poder, a liberdade de comércio e indústria, a liberdade de consciência e de ensino, a independência do jurídico, entre outras medidas (TORRES, 2017).

A rivalidade entre os partidos também se estendia à imprensa da época, com alguns jornais sendo considerados órgãos oficiais de um ou outro partido. Esse embate político foi comum tanto na capital Belém quanto em cidades afastadas. O acervo de jornais do Pará do século XIX, hoje parte do acervo da Biblioteca Arthur Viana, era em sua maioria de propriedade do acervo pessoal de Manoel Barata, um dos primeiros intelectuais do Pará que se dedicou a registrar e guardar o material impresso do século XIX (Ricci, 2017, informação verbal). Até por esse motivo, boa parte do acervo é formado por jornais alinhados ou pertencentes ao Partido Liberal. Esse fato fica mais evidente nos jornais das cidades menores, pois pouco se tem a respeito dos jornais conservadores, algo que fica reservado a citações ou críticas em jornais liberais ou nos periódicos da capital.

As cidades de Vigia e Santarém tinham suas próprias pautas políticas, que frequentemente se intercalavam em questões religiosas, sociais e políticas. Essas pautas demonstraram um direcionamento partidário, com as questões religiosas mais associadas ao Partido Conservador, enquanto as pautas voltadas para direitos políticos eram mais discutidas pelo Partido Liberal. Embora tivessem pautas próprias, os jornais de Vigia e Santarém frequentemente reproduziam artigos, trechos ou elogios aos jornais da cidade de Belém, que eram considerados órgãos oficiais do Partido ou alinhados a ele, uma estratégia discursiva comum que agregava sentidos de pertencimento ao grupo político ligado a determinada pauta. A estratégia era materializada por publicação de textos elogiosos ou críticos às personalidades ligadas ao Partido alinhado ou rival.

### 3.6.2 Políticos liberais paraenses no debate regional

No Pará, assim como ocorreu na revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, houve uma tendência de regionalização política. Os liberais desempenharam um papel importante na construção dessa regionalização (Dolhnikoff, 2003). A guinada política das elites locais, embasadas na pauta regionalista, marcou a busca de poder econômico e político para defender seus próprios interesses.

Um nome relevante no cenário político liberal paraense foi Domingos Antônio Rayol, um jurista proeminente e atuante no norte do Brasil durante o século XIX (Santos, 2023). Rayol era vigiense, e viveu entre 1830 e 1912, e estudou direito em Olinda, Pernambuco. A partir de 1860, sua atuação na política nacional foi exemplar, sendo eleito o segundo deputado mais votado para a Câmara dos Deputados do Império. Além disso, por indicação imperial, ele foi presidente das províncias de Alagoas, Ceará e São Paulo. Em 1883, recebeu o título de Barão do Guajará. Rayol também se destacou como um intelectual e autor de várias obras.

Um dos momentos marcantes da trajetória de Rayol foi seu pronunciamento em 21 de março de 1864 na Câmara dos Deputados do Brasil, em que abordou a questão do movimento regionalista. Ele discutiu a necessidade da abertura da navegação internacional no Rio Amazonas e ressaltou a importância do desenvolvimento da região, destacando os benefícios econômicos, comerciais e demográficos que seriam decorrentes desse movimento, como a atração de imigrantes estrangeiros, influxo de capital externo e crescimento industrial (Santos, 2023).

Rayol foi um dos principais colaboradores do discurso em formação sobre a região na segunda metade do século XIX, especialmente no contexto da abertura para a navegação internacional. Ele acreditava que esse movimento atrairia estrangeiros para a região, impulsionando o progresso local. Nesse sentido, Rayol passou a adotar os termos "vale do Amazonas" e "região amazônica" em seus discursos, que eram comumente utilizados para se referir às áreas do Amazonas e do Pará. No Pará, a política regional buscava estabelecer dois pilares discursivos: civilização e trabalho. Esses pilares foram efetivamente concretizados por meio do fluxo comercial internacional e da chegada de mão de obra estrangeira.

Outro político paraense que se destacou no discurso regional foi Tito Franco de Almeida, natural de Mojú, local próximo a Belém. Bacharel em Direito, advogado em Belém, professor de filosofia no Liceu Paraense e atuou como jornalista em diversos periódicos, incluindo o *Grã-Pará*, *Diário do Grão Pará*, *Jornal do Amazonas*, *Diário do Comércio* e *Liberal do Pará* (Santos, 2023). Em 1852, foi eleito deputado da província do Pará. Tito

Franco tinha como base dois princípios: os princípios liberais e a defesa do protagonismo paraense nos debates regionais. Ele via o Pará como um líder regional e acreditava que Belém era a chave para o desenvolvimento do Amazonas.

Outros políticos, como Antônio José Moreira, liberal da província do Amazonas, também compartilharam das ideias de Tito Franco. Mas, havia divergências entre os políticos amazonenses e paraenses sobre a abertura dos rios, especialmente porque Manaus dependia dos portos de Belém. Apesar disso, ambos compartilhavam a visão de progresso para a região (Santos, 2023).

Esses políticos representam marcos significativos no momento de transformação do entendimento da região, que teve início com a separação da província do Pará da província do Rio Negro. Esse processo se estendeu com a abertura dos rios para a navegação internacional, consolidando termos e discursos que se tornaram parte da memória coletiva em relação ao regionalismo. A criação da província do Amazonas em 1852 foi um marco fundamental nesse contexto, impulsionando a navegação internacional e fortalecendo a utilização do termo "vale do Amazonas", que foi bem recebido pelas elites da região (Santos, 2023).

Assim, a localidade conhecida como Grão-Pará passou a ser reconhecida como o vale do Amazonas. Segundo Santos (2023), no meio do século XIX, os Estados Unidos implementaram forças expansionistas em direção à América Central e Caribe, e o tenente Matthew Mauris defendeu fervorosamente a abertura do Rio Amazonas, visando a comunicação e o comércio, além de objetivos secundários relacionados à colonização agrícola das áreas do Amazonas, com o cultivo de algodão e borracha. Mauris era um escritor bastante debatido entre a elite brasileira da época, que via uma conexão entre os vales do Mississipi e do Amazonas, ambos considerados regiões de grande importância. Por isso a adoção da ideia de Vale do Amazonas pelos políticos e intelectuais da época, justamente por buscarem elaborar um discurso que estabelecesse essa conexão entre o poder capitalista que dos Estados Unidos exercia na época, com as potencialidades advindas da região Norte do Brasil (Santos, 2023).

A abertura ocorreu, efetivamente, em 1867 e resultou em uma importante rede de navegação, conectando a região de forma mais ágil com outros lugares internos e externos. Essa rede facilitou o fluxo de pessoas e de comunicação, incluindo meios de comunicação como a mídia impressa, que utilizaram as vias fluviais para entrar nessa nova região aberta ao mundo e a si mesma (Munaro, 2015).

Os cidadãos de um império recém transformado em República são os membros de uma restrita elite de comerciantes, burocratas e estrangeiros. As

condições de construção dessa esfera de publicidade foram limitadas por uma série de fatores, como as altas taxas de analfabetismo e o contexto de emergência de uma elite econômica vinculada à extração da borracha. De qualquer forma, ao gerar e atender demandas, ela contribuiu para fazer circular informações e ideias com um alcance até hoje pouco compreendido, atravessando rios e ganhando vilarejos distantes, podendo inclusive ultrapassar o público letrado por meio de atividades coletivas de leitura (Munaro, 2015).

Segundo Santos (2023), a proposta de Domingos Antônio Rayol sobre a abertura do Rio Amazonas visava a entrada de estrangeiros, peças fundamentais para o progresso da região. Rayol divulgava a região, junto ao congresso, como um lugar abençoado pela natureza e propício para o cultivo de matérias-primas valiosas para o progresso da nação. Essa visão era compartilhada por outros políticos, como Tito Franco de Almeida, que discursava a respeito da importância de um fluxo comercial internacional e a importação de capital, o crescimento da indústria e a expansão do trabalho braçal (Santos, 2023).

### 3.6.3 Mudanças na educação na província do Grão-Pará

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passou por um período de intensa modernização, o que se caracterizou por uma série de medidas políticas e sociais que ocasionaram profundas mudanças nos espaços públicos das cidades, no modo de vida das pessoas e na propagação de uma moral pautada no cientificismo. Além disso, houve uma clara política de segregação e controle social por meio da imposição dos códigos de posturas municipais (Malheiros; Rocha, 2013).

Assim como no Império do Brasil, mudanças econômicas e sociais também ocorreram nas grandes cidades amazônicas. Belém e Manaus passaram por um processo de urbanização e higienização de seus centros, alinhados com o ideal de progresso e modernização da cidade. Edinea Dias (1999) argumenta que esse ideal foi amplamente adotado pelos governos municipais da região amazônica, que promoveram discursos que se materializam em ações efetivas de modificações dessas importantes cidades.

As contradições sociais das cidades brasileiras, especialmente Belém, no período de sua urbanização e modernização, caracterizam-se pela tentativa de estabelecer uma imagem de modernidade inspirada no modelo europeu, especialmente da França e Inglaterra, mas que contrastavam com o espaços e hábitos da população que eram considerados distantes da ideologia de civilização (Malheiros; Rocha, 2013).

Na mesma linha, estavam as ideias de educação para o Brasil da segunda metade do século XIX, mas que ainda traziam consigo uma herança dos descasos e centralidade imperial da primeira metade. Segundo França (1997), a ausência de um controle ou diretriz nacional no Brasil, durante o período imperial, resultou na organização das escolas primárias e secundárias de forma descentralizada, sob a autonomia de cada província. No Grão-Pará, a regulação da instrução primária e secundária foi efetivada pela Lei Geral da Instrução Pública, somada a sete anos de vigência do Ato Adicional. Tal regulação resultou em um programa educacional que previa um ensino primário limitado ao aprendizado da leitura, escrita, cálculo e doutrinas religiosas (França, 1997).

Os relatórios do presidente da província e dos diretores das instituições públicas denunciavam o abandono da região, apontando que mesmo sugestões que se tornaram leis não conseguiram solucionar os problemas. O governo local se limitava a criticar a formação dos professores, atribuindo a eles as dificuldades que o Estado não conseguia suprir (França, 1997).

No ano de 1861, existiam na província do Grão-Pará 77 escolas primárias, das quais 71 estavam providas de materiais para o funcionamento, sendo 57 destinadas ao sexo masculino e 14 ao feminino, e frequentadas por 3.391 alunos, distribuídos em 2.851 do sexo masculino e 540 do feminino, um número de escolas pouco expressivo para uma população de 250.000 habitantes (França, 1997). No entanto, a cultura letrada na época era pouco valorizada e muitas das crianças e adolescentes eram conduzidos diretamente para o mercado de trabalho, algo que perdurou por longos anos na realidade nacional.

Na observação dos jornais, percebemos que os periódicos de *Vigia* tinham como pauta recorrente textos que denunciavam a falta de investimento na educação, em especial nos jornais que tinham alguma filiação com o Partido Liberal, pois este tinha como uma das principais bandeiras a educação e o desenvolvimento de ações culturais.

O sistema educacional da época era voltado para as classes mais privilegiadas, sem levar em consideração a realidade de pobreza da população. As crianças, muitas vezes, não tinham condições de frequentar a escola e se dedicar aos estudos, já que precisavam auxiliar nas atividades agrícolas ou comerciais da família, elas eram vistas como mão de obra para ajudar no sustento da família e não como sujeitos em formação (Oliveira; Colares, 2023).

A província do Grão-Pará enfrentou diversos desafios territoriais, culturais, sociais e de transporte ao longo do século XIX. No entanto, tanto o governo central quanto o provincial valorizavam a educação na capital, negligenciando o interior, que recebia recursos escassos (França, 1997). A prioridade era equiparar o desenvolvimento da capital ao da Corte,

reproduzindo métodos e meios usuais do poder central (França, 1997). Ao pensar na Instrução Pública, o governo provincial não levava em conta a realidade do povo como um todo, especialmente das pessoas mais pobres, mulheres, indígenas e escravos. A falta de fiscalização e suporte aos professores que viviam longe da capital resultava em uma educação questionável. Havia um esforço maior do governo em punir professores interinos que muitas vezes foram indicados por padrinhos políticos, em vez de escolher profissionais competentes (Oliveira; Colares, 2023)

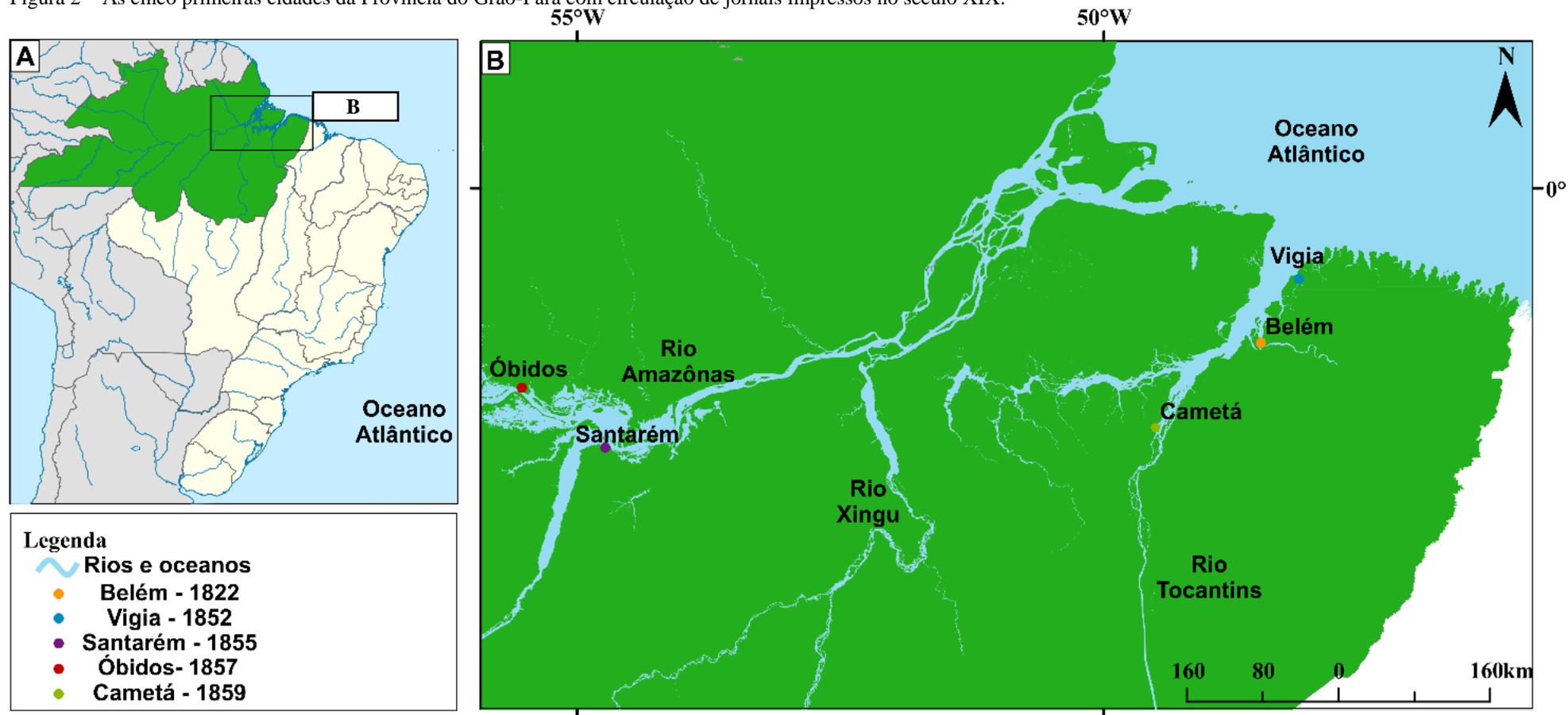
#### 3.6.4 A segunda metade do século XIX: a expansão da imprensa no Norte do Brasil, para além de Belém

Em 1850, a Província do Grão-Pará foi dividida em duas, resultando na criação da Província do Pará e da província do Rio Negro, estabelecida pela Lei nº 582, em 5 de setembro de 1850. A partir dessa divisão, houve a necessidade do estabelecimento de uma arquitetura burocrática e administrativa para a nova província. Dentro desses novos arranjos, um dos pontos centrais foi exatamente a estrutura de comunicação. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, deputado paraense, foi nomeado como o primeiro presidente da província do Amazonas em 1851. No mesmo ano, no dia 03 de maio, ele fundou o primeiro jornal do Amazonas, o *Cinco de Setembro*, cujo nome deu-se em alusão ao dia da criação da província. Era publicado às quartas-feiras e seguia o formato de quatro páginas, divididas em duas colunas. Após oito meses de circulação, o *Cinco de Setembro* foi renomeado como *Estrela do Amazonas*, que continuou circulando até 1866. Nesse ano, o jornal foi vendido ao português Antonio da Cunha Mendes, que então fundou *O Amazonas*, em 6 de julho de 1866 (Pinheiro, 2015). De acordo com Souza (2010), *O Amazonas* teve uma longa vida, sendo publicado até a segunda década do século XX.

No Pará, a segunda metade do século XIX marca o início da imprensa fora da capital. O pioneiro jornal começou a circular em 1852, em Vigia, *O Vigiese*. O jornal era editado e publicado na cidade, situada às margens do rio Guajará Mirim, norte do estado, próxima à costa do Oceano Atlântico. A observação dos jornais permite pontuar que para quem vinha, à época, pelos vapores do Maranhão, a localidade era um dos portos que precediam a entrada de Belém. Esses vapores movimentavam a cidade, seja levando ou trazendo passageiros e cargas, inclusive edições de jornais de outras cidades e estados. Há relatos nos jornais de uma grande rede de envios e recebimentos de periódicos, em especial para as cidades de Salvador, São Luís, Belém, Manaus, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Segundo o catálogo do Jornais Paraoaras (Biblioteca Pública do Pará, 1885), o segundo jornal da província do Grão-Pará foi fundado em Santarém em 1856, às margens do rio Tapajós, o jornal *Tapajoense*. No entanto, ao analisarmos o *Diário de Belém* (14 abr. 1885, p. 2), por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil), encontramos uma afirmação de que o primeiro periódico da cidade santarena foi o periódico *Amazonense*, que, ainda segundo essa mesma fonte, circulou entre 1853 e 1855. Essa foi a única menção encontrada sobre esse jornal. A terceira cidade a introduzir a mídia impressa foi Óbidos, com a *Sentinella Odidiense* em 1857. Posteriormente, no ano de 1859, Cametá deu início à publicação do jornal *O Conservador* (Figura 2).

Figura 2 – As cinco primeiras cidades da Província do Grão-Pará com circulação de jornais impressos no século XIX.



Fonte: Dados da pesquisa. Mapa elaborado por Arthur Santos da Silva Neri, 2023.

O pioneirismo da cidade de Vigia na produção impressa no século XIX, somado à importância social e econômica dessas cidades na época, são os fatos que nos levaram à escolha dos jornais de Vigia como objetos de estudo desta pesquisa. A cidade, além de estar no centro das movimentações políticas, sociais e culturais da época, seus periódicos representam um momento crucial na expansão da imprensa para cidades fora da capital. O estudo desse material busca demonstrar as dinâmicas próprias e as contribuições dessas experiências comunicacionais para a compreensão do cenário da época. Pois, ao investigar esses jornais, buscamos entender não apenas a expansão da imprensa além da capital, mas também compreender as peculiaridades e contextos regionais que moldaram a sua produção e circulação.

Quadro 2 – Os primeiros jornais distantes da cidade de Belém no século XIX

<b>Título</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano do primeiro número</b>
<i>O Vigiense</i>	Vigia	1852
<i>O Tapajoense*</i>	Santarém	1855
<i>Sentinella Obidiense</i>	Óbidos	1857
<i>O Conservador</i>	Cametá	1859
<i>Diario do Commercio</i>	Bragança	1875
<i>Libertas</i>	Soure	1876
<i>O Bayoneta</i>	Muaná	1881
<i>O Liberal de Odivelas</i>	São Caetano de Odivelas	1882
<i>O Autonomista</i>	Ponta de Pedras	1883
<i>O Curuçãense</i>	Curuçá	1883
<i>Gazeta de Alemquer</i>	Alenquer	1883
<i>O Abaetetubense</i>	Abaetetuba	1884
<i>Correio de Chaves</i>	Chaves	1884
<i>O Marapaniense</i>	Marapanim	1884
<i>O Monte Alegrense</i>	Monte Alegre	1884
<i>O Progresso</i>	Viseu	1885
<i>O Tocantino</i>	Mocajuba	1889
<i>O Gurupaese</i>	Gurupá	1892
<i>O Patriota</i>	Currálinho	1892
<i>A Tuba</i>	Maracanã	1893
<i>15 de Novembro</i>	Breves	1894
<i>A Pátria</i>	Baião	1896
<i>O Xinguense</i>	Porto de Moz	1897
<i>A Pátria</i>	São Domingos da Boa Vista	1889

Fonte: Organização do autor, a partir de Biblioteca Pública do Pará (1985).

Durante a segunda metade do século XIX, é possível observar um notável crescimento da imprensa no Pará, seja na capital ou fora dela. Nos jornais listados no Quadro 2, percebemos que há uma evidente proposta de um discurso de pertencimento, onde o nome do

jornal demonstra sua naturalidade, aos moldes d'*O Paraense*. O que indica a necessidade que as elites letradas das localidades necessitavam em demarcar a identidade e o próprio espaço geográfico de atuação. De acordo com o Catálogo Jornais Paraoaras (Biblioteca Pública do Pará, 1985), foram registrados 478 periódicos nesse período. Muitas dessas publicações foram efêmeras, durando apenas um ano. No entanto, o número revela a crescente demanda da sociedade paraense pela atividade jornalística e a expressiva expansão que a imprensa desenvolveu na segunda metade do século.

A expansão da imprensa na segunda metade do século XIX ocorreu em consonância com importantes acontecimentos da história nacional, tais como a Questão Religiosa, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, assim como eventos de relevância regional, como o auge da economia da borracha, que abrangeu as décadas de 1870 a 1910 e que possibilitaram o estado do Pará, com ênfase em Belém, vivenciar os costumes e culturas da *Belle-Époque* amazônica (Seixas; Rodrigues; Santa Brígida, *no prelo*). Essa interação entre a expansão da imprensa e os acontecimentos históricos nos aponta a busca da sociedade e de grupos locais por inserção na conjuntura social, política e cultural, seja no âmbito local, seja no nacional.

Desses acontecimentos, nos interessa destacar dois que se cruzam e que tiveram um impacto direto na produção e circulação de discursos e jornais nas cidades distantes de Belém e nos modos de viver e experienciar o cotidiano: a *Belle-Époque* e a Proclamação da República. A *Belle-Époque* marcou a entrada expressiva de capital econômico e cultural em Belém, enquanto a Proclamação da República teve uma ação significativa na estrutura política e letrada da época. No entanto, aqui não nos interessa entrar em detalhes desses acontecimentos, mas como eles foram fundamentais em Vigia nas transformações dos sujeitos, na cultura da época e nas mentalidades, haja vista que esses elementos estão materializados nos discursos dos jornais que compõem este trabalho.

Na segunda metade do século XIX, o Pará experimentou um importante desenvolvimento econômico impulsionado pela exportação de látex para abastecer o mercado internacional. Segundo Sarges (2000), o látex já era um produto conhecido e utilizado no continente europeu desde o início do século XIX. No entanto, foi a partir de 1840, com o desenvolvimento da técnica de vulcanização de Charles Goodyear, que o produto se tornou mais popular.

No entanto, apesar do relativo sucesso inicial, a economia da borracha no Pará enfrentou diversos desafios, como a concorrência de outras regiões produtoras e a queda nos preços internacionais. Isso levou a uma desaceleração do setor e impactou negativamente a

economia paraense, com a queda se efetivando em 1885. Por esse motivo, no Pará, entre os anos de 1840 a 1885, é tido como o primeiro ciclo de exportação desse material (Sarges, 2000).

Foi na abertura dos rios à navegação internacional e no desenvolvimento do maquinário dos navios a vapor que a economia do látex se reaqueceu. Ou seja, os barcos a vapor não só desempenharam um papel crucial na expansão da imprensa no Norte do Brasil, como também foram fundamentais para o desenvolvimento do segundo ciclo da borracha, que ocorreu entre 1870 e 1910 (Sarges, 2000).

Graças a esse ciclo econômico, a região sofreu impactos significativos na população que geraram mudanças nas estruturas econômicas, nas relações sociais e no próprio cotidiano. A exploração da borracha envolvia a coleta do látex das seringueiras, o beneficiamento e o transporte para os centros de comércio, o que demandava uma maior mão de obra. Por esse motivo, houve uma intensa campanha migratória que, aliada a seca pela qual o Nordeste passava na época, resultou na entrada massiva de migrantes na região, o que acarretou em uma reconfiguração do espaço geográfico (Daou, 2000).

A *Belle Époque* foi um período marcado pela influência da cultura europeia, especialmente a francesa, e fez parte de um processo maior de mundialização da cultura que foi vivenciada pelos principais centros urbanos da segunda metade do século XIX e início do XX (Sarges, 2000). Belém e Rio de Janeiro, durante essa época, foram polos centrais da vida intelectual e artística, expressando de forma mais efetiva essa cultura, por meio da moda, da vida social e das produções artísticas (Coelho, 2016).

Ou seja, a partir da identidade temporal que a *Belle Époque* representou, podemos considerar que os sujeitos sociais e históricos daquele momento podiam ser circunscritos a partir de discursos que apoiavam-se dentro de perspectivas econômicas e culturais dominantes do mundo capitalista. Isso resultou em novas formas de linguagem, gostos, posturas, estéticas e sociabilidades que foram produzidas nos centros hegemônicos da economia do capitalismo industrial e se disseminaram em escala global e local (Coelho, 2016). Segundo Coelho (2016), no Pará, a *Belle Époque* marcou a diluição dos padrões de vida lusitanos que eram comuns nos costumes da população, da arquitetura do espaço, entre outros aspectos, abrindo espaço para os modos de vida francês. Foi nesse período que ocorreram diversas ações políticas e administrativas que buscavam transformar Belém na "Paris dos trópicos".

De maneira geral, o contexto social do período foi uma representação discursiva dos moldes de uma dita civilização, encarado pelos sujeitos oitocentistas como um período de ouro e de progresso (Coelho, 2016) e, segundo Sarges (2000), a ideia era que o mundo

caminharia numa construção baseada nas conquistas da ciência, da tecnologia e dos processos de civilização que se colocavam em curso.

O processo de urbanização ocorrido no Pará durante o período marcou a memória e a história do estado. Muito se deu a partir da tentativa da elite intelectual e política de Belém em transformar a cidade num símbolo da modernidade baseada na arquitetura urbanística e social da Europa. Essa busca foi uma empreitada discursiva que circulou na região, produzindo sentidos de desenvolvimento que se expressaram na formação e composição das cidades do entorno que, por sua vez, também buscavam alinhar-se aos padrões em voga do ideal de civilidade e progresso. Padrões que, segundo Sarges (2000), estavam alicerçados no mito da razão, na industrialização da produção, no fortalecimento do estado nacional e na internacionalização do mercado.

Esses acontecimentos impulsionaram ainda mais a elite letrada e política do estado, que já estava mais forte desde o fortalecimento da política local e regional após os acontecimentos da Proclamação da Independência e da Cabanagem, que pontuamos na primeira metade do século XIX. Esse crescimento se efetivou no consumo e na produção dos periódicos, pois não só se tem o *boom* econômico da borracha, como também se tem uma sociedade ávida por expressar as suas ideias e de seus grupos, de publicizar debates e tomar parte da circulação de discursos. Essa entrada de sujeitos mais diversos na imprensa trouxe à luz discursos relacionados à modernidade e civilização, que passaram a ser pautas recorrentes nos jornais.

Por esse motivo, podemos dizer que as transformações urbanas e sociais promovidas nesse momento histórico tiveram um impacto significativo na sociedade paraense como um todo, seja na capital, seja nas cidades afastadas, pois buscaram moldar costumes, modos de vida e comportamentos, tendo a imprensa como um dos principais veículos de circulação desses discursos que iam ganhando moldes institucionais por meio da promulgação de leis que coíbiam ou puniam sujeitos que viessem a se desviar das ditas novas normas de postura (Sarges, 2000). É nesse momento que podemos perceber que ao buscar se mostrar ao mundo como uma região moderna, a sociedade paraense buscou e foi obrigada a se adequar aos padrões que eram considerados civilizados, ao mesmo tempo em que entrava em conflito com suas particularidades e identidades locais.

Se a *Belle-Époque* foi marcada pela cultura e fausto econômico, a Proclamação da República desponta nos jornais reflexões sobre as novas forças políticas emergentes. Ela propõe novos ideais e discursos com a finalidade de estabilizar os novos poderes e consolidar

elites políticas que já estavam em plena formação desde o início do século e que ganharam contornos mais demarcados no Brasil entre as décadas de 1880 e 1900.

Nesse momento, surgiu um novo perfil social, o homem civil, caracterizado por um refinado gosto artístico, literário, apreciador do teatro, defensor do bom gosto, da moral, amante das leis e das autoridades, elementos que, ao seu ver, encaminhariam a sociedade rumo ao progresso. Esse novo sujeito passou a frequentar agremiações e associações literárias, contribuindo para a disseminação de uma cultura sofisticada na região (Coelho, 2016).

Com o processo que se desenvolveu após à Proclamação da República, Belém e o restante do Brasil passaram por um intenso reajuste social que buscou uma espécie de redefinição política, social e cultural com o objetivo de estabelecer um alicerce discursivo e institucional para validar o projeto de aceitação social a respeito dos símbolos republicanos (Coelho, 2016). Dentro desse projeto, a cultura letrada era um ponto central, seja por meio da educação, que já era uma bandeira do partido Liberal, seja pelo consumo mais massivo dos jornais impressos alinhados ao novo regime. Ocorreu uma transição que se baseou na reorganização social e política, o que envolveu disputas simbólicas e a construção de um novo imaginário coletivo (Moura, 2008).

Lúcia Lippi Oliveira (1989) argumenta que a sociedade passou por uma reorganização que buscava estabelecer uma vida social e política em conformidade com os ideais republicanas. E para Coelho (2006), o projeto republicano buscou implementar uma pedagogia cívica com o intuito de familiarizar a sociedade com as instituições da república e, assim, promover a assimilação do novo ideal político de forma palatável.

Foi nesse cenário e projeto que a imprensa foi colocada no centro dos debates. Segundo William Gaia (2005), a mídia impressa desempenhou um papel fundamental na divulgação dos símbolos republicanos e na orientação dos costumes e modos de vida dos indivíduos, o que se baseou em um modelo de projeto político da República. Ainda segundo Gaia (2005), foi a imprensa, também, responsável por divulgar de maneira efetiva e massiva os valores e os princípios que tinham a finalidade de moldar uma nova identidade política e social baseada na proposta republicana, não mais baseado nos princípios da monarquia que tinham dominado todo o passado do Brasil e que eram base para a identidade brasileira daquele momento histórico, e que de certa maneira continua até os dias atuais. O esforço se direcionou, assim, na produção e circulação de discursos a respeito da ideologia republicana e no incentivo à uma formação mais voltada para a sociedade letrada.

Ao analisarmos o ideal de sociedade relacionado aos eventos do *boom* da borracha e a Proclamação da República, podemos observar a emergência de uma espécie de espírito da época, que centra nos sujeitos históricos vestígios variados de memórias que estão em plena interação, diálogo que aciona elementos variados na rede de discursos postos em circulação. Isso indica que a segunda metade do século XIX foi um momento que a própria memória a respeito de ser brasileiro e paraense estavam se reestruturando dentro das novas relações de poder que estavam sendo postas em disputa. Por esse motivo, nesse jogo de elaboração e reelaboração de discursos há vozes dissonantes que não compartilham com os novos símbolos que estavam em processo de construção. Os jornais das cidades distantes de Belém a partir de 1850 permitem uma observação desse cenário, possibilitando que vestígios desses discursos venham à tona, ao mesmo tempo que dissonâncias, ou rupturas, sejam expostas, mesmo que parcialmente. Na imprensa, sendo ela um sujeito histórico ativo nas transformações e disputas, há uma materialização da rede discursiva de memórias que encontram nós de convergência ou de dissoluções.

No capítulo seguinte, o Capítulo 4, adentramos na história da cidade de Vigia, situada no nordeste paraense. Esta cidade possui uma cultura rica e uma história intrinsecamente ligada ao pioneirismo da mídia impressa no Pará durante o século XIX. Neste capítulo, exploraremos as bases culturais e sociais que moldaram essa cidade, permitindo-nos compreender a importância do desenvolvimento da imprensa nesse contexto específico.

#### 4. SEJAM BEM-VINDOS À VIGIA DE NAZARÉ

O título deste capítulo foi inspirado na mensagem que atualmente podemos encontrar no pórtico de entrada da cidade, como ilustrado na Figura 3. Essa mensagem simboliza uma acolhida calorosa aos visitantes do município vigiense. Da mesma forma, nossa intenção ao escrever este capítulo, que abordará a história desse pequeno município, é fornecer uma compreensão mais profunda da sua formação e estrutura social. Pretendemos lançar luz sobre os elementos que moldaram essa cidade no nordeste paraense no século XIX, contribuindo assim para uma apreciação mais completa de sua importância histórica e cultural.

Figura 3 – Pórtico de entrada da cidade de Vigia, 2023.



Fonte: Arquivo de pesquisa. Fotografia: Ana Carlina Barboza, 2023.

O município de Vigia está localizado no estado do Pará, a uma distância de aproximadamente 103 km da capital, Belém. Os vigienses, de acordo com a prévia do censo realizado pelo IBGE em 2022, somam um total de 49.096 habitantes. No censo de 2010,



Prosseguindo, nas próximas seções, apresentaremos o contexto histórico e social de Vigia desde o século XVII. Nosso objetivo é pontuar eventos e acontecimentos que acreditamos contribuir para o entendimento parcial a respeito da localidade, em especial nas memórias presentes nos jornais analisados do século XIX e que iremos apresentar, sobretudo no âmbito cívico-religioso da cidade. Em seguida, abordaremos a história da educação em Vigia, iniciando com a primeira instituição fundada pelos padres jesuítas, seguida do desenvolvimento educacional ao longo do século XIX, onde as instituições públicas de ensino ganharam maior destaque, reforçadas pelas iniciativas de sociedades literárias, como a “Cinco de Agosto” (Figura 5), que desempenharam e ainda desempenham papel fundamental na cidade desde o século oitocentista.

Figura 5 – Cede da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”



Fonte: Arquivo de pesquisa. Fotografia: Ana Carlina Barboza, 2023.

Por fim, nos aprofundaremos na história da cidade no século XIX, abordando o cenário social, político e econômico da época em que os jornais impressos começaram a ser

fundados, marcando o início da expansão da imprensa no Pará. Dessa forma, teremos uma visão panorâmica do desenvolvimento de Vigia ao longo do tempo, compreendendo as mudanças ocorridas em sua infraestrutura de transporte, o fortalecimento da educação e o papel desempenhado pela imprensa como meio de comunicação.

#### **4.1 Vigia de Nazaré: uma breve história dos encontros e desencontros da cidade**

A história da cidade é envolta por muitos mitos e poucos documentos. A partir das primeiras crônicas que abordam Vigia, há os escritos dos padres João Felipe Bettendorf e José de Moraes, ambos jesuítas que passaram pela região no século XVII. Bettendorf chegou ao Norte do Brasil em torno de 1661 e afirma que a localidade era pacífica, o que fez com que não houvesse missionários atuando na região. Segundo o padre, os habitantes de Uruitá, que era o nome anterior da cidade, desfrutavam da brisa marítima refrescante e se sustentavam da pesca, coleta de ostras e atividades agrícolas (Maués, 1987).

Maués (1987) pontua que, segundo os relatos do padre Bettendorf, já havia na localidade a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, popular entre os habitantes que lhe tinham uma grande devoção, expressa por meio de romarias e novenas. Nos escritos de José de Moraes, datados de 1759, Vigia foi retratada quase da mesma forma. Segundo o padre, a fundação da vila foi uma obrigação atribuída ao português e comerciante Jorge Gomes Alemó por Dom João IV, porém Alemó acabou falido em seu negócio, que o levou a abandonar a vila. O padre também destacou a devoção do povo à imagem de Nossa Senhora de Nazaré, que na época já tinha um templo próprio, uma igreja feita de pedra e cal (Maués, 1987).

Essas considerações iniciais sobre a fundação de Vigia são de relevância significativa, pois destacam como a cidade, desde seu início, esteve profundamente envolvida em questões relacionadas à religiosidade, com um foco especial na devoção católica. Essa ligação com a religião é um tema que também se faz presente de maneira marcante nos jornais do século XIX que foram analisados. Isso sublinha a influência duradoura da fé e da devoção católica na história e na cultura da cidade (Figura 5).

Figura 6 – Fotogravura do largo da Igreja Matriz (1902).



Fonte: Soeiro, 2011.

Isso indica a existência de uma rede de memórias e discursos que estão em constante circulação e que atuam no próprio desenvolvimento social da localidade. Política e religião foram temas frequentes nos jornais analisados, sendo o templo religioso e as falas proferidas nele assuntos amplamente debatidos nos impressos da época.

Ao discurso religioso soma-se a presença dos discursos de cidadania e civilidade, que coexistiram na construção do conceito de um cidadão moderno em Vigia durante o século XIX. Essa interação entre elementos religiosos, cívicos e de civilidade moldou a identidade

do cidadão vigiense da época, e, em certa medida, essas influências continuam a ecoar na sociedade atual.

É notável que Vigia seja reconhecida localmente pelas festas religiosas do Círio de Nazaré<sup>2</sup>, que têm lugar no segundo domingo de setembro. Essas celebrações religiosas, enraizadas na história da cidade, representam um elo importante entre o passado e o presente (Figura 7), mantendo vivas as tradições e os discursos que ajudaram a moldar a comunidade vigiense ao longo do tempo. Essa combinação de elementos religiosos, cívicos e de civilidade continua a desempenhar um papel significativo na identidade cultural e na vida da cidade.

Figura 7 – Fotografia Igreja Matriz de Vigia



Fonte: Arquivo de pesquisa. Fotografia: Ana Carlina Barboza, 2023

De acordo com Heraldo Maués (1987), a história dos primeiros habitantes da localidade é anterior ao momento histórico descrito pelos padres jesuítas. A região era inicialmente habitada por povos tupinambás. Essa população indígena provavelmente fazia parte dos grupos que habitavam a costa sul e leste do Brasil e migraram para o norte em busca da "terra sem males" ou, então, fugindo das invasões portuguesas, eles passaram a habitar o território litorâneo entre Belém e São Luís, até os portugueses chegarem à localidade, em especial na consolidação de São Luís e na fundação de Belém, em 1616.

Essa ocupação indígena foi duramente reprimida pelos portugueses, que travaram guerras de extermínio contra esses povos nativos (MAUÉS, 1987). Os poucos que

---

<sup>2</sup> A Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, é realizada anualmente no segundo domingo de outubro.

conseguiram sobreviver passaram a morar em aldeamentos jesuítas e foram utilizados como mão de obra para o trabalho dos colonos portugueses (MAUÉS, 1987).

Com base nos escritos de Antônio Baena (1939) e do historiador vigiense Domingos Antônio Raiol (1865), foi desenvolvida uma historiografia que afirma que a cidade foi formada a partir de uma espécie de fusão da antiga aldeia indígena chamada Uruitá e do posto de vigilância alfandegário que os portugueses utilizaram para o controle da entrada e saída de embarcações do porto de Belém e contra possíveis ataques indígenas. Para Maués (1987), a região do Salgado possui uma história repleta de mitos fundadores e analogias à própria cultura Tupinambá, o que torna complexo traçar uma linha cronológica ou uma narrativa coesa sobre as localidades desse espaço litorâneo do Pará. Tanto que até mesmo a localização exata do posto de vigilância que teria sido o motivo do nome da localidade é questionável, pois não encontra fundamentos documentais (Raiol, 1865).

Em suma, com base nos estudos de Maués, Raiol e Baena sobre a cidade de Vigia, mesmo diante das imprecisões, pode-se inferir que o território foi provavelmente fundado por José Gomes Alemó por volta do século XVII e era habitado anteriormente pelos indígenas da etnia Tupinambá. É muito provável que parte desse povo nativo tenha sido morto, escravizado ou expulso, ao longo dos anos, pelos colonizadores portugueses (MAUÉS, 1987). Os colonos portugueses que ocuparam o espaço e desenvolveram a devoção à Nossa Senhora de Nazaré, o que fez com que Vigia constituísse uma ligação forte com a religiosidade católica e se tornasse a primeira cidade do Pará a prestar devoção e homenagem à santa. Os festejos, novenas e ladainhas atraíram devotos das cidades vizinhas, incluindo Belém, ainda no século XVII (Baena, 1939). A festa nazarena só chegou em Belém em 1700 e, segundo Maués (1987), teve grande influência do que já era realizado em Vigia.

A localidade foi elevada à condição de vila em 1693 e deve ter ocorrido devido à importância da vila na economia pesqueira e à sua posição estratégica entre São Luís e Belém (Baena, 1939). Em 1733, a população da vila era de 179 moradores, o que aumentou de forma significativa um século após, em 1832, chegando a um total de 5.130 habitantes, sendo 2.120 brancos, 2.681 mestiços e 329 escravos (BAENA, 1939).

#### **4.2 A cidade da Vigia no século XIX**

O crescimento populacional pontuado por Baena (1939) na primeira metade do século XIX resultou no afastamento dos moradores das margens do rio Guajará-Mirim. Com o

desenvolvimento da cidade, diversas ruas foram sendo abertas pela população e pelo poder público, e logo foram batizadas com nomes ligados à tradição vigiense, a fatores cotidianos ou a eventos da história nacional. A primeira rua da cidade, que acompanha o curso do rio, foi denominada de Rua de Nazareth, em homenagem à devoção mariana que já era comum desde o século XVII em Vigia. Era nessa rua que funcionava a tipografia de alguns dos periódicos que compõem este trabalho.

Durante o século XIX, a maior parte da população de Vigia residia na parte mais interna da vila, nas áreas rurais, onde se concentrava a base econômica da região. Esse contingente populacional se dedicava às atividades agrícolas, como às plantações de mandioca, arroz, café, algodão e cana-de-açúcar. Junto a essa atividade agrícola, somava- o comércio, que escoava o excedente da produção da agricultura, o peixe salgado e os seus derivados (SOEIRO, 2012). Vigia e as localidades ao seu entorno estavam muito ligadas aos rios da localidade, por esse motivo a atividade pesqueira (Figura 8) era algo natural no cotidiano e dinâmica de subsistência dos moradores.

Figura 8– Cultura da pesca em Vigia (1950).



Fonte: IBGE, 2020.

Por essa proximidade, era comum haver longas viagens pelos rios e igarapés da região. Nesse contexto, houve todo um desenvolvimento da cultura náutica, onde os moradores confeccionavam embarcações que eram conhecidas como vigilengas (Soeiro, 2012; Palheta, 2022). Soeiro (2012) descreve essas embarcações como composta por duas velas, sendo a

segunda chamada de "bujarrona" (Figura 9), e por uma proa e popa achatadas. As velas eram de algodão e tingidas com tinta extraída das cascas de árvores do mangue ou do murici. Por serem úteis tanto nos rios quando no mar, além da pesca, essas embarcações serviam para o transporte de pessoas e cargas, seja para as localidades no entorno, seja para Belém.

Figura 9 – Embarcação construída pelos moradores da localidade (1965)



Fonte: IBGE, 2020.

A partir de documentos do início do século XIX, pode-se observar em Vigia um forte sentimento nativista. Baena (1939) registra até mesmo um documento direcionado à junta provisória do estado, no qual foram relatados conflitos entre os moradores da vila, que se dividiram entre europeus e brasileiros nativos, resultando em ataques e discriminação entre as vilas vizinhas. Apenas pessoas da mesma vila eram consideradas patriotas. Esse episódio reflete bem os debates políticos do momento histórico do Pará e do Brasil, com o surgimento crescente de sentimentos nativistas, que se intensificaram mesmo após a adesão do Pará à independência, até os acontecimentos da Cabanagem (MAUÉS, 1987).

Durante a Cabanagem, a vila de Vigia sofreu severas consequências por não apoiar o movimento cabano (Rodrigues, 2009). Rodrigues (2009) pontua que o território da cidade foi cenário de algumas das batalhas mais violentas do período, uma vez que a tática principal dos cabanos era a guerra de guerrilha.

Os cabanos tomaram a vila, saquearam armas, munições e suprimentos e destituíram as autoridades, assumindo, assim, o controle do poder. No entanto, houve uma reação das elites locais, o que resultou na derrota dos cabanos e na retomada do controle da vila. Porém, ainda segundo Rodrigues (2009), pouco tempo depois um novo ataque ocorreu, resultando na morte de autoridades civis e militares de Vigia, o que levou uma parte da população a fugir do centro urbano, abandonando suas casas.

Os ataques cabanos fizeram com que famílias se tornassem populares por sua ação na defesa da cidade, como foi o caso da família Moura Palha, que ao longo do século XIX ganhou destaque na imprensa e na vida social local. A partir das 2.804 aparições do termo "Moura Palha" na Hemeroteca Digital, foi possível observar como essa família foi importante no conjunto social e público que ficaram documentadas nos periódicos.

Numa abordagem genealógica da família Moura Palha, encontramos o patriarca, José Pedro de Moura Palha, que era descrito como um importante ex-combatente do exército e servidor público de Vigia. Seu destaque na luta contra os cabanos ao lado das tropas legalistas, em 1835, e seu papel na reconstrução da cidade em 1836 foram apontados pelos jornais pesquisados como fatores determinantes para sua ascensão na esfera pública. A *República* relatou o falecimento de José Pedro de Moura Palha e apresentou um breve retrospecto de sua vida e carreira.

Nascido em 1816, [SD3]quando apenas tinha 19 anos, [SD4]vio-se obrigado na defesa da patria a pegar em armas contra os [SD 5] rebeldes, que em 1835 fizeram na Vigia a terrível carnificina que até hoje horroriza aos que d'ella tem tido notícias, trabalhando ainda na restauração da legalidade ao lado das forças do governo em 1836 (A Republica, 18 fev. 1890, p. 2, grifos nossos).

Seguindo a perspectiva da análise do discurso foucaultiana, as sequências discursivas (SD) destacadas apresentam discursos que permitem acessar parte da memória a respeito da história de José Pedro Moura Palha. O texto o caracteriza como um indivíduo nascido no ano de 1816, dando um panorama do momento histórico ao qual ele pertence, ou seja, um homem oitocentista, do início de um século cheio de ventos históricos marcantes para a história do Pará e do Brasil [SD3]. Ao mencionar a idade de suas primeiras batalhas, o situa imerso em um conflito onde “vio-se” [SD4], uma obrigação que toma para si, obrigado a defender a

pátria e a cidade a qual nasceu, ou seja, aponta para uma experiência de assujeitamento ao Estado com vistas patrióticas, pois não partiu de uma convocação, o que destaca um discurso patriótico e que nos permite inferir sentidos a respeito de que tal sentimento deve ser fortalecido ou aflorar a partir da juventude. Haja vista que naquele momento tudo era, relativamente, jovem, José Pedro Moura Palha, a própria cidade (que estava em “restauração”), o próprio regime político do Brasil (no caso de 1835, o Império, no caso do momento em que o discurso emerge no jornal, a República). Ou seja, a SD cruza diversos tempos históricos, ora aciona a memória do passado, ora aciona a memória do presente, em um diálogo contínuo.

Além disso, o trecho também pontua a atuação do indivíduo na defesa da cidade, sendo a cidade uma espécie de protótipo do todo, pois remonta uma memória em torno dos diversos conflitos que o Brasil pós-Independência estava vivenciando, onde “rebeldes” não estavam se submeter as novas ordens. Segundo Foucault, as relações de poder só podem ser observadas quando percebemos as forças que estão em ação, toda relação de poder pressupõe resistência, a imersão nessa SD 5 nos permite observar que o discurso a respeito dos “rebeldes” sugere a elaboração de uma dicotomia entre sujeitos históricos que lutam em prol do Estado e aqueles que se opõem a ele, o que nos aponta para um discursos que será cada vez mais circulante em torno de uma ideologia patriótica que ora ou outra emergiam ao retomar as memórias sobre a Cabanagem.

Nesse sentido, o discurso posiciona o indivíduo José Pedro Moura Palha como integrante das forças do Estado, logo, ele era leal a pátria, assim posicionando-o como exemplo de lealdade que foi enaltecido no momento de sua morte, e que passa a circular, pelo jornal *Republica*, como símbolo a ser seguido de lealdade e patriotismo, valores valorizados pelo discurso oficial do Estado.

Além disso, a SD5 se refere a cabanagem como uma “terrível carnificina” ocorrida em Vigia em 1835, o que faz emergir memórias que se alinham a eventos traumáticos, com diversas mortes e teor de crueldade, algo que também parece sempre em torno desse evento e que nos permitem observar contornos do que estava em circulação naquele momento histórico onde a além de todo o ocorrido, o Estado reforçava o discurso de violência e de rebeldia aos que não compactuavam com seu projeto de poder. A cena de carnificina evoca uma referência ao horror, o que contribui para a elaboração da memória coletiva, fazendo com que o evento histórico continue presente no imaginário social, novamente em torno da elaboração de um símbolo, nesse caso, o da rebeldia e de suas consequências.

Um fator ressaltado pela SD5 foi o trabalho na "restauração da legalidade ao lado das forças do governo em 1836", o que sugere uma adesão à ordem, posicionando-o como uma espécie de agente do Estado presente na cidade. Essa posição nos permite inferir uma forma de subjetivação, onde o sujeito está em consonância com a ideologia do poder vigente, ou seja, as ações do sujeito condizem com as normas e regras impostas pela instituição estatal. Ou seja, o discurso do jornal reforça o poder instituído, o enunciador propõe uma imagem discursiva em torno de José Pedro Moura Palha como exemplo de um cidadão que atua em prol do discurso dominante, uma espécie de discurso pedagógico a respeito do patriotismo e de seus símbolos.

Portanto, a análise nos permite perceber um discurso que elabora uma identidade atribuída ao indivíduo, mas que ao mesmo tempo serve como modelo aos demais que buscam se alinhar à ideologia de patriotismo. Esse discurso aciona a memória em torno de eventos traumáticos que permitem que os sujeitos elaborem laços de pertencimento ao grupo. Laços que fortalecem o controle do Estado na formação de uma identidade coletiva que auxilia na coesão da instituição.

Ao ser publicada em jornal de Belém, a notícia a respeito de José Pedro Moura Palha funciona como uma estratégia discursiva que posiciona Vigia no centro do debate da opinião pública, em especial quando se toma a memória da cidade como uma das maiores concentrações urbanas da província e, pelo menos até a época da Cabanagem, uma das cidades mais importantes da região do Salgado e do Pará como um todo. Além disso, era a vila e paróquia mais antiga da região, desde o final do século XVII, e a criação de sua freguesia incluía por muito tempo os territórios de várias outras cidades atuais do Salgado. Segundo Maués (1987), sua decadência só se iniciou após a Cabanagem, acentuando-se durante o período áureo da borracha, coincidindo com o projeto de colonização agrícola da região Bragantina e a construção da estrada de ferro de Bragança.

Após o período mencionado acima, a cidade só passou por grandes transformações nos anos 1870. Na época, o centro urbano contava com cerca de 800 moradores e as áreas rurais contavam com 12 mil (Soeiro, 2010). Ou seja, apesar do crescimento significativo de Vigia durante o século XIX, a maior parte da população estava concentrada no meio rural, o que fortalece os apontamentos de Maués (1987) sobre o êxodo da população urbana em direção à área rural devido aos ataques promovido pelos cabanos na cidade.

Foi, também, na década de 1870 que a extração de látex começou a ganhar destaque na cidade, desempenhando um papel importante na receita do município (Soeiro, 2011). Essa

atividade, que potencializava a exploração da floresta e a infraestrutura de recepção e exportação, contava com a atuação de comerciantes locais.

Soeiro (2011), ao analisar a elite vigiense daquela época, observou que era um grupo diversificado, que abrangia latifundiários, donos de grandes propriedades de terra, alguns seringalistas, comerciantes de exportação de peixe e outros produtos, além de funcionários públicos e funcionários da Igreja Católica local. Contudo, pontua o autor, no fim do século XIX houve um crescimento significativo no número de profissionais liberais no Brasil, uma classe formada por juízes, promotores, tabeliões, advogados, professores, políticos, poetas, jornalistas e militares. Cenário semelhante em Vigia, onde alguns profissionais liberais com formação universitária ou oriundos de caminhos educacionais menos convencionais, buscaram ascender a cargos públicos.

Assim, a composição plural da elite vigiense e o desenvolvimento de uma classe de profissionais liberais no final do século XIX revelam uma conjuntura sociopolítica dinâmica, em que diferentes grupos disputavam influência e poder, enquanto o país passava por transformações significativas. A ascensão desses profissionais liberais e sua busca por cargos no governo refletem uma tentativa de moldar a sociedade conforme suas concepções de progresso e civilização. Essa pluralidade de atores nos permite compreender melhor as nuances históricas que permeiam a trajetória de Vigia e sua inserção na conjuntura política brasileira.

Essas mudanças demográficas, econômicas e sociais em Vigia ao longo do século XIX refletem um processo de crescimento e desenvolvimento da cidade, evidenciando a importância do contexto histórico para compreender sua trajetória. A diversificação das atividades econômicas e a ampliação da elite intelectual contribuíram para a consolidação da identidade e o fortalecimento da comunidade local. Essa consolidação da classe intelectual e o desenvolvimento da educação em Vigia no século XIX que veremos no tópico a seguir, em especial o que tangencia a história da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”.

#### **4.3 Educação e sociedade letrada na Vigia do século XIX: dos jesuítas a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”**

A história da educação na cidade de Vigia inicia por volta de 1730, quando a localidade foi ocupada pelos missionários jesuítas, mercedários e carmelitas. Mas especificamente, pelos jesuítas. Durante o período, foram esses padres que estabeleceram uma missão na região com o objetivo de catequizar os povos indígenas da etnia tupinambá que habitavam a área. Nesse processo, eles também fundaram o segundo Colégio jesuíta do Pará,

que foi nomeador de "Casa dos Jesuítas da Vigia", em 1731. Essa instituição respondia ao Colégio de Santo Alexandre, localizado em Belém.

Figura 10 – Prédio do colégio Jesuíta no século XX



Fonte: Palheta, 2022.

O Colégio da Companhia de Jesus (Figura 10) em Vigia era localizado em um prédio anexado à igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré. Entres as atividades, havia as responsabilidades religiosas comuns a esses tipos de instituição, mas também o colégio coordenava a exportação alimentos para o Colégio de Santo Alexandre. Os jesuítas também estabeleceram uma escola primária que atuava na educação dos filhos dos colonos. Essa atividade educacional conferiu aos religiosos uma certa autoridade junto à população de Vigia.

As informações sobre a educação em Vigia anteriores ao XIX são escassas. No entanto, tendo como base o relatório de Pedro Vicente de Azevedo, publicado em 1875, podemos identificar a existência de aproximadamente nove escolas de educação primária na localidade. Ainda segundo o relatório, essas escolas eram frequentadas por 279 meninos e 85 meninas.

Os jornais *Liberal da Vigia* e *O Espelho* desempenharam um papel importante na publicação de textos que eram voltados para a educação na cidade, durante a segunda metade do século XIX. *O Liberal da Vigia*, por ser vinculado ao Partido Liberal e ter como uma de suas bandeiras a promoção da educação e o fortalecimento das instituições de instrução, frequentemente divulgava informações a respeito da tradução de materiais de língua francesa

ou inglesa que eram disponibilizados nas escolas locais e no corpo do próprio periódico. Isso atribuía ao jornal ares modernos e funcionava como uma estratégia discursiva de mostrar ao público leitor a função social que o jornal podia desempenhar pela cidade.

*O Espelho*, por sua vez, era um jornal repleto de poemas, folhetins e anedotas que ocupavam metade do jornal. Ele divulgava informações a respeito das instituições de educação em Vigia, pela frequência das notícias é possível dizer que parecia ser uma preocupação do jornal. Nos anos de circulação, encontramos textos que noticiam a realização de provas, convocavam pessoas da sociedade para aplicação de lições, informavam a chegada e atuação de professores e professoras, davam dados sobre o número de alunos homens e mulheres que frequentavam as aulas naqueles anos, noticiavam, ainda, a respeito aulas extras, as quais o jornal buscava convocar os jovens a participar. Essas informações oferecem um breve panorama de como a sociedade letrada da época estava em formação, pois a cidade de Vigia parecia estar bem no centro dos debates acerca da educação e do progresso civilizatório baseado na educação e na promoção das instituições de ensino, tem-se uma sociedade letrada atuante que se materializa por meio das associações literárias, fenômeno que ocorriam no Brasil como um todo, mas que na *Belle-époque* paraense ganha uma força em Belém e em algumas cidades afastadas, como era o caso de Vigia.

Angela Alonso, em sua análise sobre a geração brasileira dos anos de 1870, identifica um grupo engajado nas questões intelectuais, impulsionado pelo contexto social e político da época, que foi marcado pelo avanço do partido Republicano. Segundo Meira (1990), os eventos sociais e políticos da segunda metade do século XIX contribuíram diretamente para o desenvolvimento cultural e literário de Vigia. Eventos que proporcionaram a criação de associações culturais e literárias, bem como para a chegada de estrangeiros naturalistas que buscavam estudar e explorar as localidades e os rios da região, como Agassiz, Dates, Martius, Spix, Henri Condreau, Robert Avé-Lallemant, entre outros (Meira, 1990). Essas influências externas trouxeram para Vigia um reforço no que dizia respeito a intelectualidade e modernidade, o que, conseqüentemente, estimulou à sociedade local nessa direção em torno de elementos culturais e literários.

Juntou-se a esses eventos o fluxo intenso de imigrantes para Belém, impulsionado pelo *boom* econômico promovido pela economia da borracha, e o costume da elite paraense de enviar jovens para serem educados na Europa (Sarges, 2000), elementos que fizeram com que no Pará circulassem discursos sociais e progressistas (Salles, 2001). Nesse contexto, as sociedades beneficentes ganharam destaque, atuando em prol de melhorias para questões que careciam da atuação do poder público (Salles, 1992).

Essas sociedades beneficentes desempenharam um papel fundamental na defesa do *status quo* da época, pois apoiava-se em padrões progressistas advindos da Europa, o que incluía a valorização da formação intelectual. Cenário comum ao território brasileiro, onde a organização de grupos e o surgimento de novas instituições, como clubes, bibliotecas e sociedades, se tornaram comuns e necessárias na promoção da formação intelectual, o que buscava atender às expectativas da sociedade da época.

Em Belém, por exemplo, destacou-se a existência de várias dessas sociedades (Salles, 1992), instituições que promoveram a divulgação do conhecimento, a troca de ideias e estimularam à produção cultural e científica. Em outras palavras, foram espaços que proporcionaram um ambiente onde as disseminações de discursos progressistas fortaleceram a formação de uma elite intelectual paraense.

Segundo Joseane Araújo (2011), a educação do Pará do início do século XIX era precário, especialmente nas regiões fora de Belém. No entanto, nesse período, em Vigia, havia uma escola em funcionamento, o que Araújo (2011), pontua que não foi possível determinar com precisão quais disciplinas eram oferecidas, o que a levou a pressupor que não passavam de três, limitavam-se às primeiras letras, latim, lógica e retórica.

O cenário começou a mudar a partir da segunda metade do século XIX, pois foi quando o contexto sociocultural da província do Pará se modificou, o que acabou alcançando outras regiões mais distantes da capital, como Vigia. A expansão das práticas intelectuais, científicas e sociais, impulsionadas por um ideal de civilização e progresso ofereceram uma nova realidade para a sociedade, que refletia uma preocupação constante no que tangenciava o desenvolvimento e o que estabeleceu um ambiente plural, pautado na civilidade e modernização próprias da época e que podiam ser vistas nos grandes centros urbanos.

Nesse contexto, a cidade de Vigia buscou se engajar no padrão de modernidade da segunda metade do século e desenvolver, em termos urbanísticos, sociais e culturais, uma identidade moldada por esses valores. Ocorreu um movimento da sociedade local em pertencer ao dito ideal moderno da época. Foi nesse momento que diversas mudanças significativas ocorreram, em especial nos hábitos, que passaram a se assemelhar aos dos moradores dos grandes centros urbanos. Essa circulação de novos símbolos e discursos se dava muito pelo trânsito de pessoas entre Vigia, Maranhão, Belém, Manaus, entre outras localidades, por meio do intenso fluxo de barcos a vapor, mas também pela circulação de jornais impressos que também utilizavam a mesma rede de navegação. Rede que possibilitou um fluxo intenso na comunicação desses sujeitos.

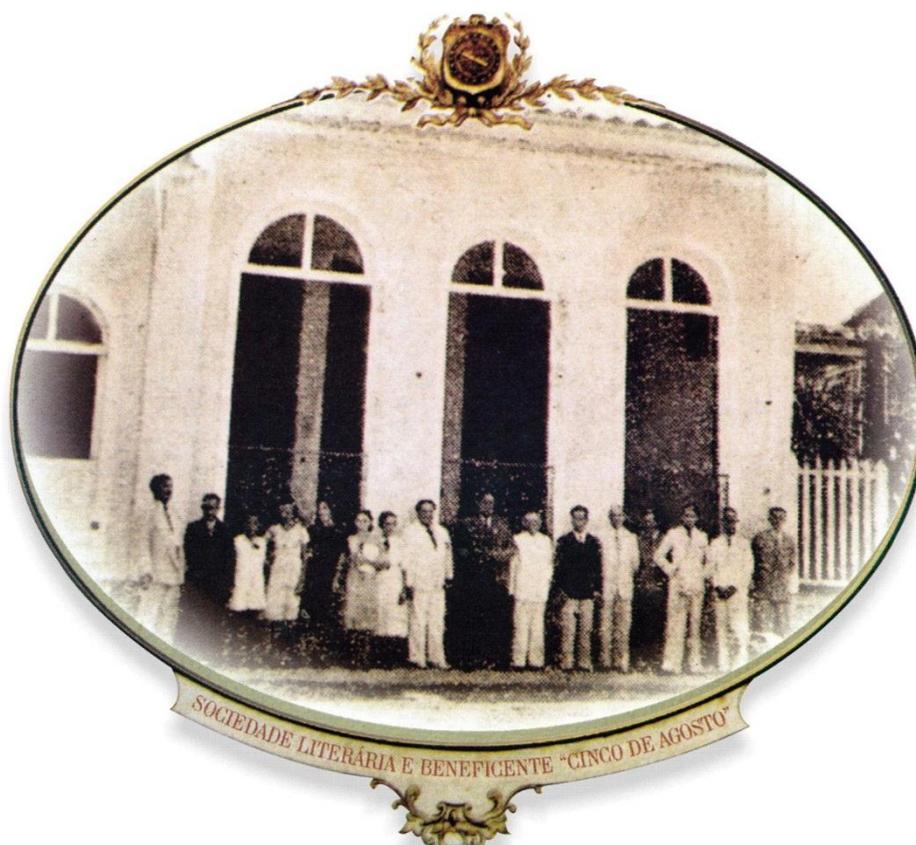
Segundo Araújo (2011), na segunda metade do século XIX, em Vigia, havia uma crítica recorrentes por parte da elite em direção aos mais pobres, em especial a atitudes que iam contrárias aos padrões e discurso em torno do ideal de civilizacional. Algo que também era comum em outras cidades da província do Pará e que ora ou outra estavam presentes nos jornais impressos. Os textos desses periódicos abordavam discursos que enfatizavam a necessidade de abandonar práticas que eram consideradas indígenas ou que evocavam a memória desse grupo, haja vista que não eram bem recebidas em uma sociedade que buscava ser moderna aos moldes europeus (Seixas; Santa Brígida; Santos, 2018). Nesse contexto, a educação desempenhava um papel fundamental nas ações progressistas empreendidas durante o período.

Como parte dessas ações, escolas públicas e centros educacionais foram cada vez mais fortalecidos em Vigia com o objetivo de promover o conhecimento e a instrução aos jovens do local. A cidade, que já contava com uma escola em funcionamento regular no início do século XIX, buscou, na segunda metade do século XIX, incentivar o interesse dos mais jovens pelas letras, o que possibilitou a criação de um externato com ensino gratuito e de quatro escolas (Araújo, 2011).

Juntos às atividades educacionais, as atividades culturais também guardavam um grande valor junto à sociedade de Vigia. Nessa esteira, é fundada, na década e 1870, a Sociedade Recreação *Philo-Scenica*, em particular, era responsável por encenar uma variedade de peças teatrais (Soeiro, 2012). As encenações ocorriam, geralmente, após as missas e tinham um teor que valorizava a moral e as práticas ditas civilizadoras. Independentemente do gênero, do dramático ao cômico, as encenações buscava mostrar situações cotidianas da própria localidade que não condiziam ao modelo de civilização pretendido (Araújo, 2011).

De acordo com Araújo (2011), a produção literária foi muito importante na cidade de Vigia no período de 1870, não apenas localmente. Ocorreu uma produção de autores que ficaram conhecidos por seus atos políticos e literários, como Domingos Antônio Raiol e Vilhena Alves, nomes famosos que produziram, em certa medida, obras e discursos que não se restringiram às fronteiras da pequena cidade da Região do Salgado, mas também foram amplamente debatidas na capital paraense e no Brasil, como foi a própria questão da formação de uma identidade a respeito da região amazônica no século XIX. São esses escritores que compartilhavam de ideias progressista, que fundaram associações ligadas à promoção da vida literária, social e política, como foi o caso da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” (Araújo, 2011) (Figura 11).

Figura 11 – Capa do Facebook da “Cinco de Agosto”.



Fonte: *Fanpage* Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”, 2022.

A Entidade foi fundada em 01 de outubro de 1871, quando cerca de 30 homens se reuniram na casa do professor Francisco Quintino de Araújo Nunes (SOEIRO, 2012). A escolha do nome foi uma clara alusão ao Círio de Nazaré da cidade de Vigia, pois naquela época, a festa ocorria no dia 5 de agosto. Segundo Soeiro (2012), a escolha do nome foi uma estratégia da associação em alinhar seus ideais com a religiosidade, algo que poderia fazer com que a entidade se tornasse rapidamente popular no corpo social da cidade, algo que era muito forte na identidade da cidade naquele momento histórico.

Na visão de Palheta (2022, p.145),

[...] a Sociedade Literária 5 de Agosto era constituída de um quadro de membros diversificado: professores públicos, comerciantes, políticos locais, artistas, lavradores e pessoas comuns. Isso nos leva a entender que a cultura associativa do final do século XIX em Vigia, não era privilégio de grupos endinheirados ou intelectualizado da cidade, mas algo pertencente também à população em geral que buscava estes espaços com o intuito obter certos benefícios, seja material e/ou ilustrativo.

Os envolvidos na fundação da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” desempenharam diversas funções e ocuparam diversos cargos públicos de Vigia no final do século XIX. As atuações abrangeram áreas como comércio, magistratura, política, educação,

literatura, artesanato, imprensa e outros. Cada um contribuiu de alguma forma para a educação, a vida social e política da época (Soeiro, 2012).

Segundo Palheta (2022), a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” teve três iniciativas educacionais na cidade de Vigia durante a década de 1870. A primeira iniciativa ocorreu em 1871, com a criação de uma escola noturna, a Recreio Literário. O projeto partiu dos esforços do professor adjunto de uma das escolas primárias da cidade, Vilhena Alves, juntamente com o professor titular, Araújo Nunes. A escola era destinada a atender meninos e adultos, para os meninos era gratuito, para os adultos se pedia uma contribuição financeira para auxiliar nos custos e manutenção (Palheta, 2022).

Essa escola tinha como objetivo oferecer ensino para as pessoas que não estavam matriculadas nas escolas públicas. Ou seja, não competia com o ensino público, pois buscava preencher uma demanda educacional dos que estavam fora das salas de aula.

Em 1873, veio outra tentativa, a criação do Externato Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (Palheta, 2022). Essa instituição educacional foi a parceria entre a paróquia local, representada pelo padre Mâncio Caetano Ribeiro, e alguns membros letrados da Sociedade Literária, os professores Araújo Nunes, Vilhena Alves e Cândido Nunes. O externato tentava suprir a carência de escolas secundárias, que na época só eram presentes em Belém, o que prejudicava o desenvolvimento da educação nas cidades afastadas.

A última ação em relação a educação, realizada pela “Cinco de Agosto”, no século XIX, ocorreu em 1877, quando foi fundado um novo externato dirigido integralmente pela Sociedade que oferecia ensino gratuito a jovens e adultos, uma espécie de instituição educacional (Palheta, 2022). As aulas eram ministradas no período da noite, pois os professores lecionavam em escolas públicas durante o dia. Os alunos eram jovens do sexo masculino que já tinham terminado o ensino primário, que trabalhavam, e que queriam dar continuidade aos estudos sem terem que sair de Vigia para Belém, ou outra capital.

Esses projetos educacionais nos permitem perceber como a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” foi importante para o desenvolvimento educacional dos jovens da cidade, sem contar que a sociedade, desde sua fundação, proporcionou uma biblioteca com livros e documentos sobre diversos assuntos, em especial sobre a própria cidade de Vigia. A história da “Cinco de Agosto”<sup>3</sup> esteve diretamente ligada aos jornais impressos da cidade, pois alguns dos homens letrados que fundaram a Sociedade também eram proprietários ou estavam envolvidos com a redação dos jornais que compõem esta

---

<sup>3</sup> Site da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”: <https://www.cincodeagosto.tk/>

pesquisa e que serão apresentados na próxima seção. Em outras palavras, a “Cinco de Agosto” tem em seu histórico um legado que contribuiu para a formação e desenvolvimentos de gerações e continua atuando até os dias atuais na cidade de Vigia, um espaço de educação e desenvolvimento social, estabelecendo parcerias com o poder público e com a sociedade. É também a portadora da maioria das edições dos jornais que compõem esta pesquisa e que serão apresentados no capítulo seguinte.

#### **4.4 Os jornais da cidade Vigia: panorama dos vestígios**

A seleção dos jornais da cidade de Vigia como objeto de estudo neste trabalho resulta, em parte, por seu pioneirismo na circulação de jornais impressos ao longo do século XIX, estabelecendo-se como a primeira cidade a realizar tal feito na história pós separação do Pará e Amazonas.

A fim de traçar uma linha cronológica da fundação dos jornais em Vigia ao longo do século XIX, utilizamos o Catálogo dos Jornais Paraoaras, assim como a observação dos jornais *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia*. Ainda, buscamos informações por meio de pesquisa de palavras-chave, como nome dos jornais supracitados, proprietários, colaboradores dos periódicos e opositores dos impressos estudados, utilizando a ferramenta de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil).

Essas fontes são elementos importantes na compreensão da imprensa em Vigia, o que permite mapear o início e o desenvolvimento desses importantes veículos de comunicação. Esse panorama permite ter acessos aos vestígios do impacto da imprensa na cidade e a sua agência na circulação de informações e discursos. O uso dessas fontes, em especial o Catálogo dos Jornais Paraoaras, confere ao estudo uma abordagem panorâmica e multifacetada.

Em resumo, apresentamos uma linha do tempo detalhada sobre a criação dos jornais em Vigia, o que é enriquecido com informações advindas de diversas fontes. A seguir, fornecemos uma análise das 83 edições que constituem o *corpus* de pesquisa, com 42 edições do jornal *O Liberal da Vigia*, 39 d’*O Espelho* e 02 da *Cidade da Vigia*.

As informações deste tópico estão baseadas no Catálogo dos Jornais Paraoaras (1985) e foram completadas com outras fontes, quando possível. Antes de prosseguir, queremos pontuar a importância do Catálogo dos Jornais Paraoaras para o desenvolvimento de pesquisas sobre história da mídia impressa no Pará. A obra é fruto de um extenso trabalho da equipe de bibliotecários da Biblioteca Pública do Pará, e tem por objetivo apresentar os jornais do estado do Pará desde 1821 até 1985. A compilação, segundo Valdéa de Nazaré

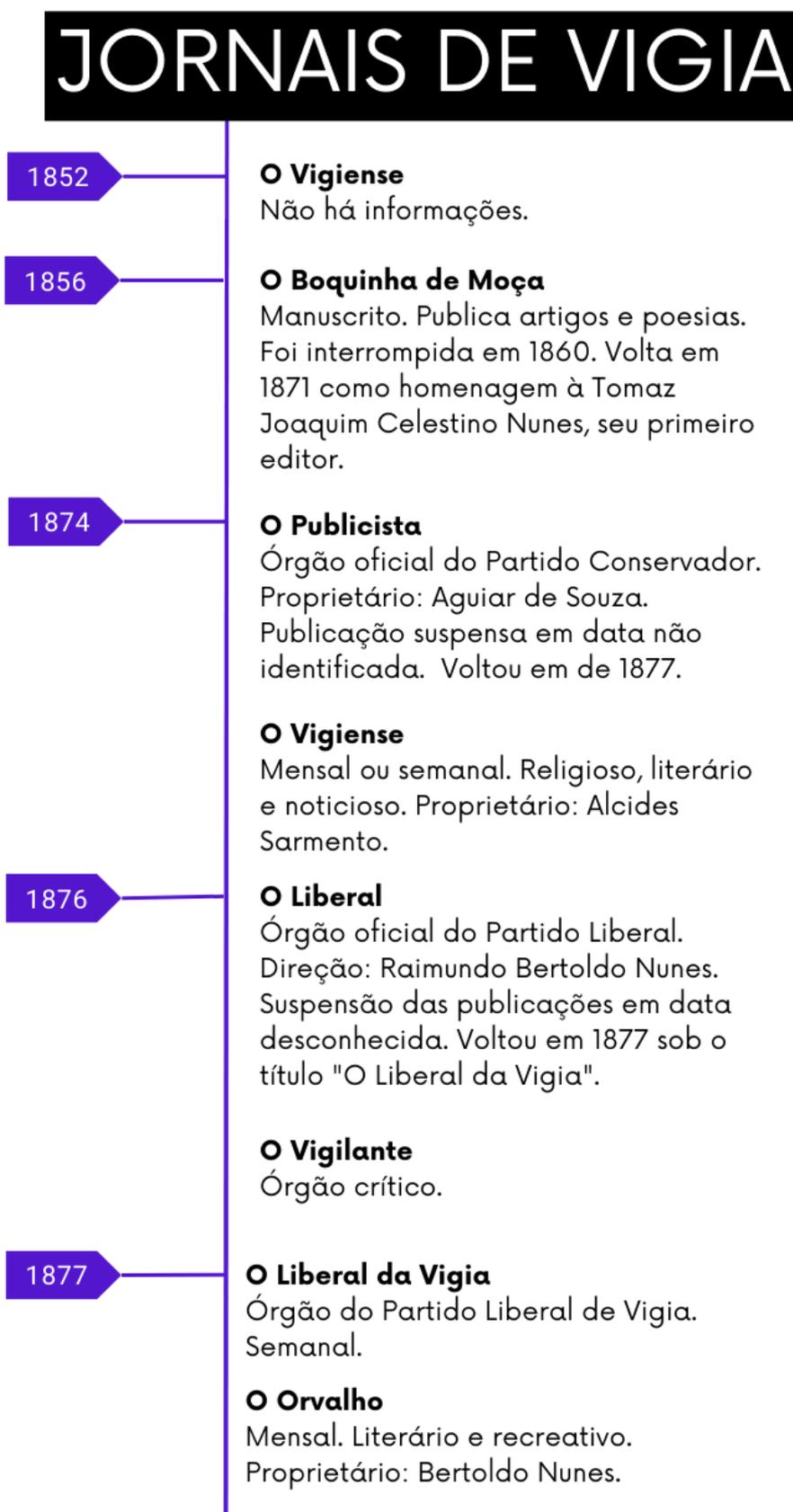
Cunha da Silva (1985), é fundamental para compreendermos os eventos apresentados pela imprensa, que estão imersos nas áreas de cultura, administração, política e vida social, aspectos que possibilitam uma compreensão plural a respeito da identidade e memória de parte significativa da população do Pará.

Fazemos essa ressalva por entendermos que o esforço empreendido na criação do catálogo é algo notável, pois ao acessá-lo percebemos as intensas pesquisas realizadas no intuito de catalogar o maior número possível de jornais desse longo período histórico. Nele, encontramos registros contextualizados com informações sobre as fontes de pesquisa e, quando possível, um breve histórico do periódico catalogado, o que torna o catálogo uma fonte valiosa para estudiosos, pesquisadores, historiadores e a comunidade em geral que tenham a imprensa como seu objeto de interesse.

A obra foi fundamental na trajetória deste pesquisador, que se iniciou ainda no segundo semestre da graduação, em jornalismo, em 2012. Por isso, queremos deixar registrado nosso agradecimento, pois ele é uma obra importante do apanhado teórico-metodológico que integra o trabalho, e que também são memórias que constituem o pesquisador e a pesquisa.

A seguir, apresentamos três infográficos que permitem visualizar o desenvolvimento da imprensa na pequena cidade da Região do Salgado paraense a partir do ano de 1852, quando foi fundado *O Vigiense*, o primeiro jornal do Pará fora de Belém e que marca o início da expansão da imprensa no estado.

Infográfico 1 – Linha cronológica da imprensa em Vigia no século XIX, 1852 a 1877



Fonte: Biblioteca Pública do Pará e dados da pesquisa.

Entre os periódicos mencionados no Infográfico 1, podemos fazer as seguintes considerações a partir do Catálogo dos Jornais Paraóaras (1895) e de observações dos jornais que compõem o *corpus* da pesquisa: *O Vigiense* e *O Boquinha de Moça*, foram publicados em 1852 e 1856, respectivamente, um intervalo de quatro anos, o que pontua um início mais comedido no desenvolvimento da imprensa em Vigia. No caso d'*O Vigiense*, percebemos a estratégia discursiva bem comum à época, sendo o nome do jornal o marcador de sua naturalidade e identidade. Algo semelhante com outros jornais, como foi o caso do próprio *O Paraense* de 1822 (Seixas, Santa Brígida, Rodrigues Júnior, 2022).

O nome de um jornal desempenha um papel essencial na comunicação de um periódico. É um enunciado que se destaca e assume uma posição acima de todos os outros enunciados das páginas, funcionando como um envelope que contém e conecta os demais enunciados (Mouillaud, 1997). O nome do jornal é, por si só, um enunciado com relevância e significado próprios. Ou seja, ele se torna parte integrante dos enunciados jornalísticos. Assim como os títulos estruturam os artigos, o nome do jornal estrutura os títulos, uma dinâmica que coloca o nome do jornal como uma referência, orientando a interpretação das informações apresentadas (Mouillaud, 1997).

*O Boquinha de Moça* foi um jornal manuscrito na cidade e apresentava artigos e poesias. Sua publicação foi interrompida em 1856 e retomada 15 anos após, em 1871, como forma de homenagear seu primeiro redator, Tomás Joaquim Celestino Nunes. Segundo Soeiro (2012), Nunes era filho de Francisco Celestino Nunes e de dona Cândida Maria Ferreira Nunes, e tinha como um de seus irmãos Bertoldo Nunes, um dos sócios fundadores da Sociedade Cinco de Agosto e dos jornais *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*.

Segundo Barbosa (2019, p. 11), a existência de jornais manuscritos no Brasil oitocentista aponta para um “desejo de jornalismo” de uma sociedade. Ou seja, a partir da colocação da autora, podemos pontuar que *O Boquinha de Moça* funciona como uma espécie de ensaio do que seria o jornalismo na cidade da Vigia, pois demarca o desejo de jornalismo e ao mesmo tempo um jornalismo voltado à literatura, à educação, que atende com maior necessidade de um grupo intelectual letrado.

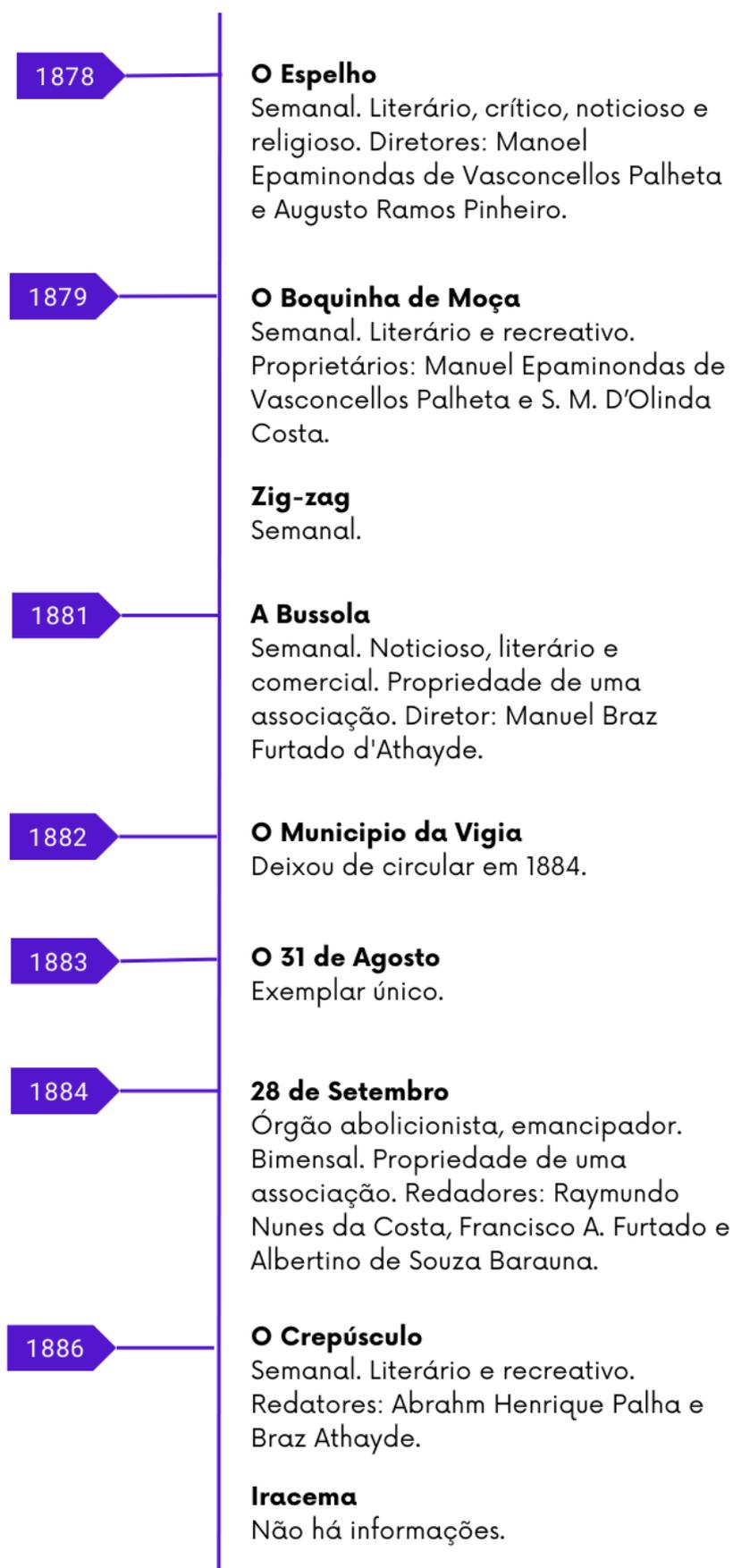
Já *O Publicista*, que tinha uma publicação semanal aos domingos, era órgão do Partido Conservador de Vigia, surgiu em 1874 como propriedade de Lauriano Antônio Gil de Souza. Ele foi sócio da Sociedade “Cinco de Agosto” e, em 1870, presidente do colégio eleitoral de Vigia (Soeiro, 2012). O jornal era impresso na tipografia da rua Nazareth, número 60. Embora tenha enfrentado problemas financeiros e suspenso as publicações por um período não identificado, retornou a circular na cidade em 1877.

O segundo *O Vigiense*, por sua vez, começou a ser publicado em 1874 e circulou até 1879. O jornal tinha um caráter religioso, literário e noticioso, era de propriedade de Alcides Sarmiento e impresso em tipografia própria. No entanto, o nome que mais se associa ao jornal foi do seu redator, padre Mâncio Caetano Ribeiro. De acordo com nossas observações nos períodos, o padre e o jornal eram amplamente citados por jornais de Belém e de outras regiões do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. O jornal parece se apoiar em uma linha política denominada Partido Liberal Catholico, partido divergente do partido Conservador e de O Liberal, o que o torna um crítico de ambos os partidos, com maior ênfase ao Liberal, denominando os integrantes do partido de *Liberangos* e associando-os à maçonaria.

*O Liberal* posteriormente, em 1877, mudou para *O Liberal da Vigia* e manteve a numeração das edições. Esses jornais eram impressos em uma tipografia própria, que foi a mais proeminente de Vigia no século XIX por ser a tipografia de diversos outros jornais e oferecer serviços tipográficos que não ficavam restritos a imprensa de periódicos.

Outros periódicos mencionados no infográfico 1 são *O Vigilante*, que teve início em 1876 e que pontuava ser um órgão crítico, e *O Orvalho*, que circulou entre janeiro de 1877 e 1878, sendo um periódico mensal literário e recreativo de propriedade de Bertoldo Nunes, impresso na tipografia de *O Liberal da Vigia*.

Infográfico 2 - Linha cronológica da imprensa em Vigia no século XIX, 1878 a 1886.



Fonte: Biblioteca Pública do Pará (1985) e dados da pesquisa.

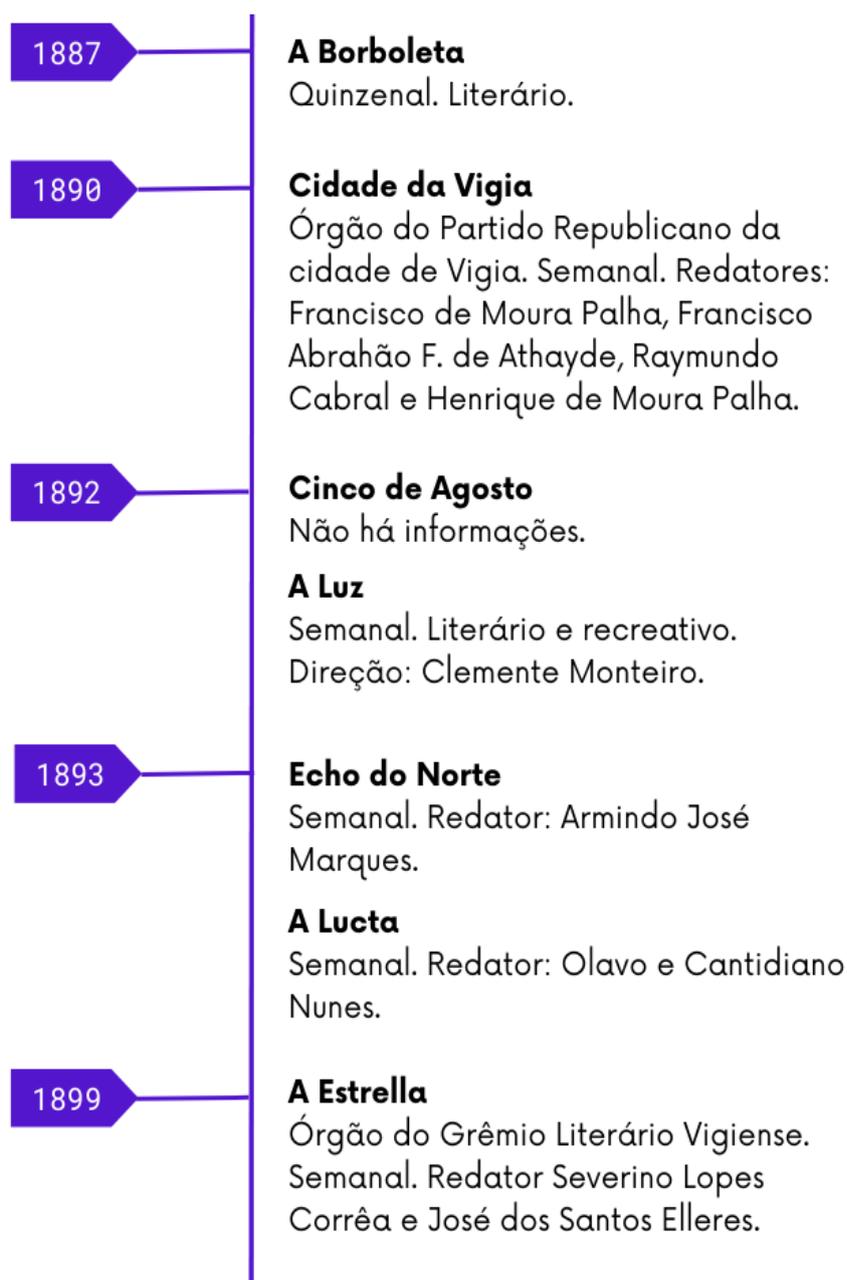
Alguns destaques a respeito dos jornais apresentados no Infográfico 2. Sobre o periódico *Zig-Zag*, as informações disponíveis foram encontradas em citações dos jornais *Liberal da Vigia* e *O Espelho* de 1879. Segundo essas fontes, o *Zig-Zag* era publicado pela tipografia de *O Publicista* e não era regulamentado junto aos órgãos da cidade. Por vezes foi chamado de *pasquim* ou *papelão* por esses jornais. Já *A Bússola*, era propriedade de uma associação dirigida por Manuel Braz Furtado d'Athayde, era um jornal de publicação semanal, noticioso, literário e comercial. Começou a circular em 6 de fevereiro de 1881, tendo sua tipografia localizada na rua Nazareth, na esquina com a travessa Visconde de Pelotas, e era impressa em um prelo de sapucaia, uma madeira de lei comum no Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. O prelo de sapucaia foi produzido por um artista de Vigia. A única peça de metal era um parafuso que era utilizado para regular a impressão. Dos jornais da época, registrados pelo Catálogo dos Jornais Paraoras (1985), ele foi o único impresso em prelo artesanal produzido na própria cidade e por um artesão local, algo nada comum na época.

O jornal *31 de Agosto* era impresso na tipografia do *Liberal da Vigia*, teve sua primeira edição publicada em 31 de agosto de 1883, em comemoração à adesão do povo de Vigia à Independência do Império. Sua divisa era "Resistir à opressão é um dos mais sagrados direitos do homem social". Já o jornal *28 de Setembro*, também impresso pela tipografia de *O Liberal da Vigia*, começou a circular em 2 de junho de 1884. Esse periódico era abolicionista e emancipador, de publicação bissetimanal e propriedade de uma associação. Seus redatores eram Raymundo Nunes da Costa, Francisco A. Furtado d'Athayde e Abertino de Souza Baraúna.

Desse último grupo de jornais apresentados, temos o periódico *O Crepúsculo*, com tipografia própria e que iniciou sua circulação no mês de junho de 1886. Era um jornal de publicação semanal, literário e recreativo, tendo como redatores Abraham Henrique Palha e Braz Athayde. Como a maioria dos outros jornais, a tipografia estava localizada na rua Nazareth, a principal via da cidade na época e que ficava às margens do rio.

As informações apresentadas dos jornais do Infográfico 2 demonstram parte da diversidade dos periódicos presentes na cidade de Vigia no século XIX. Entre os anos de 1878 e 1886, a imprensa da pequena cidade da região do Salgado abordou diferentes temáticas, como notícias, literatura, comércio e abolicionismo.

Infográfico 3 - Linha cronológica da imprensa em Vigia no século XIX, 1879 a 1900



Fonte: Biblioteca Pública do Pará (1985) e dados da pesquisa.

No terceiro grupo de jornais impressos do século XIX na cidade de Vigia, temos o periódico *A Borboleta*, que era impresso na tipografia de *O Liberal da Vigia*. A primeira edição circulou em 30 de janeiro de 1887 e tinha um caráter literário. Ele era semanal, contava com Vilhena Alves e Henrique de Moura Palha como redatores. Havia uma relação entre *A Borboleta* e o jornal *Cidade da Vigia*, onde, em ambos, Henrique de Moura Palha era redator, o que nos leva a inferir possíveis conexões entre esses periódicos. Fato que ajuda a pontuar a relevância da família Moura Palha na história da imprensa da cidade de Vigia, seja pela atuação nos periódicos, seja pelo expressivo número de jornais que as tipografias d'*O Liberal da Vigia* e *Cidade da Vigia* imprimiram.

Outro jornal da linha cronológica traçada acima foi o *5 de Agosto*, cuja primeira edição foi em cinco de agosto de 1892, data comemorativa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na cidade durante o século XIX. Teria o jornal utilizado a data como forma de identificação com o público, o que poderia sinalizar um possível caráter religioso aí?. Não há mais informações disponíveis sobre o periódico, mas a data escolhida é significativa na indicação da força que a religião exercia sobre os moradores da localidade.

O jornal *A Luz* começou a circular em Vigia no dia 14 de agosto de 1892. Apresentava-se como literário e recreativo, com publicação semanal. Estava sob a direção de Clemente Monteiro. O catálogo dos Jornais Paraóaras tem registrado apenas o último número, em 1893. A breve existência mostra a efemeridade dos jornais do período, quando vários periódicos tiveram curta duração, algo comum também na cidade de Belém. No caso dos jornais de Vigia, há pouca ou quase nenhuma informação a respeito dos últimos números e as motivações para o final dos jornais. Podemos inferir por dados coletados durante a pesquisa que uma parte se dava pela escassez de papel e outros materiais para impressão, materiais esses que vinham de Belém. Outra explicação pode ser a falta de assinaturas para manterem a produção de jornais, pois naqueles que foram analisados, era comum encontrarmos textos pedindo aos assinantes que quitassem os valores referentes à assinatura.

Seguindo a cronologia, temos *O Echo do Norte*, que foi fundado no dia 4 de julho de 1893. Era um periódico semanal, redigido por Armindo José Marques e impresso em uma tipografia não especificada. Do mesmo ano, temos o jornal *A Lucta*, que teve início em 22 de outubro e também era publicado uma vez na semana. O periódico era literário e tinha Olavo e Cantidiano Nunes como redatores. Circulou por um ano.

Para fechar o século XIX, temos *A Estrella*, o último jornal registrado no catálogo dos Jornais Paraóaras, no período. O primeiro número foi publicado em 28 de maio de 1899, era semanal e se declarava Órgão do Grêmio Literário Vigienense. Como redatores contava com Severino Lopes Corrêa e José dos Santos Elleres. Assim como outros jornais da cidade daquela época, também era impresso pela tipografia do *Cidade da Vigia*.

Em suma, essas informações sobre os periódicos de Vigia fornecem um panorama sobre a pluralidade e diversidade dos jornais na cidade no século XIX. A diversidade ajuda a entender a importância na circulação de discursos, ideais, produção literária e informações sobre a localidade a partir de perspectivas que flutuavam entre os Liberais, Conservadores e os que se diziam fora do contexto político. A seguir, nos capítulos 5, 6 e 7 entraremos nos dados coletados a respeito dos três jornais do século XIX, em Vigia, únicos disponíveis em acervo e que compõem esta pesquisa: *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia*.

## **5. O LIBERAL DA VIGIA: UM GRUPO INTELECTUAL EM MOVIMENTO**

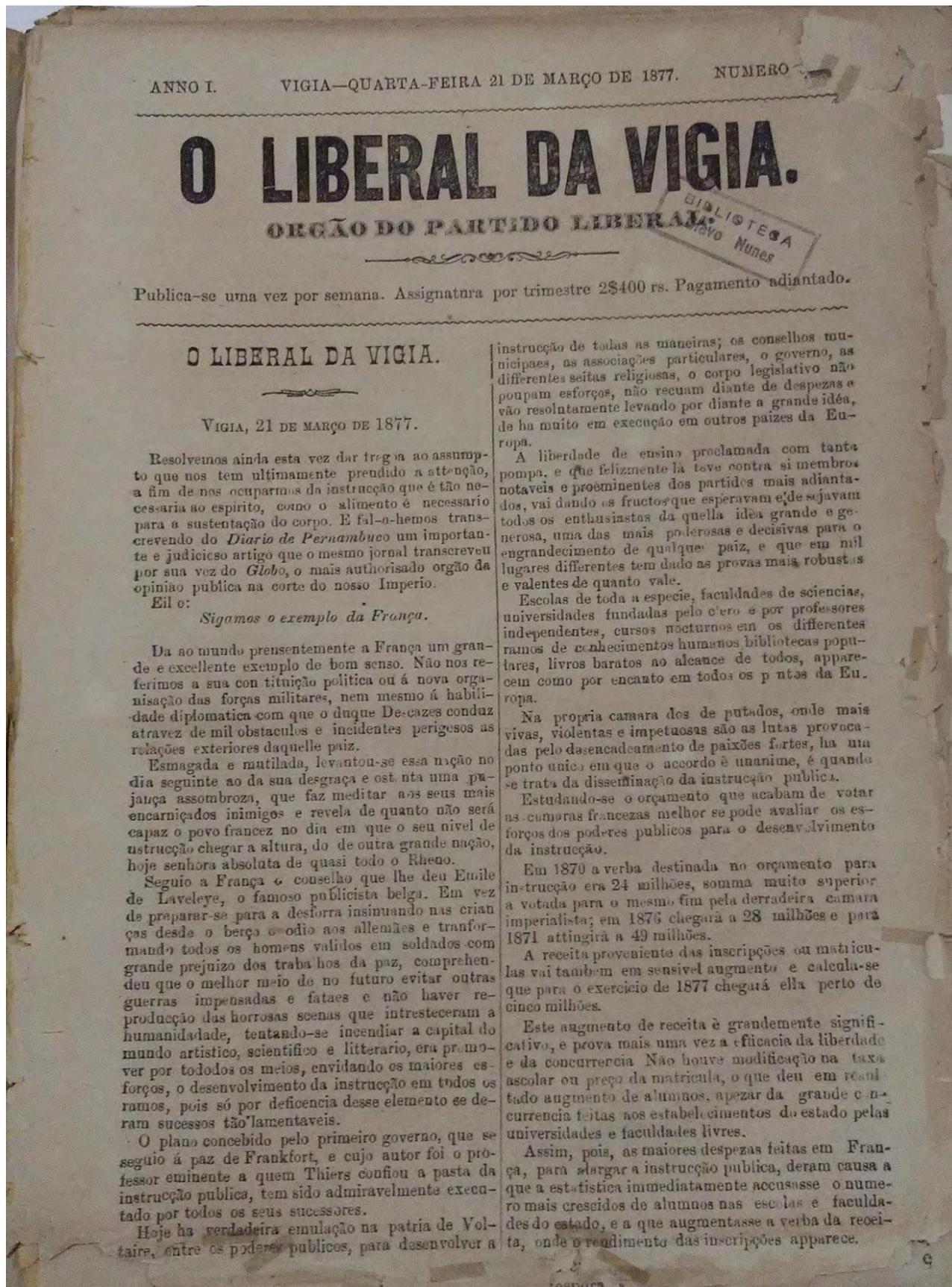
Nesta etapa do estudo, nos dedicaremos ao detalhamento e análise do jornal *O Liberal da Vigia*. Aqui, apresentaremos o material coletado dos periódicos. Conforme mencionado anteriormente, as edições estão preservadas em quatro diferentes acervos: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil), a Biblioteca Arthur Vianna, a Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto" e o Museu da UFPA (MUFPA).

Ao todo, temos 83 edições dos jornais, arquivadas em diferentes formatos, como papel, microfilmado e/ou digitalizado. O acervo da "Cinco de Agosto" é o mais completo, contendo 71 edições, sendo 32 d'*O Liberal da Vigia* e 39 d'*O Espelho*. Nos demais acervos, algumas edições se repetem. No entanto, somente a Hemeroteca e a Biblioteca Pública Arthur Vianna possuem as duas únicas edições do *Cidade da Vigia*, que podem ser consultadas em formato digitalizado pela Hemeroteca e em microfilme na Biblioteca Pública Arthur Vianna.

### **5.1 *O Liberal da Vigia*: um grupo intelectual em movimento**

O jornal *O Liberal da Vigia* começou a circular em 1977. No entanto, o periódico foi a continuação d'*O Liberal*, que começou a circular no ano antes, em 1876 e teve como fundador o professor Raimundo Bertoldo Nunes. O jornal era impresso em tipografia própria, localizada na Rua das Flores.

(Biblioteca Pública do Pará, 1985). No entanto, existe uma controvérsia sobre a data exata de lançamento do primeiro número d'*O Liberal*. De acordo com o Catálogo dos Jornais Paraenses (1985), o periódico teria iniciado suas atividades em 15 de julho de 1876. Todavia, ao realizar uma pesquisa pelo nome do jornal na ferramenta de busca da Hemeroteca Nacional, encontramos uma notícia do periódico *Santo Officio* (1871-1876), de Belém, de 03 de julho de 1876, informando que o jornal *O Liberal* havia começado a circular no mês de junho e não em julho, como registrado no Catálogo.

Figura 12 – *O Liberal da Vigia*, ano 1, n. 39, 21 mar. 1877, p. 1.

Fonte: Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto".

Não encontramos nenhuma outra referência ao primeiro número do jornal *O Liberal*, nem mesmo no jornal *O Liberal* da cidade de Belém, que era o órgão oficial dos Liberais no Pará. Ao analisar as edições de *O Liberal*, de Belém, encontramos menções às filiações ao partido vindas de Vigia em junho de 1876, o que pode indicar o início das atividades do jornal na cidade nesse mesmo período, haja vista que ele foi o primeiro jornal vinculado ao Partido Liberal na cidade de Vigia.

Em 5 de janeiro de 1876, o jornal *O Liberal da Vigia* foi estabelecido, assumindo esse nome a partir de então (Biblioteca Pública do Pará, 1985). O periódico era publicado semanalmente, com variações nos dias de circulação, geralmente entre quarta-feira e sexta-feira, sendo a quinta-feira o dia mais comum. Já as edições de 1882 eram publicadas aos domingos, o que se manteve até a última edição em acervo, 1889. O domingo se configura, aparentemente, como preferência dos periódicos da cidade de Vigia para publicação, algo que ficou sugerido a partir da análise dos demais jornais.

A variação nos dias de publicação nas primeiras edições pode ser explicada por fatores como o número reduzido de redatores disponíveis para produzirem artigos e montarem o jornal. Em alguns casos, o próprio periódico informava que seus redatores estavam em viagem, o que levava ao atraso na publicação. Além disso, a demora na chegada de materiais, como papel vindo da cidade de Belém, também era mencionada como uma das causas de atrasos na impressão e circulação do periódico.

*O Liberal da Vigia* manteve a numeração de *O Liberal* e a conexão com o Partido Liberal de Belém. Os primeiros números do jornal foram impressos na tipografia localizada na Rua Nazareth. Posteriormente, nas edições de 1882, o endereço da tipografia foi transferido para a Rua Visconde de Souza Franco. De acordo com o Catálogo dos Jornais Paraoaras (1985), houve mais uma mudança de endereço, quando a tipografia passou para a Rua do Rio Branco, n. 2, mas não há informações sobre a data em que essa mudança ocorreu. As edições do ano de 1889 informam o endereço da tipografia como Rua Nazareth, n. 21. O periódico não apresentava um lugar como local de distribuição, o que nos leva a considerar que esse local fosse a própria tipografia.

Não houve acesso ao editorial inaugural do jornal *O Liberal da Vigia* durante a análise, pois as primeiras edições não foram encontradas e os outros periódicos disponíveis da mesma época na Hemeroteca Nacional também não apresentavam o texto. Esse elemento, comum em periódicos oitocentistas, em especial os da primeira edição, costumava ser o espaço onde o jornal se apresentava aos leitores e expressar as intenções e objetivos com a

circulação. No entanto, ao longo das edições analisadas, foi possível observar uma clara orientação política e ideológica do jornal, que pertencia ao Partido Liberal.

## 5.2 Vestígios de uma posição: *O Liberal da Vigia* fragmentado

Embora *O Liberal da Vigia* não fosse um periódico religioso, seu posicionamento e discurso eram fortemente direcionados pelos ideais políticos com uma proposta menos acirrada de religião, mas que ainda eram bem presentes. Isso se deve, em parte, ao fato de que seu principal opositor na cidade era o jornal *O Vigienense*, que tem uma perspectiva mais conservadora e frequentemente entrava em embate com *O Liberal da Vigia*.

A análise desses textos de resposta ou crítica ao *Vigienense* e aos conservadores permite captar vestígios a respeito do perfil do jornal e sua postura diante do público leitor. Postura que era fortemente balizada pelas ideias e valores do Partido Liberal, como veremos nas sequências discursivas (SD) do jornal.

(...) [SD6]liberais, como nos prezamos de ser, estamos [SD7]servindo á causa da liberdade destruindo “os [SD8]embustes dos especuladores que se querem prevalecer da Religião para seus tenebrosos fins” (*O Liberal da Vigia*, ano 1, n. 46, 10 mai. 1877, p. 4).

A SD 6 revela um discurso característico do periódico. Nele, podemos identificar a articulação discursiva que parece elaborar uma imagem de si mesmo, do jornal, e de sua atuação política em consonância com as ações do Partido Liberal, onde o periódico enfatiza sua dedicação à causa da liberdade, umas das bandeiras do partido.

Ao utilizar a expressão "liberais, como nos prezamos de ser", o jornal reforça a identificação com a ideologia do partido e propõe ser um defensor de tais princípios. Dessa forma, a SD 6 permite inferir que o periódico se posiciona como uma espécie de legitimador da atuação política e de uma posição ideológica baseada em discursos circulantes, o que dialoga, em certa medida, com os destinatários, sejam eles os que também faziam parte do partido, sejam eles sujeitos religiosos que faziam parte da comunidade, que, pelo menos por meio dos relatos dos jornais observados, eram um grupo numeroso e que a própria ideia de religião católica estava diretamente ligada à identidade da localidade.

Além disso, ao afirmar que estão [SD 7]"servindo à causa da liberdade", o jornal parece propor sentidos em torno de uma imagem de si próprio como um veículo comprometido com valores que ele posiciona como nobres e virtuosos, de uma sociedade moderna do século XIX, reforçando o discurso de uma atuação de íntima consonância com o que ele acredita ser para o bem comum e o progresso da sociedade.

Contudo, o discurso também revela um posicionamento crítico em relação àqueles que se utilizam da religião para alcançar [SD 8]"tenebrosos fins", no caso *O Vigiense*, que, segundo, o jornal buscava influenciar os moradores do local em prol das ideias do padre Mâncio Ribeiro. Ou seja, vemos que havia nesse cenário de embates uma evidente relação de poder, onde os discursos eram colocados em circulação para dialogar com a opinião pública em busca de estabelecer um poder.

Na SD 9, em relação ao perfil do jornal, identificamos uma manifestação de confronto entre dois discursos políticos antagônicos, que fazem emergir de forma mais evidente os embates ideológicos que pautavam o jornal.

[SD9] Não podendo vingar-se da redacção deste periódico que tem sabido collocar-se no seu posto de honra, desmascarando os seus embustes e repellindo os seus insultos (O Liberal da Vigia, ano 2, n. 11, 30 ago. 1877, p. 2).

A SD 9, em análise, apresenta uma postura de resistência e defesa por parte do periódico. Ao mencionar "não podendo vingar-se da redacção deste periódico", o jornal pontua o constante embate entre os posicionamentos com *O Vigiense*. *O Vigiense* saía aos domingos, já *O Liberal da Vigia* era posto em circulação com maior frequência às quintas-feiras, e as edições como a de 30 de agosto de 1877, quase totalmente pautavam-se pela publicação da edição da semana d'*O Vigiense*.

Ao utilizar o substantivo "honra" referindo-se a si mesmo, evoca uma memória discursiva que dialoga diretamente com a imagem social da imprensa como um todo. É possível inferir que o posto de honra a que o jornal se refere e se atribui vem dessa memória a respeito da imprensa no mundo e no seu papel desempenhado na construção da sociedade. Logo, se *O Liberal* estava nesse posto, *O Vigiense* não estava, o que os coloca em lados opostos na configuração da sociedade da época. Nesse contexto, o periódico busca se apresentar como um defensor da verdade e da justiça, enfatizando a sua capacidade de denunciar os "embustes" e "insultos" perpetrados por seus adversários.

Como podemos perceber, o substantivo "embuste", e seus derivados, era utilizado com frequência pelo jornal, pois ao denominar o jornal rival dessa força, propõe o efeito de sentido de que o rival apresenta informações mentirosas, ardilosas, que buscam enganar a opinião pública a respeito do debatido. Ou seja, reforça o discurso de "desmascarar" a prática, sendo o próprio *O Liberal* o agente social que exerceria essa função. Ou seja, uma posição de destaque e relevância, sugerindo que sua atuação era pautada por princípios éticos e morais, enquanto seus opositores seriam desprovidos desses valores.

Na próxima SD [10], podemos observar que outro discurso que o jornal elabora e coloca em circulação foi o seu pertencimento à cidade de Vigia, sendo o enunciador um vigiense como os leitores. O periódico se posiciona a respeito das questões sobre a iluminação pública da cidade que estava em pleno avanço. No entanto, o texto funcionou como uma espécie de reforço de pertencimento à localidade, por meio da exaltação dos valores locais, para em seguida denunciar o que considerava uma ameaça ao progresso.

Infelizmente para nós que somos vigienses pela alma e pelo coração, existem nesta terra muitos [SD 10] filhos degenerados, que, inimigos do progresso da sua terra natal, guerriam com os seus votos a candidatura do [SD 11] exm. Sr. dr. Domingos Antonio Raiol, para votarem em entidades sem nome, significação ou prestígio que vão ao parlamento somente entorpecer esta pobre localidade, digna de melhor sorte (O Liberal da Vigia, ano 7, n. 41, 12 nov. 1882, p. 1).

A SD 10 começa com uma expressão de descontentamento, que reflete a insatisfação compartilhada pelos habitantes de Vigia. O jornal se coloca ao lado desses habitantes, criticando a descrição de alguns como "filhos degenerados". Podemos ver que o trecho caracteriza esse segundo grupo de forma negativa e que os aponta como inimigos do "progresso da sua terra natal". Aqui, podemos inferir que o periódico converge os sentidos, em certa medida, na elaboração de uma imagem opositora entre os vigienses alinhados ao progresso de Vigia e os que apoiavam-se apenas em uma ideologia que não estava em consonância com o discurso de progresso promovido pelo jornal.

Em contraposição, o periódico exalta a candidatura do [SD 11] "exm. Sr. dr. Domingos Antonio Raiol", apresentando-o como uma figura digna e prestigiada, uma espécie de verdadeiro vigiense, alguém que representa os interesses da cidade e do povo. É possível pontuar que a estratégia discursiva do jornal busca associar o "exemplo de vigiense" e candidato ao que, ao ver do jornal, era o progresso, em defesa dos valores locais.

Em resumo, podemos observar na análise que o enunciador se posicionava como um vigiense, alinhado completamente aos ideais do Partido Liberal, cujas principais bandeiras eram o progresso e o uso da imprensa como meio para promovê-lo. Ao estabelecer uma rivalidade com o periódico concorrente *O Vigiense*, o jornal em questão expõe suas divergências e discordâncias em relação a esse outro veículo, revelando sua forma de pensar e apresentando uma série de discursos que, em certa medida, compõem um perfil editorial específico para *O Liberal da Vigia*.

O enunciador, sendo o próprio jornal, como figura responsável pela produção do discurso, desempenha um papel fundamental na constituição de parte das identidades e

memórias. Nesse contexto, o periódico utiliza-se de seus embates com *O Vigiense* como uma estratégia para demarcar suas diferenças ideológicas. Em outras palavras, a abordagem utilizada parece uma forma de consolidar a própria base de apoio e reforçar uma identificação com a opinião pública de adesão ao projeto editorial e político liberal.

O embate discursivo entre *O Liberal da Vigia* e *O Vigiense* torna-se, assim, um espaço estratégico de construção e negociação de significados, onde cada jornal procura legitimar suas visões políticas e consolidar sua influência sobre a opinião pública. Essa competição discursiva foi uma manifestação das relações de poder na cidade.

### **5.3 Dos aspectos gerais à comercialização: consolidando uma imagem**

No que se refere às questões gráficas, podemos pontuar que as edições do jornal apresentavam um formato padrão de 49 cm x 23,5 cm, com quatro páginas. Uma particularidade foi a edição de 17 de maio de 1877 (ano 1, n. 47) que apresentou apenas três páginas, sendo a página 4 referida como suplemento. Esse fato sugere que, em ocasiões específicas, o jornal optou ou se viu obrigado a lançar edições com uma diagramação diferente do habitual, possivelmente devido a limitações editoriais ou a questões circunstanciais que não foram explicadas.

Ainda sobre edições com suplementos, temos as edições de 1877 que apresentaram a quinta página como tal, nas datas, 19 de abril (n. 43) (Figura 13), 26 de abril (n. 44), 25 de maio (n. 48), e 30 de agosto (ano 2, n. 11). Essa expansão ocorria porque alguns artigos ou textos de colaboradores precisavam de mais espaço ou os editores julgavam de extrema importância serem debatidos, como foi o caso de artigos sobre a história da Inquisição ou respostas aos textos críticos que o padre Mâncio Ribeiro publicava aos domingos em *O Vigiense* que atacavam os Liberais, aos editores do periódico ou alguém que eles estimavam como “amigos do jornal”. Como não temos uma coleção completa, não podemos estimar o número total de edições publicadas em um ano do periódico, no entanto, ao longo da observação era pouco comum ele deixar de circular.

Figura 13 – Suplemento d’O Liberal da Vigia, n. 41, 05 abr. 1877, p. 5.

**SUPPLEMENTO DO "LIBERAL DA VIGIA" AO NUMERO 43**

---

Talvez que logo mais «conversemos» com o sr. Vilhena Alves.

*Um musico da orchestra.*

---

**EDITAL.**

O Doutor Affonso Barbosa da Cunha Moreira, Juiz Municipal e d’Orphãos em pleno exercicio do termo da cidade da Vigia, etc.

Faz saber que havendo recebido a copia da lista de classificacão dos escravos do municipio de Curuçá, deste termo, na qual se comprehendem os escravos Manoel Thomé, da propriedade de Raimundo José Alves, Engracia Maria da propriedade do mesmo, e Celestina Maria ainda do me-mo senhor, todos com os respectivos valores, resolveu designar o dia 28 do corrente para a audiencia em que terá lugar a libertação dos escravos pelo dito municipio classificados, na forma do art. 42 do reg. expedido com o decr. n. 5,185 de 13 de Novembro de 1872.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, será este affixado na porta das audiencias do juizo, e outras de igual theor na porta da matriz da villa de Curuçá, e n’outros lugares publicos desta e d’aquella freguezia.

Juizo d’Orphãos da cidade da Vigia, em 13 de abril de 1877. E eu Raimundo Nunes da Costa, escrivão interino de orphãos, o subscrovi.— Affonso Barbosa da Cunha Moreira.

---

**ANNUNCIOS.**

**Sociedade -- Recreacao Philo - sconica.--**

Em sessão de 8 do corrente foi unanimemente delibrado que se publicasse pela imprensa um voto de louvor e agradecimento a todas as pessoas que auxiliaram á sociedade quer no tocante ao desempenho da representação, quer no serviço do paço, o que ora torno publico, pedindo a essas mesmas pessoas que acceitem estes sinceros sentimentos da sociedade. Vigia, 17 de abril de 1877.—O 1.º secretario—A. Ramos Pinheiro.

**Officina  d’alfaiate**

João José Filippe faz sciente ao publico que abriu novamente a sua officina de alfaiate no corredor da casa em que já esteve a primeira vez, mystico a sociedade «Cinco de agosto» á rua de S. Bernardo.

---

**Estabelecimento commercial de**  
Manoel Filippe da Costa, rua de Nazareth, canto da travessa do carmo n.º 59.

Neste estabelecimento de secas e molhadas encontram-se ha sempre um bem combinado sortimento de fazendas, miudezas, perfumarias, ferragens, e louças que se promette vender por preços muy razoaveis como sejam:

Chitas largas	c	300 e 400
Ditas estreitas	* 160, 240, 280, e 320	
Maripos	*	450
Cassa baptista	*	300
Cantele	280, 320, 400, e 500 o m.	
Morim da India		400 e 500 o *
Morim cru, metro		500
Ang-la boza, cavado		900
Coste pa a roda		4 e 9000
Panno infestado para lençol	mt.	800
Oxford largo	c.	480
Cambresia, 1/2	ps.	6500 e 7000
Dita de lista		8000

Rendas, lenços, colchonetes, juncos e outros objectos que temar e-ha relacão relacionar.

Tambem vende-se a grosso e a retalho excellentes cal de sernamby e bom tabaco de Bragança.

---

**Na officina d’alfaiate de Honorio**  
dos Santos de Vilhena, á rua da Boa vista liza:

Praugas de panno fino a	12000
Do princeta ou lustrim	8500
Calças de panno ou casemira	2580
Collete idem	2380
Paletó de lustrim ou princeta	3580
Calças	2800
Ditas branco	1560
Collete idem	2300
Calça de riscado a	15280 e a

E’ o mais barato possivel.  
Vigia, 4 de abril de 1877.

---

**O despachante João Emilio d**  
Macedo oferece os seus serviços, na capital des provincia, aos commerciantes desta cidade que d’ell quizerem utilizar-se, mediante uma commissão razoavel, como já pode informar o sr. Manoel Filippe da Costa. O annuncioante encarrega-se particularmente de tirar com brevidade despachos de importação e exportação.  
Belem—1877.

**DECLARAÇÃO.**

O abaixo assignado faz publico que se acha organ da uma orchestra para a Igreja que ja tem de mente ensaiada vespuras, missa, novenas. Libera tambem marcha funebres, sendo a musica vocal e trumental.

A nova orchestra ja se faz ouvir na missa de mingo da Ressureição e nas procissões desse mes dia e sexta-feira da paixão.

Sergio Antonio P.

---

*Impresso na typ. do — Liberal da Vigia.*

Fonte: Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”.

Pontuamos que o número de páginas e a inclusão de suplementos eram estratégias comuns entre os jornais oitocentistas, o que possibilitava acomodar artigos e notas nesse formato impresso limitado.

Sobre os textos de colaboradores publicados em *O Liberal da Vigia*, havia uma explicação pelos editores a respeito da inclusão ou não do texto na edição do dia, o que nos faz perceber que a diagramação era cuidadosamente planejada, pois era informado aos leitores sobre o recebimento e que edições posteriores iriam apresentar ou dar continuidade, quando necessário, os textos ficam em posse dos editores. Fato comum entre *O Liberal de Vigia* e *O Espelho*. Sobre o *Cidade da Vigia* não podemos fazer a mesma afirmação, por apresentar poucas edições. Entretanto, pela ligação que percebemos entre os jornais, é possível inferir que essa política de deixar os leitores informados era comum nos periódicos da cidade, o que também podia ser observado em outros jornais do Pará e do Brasil, na época, uma estratégia que estabelecia uma relação com os leitores e os mantinham informados a respeito das práticas de editoração adotada pelos periódicos da época.

A respeito da comercialização do jornal *O Liberal da Vigia*, pode-se observar a presença de publicidades, além da cobrança de valores para as assinaturas, valores que passaram por mudanças entre 1877 e 1882 e se mantiveram em 1889. Em edições datadas de 1877, o preço das assinaturas trimestrais era de 2.400 réis. Em 1882, houve um aumento significativo nesse valor, que passou para 3.600 réis trimestrais. Essa variação não foi explicada pelo periódico, porém, a mudança pode ter ocorrido devido ao aumento da qualidade do jornal no quesito gráfico, alcançando o auge em 1889.

Além disso, nas edições de 1877, só havia a modalidade de assinatura trimestral. Já as assinaturas em 1882 ganharam maior dinamismo, apresentando valores trimestrais e mensais, que podiam ser pagos adiantados com desconto, ficando 3.000 réis (trimestral) e 1.000 réis (mensal). Os pagamentos com atrasos ou na data eram 3.600 réis (trimestral) ou 1.200 réis (mensal). Isso nos permite inferir que os editores do jornal buscavam incentivar o pagamento dos assinantes, oferecendo descontos para quem pagava adiantado. Não havia vantagens aos assinantes, como poderem escrever para o jornal ou a certeza de terem textos publicados.

Além das assinaturas, as edições de 1882 também apresentavam a possibilidade da venda avulsa do periódico, com o valor de 300 réis por exemplar. Essa modalidade permitia que os leitores adquirissem o jornal de forma mais facilitada, sem serem um assinante. É possível inferir que a modalidade do avulso tenha sido incluída no jornal para incentivar as vendas. O jornal não informava o número de exemplares impressos, o que nos impossibilita ter um panorama geral desse quesito.

#### 5.4 Do conteúdo d'*O Liberal da Vigia*

O periódico *O Liberal da Vigia*, nas edições de 1877 e 1882, apresentou diferentes seções e conteúdos que apontam para os interesses do jornal e do público. Durante o ano de 1877, observamos nas edições que funcionava como o editorial do periódico, era um espaço que abordava assuntos de relevância para o jornal, o que lhe conferia um destaque especial. Além disso, o periódico oferecia espaço que seguia a lógica de pequenas crônicas sobre assuntos diversos da cidade, notícias sobre outros periódicos ou indivíduos, na seção "Chronicas Geral". Havia também um espaço denominado de "Variedades", que era destinado à literatura, principalmente a poemas.

Outras seções compreendiam as "Ineditoriaes", onde encontramos textos a respeito de outras cidades do estado, e os "Anuncios", que continham anúncios solicitados por indivíduos sobre suas presenças na cidade ou mudanças comerciais, bem como informações sobre eventos na localidade e venda de produtos e serviços. O jornal não informava se havia algum valor para que esses anúncios fossem publicados. No ano de 1889, os anúncios eram diversos, com mais elementos gráficos e tipologia de letras.

A seção "Gazetinha", de 1889, abordava acontecimentos do cotidiano da cidade, refletindo uma preocupação em fornecer informações sobre eventos locais e aspectos da vida na Vigia. Já a seção "Editaes" publicava ações administrativas da cidade. A presença dessas seções em edições posteriores do jornal, como em 1889, indica que elas desempenharam um papel importante na narrativa editorial d'*O Liberal da Vigia*.

No que parece um esforço para fomentar conhecimentos sobre agricultura e dialogar com uma das principais fontes de renda da localidade, o jornal reservava espaço para a seção "Agricultura", oferecendo informações a respeito dos cuidados e orientações relacionadas ao trabalho no campo. Nas edições de 1889, a seção "Agricultura" não foi encontrada.

Nas edições de 1882, encontramos as seções "Exterior", destinada a notícias de cidades fora do Brasil, e "Ciências, Letras e Artes", com artigos sobre temas científicos, sendo que nas quatro edições analisadas, a temática era sobre astros e estrelas. A seção "Solicitados" apresentava textos enviados por leitores da cidade e de outros lugares para serem publicados, com a devida identificação dos autores. Novamente, as edições de 1889 não apresentam essas seções. O jornal ficou bem mais enxuto no que diz respeito a seções.

Quadro 3 – Seções d’*O Liberal da Vigia* de 1877-1889.

<b>Seção</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Editorial</b>	Assuntos de interesse do jornal e seus posicionamentos.
<b>Chronicas Geral ou Gazetinha (1889)</b>	Comentários sobre outros jornais, pessoas e a cidade.
<b>Variedades</b>	Espaço dedicado à literatura, principalmente a poemas.
<b>Ineditorias</b>	Informações de cidades do entorno da localidade.
<b>Annuncios</b>	Anúncios solicitados por pessoas, informações sobre eventos, serviços tipográficos, advogados, aulas particulares, entre outros.
<b>Agricultura</b>	Orientações e cuidados sobre o trabalho no campo.
<b>Exterior</b>	Notícias de cidades estrangeiras.
<b>Ciências, Letras e Artes</b>	Textos sobre assuntos científicos.
<b>Solicitados</b>	Textos enviados por pessoas para publicação.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise das seções do jornal *O Liberal da Vigia* revela uma abordagem editorial multifacetada e estratégias discursivas variadas. O editorial emerge como um espaço privilegiado para expressar as opiniões, valores e defesas do periódico sobre os assuntos em destaque. Ao figurar no início do jornal, esta seção assume um papel de liderança, fornecendo uma direção clara aos leitores sobre a postura do periódico em relação aos temas em pauta.

A seção “Chronicas Geral” se destaca como uma estratégia discursiva que oferece um olhar detalhado sobre o cotidiano da cidade. Ao relatar eventos importantes, como nascimentos, falecimentos e festas, esta seção conecta o jornal com a vida da comunidade local. Além disso, ao descrever as trocas de exemplares com periódicos de outras localidades, o jornal demonstra sua interação com outras publicações e sua inserção em um contexto mais amplo. Essa estratégia não apenas amplia a área de circulação do jornal, mas também reforça um sentimento de pertencimento à imprensa nacional, estabelecendo vínculos com outros jornais e indivíduos em diferentes regiões do país.

Essas seções não apenas informam os leitores, mas também criam uma rede de interações, tanto dentro da comunidade local quanto no âmbito nacional. Ao apresentar uma variedade de conteúdos e estabelecer conexões com outras publicações, *O Liberal da Vigia* construiu uma narrativa complexa, enriquecendo a experiência dos leitores e fortalecendo seu papel como um veículo de comunicação essencial na época. No caso do espaço destinado às

“Variedades”, percebemos que ele dialoga completamente com o grupo intelectual que formava o jornal, indo diretamente ao encontro com o discurso liberal da época, que vinha nas letras uma forma de crescimento social.

A seção "Ineditorias" parece dedicar-se à divulgação de informações sobre outras cidades e eventos que ocorrem fora de Vigia. Isso indica o compromisso do jornal em manter seus leitores informados sobre acontecimentos em diferentes lugares, ampliando sua cobertura para além dos limites da localidade. Em outras palavras, o jornal busca abranger uma área de notícias mais ampla do que apenas o âmbito local, visando oferecer uma cobertura mais abrangente.

Por outro lado, a seção "Anuncios" concentrava-se em anúncios comerciais e informações sobre o cotidiano comercial e social da cidade. Embora esses anúncios tivessem mais a ver com atividades comerciais e eventos locais, eles desempenhavam um papel importante ao informar os leitores sobre oportunidades de consumo, eventos sociais e aspectos práticos da vida na cidade. Essa seção, portanto, atuava como um recurso valioso para a comunidade local.

Em conjunto, essas seções contribuíram para caracterizar o jornal como uma fonte de informações essenciais tanto para a comunidade local quanto para aqueles que buscavam oportunidades comerciais na região. Elas refletem a diversidade de interesses e necessidades dos leitores, oferecendo uma ampla gama de informações para a construção de uma narrativa rica e envolvente sobre a vida na cidade de Vigia e além.

O desenvolvimento das seções nas edições de 1882 e estabilização em 1889 demonstra como o jornal avançou em relação ao conteúdo, até mesmo ter aumentado a massa de texto, que se tornou bem mais expressiva do que as edições da década de 1870. Ou seja, há nessas edições uma expansão temática e informacional do periódico. Expansão informacional que se materializa com a criação da seção "Exterior", o que permite pontuar o interesse dos editores em informar o público sobre assuntos internacionais, o que parece funcionar como uma estratégia discursiva de fazer Vigia se sentir pertencente ao mundo, estar em diálogo (ou informada dos) com os acontecimentos fora do país.

### **5.5 Os aspectos gráficos: ligações discursivas e sentidos emergentes**

No que se refere aos aspectos gráficos do jornal *O Liberal da Vigia*, no ano de 1877, sua primeira página seguia um padrão típico da época, simples e com ênfase no texto, com poucos adereços. No topo da página, à esquerda, constava o ano da edição, enquanto o centro

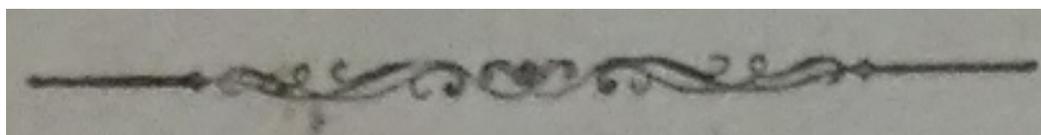
trazia o nome da cidade, seguido por um travessão com o dia da publicação, a data completa com mês e ano. Na parte superior direita, destacava-se o número da edição, orientando o leitor a sequência cronológica das publicações.

Logo abaixo dessas informações, uma linha ondulada servia como divisória para as demais seções do jornal. A parte central da página apresentava o nome do periódico, escrito em caixa alta e sem serifa, conferindo-lhe uma aparência mais suave e moderna, diferenciando-se da escrita formal dos jornais do século XIX, que geralmente possuíam letras com serifa, o que podia conferir uma maior robustez. No trecho em que se lia "Órgão do Partido Liberal", logo abaixo do nome do jornal, o uso de letras em caixa alta dava destaque ao texto, ressaltando a ligação do jornal com o partido e reforçando sua seriedade e compromisso com a ideologia política.

O topo d'*O Liberal da Vigia* apresentava um arabesco abaixo do nome do partido, conferindo à publicação um toque artístico e estético, revelando, de certa forma, sua afinidade com a literatura e a poesia. Logo abaixo do arabesco, informações sobre a periodicidade do periódico eram apresentadas em caixa alta e baixa, juntamente com o valor da assinatura e a indicação de que o pagamento deveria ser adiantado.

Após a linha ondulada, iniciava-se a parte textual do jornal, a qual era encabeçada pelo editorial do dia, compartilhando o mesmo nome do periódico, no entanto com outra fonte, uma mais formal e com serifa. Antes do início do texto, encontrávamos outro arabesco, acrescentando elementos estéticos ao início da leitura. O texto era organizado em duas colunas ao longo das quatro páginas de costume, sendo separadas por uma linha reta vertical. A continuidade de textos entre as páginas era comum, e uma linha reta horizontal até o meio da página delimitava o final de uma seção.

Figura 14 – Arabescos do cabeçalho de *O Liberal da Vigia*, ano 1, n. 45, p. 1.



Fonte: Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto".

Dentro de cada seção era possível observar, em alguns casos, várias notas que abordavam temáticas diversas, sendo diferenciadas pelas primeiras palavras em negrito e um travessão, indicando que se tratavam de assuntos distintos, porém relacionados à mesma categoria temática. Essa estruturação demonstra novamente um certo cuidado na diagramação, o que facilita a leitura e ajuda a localizar as informações específicas, garantindo

uma organização coesa e fluída do conteúdo jornalístico. E, ainda, permite que o leitor se familiarize com a estrutura do jornal, o que aos poucos faz com que uma identidade gráfica vá se estabelecendo.

Nas edições que compõem o ano de 1882, o jornal apresenta outra feição gráfica, com mais densidade nos textos, com letras menores e mais comprimidas nos espaços. Ele toma um ar mais extenso, não apresenta mais os arabescos e as linhas decorativas, o que lhe dá um ar mais sisudo.

Ao analisarmos as edições referentes ao ano de 1882 (figura 14), observamos uma mudança significativa na feição gráfica. Diferente das edições anteriores, estas apresentam uma maior densidade nos textos, com letras menores e mais comprimidas nos espaços disponíveis. Tal alteração contribuiu para um aspecto mais extenso do periódico, ocupando mais espaço na página e, por consequência, oferecendo menos espaçamento entre as palavras e parágrafos.

Além disso, o jornal apresenta apenas um arabesco, em porte menor, se comparado ao das edições de 1877. O que reduziu o ar artístico e conferiu uma abordagem gráfica mais sóbria e austera. A análise da nova diagramação d'*O Liberal da Vigia* permitiu notar que o nome do jornal ganhou um maior destaque, passando a abrir o periódico, figurando no topo da página de forma centralizada, com letras semelhantes às das edições de 1877. A disposição do nome do partido, em caixa alta e com letras diferenciadas em dois tons, também atrai o olhar durante a leitura, o que reforça o alinhamento do periódico com o Partido Liberal.

A inclusão da divisa em latim no cabeçalho, "Boni civis Partes Praestaro. Cic. Rep.", com a tradução livre "farei minha parte como cidadão de bem", é um elemento interessante e significativo. Esta divisa foi atribuída pelo jornal a Cícero, retirada do livro "Da República" (51 a.C.). Ela se conecta de forma discursiva ao jornal *O Liberal do Pará*, pois este também fazia uso de outra passagem do mesmo livro de Cícero: "Res publica, res populi", que traduzida livremente significa "a coisa pública é a coisa do povo".

Essas divisas latinas funcionavam como declarações de princípios e valores que o jornal abraçava. A primeira divisa, enfatizando o compromisso de fazer a sua parte como um cidadão de bem, sugere uma responsabilidade moral e cívica por parte do jornal em relação à sociedade e ao bem comum. A segunda divisa destaca a importância de a coisa pública estar alinhada com os interesses e a vontade do povo, o que ressoa com a ideia de participação cidadã na vida pública.

Essas divisas latinas, portanto, não apenas adicionavam uma dimensão intelectual e histórica ao jornal, mas também colocavam em circulação sentidos que balizavam a sua

abordagem editorial. Essa escolha de citação pode indicar um discurso alinhado aos ideais republicanos e nos permite inferir que o jornal oferece um possível sentido de responsabilidade e/ou compromisso junto aos destinatários a respeito de ser ele próprio um sujeito ativo na sociedade, um meio de comunicação que agencia reflexões e posturas engajadas nas questões políticas e sociais da época.

Além disso, a nova diagramação apresenta uma organização em formato de quadro de texto, onde cada informação era disposta em células distintas, proporcionando uma visualização demarcada e objetiva das informações. Nesse formato, são apresentados os valores das assinaturas adiantadas, a periodicidade do jornal, o endereço da tipografia e os valores das assinaturas no dia ou atrasadas, bem como o preço das edições avulsas. Essa diagramação aponta um aspecto sistemático e ordenado implementado no cabeçalho, estrutura que também dá o tom de toda a diagramação do periódico no ano de 1882.

Outro elemento que sofreu alteração foi a sequência de informações, em que o nome do estado foi incluído e passou a ser informado antes do nome da cidade. Essa alteração pode indicar uma possível intenção de localizar melhor o jornal dentro do Brasil, uma vez que desde 1872 foi relatada a troca do jornal com outras cidades, ou seja, o periódico demarca de forma mais explícita a origem por meio da inclusão do nome do Pará no cabeçalho, ressaltando sua localização no âmbito estadual e regional. Ou então, essa inclusão pode ter sido motivada pela busca de maior abrangência e relevância do jornal, associando-o não apenas à cidade de Vigia, mas também ao contexto político e social mais amplo dentro do país, pois essas edições também apresentavam a seção “Exterior”, que sugere uma estratégia discursiva do jornal em se associar como parte de uma imprensa mais abrangente.

Figura 15 - O Liberal da Vigia, ano 7, n. 38, 22 out. 1882, p.1.

# O LIBERAL DA VIGIA.

## ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL

Boni civis paries praestare.  
Cic. de Rep.

---

**ASSIGNATURAS**  
SEM PORTE:  
Por trimestre . . . 3000  
Por mês . . . . . 1000  
PAGAMENTO AVANÇADO.

**PUBLICAÇÃO SEMANAL.**  
TIPOGRAPHIA Á RUA—VISCONDE DE SOUZA FRANCO CASA N.º

**ASSIGNATURAS**  
COM PORTE:  
Por trimestre . . . 3600  
Por mês . . . . . 1200  
NÚMERO AVULSO 300 RS.

---

ANNO VII

(PARA) VIGIA—DOMINGO, 22 DE OUTUBRO DE 1882.

NÚMERO 38

---

**EPHEMERIDES.**  
OUTUBRO—31 DIAS.

Domingo	1	8	15	22	29
2.ª Feira	2	9	16	23	30
3.ª Feira	3	10	17	24	
4.ª Feira	4	11	18	25	
5.ª Feira	5	12	19	26	
6.ª Feira	6	13	20	27	
Sabado	7	14	21	28	

### O LIBERAL DA VIGIA

VIGIA, 22 de Outubro de 1882

**Assembleia provincial**

O facto vieram mais uma vez provar que os conservadores do Pará, capitaneados pelo conego Siqueira Mendes, continuam zombando da soberania do povo e da magestade da lei!

Os nossos illustres amigos drs. Theotônio de Brito, Visconde Miranda e Donatário Bezerra, foram novamente privados dos diplomas que o povo lhes conferiu!

Não declamamos. Ah! está o *Diario do Gran-Pará*, folha conservadora e portanto insuspeita, que na chronica diaria do 6 do corrente, assim estigmatiza o revoltante facto de que tratamos.

Foram depurados 3 liberais, sendo que, dos d'elles, os drs. Theotônio de Brito e Visconde Miranda, nem aucta ha-

viam apresentado os seus diplomas.

«Hontem foi annullado o diploma do dr. Donatário Bezerra, e com elle a eleição do 2.º districto.

«Os actos da Assembléa vão revelando intolerancia e paixão partidaria, que muito desejavamos não ter de registrar.

Deixemos o *Gran Pará* e apreciemos o que sobre o facto disse *A Libertade*, periodico que não se acha fittado a nem um dos dois partidos militantes:

«Assemblea provincial.—Sentimo-nos tomado de profundo pesar, pelos recentes factos da nosa recinta desta corporação, que, de degráo em degráo, vai, em nossa provincia, descendo para o abysmo.

Os boatos espalhados na cidade, no dia da abertura, foram realçados. O que parecia impossivel aos olhos deste povo credulo, que ainda espera as cebulas do Egypto, foi praticado pelo partido conservador, o partido da ordem, do throno e do altar!

Em nome da ordem, o partido da ordem, em Assembléa, expediu diplomas a cidadãos que não obtiveram votos nas eleições!

Em nome do throno, os conservadores rasgaram diplomas legitimos, conferidos pela soberania do povo aos seus representantes!

Em nome do altar, o partido conservador—catholico depura um verdadeiro escolhido para que o dr. Julio Mario faça da deputado!

Ficou velada a estatua da lei! Para nós, que estamos distanciado dos dous grupos da Assembléa, não importa que a depuração fuisse um liberal!

O que nos causa espanto, o que não podemos admitir, é que um partido que se diz constitucional, violasse tão aciosamente a lei!

O que nos causa nojo, é assistir ao estrangulamento de uma reforma, pelo proprio grupo que se encobre com o manto da ordem, do throno e do altar, dessa combinação hybrida, cujos interesses diversos se contrariam, causando encurvas prejuizos a este maldito país, que a corrupção vai amando!

O que nos causa repugnancia, é ver os hypocritas ministros da religião catholica, que por força quer a Christo como instituidor, se gloriarem por amor de uma cadeira no Aronpago provincial, mentindo a sua consciencia, se a passuem, e conspirando ainda mais as negras vestes de que se cobrem, e com que procuram encampar toda

a sorte de vicios, de que são sacerdotes.

Estão no seu elemento.

Triplém sobre os rotos diplomas dos deputados, que não pertencem a vossa grei.

Rasgastes o diploma do distinctivo dr. Theotônio de Brito, para o substituídes por um phosphoro, prompto para os vossos arranjos de amigos!

Felizmente o publico faz a justiça devida.

A vista d'estes factos que só demonstram que o conego Siqueira quer privar a provincia do concurso dos homens esclarecidos, para arvorar em representantes a individuos obscuros, ainda haverá quem duvide do plano que parece existir de redazirem o Thesouro ao estado em que foi entregue ao partido liberal?

Davídamos.

---

### EXTERIOR

CORRESPONDENCIA FRANCO-BRAZILEIRA.

Paris, 15 de Agosto de 1882.

O Gabinete Declere foi bem acolhido pelas duas camaras, e o seu programma está de accordo com a opinião nacional. Cinco dos ministros do gabinete Freycinet continuam no poder, e as outras partes foram divididas

nas nos grupos da maioria republicana.

Quando o ministerio se apresentou ao parlamento o sr. Clemenceau declarou-se hostile. O grupo dirigido pelo deputado de Montmartre não tinha sido contemplado pelo programa do conselho, era o unico grupo republicano que não tinha um de seus membros no ministerio, e essa falta era tanto mais grave quando tinha influido para a queda do ministerio Freycinet, felizmente havia ainda uma pasta vaga a qual foi dada ao sr. Herrison membro do grupo Clemenceau, e assim se conciliaram as cotuzas. Neste momento as camaras estão ausentes, e o silencio parlamentar deixa ao governo a tranquillidade necessaria para tratar das graves questoes de politica externa que continuam a agitar-se no Egypto.

O presidente do conselho diz no seu programma que conservará a neutralidade na questao egypcia enquanto essa neutralidade não for de encontro a honra nacional, mas, que se os interesses da França o exigirem, elle, de accordo com o parlamento, intervirá energicamente, e a mão armada se precisará for. Em uma nota recente dirigida a conferencia declarou (Lombard, o sr. Declere que a França adheriria com certas reservas a proposta relativa a protecção do canal de Suez.—No Egypto as cousas seguem a marcha natural que desde muito se podia prever. Abdul Hamid cerio de que as potencias não auxiliariam contra a Inglaterra, acabou por ceder as exigencias d'este e

...

Era um bello rapaz de vinte e quatro a vinte e cinco annos, com dous olhos, que tendo lavado todos os d'istacos, apparecia em fim com a sua physionomia natural, e com o uniforme de fantasia que adoptara quando, em pleno oceano, não podia ja ser reconhecido sendo pelo mar, pelas tempestades e por Deus.

Era uma especie de sobrepelle de vellos maru, com avelhas de ouro apertada na cintura por um cinto de ouro, em que estavam metidas muitas pedras de abençoado, mas de du, cinzeladas, lavradas e embuladas como essas armas de ferro que saem em enfite e não uma de feza. Vestia umas calças de castanilha branca, com botas curtas e françadas que lhe chegavam abaixo do joelho. Fluctuava-lhe ao pescoço uma grande defleada, um d'estes longos da India de tecido transparente, semplado de fiores de cores naturaes, e de cada lado das suas faces, crestadas pelo sol e acinzeladas pela escorpião; eram levantados por cada bafagem de brisa, os seus compridos cabellos, que, despoilados, tinham requejado a sua cor de um negro de esbano. Ao seu lado, e sobre o canhão da pólvora, estava um capote de ferro, com alças unidas se aferravam debaixo da borda. Era o seu distinctivo de combate, e a unica arma defensiva com que se cobria. Algumas boças, profundamente abertas no alto, provavam que mais de uma vez saltava a cabeça que protegia d'essas terriveis feridas, que fazem as espaldas de abençoado de que se servem os marinheiros quando os navios, ao trazer um no outro. Em quanto ao resto da tripulação, essa vestia o uniforme da marinha franceza, em toda a sua exacta e soavel elegancia.

Entretanto, o navio, que, velle e

---

**EU LHE REVELO**

### O CAPITÃO PAULO

POR ALEXANDRE DUMAS.

III

Como os motivos que tinham levado o capitão Paulo a vista das costas da Bretanha não tem relação com a nossa historia semão pelo conhecimento que acabamos de expor, deixaremos os nossos leitores na mesma incertiza que os habitantes de Port Louis, e, ainda que a nossa viagem e as nossas sympathias nos chamem naturalmente para a terra, seguri-nosos ainda dois ou tres dias na sua carreira aventureira pelo oceano.

O tempo estava tão lindo como pôde estar nas paragens occidentaes, nos primeiros dias do outono, a brisa caminhava de vento em popa. Os marinheiros, despreocupados, descaixavam no aspecto do céu, e, com excepção de alguns homens, occupados com a manobra, e resto da tripulação, dispersa nas diferentes partes do navio, dispunha do tempo a seu capricho, quando uma voz que parecia vir do céu, exclamou:

—O! B de lazo!

—E! B! respondeu o comandante, que estava a proa.

—Uma vela! disse o marinheiro collocado em observação.

—Uma vela! repetiu o contra-mestre, senhor official de quarto, para mandar prevenir o comandante.

—Uma vela! uma vela, repetiram todos os marinheiros dispersos no convés, porque, n'esse momento, uma vaga levantou o navio, que appareceu no horizonte, e formou a vista para os marinheiros, ainda que o olhar menos exercido de um passageiro ou de um soldado de terra certamente o ignoraria pela azia de uma gavota estendida no oceano.

—Uma vela! exclamou pela sua vez um meço de vinte e cinco annos, saindo para o bombardeio pelo escolho da proa d'armas, Fernandinho no sr. Arthur, o que lhe parecia um fronte servindo-se de um porta-voz, e disse de se não enganar a nenhuma, o comandante pergunta o que lhe parece aquella casa de noz.

—Parece-me um grande navio, responde na mesma lingua o joven maldonado, a quem se dirigia a intercepção, e que tremia ao este da soc. reza, de forma que, pela sua vez, e, como se se amiasse ao ver o inimigo, a feccia curvou-se para diante, merculhando mais profundamente a sua proa, nas aguas e fazendo reparar a escuma, froumendo de cada lado da sua quilha.

—Navei então um momento de silencio e de espera, de que nos agroveitamos para chamar a attenção dos nossos leitores para o official, a quem o tenente dora o titulo de capitão.

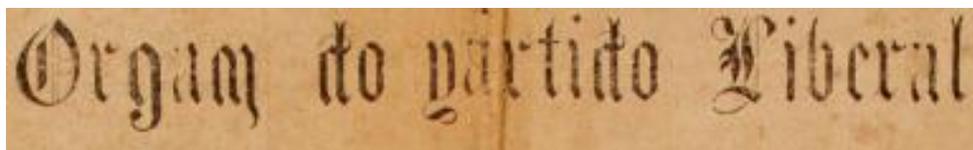
—Desta vez não era já o joven e estorico guarda-marinha que vimos levar a bordo da feccia o conde de Aray, nem o velho marinheiro de estatua curvada e de voz rude e breve, que o recebeu no camarote

---

Fonte: Hemeroteca Nacional da Fundação da Biblioteca Nacional.

Em 1889, *O Liberal da Vigia* manteve em grande parte sua estrutura, realizando apenas algumas modificações, principalmente na escolha das fontes tipográficas. A fonte usada para exibir o nome do partido passou a ser uma fonte gótica.

Figura 16 – Fonte gótica utilizada pelo periódico



Fonte: Coleção Vicente Salles -Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA).

A escolha da fonte causa uma sensação de gravidade, tradição ou autoridade ao partido. As fontes góticas geralmente têm um estilo mais ornamental e arcaico em comparação com as fontes romanas ou serifadas. Portanto, essa mudança na tipografia oferece a leitura um visual mais distinto e impactante, o que ressalta sua importância ou destacando a sua identidade política. A transição para uma fonte gótica estabeleceu uma quebra visual marcante, oferecendo ao leitor um ponto visual chamativo, pois destoava das demais fontes.

Em 1882, a edição apresenta a seção “Ephemerides”, que não era uma seção textual, mas um espaço no jornal que mostrava o nome do mês e a quantidade de dias referentes a ele, em seguida um quadro como um calendário que seguia uma organização diferenciada, onde a coluna à esquerda apresentava os dias da semana e as colunas da direita apresentavam os dias do mês. Só depois vinha o editorial com o nome do periódico, seguido do arabesco que permaneceu da identidade visual de 1877.

Figura 17 – Seção Ephemerides

**EPHEMERIDES.**

OUTUBRO—31 DIAS.

Do mingo.	1	8	15	22	29
2. <sup>a</sup> Feira.	2	9	16	23	30
3. <sup>a</sup> Feira.	3	10	17	24	
4. <sup>a</sup> Feira.	4	11	18	25	
5. <sup>a</sup> Feira.	5	12	19	26	
6. <sup>a</sup> Feira.	6	13	20	27	
Sabbado.	7	14	21	28	

Fonte: Hemeroteca Nacional.

Como já referido, nas edições de 1882 o jornal tinha uma massa textual densa. A primeira página teve uma divisão. Na parte superior estavam os artigos do jornal e, na metade para baixo, a seção “Folhetim”, que, por sua vez, era grafada como o mesmo tipo utilizado no nome do partido. Tanto o “Folhetim” quanto os textos do jornal eram divididos em cinco colunas.

Figura 18 – Semelhança entre fontes



Fonte: Hemeroteca Nacional.

A inclusão da seção "Solicitados" nas edições do jornal *O Liberal da Vigia* em 1882 sugere uma mudança na condução editorial e na possível participação do público na composição do periódico. Essa seção, dedicada a textos enviados por indivíduos da própria cidade de Vigia ou de outras localidades, com a finalidade de serem publicados no jornal. O periódico não sinaliza a proposta de abrir o espaço para os adversários, os autores que se manifestavam nos textos eram pessoas do grupo letrado do partido liberal da cidade ou simpatizantes das ideais liberais.

Nesses textos, os autores são identificados por seus nomes ou nomes fictícios, e contam com a data e o local de envio dos textos. Essa característica indica que esses textos não podem ser considerados como cartas enviadas ao jornal, estão mais próximos de uma espécie de colaboração ou artigos escritos com o propósito expresso de serem publicados no periódico.

No que tangencia os aspectos editoriais gerais d'*O Liberal da Vigia*, as análises realizadas revelam a prevalência de notícias de natureza política, religiosa e econômica. Essas temáticas demonstram a preocupação do periódico em abordar assuntos de relevância social e política para os vigienses. Os textos que se propunham a noticiar ou comentar eventos políticos e administrativos da cidade nas edições de 1877 oferecem informações atualizadas aos leitores. Isso incluiu temas que também eram abordados por outros jornais da cidade ou

de Belém. Esses textos desempenhavam um papel importante ao alimentar debates na arena pública que se formava por meio da imprensa do século oitocentista.

Esse fato reforça a posição de Marialva Barbosa (2010), a respeito da imprensa no Brasil durante o século XIX, onde os periódicos estavam amplamente focados em questões de direito e em denúncias políticas. Funcionavam como um verdadeiro palco de debates, onde tópicos diversos eram discutidos, contribuindo para a formação da opinião pública. De acordo com Morel (2005), após o processo de independência, a opinião pública emergiu como um instrumento de debate político legítimo, o que a distinguiu da soberania do monarca.

A opinião pública no Brasil oitocentista era principalmente moldada pelas elites letradas, que assumiam uma espécie de missão pedagógica ao propagar novas ideias e defender seus projetos políticos por meio de publicações impressas.

É interessante notar que, apesar de não haver muitas referências a eventos históricos nas edições analisadas, o jornal se pautava por datas importantes que estavam alinhadas com sua ideologia. Foi o caso do texto em comemoração ao 55º aniversário da Independência do Brasil, presente na edição de 07 de setembro de 1877 (ano 2, n. 12). Essa escolha editorial indica que o periódico buscava elaborar sua identidade junto ao público leitor em ressonância com a própria ideia de nacionalismo que era comum nos jornais da época, colocando em circulação memórias que conferiam um pertencimento do jornal a sociedade nacional, o que colocava em circulação um discurso de valorização da história e dos símbolos do país. Ou seja, tal postura pode nos indicar que o periódico buscava uma espécie de engajamento que caminhava entre a política e a cultura para, assim, estabelecer uma ligação de identificação com os leitores, por meio de valores e princípios compartilhados entre ambos.

Uma análise comparativa das edições do periódico entre os anos de 1877 e 1882 revela uma significativa alteração na construção da seção de anúncios. Nas primeiras edições de 1877, essa seção era bastante simples, com poucos adornos e não era constante, ocupando a última página do jornal e respeitando a formatação em duas colunas característica da publicação. A presença dos anúncios ainda estava em fase de desenvolvimento, uma vez que o periódico estava nos primeiros anos de funcionamento.

Nesse período, alguns anúncios apresentavam imagens e adornos mais elaborados, embora isso não fosse comum. O jornal parecia estar definindo uma linguagem para a seção, uma vez que as outras pareciam mais estáveis em conteúdo e presença.

Nesses primeiros anúncios havia uma diversidade de conteúdo, pois não se limitava apenas a publicidades comerciais. Além dos serviços oferecidos, os anúncios também informavam a respeito de mudanças comerciais ou de moradia, o que aponta para uma espécie

de abordagem mais abrangente e utilitária para a seção. Essa característica pode ser um indício sobre o desenvolvimento comercial da cidade, uma vez que a pesca e agricultura ainda eram o principal meio de sobrevivência da localidade. Em outras palavras, esse estilo de anúncio pode pontuar os novos negócios e serviços que começaram a despertar interesse para a comunidade local.

Na Figura 19 podemos ver a diagramação e artifícios estéticos que o jornal apresentava na seção de anúncios, como a variedade de conteúdo e linguagem, onde a venda do camarão era feito em forma de poesia, dialogando com o caráter literário do periódico e pontuando o regionalismo e cotidiano de Vigia.

Figura 19 – Suplemento d'O Liberal da Vigia, ano 1, n. 44, 26 abr. 1877, p. 4.

SUPPLEMENTO DO—LIBERAL DA VIGIA—AO NUMERO 44. V

---

**Noticias locais.**—No dia 22 do corrente começou a junta parochial de alistamento o trabalho da sua segunda reunião.  
Os interessados devem apresentar em tempo as suas reclamações.  
—Chegou hontem a esta cidade o deputado provincial, capitão Gil de Sousa.  
Consta-nos que além das 2 emendas, de que nos den noticia o "Publicista", que "arrebentaram", por ter sido dado "o nó falso", e da "pa sagem", da ponte em terceira discussão, para o littoral desta cidade, s. s. conta ainda com a boa vontade do dr. Bandeira do Mello, a fim de realisar-se os concertos de que necessita a nossa matriz.  
Fazemos votos para que isto se realise.  
—Consta-nos tambem que foram ultimamente nomeado 1.º supplente da Delegacia de policia deste termo, o sr. Agnello Ferreira, segundo dito, o sr. Rui-muado A. de Souza Alvares, e primeiro da subdelegacia o sr. Antonio Venancio da Costa.  
O grupo do sr. deputado Gil parece que quer finalmente triumphar!  
Fei creada uma Delegacia litteraria em Porto-Salvo e nomeado para ella o sr. Fernando de Figueiredo Motta.

---

**ANNUNCIOS.**

**U** abaixo a signado, official de barbeiro recentemente chegado da capital, offerece ao respeitavel publico desta cidade os seus serviços; podendo ser procurado ou chamado a qualquer hora do dia á travessa das Almas, na casa de residencia do sr. José Diogo da Costa, onde está temporariamente morando até que encontre casa qua possa prestar para um estabelecimento digno de seus freguezes.

Antonio Soares de Sousa

**A botina do progresso.**

Carlos Mariano das Neves, previne ao respeitavel publico e especialmente a seus freguezes, que, com o nome á cima acaba de estabelecer uma officina de sapateiro á rua de Nazareth, no corredor da casa do sr. Ivo José Ferreira, onde os maos seus freguezes sempre o encontrarão prompto para qualquer serviço tendente ao dito officio, promettendo igualmente servir-os com promptidão e modicidade nos preços.

Vigia, 23 de Abril de 1877.

**ABAIXO A ABSTINENCIA!**

«Olhe lá,» que neste tempo se soffrerá fome quem mesmo não quizer comer!  
—Como assim?

Porque temos agora um excellento «petisco:»  
E' o camarão,  
Mui saboroso,  
E appetitoso  
Do Maranhão.  
E a'ém de appetitoso é aceiado e secco, podendo-se trazer no bolso, afim de «pegar o estomago.» em qualquer parte onde se estiver.  
—E onde se encontra essa «pechincha»?  
Na casa dos srs. Gama & C.ª á rua de S. Bernardo, a 320 reis a libra.  
Vou comprar, antes que se acabe.

Officina  d'alfaiate

João José Filippe faz sciente ao publico que abriu novamente a sua officina de alfaiate no corredor da casa em que já esteve a primeira vez, mystico a sociedade «Cinco de agosto» ruin de S. Bernardo.

---

**OS**  
**ADVOGADOS**  
DOMINGOS ANTONIO RAIOL  
E  
THEOTONIO RAYMUNDO DE BRITO.  
LARGO DE PALACIO  
(CASA DO DR. ABREU.)  
BELEM.

---

**O despachante João Emilio**  
Macedo offerece os seus serviços, na capital da provincia, aos commerciantes desta cidade que d'e quizerem utilizar-se, mediante uma commissão soavel, como já pode informar o sr. Manoel Filippa Costa. O annunciante encarrega-se particularmente de tirar com brevidade despachos de importação e exportação.  
Belem — 1877. 3-

---

Imp. na typ. do «Liberal da Vigia», sito  
rua de Nazareth, casa n.º...

Fonte: Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto".

No estudo das edições do jornal *O Liberal da Vigia* de 1882, pode-se notar uma significativa transformação na diagramação e apresentação dos anúncios. Enquanto anteriormente a seção era a última do jornal, estando sujeita aos demais textos, e seguia a divisão interna do periódico, nas edições de 1882, essa seção ganhou uma configuração independente, ocupando de forma integral a última página com uma divisão em duas colunas, quebrando o padrão interno de cinco colunas. Essa mudança possibilita maior visibilidade e destaque aos anúncios, já que a página apresentava bastante espaço em branco, o que torna os anúncios mais visíveis e de fácil identificação de cada anunciante.

Apesar de termos acesso a apenas quatro edições de 1882, é evidente a presença frequente dos mesmos anunciantes. Uma explicação possível para essa recorrência poderia ser a existência de acordos ou pacotes de anúncios. No entanto, outras hipóteses também podem ser consideradas. Pode ser que houvesse um número limitado de comerciantes na cidade com capital disponível para investir em publicidade. Além disso, é possível que a imprensa local não tivesse uma ampla penetração na comunidade, o que limitaria o número de anunciantes em potencial. Outra explicação poderia ser a falta de alinhamento ideológico entre os possíveis anunciantes e a linha editorial do jornal, o que os desencorajaria a investir em publicidade.

Apesar dos cinco anos transcorridos entre as edições analisadas, observou-se que a utilização de imagens nos anúncios ainda não era expressiva. Ao invés disso, os recursos estéticos e visuais concentravam-se na diagramação dos próprios textos dos anúncios, como formatos, posicionamento e diferentes fontes tipográficas. No nível gráfico, o que podemos observar são linhas e caixas gráficas. Essa construção era mais explícita nos anúncios, pois o periódico lançava mão de artifícios criativos na sua apresentação, o que rompia com a formalidade predominante nas demais páginas.

Figura 120 – Anúncio d'O Liberal da Vigia, ano 7, n. 41, 12 nov. 1882, p.4

4

FRANCISCO ANTONIO  
Raiol vende uma canoa de 16  
palmas de boca e 48 de com-  
primento, construída de madei-  
ras reaes, prompta á navegar e  
já em meio uzo.



**Previne-se aos**  
que tem por costume não respeitar  
a propriedade alheia, que não conti-  
nuam a entrar nos terrenos pertencen-  
tes á fazenda «campinas» para es-  
tragar os seringaes, cortar madeira  
de construção ou edificação, derru-  
bar fruteiras, fazer roça ou quili-  
quer outro dâmo.  
Os limites dos mesmos terrenos  
são os seguintes:  
Da boca do igarapé Tananaoua,  
costa abeiro, até o furo do Guarra-  
quicaua, e d'ahi entrando pelo mes-  
mo furo, e pelos rios do Tauapará e  
da Ribeira passa pelos fundos dos  
terrenos dos herdeiros do falecido  
Rafael de Moraes, e vai tocar no ter-  
reno do sr. Hilario José Ribeiro.  
Os que foram encolimados nos  
mesmos terrenos sem consentimento  
dos proprietarios, ou de quem os ti-  
ver á seu cargo, serão considerados  
invasores da propriedade alheia e  
contra elles racahirá o rigor da  
lei.

**O coronel Joaquim**  
Manuel de Carvalho é possuidor de  
1750 braças de terra de frente no rio  
Tauapará começando das de Hilario  
José Ribeiro, correndo o rio acima, a  
mão direita, até além das campinas,  
que se denominam do «Tauapará», e  
tem á seu fundo uma legua até a costa.  
Os seus limites estão bem discrimi-  
nados, os vizinhos todos os conhecem  
perfeitamente.  
Previne por isso aos destruidores  
das propriedades alheias, que não  
continuem a derrubar madeira e  
nem fazer roçado no terreno indicado  
sem seu consentimento; porque, pelo  
contrario, buscará a protecção da lei  
para ensinar os invasores a respeitar  
o alheio. E para que não alleguem  
ignorancia, sahez isto publico pela  
imprensa.

**ATTENÇÃO**  
Vende-se um bonito sítio denomina-  
do OITEIRO, qual está colloca-  
do á margem direita do estuário  
do rio Taubaté, a beira da Serra,  
vulgarmente conhecido por  
LATA. Este sítio per-  
tenceu outrora ao sr.  
Cassiano Antonio de  
Souza Alvares e  
contém uma boa  
casa de vi-  
venda, ar-  
vores  
fructíferas  
e outras bon-  
feteiras. É um  
lugar aprazível, tem  
porto para toda maré e  
a casa tem 18 braças de  
frente, tendo os terrenos 100  
braças de frente e 300 de fun-  
dos. Faz parte de um importante  
sítio uma ocaria com a completa  
máquina para amassar barro, a qual  
com pequenos reparos trabalhará re-  
gularmente. É a unica ocaria que  
neste extenso município terá de for-  
necer o material necessario para as  
edificações, tem excellentes barroiro  
e o barro é all de facil conducção  
por ser o barroiro junto á ocaria.  
Quem pretender o sítio dirigirse  
nesta cidade ao tenente coronel A. J.  
de Miranda Gama, a na capital á o  
brasileiro lino de Hollanda.

O Liberal da Vigia

**CENTRO COMMERCIAL PARAENSE**

ARMAZEM DE JOIAS E FAZENDAS

N. 10—RUA DA IMPERATRIZ—VULGO DA PRAIA—N. 10.

**LOJA FILIAL**

Exclusivamente de joias finas, brilhantes

N. 29 AA RUA DOS MERCADORES—ESQUINA DA TRAVESSA DE S. MATHEUS.

**PROPRIETARIOS—B. L. DE HOLLANDA & C.<sup>a</sup>**

Estabelecimentos recommendaveis pelo seu grande deposito de obras de ouro de lei, brilhantes, pedras, esmeraldas, rubis, Relojes em todos o-  
Generos recebendo constantemente todas as novidades que produzem as principaes fabricas de Paris, Londres e Estados Unidos. Os senhores nes  
Societades do interior e o publico em geral encontrarão sempre sortimento tão variado que lhes facilitará escolha prompta, completa e vantajosa

VENDAS POR ATACADO E A RETALHO

Prata de lei, cristofle e prata electrica.

Deste os artigos de pura fantasia proprios para presentes, até aos objectos indispensaveis, como faqueiros, serviços para chá, bandejas, esivas  
galheteiros &

**REDES**

Sortimentos de mais de **TRES MIL REDES**, de algodão, linho e de palha. Panno, flo-punhos e finas varandas para roles.—Preços reduzidos;

**Machinas de costura**

Singer, Jones e Silenciosas.

GARANTIDAS

**DIVERSOS ARTIGOS**

Oculos, lunetas, de ar de ouro, prata, aço e tartaruzo—vidros finos de todos os grãos. Binoculos, cachimbos e boquillas de esmama, caixas  
de musica, armonicas, relajos, quadros, estampas, malaras douradas, papel para forrar casas e infinidade de objectos uteis, de luxo e fantasia

**AVISO**

Estando os annunciante em relações immediatas com os principaes fabricantes da Europa e Estados Unidos, com os  
quaes tem contractos especiaes e vantajosos, podem por isso, vender por atacado ou a retalho, todos os artigos que expõem á  
venda, por preços—CONSIDERAVELMENTE BAIXOS.

RUA DA IMPERATRIZ N. 10

**PARA'**

RUA DOS MERCADORES N 29 AA

**Officina typographica**

**O Liberal da Vigia**

Neste estabelecimento imprime-se cartas para convite  
de interro, baptisado, casamento, assim como prepara-se avulsos,  
circulares, contas correntes, cartões de visita e outros ser-  
viços tendentes a arte typographica.  
Promette-se acio e modicidade aos preços.

**COMPANHIA ZOOTECHNICA E AGRICOLA DO BRAZIL**  
**CAPITAL SOCIAL 1,500,000\$**

EM 150,000 ACCÇÕES DE 10\$000  
autorizada pelo Decreto Imperial n. 7905 de  
22 de Agosto de 1890  
Fundação de cinco estabelecimentos agricolas com escolas theoreticas e pra-  
ticas para 1,500 alumnos; grande criação de animaes e cultura de todos os  
productos, segundo as zonas agricolas onde estiverem instaladas.  
Um dos estabelecimentos será perto da corte, dous nas provincias do norte e  
s outros dous nas do sul.  
Mostram as bases e recebem a subscrição por especial favor, todas as cam-  
aras municipaes do imperio, todas as mezas e collectorias de rendas geraes, e lo-  
das as agencias do correio.  
Para maiores informações do escriptorio da companhia.  
**16 rua Sete de Setembro 16**  
**RIO DE JANEIRO**

A observação das edições mostrou que a seção de anúncios ganhou mais destaque ao longo dos anos, especialmente em 1889. Nesse período, houve uma diversificação significativa nessa seção, ocupando um espaço visual mais proeminente no jornal. O número de anúncios aumentou consideravelmente, e foram utilizados diversos tipos de letras e estruturas gráficas, enriquecendo visualmente o periódico.

Figuras 21 e 22 – Duas últimas páginas de anúncios d'O Liberal da Vigia, ano 14, n. 8, 2 abr. 1889, p. 3-4.

Fonte: Coleção Vicente Salles - Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA).

Essa expansão na seção de anúncios sugere um aumento na atividade comercial e na publicidade naquela época. A variedade de letras e estruturas gráficas utilizadas não apenas tornava a seção de anúncios mais visualmente atraente, mas também refletia a diversidade de produtos, serviços e negócios que estavam sendo promovidos no periódico. Além disso, a diversificação dos tipos de anúncios também proporcionava uma experiência mais dinâmica e interessante ao folhear o jornal, criando um ambiente visualmente estimulante.

## 5.6 Os redatores: uma memória entrelaçada

Por último, como parte da história e memória a respeito do jornal, pontuaremos sobre os sujeitos que estiveram à frente do periódico. A pesquisa sobre os responsáveis pelo *O Liberal da Vigia*, com base nas informações disponíveis, revela-se como um ponto de complexidade e ambiguidade. Não há muitos detalhes nas próprias publicações, as poucas referências encontradas se baseiam em indícios e citações de outros jornais, o que adiciona um elemento de incompletude à análise.

Como mencionado anteriormente, durante o período em que ainda era denominado como *O Liberal*, o proprietário do jornal era o professor Raimundo Bertoldo Nunes (Biblioteca Pública do Pará, 1985). No entanto, após a mudança de nome para *O Liberal da Vigia*, a posição dele no jornal se torna menos evidente. Embora existam algumas indicações da continuidade da presença de Raimundo Bertoldo Nunes na equipe do periódico, como a assinatura de editoriais e a atuação como redator, não há uma declaração explícita de que ele fosse proprietário. Uma possível explicação para a ausência de uma declaração a respeito da propriedade pode ser a natureza política do jornal. Como órgão oficial do Partido Liberal, *O Liberal da Vigia* teria utilizado a estratégia discursiva de omitir o nome e o papel individual do proprietário.

Raimundo Bertoldo Nunes nasceu em 29 de março de 1847 e atuou de forma expressiva como professor, poeta, jornalista e defensor público (Soeiro, 2012). Ele foi um dos membros fundadores da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto", onde desempenhou o cargo de 1º secretário por vários anos. Foi professor nas escolas públicas de Vigia e no externato da Sociedade Literária "Cinco de Agosto". Como jornalista também atuou no jornal *O Orvalho* e *O Espelho* (Soeiro, 2012). Não há informações que fosse o dono da tipografia d'*O Liberal da Vigia*.

Na década de 1880, mudou-se para Belém, onde fundou o Atheneu Paraense, educandário de sua propriedade (Soeiro, 2012). Não há informações de como ficou a direção d'*O Liberal da Vigia* após a partida de Bertoldo Nunes. Nas edições de 1889 constava o nome de Leopoldo Manoel David Siqueira, como “empresário” do periódico.

Em Belém, Bertoldo Nunes não abandonou o jornalismo, pois se tornou chefe de redação de *O Liberal do Pará*. No final do século, ele participou da fundação de várias instituições associativas que reuniam intelectuais da Província do Pará, como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Sociedade Mina Literária, que foi precursora da Academia Paraense de Letras (Soeiro, 2012).

Outro aspecto importante da trajetória de Bertoldo Nunes foi seu envolvimento ativo no movimento abolicionista em Vigia (Palheta, 2022), o que pode ser percebido nos artigos em *O Liberal da Vigia*, que pontuam com elogios a indivíduos que libertavam escravizados na cidade. Segundo Palheta (2022), Nunes é considerado um dos expoentes desse movimento na região e, quando morou em Belém, manteve a luta em prol da abolição da escravatura, o que, em 1881, o levou à Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos.

Por meio da análise dos jornais, é possível perceber que a equipe responsável pela produção do periódico não era numerosa. No final de 1877, o jornal teve uma interrupção em sua circulação por algumas semanas devido à viagem de um grupo de pessoas, entre as quais estava o próprio Raimundo Bertoldo Nunes. Ele cita os membros do grupo e afirma que entre eles havia um dos operários do jornal. Entre os nomes citados está Manoel Epaminondas de Vasconcellos Palheta, que tem a sua história vinculada com *O Espelho*. Esse episódio sugere que a equipe do jornal era limitada, já que a ausência de apenas duas pessoas foi suficiente para interromper a circulação do periódico.

Ainda dentre os nomes identificados como redatores do jornal, temos Francisco de Moura Palha, cuja referência foi encontrada na notícia publicada no dia 07 de outubro de 1887, no periódico *O Liberal do Pará*. Na notícia, era celebrada a chegada de Palha na capital e mencionada a sua função de redator no jornal *Liberal da Vigia* durante o ano de 1887.

Também vindo no mesmo vapor, acha-se entre nós o nosso amigo capitão Francisco de Moura Palha, redactor do *Liberal da Vigia* e membro da comissão parcial do partido liberal n'aquella cidade. (*O Liberal do Pará*, 04 out. 1887, p. 2).

O texto acima dialoga com edições do periódico *O Liberal da Vigia* de 1882 em relação a participação da família Moura Palha na imprensa da cidade vigiense. Nas edições observadas, os membros dessa família assumiram um papel de destaque, pontuando sua atuação na tradução de textos do francês para o português, que eram posteriormente publicadas no jornal ou utilizadas como materiais de leitura nas escolas e no externato da “Cinco de Agosto”.

No próximo capítulo, o Capítulo 6, apresentaremos os dados referentes ao jornal "O Espelho." Este jornal, conhecido por seu tom ácido, circulou em Vigia e ofereceu uma abordagem interessante em relação ao contexto político da época. Em parte contraditório, em parte revelador, "O Espelho" proporciona uma perspectiva única na trajetória da imprensa na cidade, que será discutida em detalhes neste capítulo.

## 6. O ESPELHO: OBJETO FEMININO DE INTERESSE GERAL, JOCOSO, LITERÁRIO E ÁCIDO

### 6.1 A visão geral d'*O Espelho*

O jornal *O Espelho*, da cidade de Vigia, começou a circular no dia 01 de setembro de 1878 e, segundo o catálogo Jornais Paraoaras (1985), ele saiu de circulação após o número 39, em 1879. Nas edições analisadas, o número 39 corresponde ao dia 06 de julho de 1879. Na edição não há nenhuma menção a respeito de ser o último número do periódico. No entanto, há elementos que podem indicar que uma certa crise na arrecadação do jornal tenha levado a sua descontinuidade.

Na edição de 04 de maio de 1879, n. 31, o periódico publica um texto diretamente aos assinantes a respeito do atraso de pagamento das assinaturas no valor de 500 réis por mês, valor que já era comum desde a primeira edição.

Rogamos aos nossos assignantes que se acham atrasados no pagamento de sua assignaturas, a bondade de satisfazerem seus debitos, sob pena de... etc. e tal pontinho.

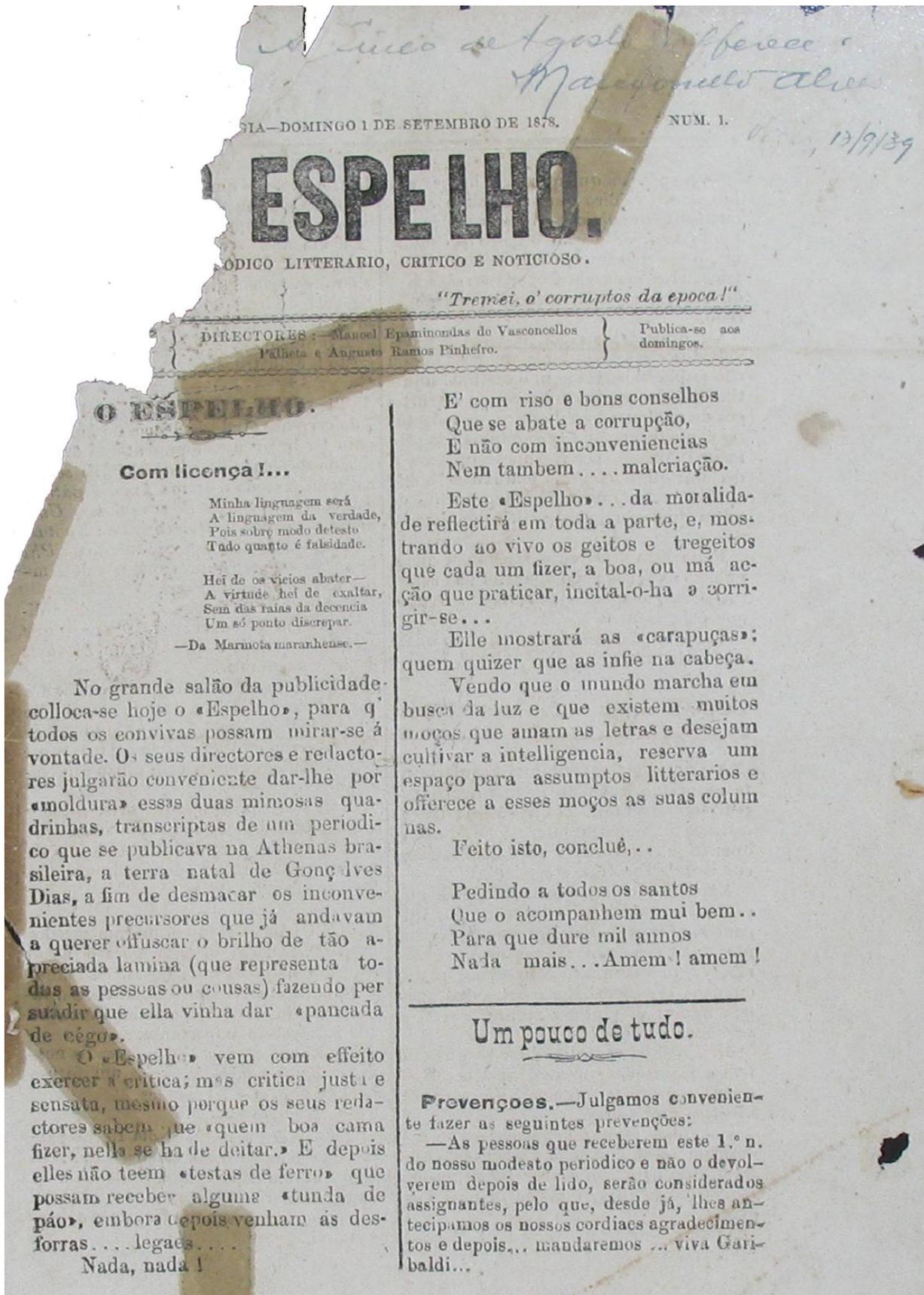
Não se zamguem, sim?

Mas então paguem, sim? (*O Espelho*, 04 mai. 1879, ano 1, n. 30, p. 2).

O texto foi redigido em tom jocoso, mas nos permite perceber que o atraso estava prejudicando a publicação. Na edição seguinte, no dia 11 de maio de 1879, n. 32, o periódico muda a estrutura do jornal e começa a divulgar a venda avulsa no valor de 160 réis, informação que não havia antes em nenhuma edição. Ou seja, os valores que estavam sendo arrecadados talvez não suprissem as necessidades de publicação. Isso pode ser um fator que sugere encerramento do jornal na edição de número 39.

*O Espelho* se caracterizava como um periódico de veiculação semanal, publicado aos domingos que circulou de 01 de setembro de 1878 a 06 de julho de 1879 na cidade de Vigia. Durante a análise, não foram identificadas interrupções significativas na publicação. Embora em algumas ocasiões o jornal tenha pontuado pausas temporárias na circulação, essas interrupções foram atribuídas a fatores como falta de material, como papel, a viagem dos editores ou à alta demanda da tipografia para a produção d'*O Liberal da Vigia*. No entanto, é notável que, mesmo diante dessas situações, *O Espelho* retomava sua circulação na semana seguinte, mantendo a numeração e sempre explicando aos leitores as causas da ausência.

Figura 23 – Primeira edição d'O Espelho, ano 1, n. 1, 01 set. 1878, p.1



Fonte: Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto".

Essa capacidade de manter uma continuidade relativamente consistente em sua publicação e a constante explicação para os leitores, mesmo diante de desafios logísticos ou concorrência por recursos na tipografia, demonstra um compromisso do periódico com as edições e sua manutenção. Por esse motivo, podemos pontuar que *O Espelho* pareceu desempenhar uma espécie de comunicação direta com os leitores, uma estratégia que parecia estabelecer um diálogo de proximidade com os assinantes.

Segundo o catálogo de Jornais Paraóaras (Biblioteca Pública do Pará, 1985), o periódico apresentava um enfoque multifacetado, que abrangia aspectos literários, críticos, noticiosos e religiosos, esta última característica não é enunciada pelo próprio jornal (Figura 22). A partir da observação do periódico, constatamos que o aspecto religioso não se mostrou tão proeminente. Havia de fato textos com teor religioso no jornal, mas estavam pautados numa questão moral mais abrangente, como crítica aos costumes da população, âmbito social e religioso. Pontuamos que os textos analisados unem de forma discursiva a religiosidade e a moralidade da cidade numa perspectiva civil. A questão religiosa ganha outros contornos a partir do acirramento das críticas do padre Mâncio Ribeiro aos Liberais e a todos aqueles que estavam de alguma forma ligados a eles, como era o caso d’*O Espelho*, que era publicado pela tipografia de *O Liberal da Vigia*, como podemos ver no trecho a seguir, em forma de poema, que o jornal publica como crítica ao padre e a *O Vigiense*.

Já se mudaram alguns termos;  
A’ caxaça se diz – bixo;  
Ao *Vigiense* do padre  
Chama-se barril de lixo (Epigrammas, 12 jan. 1879, ano 1, n.17, p. 4).

A própria escolha do periódico em elaborar uma crítica em formato de poema se mostra como uma estratégia discursiva que pontua um caráter literário e erudito para o jornal. Ou seja, não se estava buscando um confronto comum, numa arena de simples troca de acusações e palavras soltas. *O Espelho* escolhe o ritmo, a forma, as palavras, demarcando seu lugar de enunciador letrado e sofisticado que sabe utilizar as palavras e que as articula de uma forma que o diferencia do adversário.

No poema, podemos identificar um jogo linguístico que envolve um trabalho de escrita. O poema brinca com as palavras, combinando rimas que remetem a uma forma grosseira de se referenciar à cachaça, como se fosse uma linguagem bruta, incivil, “bixo”, e na sequência associa esses elementos simbólicos ao jornal *O Vigiense*. A expressão “barril de lixo”, ele além de fechar a rima, contextualiza o jornal como um espaço, um barril, onde se depositam elementos descartáveis, desprezáveis, no caso, as ideias propagadas pelo padre Mâncio por meio do periódico.

Nesse ponto, percebemos uma evidente relação de poder, a associação semântica parece buscar ridicularizar ou criticar elementos específicos, como a cachaça e o jornal "Vigiense do padre". O tom utilizado pelo enunciador sugere contestação, indicando que esses elementos podem ser vistos de forma depreciativa. Dessa forma, ao se apropriar das palavras e jogar com elas, o poema evidencia uma relação de poder na qual o enunciador assume o papel de sujeito que detém a capacidade de articular a linguagem de acordo com o a sua erudição e domínio dos jogos linguísticos.

A proposta editorial do jornal *O Espelho* se mostra em alguns textos dos jornais, uns mais fixos, como era o caso da divisa "Tremei, os corruptos da época", que demarca uma postura crítica e combativa frente aos problemas da época e aos sujeitos que, em algum momento, buscavam exercer o poder sobre as questões políticas e religiosas da cidade de Vigia. Por esse motivo, a abordagem crítica e o viés religioso adotado pelo jornal podem ser compreendidos como uma tentativa de construir uma voz editorial que expressasse preocupações morais e que buscasse chamar a atenção para as questões de corrupção e valores éticos da sociedade vigiense. O texto do editorial do primeiro número, de 01 de setembro de 1878, pontua o discurso do jornal ser uma espécie de arauto da verdade.

Com licença...!

Minha linguagem será

A linguagem da verdade,

Pois quando é falsidade

– Hei de os vícios abater –

A virtude he de exaltar,

Sem das raias da decência

Um só ponto discrepar [...]

Esse “Espelho” da moralidade reflectirá em toda parte, e, mostrando ao vivo os geitos e tregeitos que cada um fizer, a boa, ou má acção que praticar, incital-o-ha a connigir... (O ESPELHO, 01 set. 1878, ano 1, n.1, p.1. Grifos nossos).

Nesse trecho, o jornal utiliza uma estrutura poética e em prosa para se apresentar ao público na primeira edição. Podemos identificar uma estratégia discursiva de alternância entre as formas de escrever, para dinamizar a leitura e, ao mesmo tempo, pontuar o domínio da língua. A ênfase do texto foi posta na relação estabelecida pelo enunciador, articulando as palavras “verdade” e “virtude”, bem como “decência” e “moralidade”.

Nesse jogo de palavras, o pronome possessivo "minha" tem certo destaque, pois ao preceder a palavra "linguagem", parece atribuir à linguagem uma propriedade pessoal, ou seja, algo que o enunciador atribui a si, uma expertise, conferindo autoria e responsabilidade.

A sequência discursiva nos permite inferir a elaboração de um poder que lhe é auto atribuído mediante o domínio da escrita, sendo ela um poder de falar.

A estratégia discursiva foi a elaboração de uma estrutura enunciativa em torno da afirmação de que a linguagem do periódico era pautada em uma "linguagem da verdade". Essa não se coloca contra a linguagem da mentira, mas, sim, contra a linguagem da imoralidade, que foi posta pelo enunciador como algo proveniente de vícios, um discurso que remete à ideia cristã de pecado e corrupção.

O discurso produz efeitos de sentidos que manifestam uma espécie de poder em torno do controle da linguagem e do conhecimento da moralidade. O locutor assume a posição de guardião da verdade e da virtude, estabelecendo limites para o discurso e impondo sua visão de mundo como a única aceitável (Fígaro, 2015). Nesse sentido, podemos dizer que o discurso do periódico se posicionava como uma manifestação do poder de normalização com base em critérios morais específicos adotados pelo jornal.

Algo que também se destacou no trecho do jornal estava relacionado ao significado do nome "O Espelho". Este nome estava diretamente ligado à ideia de refletir os costumes sociais da cidade. O próprio jornal explica essa escolha discursiva, quando pontua que sua função era apenas de refletir, mesmo que esse reflexo fosse acompanhado de críticas, fugindo do discurso passivo que o objeto sugere.

Pelo trecho, percebemos um efeito de sentido em relação a moralidade, ao ver do enunciador, era uma espécie de “luz” – mesmo que ele suprima o substantivo -, que iria alcançar “todos os lugares”, lugares esses que parecem se direcionar às instituições da cidade e a pessoas apontadas como ilustres pelo próprio periódico. Nesse sentido, O Espelho assumiria uma posição pretendida como neutra, apenas “jogando luz” sobre os fatos e costumes observados. Como no trecho a seguir, onde o periódico buscou desassociar-se de qualquer ligação com partidos políticos, mesmo ele sendo impresso na tipografia d’*O Liberal da Vigia*.

DISSOLUÇÃO SOCIAL [...] A’ vista, pois, do exposto, o Espelho que não está filiado a nenhum partido, que não tem compromisso algum, excepto o de corrigir os costumes, não pode deixar de combater estas miserias sociaes, sem refletir-se a este ou aquelle individualmente (O Espelho, 29 set. 1878, ano 1, n. 5, p. 1).

Durante a análise das edições do jornal *O Espelho*, foi evidente um alinhamento com o periódico *O Liberal da Vigia*, mesmo que, em certos momentos, esse alinhamento seja negado pelo próprio jornal. Em diversos pontos, *O Espelho* critica abertamente *O Liberal da Vigia* e o

*Partido Liberal*, sugerindo que o jornal parecia se confundir com o partido, reivindicando para si as vitórias políticas liberais.

Embora *O Espelho* tenha criticado *O Liberal da Vigia* em algumas ocasiões, essa crítica não parece ter ocasionado o rompimento entre os periódicos. Pelo contrário, podemos pontuar que a dinâmica fazia parte de uma estratégia discursiva que posicionava *O Espelho* como um periódico com voz própria, mas que partilhava de ideais próximos dos liberais. Em outras palavras, *O Espelho* revela uma relação ambígua com *O Liberal da Vigia*, de aproximação e afastamento, quando necessário e conveniente para si.

Os pontos de convergência entre os jornais *O Espelho* e *O Liberal da Vigia* se manifestam principalmente no âmbito da literatura e da educação formal na cidade de Vigia, duas áreas que ambos os periódicos valorizavam e promoviam. Em *O Espelho*, foi perceptível uma regularidade na abordagem desses temas, fornecendo informações sobre a educação na cidade. O periódico abordava essas questões por meio da apresentação de dados, como o número de estudantes na cidade, informações sobre os professores, detalhes sobre as escolas públicas locais, a realização de exames, provas e as ações da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”.

As valorizações da literatura e da educação formal permitem perceber a importância atribuída por ambos os jornais a essas áreas. Ou seja, os periódicos compartilhavam discursos a respeito dessa visão comum sobre a literatura e a educação, haja vista que, na proposta deles, elas desempenhavam um papel fundamental na promoção do conhecimento e no avanço da sociedade.

Esses pontos de encontro também podem ser interpretados como parte de uma estratégia discursiva que buscava fortalecer a identidade liberal na cidade, pois a promoção da educação e da literatura estava alinhada com os princípios e ideais do Partido Liberal, ao qual ambos os jornais eram ligados de alguma forma.

No que diz respeito ao aspecto gráfico do jornal *O Espelho*, podemos pontuar suas dimensões, que correspondem a 33,5 cm x 23,5 cm, o que configurava um formato relativamente grande para os padrões da época. O jornal era composto regularmente por quatro páginas, um formato típico para a maioria dos periódicos daquele período, em especial os jornais mais simples, como era o caso d’*O Espelho*.

No entanto, houve edições especiais que apresentaram suplementos. Duas edições em particular, datadas de 15 de dezembro de 1878, número 15, e 09 de junho de 1879, número 36, destacaram-se nesse aspecto. Portanto, nessas ocasiões específicas, o periódico consistiu em um total de cinco páginas.

## 6.2 O reflexo d'*O Espelho*: um conteúdo ácido

O periódico apresentava uma estrutura editorial organizada, com diferentes seções que contribuía para a diversificação do conteúdo e abordavam uma variedade de temas. A análise dessas seções revela a natureza multifacetada do jornal, que buscava atender às necessidades e interesses de seus leitores, além de cumprir uma função informativa e crítica na sociedade da época.

Quadro 4 – Seções d'*O Espelho* (18878-1879).

Seção	Descrição
<b>O Espelho</b>	Seção de “honra”, equivalente ao editorial do periódico. Essa seção era especialmente notável, por sua flexibilidade e diversidade de tópicos abordados. Os editores podiam tratar de temas em série que se estendiam por várias edições. O espaço, também, era reservado para lidar com questões urgentes, como a necessidade de responder a críticas dirigidas ao jornal ou a sujeitos proeminentes na comunidade.  Incluía assuntos políticos, anúncios de aniversários e obituários, análises críticas, defesas editoriais, discussões sobre questões educacionais e até mesmo traduções de textos realizadas por figuras respeitadas na cidade ou por amigos dos editores.
<b>Um Pouco de Tudo (Crônicas)</b>	A seção possuía uma abertura que se direcionava especificamente às leitoras, embora o jornal não restringisse sua audiência a esse público. Essa seção era composta por textos curtos que funcionavam como uma espécie de noticiário, abordando uma ampla gama de tópicos, com ênfase em questões culturais, como festas e eventos sociais, bem como informações sobre a chegada e partida de embarcações e pessoas ilustres da cidade.
<b>Variedades</b>	Funcionava como uma espécie de seção de literatura do jornal e consistia na publicação de poemas, versos e textos em prosa, frequentemente intercalados com poemas. Esses textos podiam ou não ser assinados, sendo que alguns eram atribuídos a moradores da cidade que tinham alguma relação com os editores. Além disso, os próprios editores contribuía com poemas para a seção.
<b>A Pedido</b>	Consistia em espaço destinado a textos que desempenhavam o papel de comunicados gerais destinados a todos os leitores do jornal. No entanto, esses textos aparentavam ser enviados por indivíduos externos à equipe editorial do periódico, muitas vezes assinando com pseudônimos ou utilizando expressões como “a sombra do Espelho”, “Os que viram”, entre outros, termos que,

	embora não fossem pseudônimos, conferiam anonimato ao autor. Nesse espaço, abordavam-se temas variados, desde a menção de pessoas ilustres até críticas a desafetos, além de tratar de assuntos relacionados a vendas, negócios locais e críticas à realidade da cidade.
<b>Espaço Perdido</b>	Não era uma seção regular. Ao que parece, esse espaço era reservado para a publicação de textos escritos pelos editores do periódico, nos quais eles faziam críticas a sujeitos que haviam proferido comentários negativos sobre o jornal. As críticas eram feitas sem identificar nominalmente as pessoas que haviam feito tais declarações.
<b>Anúncios</b>	Anúncios de produtos e serviços; valores geralmente não informados; ocasional uso de tom satírico.
<b>Literatura</b>	Não era uma seção presente em todas as edições do periódico. Seu conteúdo principal consistia na publicação de trechos de obras literárias, os quais eram extraídos de outros jornais ou eram traduções de textos de outras línguas. Essas traduções muitas vezes eram realizadas por pessoas da própria cidade.
<b>Solicitados</b>	Substituiu “A Pedido”, mas manteve o mesmo direcionamento.
<b>Colaboração</b>	Textos de autoria de pessoas externas ao jornal. O periódico os reconhecia como colaboradores. Não fica evidente se o jornal solicitava um texto, se o autor escrevia quando achava pertinente, ou ambas as possibilidades.

Fonte: Elaboração da pesquisa.

No contexto do jornal *O Espelho*, as diversas seções, embora possuíssem temáticas diferenciadas, compartilhavam uma certa similaridade que tornavam os textos menos rigidamente delimitados por seções específicas. Esse aspecto permitiu que as críticas e o humor ácido do jornal permeassem todo o periódico, criando uma espécie de interconexão temática e discursiva entre as seções.

Particularmente o editorial, que normalmente apresentava textos opinativos e direcionados, em alguns momentos compartilhava sua função com a seção "Um Pouco de Tudo". Essa fusão de funções revela a natureza flexível do jornal e sua capacidade de abordar uma ampla gama de tópicos, desde questões políticas e educacionais até eventos sociais e culturais.

A falta de fronteiras rígidas entre as seções também reflete uma abordagem mais inclusiva, onde os temas são interligados e complementares. Essa estratégia discursiva permitia que o jornal se dirigisse a um público diversificado, abordando suas necessidades e interesses de maneira abrangente. Além disso, a presença do humor ácido e das críticas em

todo o periódico servia como uma forma de espalhar esses elementos por várias seções e, assim, o jornal reforçava sua postura crítica sobre os costumes da sociedade da época.

A seção intitulada "Variedades" no jornal *O Espelho* se destacava por ser um espaço dedicado principalmente à publicação de poesias e textos variados, que exibiam uma ampla diversidade em sua apresentação e conteúdo. Os poemas eram provenientes de autores da cidade, muitos dos quais faziam parte do círculo letrado da região, notadamente os membros da sociedade "Cinco de Agosto". Esses escritores, em grande medida, também estavam relacionados ao jornal *O Liberal da Vigia*, estabelecendo uma interconexão entre as esferas literária e jornalística da época.

O aspecto mais notável da seção "Variedades" era a versatilidade de sua abordagem. Além da poesia, a seção também podia desempenhar um papel difuso de editorial, apresentando textos que contribuíam para definir a direção e o posicionamento do jornal *O Espelho*, por meio de textos mais livres, como anedotas e versos. Ao incluir poesia, o jornal não apenas promovia a produção literária local, mas também oferecia um espaço para expressão artística e criativa.

Ao analisar a estrutura e a regularidade das seções do jornal *O Espelho* em comparação com o jornal *O Liberal da Vigia*, foi possível observar notáveis diferenças em sua constância e formato editorial. Enquanto *O Liberal da Vigia* apresentou variações significativas em suas seções ao longo do tempo, *O Espelho* manteve uma estrutura mais consistente em suas edições, embora tenha ocasionalmente publicado ou deixado de publicar seções como "A Pedido", "Espaço Perdido" e "Literatura".

Nesse ponto da análise, torna-se evidente uma relevante semelhança entre as seções de "Variedades" e "Literatura", tanto no jornal *O Espelho* quanto em *O Liberal da Vigia*. Ambas as seções compartilhavam uma propensão para a inclusão de textos que abrangiam o espectro dos gêneros literários e textuais disponíveis na época.

"Variedades" incluía uma variedade de formas literárias, como poesia, acrósticos, versos e anedotas. Esse ambiente mais aberto permitia a inclusão de uma ampla gama de conteúdo, tornando-o uma seção dinâmica que explorava diferentes facetas da produção textual da época.

A seção "Literatura" era dedicada a trechos mais extensos de obras literárias. Esses trechos eram frequentemente extraídos de livros ou publicados em outros jornais da época. A inclusão desses fragmentos proporcionava aos leitores um contato com obras literárias mais amplas.

Portanto, podemos concluir que, embora as seções "Variedades" e "Literatura" possuísem diferenças em termos de formato e conteúdo, ambas desempenhavam papéis essenciais na diversificação e na oferta de experiências literárias aos leitores. Enquanto "Variedades" explorava a versatilidade e a criatividade literária, "Literatura" proporcionava uma imersão mais profunda nas obras literárias de destaque da época.

Uma característica distintiva de *O Espelho* foi sua abordagem editorial mais simples e direta. O jornal não se destacou por uma densa massa de texto, optando por um formato mais conciso e acessível ao público leitor.

No que toca à publicidade em *O Espelho*, pode-se observar um desenvolvimento ao longo das edições. Inicialmente, o jornal apresentava anúncios que tinham um caráter informativo. Esses anúncios estavam voltados para a divulgação de eventos comerciais, informações aos leitores ou textos enviados por pessoas com a finalidade de serem publicados no jornal. No início, a seção que continha esse tipo de texto era intitulada de "A Pedido", para depois ser denominada de "Anúncios". Nesse estágio inicial, podemos pontuar que os anúncios não possuíam um caráter comercial propriamente dito, eram mais semelhantes a pequenos informes sobre ações de comerciantes.

No entanto, à medida que as edições avançavam, particularmente nas últimas publicadas, foi possível identificar uma mudança no estilo dos anúncios. Nesse estágio posterior, os anúncios assumiram características mais comerciais. Mesmo assim, foi possível notar que os anúncios comerciais eram apresentados de forma mais literária, sem muitos adornos visuais ou gráficos. Em vez disso, esses anúncios se concentravam na parte textual, muitas vezes sendo apresentados em forma de poema.

Essa abordagem literária na publicidade, incluindo o uso de poemas, era uma característica compartilhada com *O Liberal da Vigia*. O formato também era um dos fatores que ligavam os dois periódicos, pois pontua uma estratégia discursiva partilhada a partir de um estilo editorial que optou por uma abordagem mais sofisticada na apresentação de anúncios comerciais.

### **6.3 A moldura d'*O Espelho*: aspectos gráficos**

Na análise dos aspectos gráficos foi notável a atenção dada ao *layout* e à disposição dos elementos na página, refletindo os padrões editoriais da época. No topo da página, da direita para a esquerda, encontra-se uma série de informações essenciais para a identificação da edição.

Figura 24 – Primeira página d'O Espelho, ano 1, n. 6, 06 out. 1878, p.1

ANNO 1. VIGIA—DOMINGO 6 DE OUTUBRO DE 1878. NUM. 6.

# O ESPELHO.

PERIODICO LITTERARIO, CRITICO E NOTICIOSO.

*“Tremei, o' corruptos da epoca!”*

---

Assignatura por } DIRECTORES :—Manoel Epaminondas de Vasconcellos } Publica-se aos  
mez 500 réis. } Palheta e Augusto Ramos Pinheiro. } domingos.

---

**O ESPELHO.**

**Dissolução social.**

(Continuação do n.º 5.)

E haverá quem ouse contestar as verdades por nós enunciatas? Pois o que è então que vemos presentemente? O maior indifferentismo pelas cousas nobres e uteis; mediocridades enfatuadas com pretensões que d'antes não tinham notabilidades reconhecidas; magistrados apaixonados que sacrificam a lei aos seus caprichos individuaes, ou politicos; donzellas incautas e inexperientes que despem a alma dos adornos da pureza, para enfeitar o corpo com os andrajos da vaidade; a mocidade intelligente entregue cõmpletamente á embriaguez do vicio, sem se lembrar jámais da alta missão a q' está destinada a desempenhar no futuro; o tinir do ouro suffocando os gritos da consciencia; a maior *facilidade* em alliar-se idéas que se repellem; a sublime invenção de Guttemberg mui decahida da elevada posição em que sempre devia manter-se; a tribuna sagrada muitas vezes transformada em valvula de resentimentos e vinganças; o egoismo arvorado em principio; o sophisma — em razão; a hypocrisia — em dogma; o amor, em paixão licenciosa, e, em fim, a maior descrença pelos homens e pelos negocios do nosso paiz.

Aquí, vereis os maiores ultrages aos salutaes preceitos emmanados do alto, à divina criação do verbo eterno, a' nossa Religião, em fim. Alli, um democrata (em theoria apenas) prégando contra o privilegio de classes, contra o orgulho desmedido e contra o tão decantado *sangue azul*; entretanto que na pratica não passa de um fanatico aristocrata que chega ao ponto de bater a porta na cara do homem pobre, ou de *côr*, embora instruido e honrado, que vai pedir-lhe um obsequio. Acola', è um politico das circumstancias que, qual pequena flamma, dobra ao sôpro do vento do poder, e q', apesar d'isso, è sempre bem acolhido e applaudido pelos que se jactam de apóstolos do progresso. Alem, è um outro partidario *modelo*,

deprimindo aquillo mesmo que seus correligionarios procurão elevar. Mas alem ainda, são grupos distinctos fazendo causa commum com aquelles que hontem, não somente hostilizavam, mas tambem insultavam! Em conclusão, meu amigo, não è difficil encontrar-se hoje mem bros do mesmo partido combatendo principios q' ha pouco advogavam com exaggeração até!

Coherencia e dignidade — são mcédas que já tem pouca circulação no mercado dos nossos *politicos*.

E como não ha de ser assim, se em pleno parlamento do nosso paiz, disse um deputado geral: *Primeiro viver; depois philosophar*. Comprehendes perfeitamente estas palavras? Ellas se resumem n'isto, pouco mais ou menos: *Primeiro o estomago...depois as idéas!*

Excellente theoria! Que fundo de moralidade! E o povo que se sacrifique por estes *regeneradores* da sociedade!...

*Continuar-se-ha.*

---

## Um pouco de tudo.

**Chronica.**—Sympaticas leitoras! O chronista do *Espelho* vae fallar e precisa como sempre, das vossps attonções.

—Folgaremos bastante, se os vossos *toilettes* para a festa que hoje se celebra, estiverem do chick.

—No dia 1.º do corrente, às 6 horas da tarde, teve lugar a sessão do 7.º anniversario da popular e benemerita sociedade *Cinco de agosto*, estando muito animada com o comparecimento das primeiras authoridades, illustres cavalheiros e muitos socios.

O illustre sr. professor Araujo Nunes, digno presidente da sociedade, improvisou eloquentes phrazes ao abrir a sessão.

O sr. Augusto Pinheiro, acompanhado de 4 membros da *Philo-scenica*, dirigio algumas palavras ao auditorio, como interprete da mesma.

O sr. Vasconcellos Palheta, representou a sociedade *Treze de Dezembro*, dirigindo algumas palavras, não obstante não ser nomeado pela mesma sociedade, cujo presidente mostrou

Primeiro, destaca-se o ano da edição, fornecendo uma referência cronológica clara. No centro, está o nome da cidade, "Vigia", seguido por um traço, que separa essa informação do dia da semana, mês e ano da edição. São detalhes que situam a leitura no contexto temporal e geográfico apropriado.

No canto superior direito da página, é apresentado o número da edição. É importante observar que, apesar de o jornal manter uma numeração contínua das edições, mesmo quando não circulava. A numeração sequencial das edições fornece uma referência clara para acompanhar a ordem das publicações.

Logo abaixo, na linha seguinte, encontra-se o nome do jornal, "O ESPELHO.", que é centralizado na página e não apresenta serifas. Esse estilo tipográfico era comum na época e conferia uma estética limpa e sóbria ao título do jornal (Farias, 2016).

A maioria do texto que ocupava o topo do periódico era apresentado em caixa alta e com serifas, com exceção do nome do jornal, que estava em caixa alta, mas sem serifas. Essas escolhas tipográficas eram comuns na composição de jornais da época e tinham o objetivo de tornar o texto mais legível e atraente para os leitores.

Abaixo dessas informações, no canto inferior direito, encontrava-se a frase "Tremei, o' corruptos de época!", em caixa alta e baixa, com serifas. O trecho funciona como divisa ou lema do jornal e era um discurso que indicava uma dinâmica de relações de poder e revela certos sentidos subjacentes.

Primeiramente, o verbo no imperativo, "Tremei", configura uma forma de comando ou advertência, indicando uma relação de poder em que o emissor do discurso assume uma posição de autoridade ou superioridade sobre aqueles a quem se dirige. O adjetivo "corruptos" carrega o sentido moral negativo e, potencialmente, uma crítica àqueles que são percebidos como desonestos ou imorais. O substantivo feminino "época" faz referência ao contexto histórico ou à sociedade em que esses "corruptos" existiam. Assim, o discurso parece apontar para uma avaliação moral desses sujeitos em relação ao período em que vivem. Elementos que reforçam a análise do conteúdo do jornal, uma vez que o periódico era pautado por questões morais da localidade, sejam elas advindas da religião, da política ou do cotidiano dos moradores.

No entanto, é importante notar que o discurso não especifica quem são esses "corruptos de época" nem quais são seus atos de corrupção. Essa ambiguidade pode ser vista como uma estratégia discursiva que permite ao emissor do discurso manter o controle sobre a definição de quem se encaixa nessa categoria de "corruptos", exercendo assim um poder discursivo sutil. Além disso, "Tremei" também sugere a possibilidade de intimidação, como

se os "corruptos de época" devessem temer as consequências de suas ações que poderiam ser expostas no jornal, pois, segundo o próprio periódico, "O Espelho" refletia, dava publicidade a costumes/práticas moralmente condenáveis.

A parte inferior da página do jornal apresenta um *design* cuidadosamente elaborado, dividido em três seções distintas. Esses elementos gráficos e de formatação comunicavam informações essenciais aos leitores de forma clara e direta.

A primeira seção consiste em uma linha horizontal que servia como divisória entre o conteúdo principal da página e as informações adicionais na parte inferior. Essa linha é decorada com um padrão ondulado, adicionando um toque estético à composição.

No quadro à esquerda, são fornecidas informações importantes relacionadas à assinatura do jornal. O valor da assinatura, que era de 500 réis, era apresentado com letras em caixa alta e baixa, tornando-o visível e de fácil leitura para os leitores em potencial. Essa informação parecia ser crucial para aqueles que desejavam adquirir o jornal e também pode ser vista como um apelo à ação para incentivar as assinaturas.

No quadro do meio, delimitado por chaves {}, estão os nomes dos diretores do jornal. A palavra "DIRETORES" era escrita inteiramente em letras maiúsculas, destacando a importância dessa função. Os nomes dos diretores, Manoel Epaminondas de Vasconcelos Palheta e Augusto Ramos Pinheiro, são apresentados aos leitores. Esse espaço serve para identificar as figuras de autoridade à frente do jornal, fornecendo sentidos de credibilidade e responsabilidade.

A respeito dos diretores do jornal *O Espelho*, as informações disponíveis são limitadas, mas podemos traçar algumas características essenciais com base em registros históricos. De acordo com Soeiro (2010), ambos eram cidadãos de destaque na cidade de Vigia. Além disso, eram ex-alunos do externato da Sociedade "Cinco de Agosto".

Esses diretores também tinham ligações com outras sociedades culturais da época, incluindo a Sociedade Literária "Treze de Maio" e a Sociedade "Philo-Scenica", ambas localizadas em Vigia. Essas afiliações sugerem um profundo envolvimento com atividades culturais e intelectuais na comunidade (Soeiro, 2012).

Outro aspecto relevante a ser destacado é a filiação dos diretores ao Partido Liberal (Soeiro, 2012). Isso é significativo, pois indica uma inclinação política específica do jornal *O Espelho*, apesar de sempre ser reforçado nos textos que eles não estavam ligados a nenhum partido, e até criticassem o jornal *O Liberal da Vigia*, vez ou outra.

Em seguida à seção de informações essenciais da página, o jornal prosseguia com a apresentação do conteúdo do dia. Esse conteúdo era tipicamente inaugurado pela seção

conhecida como "O Espelho", que tinha a prerrogativa de ocupar as primeiras páginas do jornal, embora essa não fosse uma regra estrita.

A seção "O Espelho", como dito anteriormente, era considerada de grande relevância. Essa importância era enfatizada por meio de elementos gráficos e de formatação que a distinguiam das demais seções. O próprio nome "O Espelho" era apresentado de maneira distinta, com letras em caixa alta, em negrito e com serifas, conferindo-lhe uma aparência sólida e destacada. Além disso, a palavra era sublinhada por um arabesco decorativo, reforçando sua proeminência na estrutura do jornal.

Em 19 de janeiro de 1879, na edição de número 18 do ano 1, observamos uma sutil mudança na tipografia do nome do jornal, que passa a adotar uma fonte com serifas em seu título. Não há uma explicação fornecida pelo jornal sobre essa alteração gráfica.

Figura 25 – Mudanças na grafia d' *O Espelho*, ano 1, n. 18, 19 jan. 1879, p.1.



Fonte: Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto".

A mudança na grafia do nome "O Espelho", em 18 de janeiro de 1879, merece destaque, pois carrega implicações sutis na percepção do periódico. A adição de serifas à tipografia confere ao título uma estética mais formal e tradicional, evocando uma sensação de solidez e seriedade. Essa transformação visual sugere que o jornal estava buscando estabelecer uma imagem mais madura e respeitável perante seus leitores.

Nas primeiras edições, o jornal era estruturado de forma consistente, com quatro páginas divididas em duas colunas por uma linha vertical. Essa organização permitia uma apresentação clara e ordenada do conteúdo aos leitores. As seções do jornal eram claramente demarcadas por linhas verticais, indicando o início e o fim de cada seção, facilitando a leitura.

Cada seção era apresentada com uma estilização gráfica distinta, o que contribuía para a identificação visual das diferentes partes do jornal. No caso da seção "Um Pouco de Tudo", era apresentado um estilo de fonte mais artística, com palavras sublinhadas por arabescos decorativos. Dado que essa seção consistia em notas curtas, cada nota era separada das outras por uma linha centralizada na coluna, e ocasionalmente podia ser precedida por um traço que marcava o início da nova nota, seguido da primeira palavra em negrito.

A seção "Variedades" adotava uma abordagem gráfica mais simples. As palavras eram exibidas em negrito, sem serifas, e a seção era sublinhada por uma linha que se estendia além das palavras, quase formando um quadro ao redor da seção. Essas três seções - "O Espelho," "Um Pouco de Tudo" e "Variedades" - eram as mais constantes no jornal, mantendo um padrão regular de publicação.

As outras seções, embora menos frequentes, também seguiam o mesmo padrão de organização e estilo gráfico, contribuindo para a consistência visual do jornal. Essa formatação cuidadosamente planejada tornava a leitura mais acessível e agradável para os leitores, ao mesmo tempo em que destacava a importância das diferentes seções dentro do contexto do jornal *O Espelho*.

Um aspecto relevante a ser considerado foi a mudança na ordem das palavras usadas para descrever o jornal. Anteriormente, o jornal se autodenominava como um "Periodico Literário, Crítico e Noticioso". No entanto, na edição de 19 de janeiro de 1879, a palavra "crítico" assume a posição de destaque, passando a preceder "literário". Essa mudança realça o compromisso do jornal em ser uma fonte crítica e analítica, o que de fato condiz com o perfil do periódico. Isso contribui para uma identidade mais claramente definida, já que, embora o jornal frequentemente incorporasse elementos literários em seus textos, a crítica sempre foi uma característica mais proeminente em sua abordagem.

Apesar da alteração tipográfica e da ênfase na crítica, o jornal manteve consistentemente seu tom jocoso e frequentemente irônico nos textos. Essa continuidade criou um interessante contraste entre a apresentação formal do nome do jornal e o conteúdo muitas vezes sarcástico e crítico das seções.

Além disso, ao manter a mesma grafia para a seção "O Espelho" após a mudança tipográfica, o jornal reforçou a importância dessa seção como a voz central e de autoridade dentro do periódico. Essa consistência gráfica destaca a seção como um espaço onde o jornal se expressa de forma direta e assertiva, reforçando seu papel como um guia de opinião para os leitores.

A última mudança no aspecto gráfico do periódico "O Espelho" ocorreu na edição de 11 de março de 1879 e foi marcante em termos de *design*. O cabeçalho do jornal passou por uma alteração significativa. A primeira linha, contendo o ano do jornal, nome da cidade, data e número da edição, permaneceu inalterada. No entanto, uma linha estilizada com ondas em forma de meia lua, sem a linha central, foi adicionada abaixo. Isso trouxe uma sensação de maior fluidez e dinamismo ao cabeçalho.

Além disso, as chaves que antes formavam um quadro central com as informações foram invertidas, passando de "{}" para "{}", em que a primeira direcionava a leitura para o centro do cabeçalho. A nova direção ampliava a visão e destacava as informações mais periféricas. Essa mudança sugere uma tentativa de tornar as informações mais evidentes e destacadas, como se o jornal estivesse buscando uma apresentação mais direta de seus elementos.

O nome do jornal permaneceu centralizado e manteve as serifas introduzidas na mudança tipográfica. Uma adição foi a inclusão do valor do jornal avulso, que era de 160 réis, no lado esquerdo do cabeçalho. No lado direito, abaixo da informação sobre o dia da publicação, o valor do jornal avulso foi repetido. Essa repetição pode ser interpretada como uma estratégia para lembrar os leitores do custo do jornal avulso, incentivando-os a optar por essa modalidade, uma espécie de facilidade para ter acesso a edição.

Essa mudança no *design* gráfico do periódico pode ter sido uma resposta às dificuldades financeiras que o jornal enfrentava, como indicado pelo esforço para promover as assinaturas e a ênfase no valor do jornal avulso.

Figura 26 – Mudanças do cabeçalho d'O Espelho, ano 1, n. 32, 11 mai. 1879, p.1

ANNO I. VIGIA—DOMINGO 11 DE MAIO DE 1879. NUM. 32.

Assinatura — } **O ESPELHO** { Publicação nos  
por toca 000rs. } } domingos,  
N. av. 160 rs. } } N. avulso—100rs.

Critico austero e adepto das idéas livres.

**Directores:**— MANOEL E. DE VASCONCELLOS PALHETA E AUGUSTO RAMOS PINHEIRO.

“Amor amore compensatur.”

---

**O ESPELHO.**

Viagem à S. Caetano.

III.

(Continuação do n. 31.)

Por entre os lindos alhores da manhã de 24 de Dezembro despontava alegremente a luz do sol, que harmonisando-se com o trinar suave das avesinhas entre os arvoredos, apresentava um quadro tão celestial, que só uma penna de poeta podia miraciosamente descrever l. . .

Neste dia passeamos pela villa, apreciámo-la em todos os seus pontos. Era vespera do Natal, vespera do anniversario do nascimento do Homem-Deos, do Philosopho Divino, isto é, Jezus Christo! E como todos sabem, o povo christão afflue animadamente em qualquer lugar para assistir a missa celebrada em honra desse grandioso dia, que os antigos chamavam «missa do gallo».

Era tambem vespera do Padroeiro da villa — S. Caetano;— tudo estava em completo movimento, tudo mostrava grande alegria e prazer; estavam por assim dizer em uma perfeita Sião l. . .

No meio de muitas distração, de doces effluvios de harmonia e contentamento, passamos o dia 24, gozando as delicias da mocidade; á noite fomos a igreja assistir os actos religiosos que celebravam-se com solemnidade em honra do orago do lugar.

Findo a festa religiosa, teve lugar um novo esplendido leilão assistido sempre com enthusiasmo e animação pela rapaziada. Depois de findo o leilão realisou-se um «soirée» dansante em casa do nosso amigo Diniz, correndo o mesmo com animação, ordem e prazer, e terminando as 10 horas.

Momentos depois teve lugar a missa de Natal e lá estivemos promptos como sinceros christãos e não catholicos da moda.

Entre festas e flores, passaram, pois, os dias 25, 26 e 27.

Na noite de 26 teve lugar a representação dramatica por parte da sociedade Theatral Odi-

vellense, que, na minha humilde opinião, correu muito bem.

Attento as difficuldades com que lutam todas as idéas uteis, os intelligentes e futuros actores odivellenses desempenharam seus papeis com bastante desembaraço, sendo apreciados com applausos pelo publico assistente.

Cumpre-me dirigir um voto de louvor e animação á esses romeiros do progresso, como humilissimo apreciador dessa idéa de moral e civilização:—o theatro.

No dia 27 realisou-se a representação em commemoração ao anniversario da referida sociedade Theatral, por parte de alguns curiosos vi-gienses, havendo bellos discursos por essa occasião, sobresahindo o do sr. professor Santos, presidente da sociedade.

Omitto minha opinião a respeito desta ultima representação, por julgar-me suspeito, visto tratar-se de amigos e conterraneos meus. As pessoas progressistas e os applausos do publico odivellense que fallem por mim.

---

**LITTERATURA.**

**Escola de bons exemplos**

(Traduzido do francez por Candido S. de C. Nunes.)

PROLOGO

Os homens, em geral, trazem no coração o germen da virtude, e o do vicio não se adquire senão dos máos exemplos e muitas vezes das primeiras impressões que experimentamos na infancia; dimana quasi sempre d'uma educação que não se firmou bastante sobre os divinos preceitos da religião. A felicidade da sociedade, para o homem que nasceu, exige que se trabalhe a fazer fortificar suas boas inclinação e para conseguil-o, emprega-se ordinariamente os conselhos; os exemplos, porem, obram com maior efficacia, e, agravando-se na memoria, conduzem mais seguramente ao fim a que nos propomos: procuraremos pois aqui, particularmente, apresentar os mais bellos exemplos das differentes virtudes.

#### 6.4 Um novo reflexo: a mesma acidez

A mudança na autodescrição do periódico *O Espelho*, que passou a se intitular "Crítico austero e adepto das ideias livres", condensa elementos-chave da identidade editorial do jornal em poucas palavras. A inclusão do termo "austero" após o adjetivo "crítico" adiciona uma dimensão de inflexibilidade à crítica exercida pelo jornal. Isso sugere que o jornal se posicionava como um crítico severo e rigoroso, que não hesitaria em apontar falhas e questões problemáticas. Essa inflexibilidade poderia ser vista como uma afirmação de autoridade por parte do jornal, reforçando a ideia de que suas análises e críticas eram fundamentadas e inabaláveis.

No entanto, a inclusão da conjunção aditiva "e" seguida da frase "adepto das ideias livres" adiciona uma camada de complexidade a essa autodescrição. Ela sugere que, apesar da inflexibilidade em sua crítica, o jornal estava aberto a abraçar e promover ideias livres e progressistas. Essa dualidade na autodescrição reflete a dinâmica editorial do jornal, que, embora crítico e austero em muitos aspectos, também demonstrava uma inclinação para ideias progressistas e liberais.

Essa abertura às "ideias livres" é consistente com a postura geral do jornal, que tendia a adotar posições liberais em questões políticas e sociais, mas também mantinha algumas visões conservadoras, especialmente em questões religiosas. Portanto, a autodescrição do jornal não apenas comunicava sua abordagem crítica, mas também sua disposição em explorar ideias diversas, refletindo a complexidade e a pluralidade de seu conteúdo editorial.

Como última mudança no periódico, temos a divisa, que passou a ser a expressão em latim "amor amore compensatur" ("amor amor compensatório", tradução livre). Em uma análise do trecho, podemos dizer que ele sugere uma série de relações de poder e sentidos subjacentes.

Em primeiro lugar, é importante observar que esse trecho está em latim, uma língua que não é amplamente compreendida pelo público em geral. Isso pode ser visto como um elemento de poder, onde aqueles que entendem latim têm acesso ao significado, enquanto os outros ficam excluídos. Isso cria uma dinâmica de poder baseada no conhecimento linguístico.

O periódico explica da seguinte forma a mudança da divisa:

Duas palavras ao publico. O exm. e respeitabissimo sr. PUBLICO EM GERAL extranhou mudarmos a pequena apostrophe que nos servia de divisa?

- Pois olhe, foi uma cousa muito natural. Ella não correspondia ao fim que tivemos em vista; porque, se queríamos zuzir a um insolente que atassalhava

a reputação dos nossos amigos, apareciam 3 e 4 dizendo-nos: “Ora deixem-se disso! – não lhes dêem troco! – Não se comparem com elles! [...] Se pretendíamos traçar com severidade a vida publica (e nunca a particular) de certos “arremedos de homens de bem” [...].

Elles não deixam de ter razão, e nós á vista disso, não tivemos remedio senão arrancar da *testa* do nosso periodico a tal divisa – *Tremei ó corruptos da época* – e encaixar-lhe esta outra: – *Amor amore compensatur*.

Isto bem mastigadinho quer dizer que não desceremos ao terreno dos convícios, porque sabemos que o devemos a nós e a opinião publica; mas que, no terreno da descencia, havemos de retribuir as *amabilidades* que nos forem dirigidas, e aos nossos amigos em geral (O Espelho, 18 mai. 1879, n. 33, p.1, *grifo do original*).

A mudança na divisa d'*O Espelho* revela duas direções discursivas distintas. Primeiramente, a mudança parece estar relacionada à busca por uma maior coerência entre a divisa do jornal e sua proposta editorial. A divisa anterior, "Tremei ó corruptos da época", era vista, pelo jornal, como inadequada, pois não se alinhava com o seu objetivo. Quando o jornal tentava responder a difamações de seus amigos, frequentemente era desencorajado, sugerindo que não deveria se envolver. Assim, na visão do periódico, a nova divisa, "*Amor amore compensatur*", indicava que o periódico não iria as polêmicas e conflitos públicos. Segundo o próprio periódico, a mudança refletia a necessidade de manter a “decência e a cortesia”.

Por outro lado, a mudança também pode ser vista como uma estratégia discursiva para ampliar o alcance das críticas publicadas, tanto que o texto se inicia direcionado “AO PUBLICO EM GERAL”. Ao adotar uma divisa que enfatiza a reciprocidade, o jornal sugere que não permaneceria passivo diante das críticas direcionadas a ele ou aos seus "amigos", geralmente membros da elite letrada e do Partido Liberal. A escolha da palavra "amabilidades" para se referir às críticas possui um tom irônico.

Em resumo, a mudança na divisa do periódico reflete uma complexa dinâmica discursiva, buscando alinhar a divisa com a proposta editorial do jornal e, ao mesmo tempo, reforçar sua disposição em responder a críticas de maneira irônica e satírica. Essa análise demonstra como o jornal utilizava estratégias discursivas para moldar a sua imagem e a identidade.

No Capítulo 7, a seguir, que é dedicado ao jornal *Cidade da Vigia*, exploraremos os aspectos sociais do periódico, com foco especial na relação com a família Moura Palha e com o Partido Republicano do Pará durante o século XIX. Analisaremos tanto os aspectos gráficos quanto os conteúdos deste jornal, oferecendo uma visão panorâmica abrangente que nos permitirá compreender melhor o papel do *Cidade da Vigia* na sociedade da época.

## **7. CIDADE DA VIGIA: ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO REPUBLICANO**

No presente capítulo, exploramos o jornal "Cidade da Vigia", que representa o último jornal do século XIX encontrado em acervo na cidade de Vigia. Este jornal desempenha um papel significativo na história da imprensa local, uma vez que oferece uma visão detalhada das complexas relações estabelecidas entre os partidos políticos que estavam próximos do final do século e a consolidação social de famílias influentes e destacadas que desempenharam papéis tanto na capital quanto em cidades afastadas do polo econômico da época. Através da análise deste jornal, seremos capazes de compreender melhor como essas dinâmicas políticas e sociais influenciaram a imprensa e a sociedade na cidade de Vigia.

### **7.1. Um panorama inicial da *Cidade***

O *Cidade da Vigia* ocupa um lugar de destaque na história da cidade de Vigia, representando uma publicação dominical que esteve em circulação entre 1890 e 1896, período significativo da história brasileira e regional. A análise do periódico *Cidade da Vigia* é limitada, devido à escassez de exemplares disponíveis. Apenas duas edições foram localizadas, ambas acessíveis por meio do acervo de microfilme da Biblioteca Pública Arthur Vianna e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essas edições apresentam características físicas padronizadas, medindo 50x38 cm e consistindo em quatro páginas cada uma.

Diferentemente dos outros jornais previamente estudados, nos quais apenas a tipografia era mencionada, no caso do *Cidade da Vigia*, encontramos uma distinção mais nítida entre as diferentes áreas envolvidas na sua produção. A tipografia do jornal, situada na Rua Moura Palha (sem número específico fornecido), indica a localização onde os exemplares impressos eram produzidos. Por outro lado, a redação-administração e oficina do jornal estavam localizadas na Rua Nazareth, com o primeiro endereço sendo o número 19 e o segundo, o número 21. Isso sugere que o *Cidade da Vigia* tinha setores bem delimitados para suas operações, o que indica uma organização empresarial mais sofisticada em comparação com outros jornais da época ou que não possuía espaço próprio suficiente para a produção e comercialização, precisando fazer isso em vários lugares.



De acordo com o catálogo Jornais Paraóaras (Biblioteca Pública do Pará, 1985), o periódico foi designado como o órgão oficial do Partido Republicano na cidade de Vigia. No catálogo (1985), o redator do jornal era Henrique de Moura Palha. Contudo, um aspecto notável emerge quando examinamos o fragmento de texto da primeira edição do *Cidade da Vigia* que foi publicado no periódico *A República*, sediado em Belém (06 mar. 1890, n. 15, p.1). No texto do periódico de Belém, foram apresentados Francisco de Moura Palha e Abrahão F. de Athayde como diretores do primeiro número. Informação que aparece nas edições analisadas do jornal *Cidade da Vigia*. Nas duas edições disponíveis, Henrique de Moura Palha não foi citado.

### 7.1.1 Moura Palha e *Cidade da Vigia*: uma página de memórias

Antes de adentrarmos diretamente nos dados do jornal *Cidade da Vigia*, é importante contextualizar a trajetória da família Moura Palha. Segundo Santa Brígida e Seixas (2019), o sobrenome "Moura Palha" fornece uma perspectiva valiosa sobre a memória da família e suas relações públicas, contribuindo para uma compreensão maior da imprensa local da cidade de Vigia.

A investigação partiu de uma abordagem genealógica, buscando traçar a linhagem da família Moura Palha. O patriarca, José Pedro de Moura Palha, se destacou como ex-combatente do Exército e desempenhou papéis importantes na administração da cidade de Vigia. Sua participação nos combates contra os cabanos em 1835 e o envolvimento na reestruturação da cidade no ano seguinte são eventos notáveis (Santa Brígida; Seixas, 2019). Esses eventos foram apresentados como cruciais para a ascensão de José Moura Palha na esfera pública.

Dois filhos do militar José Pedro de Moura Palha se destacaram nos jornais do século XIX de Vigia e Belém: Modesto Augusto e Francisco de Moura Palha. Assim como o pai, ambos seguiram a carreira militar e se formaram em Direito. Suas vidas estavam ligadas à administração pública, e Francisco de Moura Palha, em particular, alcançou destaque ao se tornar intendente da cidade de Vigia em 1890 (Santa Brígida; Seixas, 2019).

Francisco de Moura Palha, além de suas contribuições notáveis em Vigia, também atuou em Macapá, que na época fazia parte do território do Pará. Em 1877, ele ocupou a posição de promotor público na cidade de Macapá (*Administração...*, 02 mai. 1877, ano 9, n. 98, p. 1). Posteriormente, em 1878, foi realocado para a cidade de Vigia (*O Liberal...*, 01 ago. 1878, ano 10, n. 173, p.1), onde continuou a sua atuação política e administrativa.

No âmbito político, na década de 1870, Francisco de Moura Palha iniciou sua carreira como membro do Partido Liberal. Dentro do partido, ele desempenhou um papel ativo e relevante na cena política local, enquanto seus filhos assumiram funções de destaque no contexto político e educacional da cidade. Além disso, ganharam notoriedade ao traduzirem textos do francês para o português, contribuindo para o panorama educacional de Vigia. Essas atividades eram frequentemente registradas nas páginas do jornal *O Liberal da Vigia*. O jornal, por sua vez, tecia elogios à família Moura Palha, descrevendo-a como uma "família digna" engajada nas questões educacionais da cidade. Essa conjuntura revela como as esferas política e educacional estavam interligadas nos discursos desses jornais.

O sobrenome Moura Palha se tornou uma presença constante nos jornais liberais da cidade ao longo do período que vai de 1876 a 1890. Durante esse tempo, periódicos como *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *A Borboleta*, em Vigia, registraram a participação direta ou indireta de membros da família Moura Palha na redação e produção desses jornais. A ligação entre o histórico da família na imprensa liberal e a possível aquisição de uma tipografia para a publicação do *Cidade da Vigia* destaca a importância do contexto familiar e da infraestrutura de produção jornalística na história do jornal. Isso também ressalta como a imprensa desempenhou um papel fundamental na disseminação das ideias e dos ideais políticos defendidos pelos Moura Palha na cidade de Vigia durante um período crucial na história do Brasil, marcado pela transição do Império para a República.

Francisco de Moura Palha era frequentemente mencionado nos textos do jornal *O Liberal do Pará*, sediado em Belém, e sua atuação era destacada por meio de elogios que abrangiam seus feitos nos campos jurídico, político e administrativo. O jornal costumava se referir a ele como "o amigo".

Essas referências e elogios que Francisco de Moura Palha recebia nos jornais refletem o reconhecimento público de sua influência e contribuições para a região. Sua presença tanto em Macapá quanto em Vigia e a atuação política destacada reforçam sua importância como uma figura proeminente na história local e regional.

No entanto, essa relação amigável entre os Moura Palha e o Partido Liberal chegou ao fim em 1890. Nesse ano, Francisco de Moura Palha se filiou ao Partido Republicano, levando consigo o grupo político que havia formado na cidade de Vigia. Essa mudança na filiação partidária marca um ponto de virada na história política da cidade e reflete o cenário de transição do Império para a República no Brasil (Santa Brígida; Seixas, 2019).

A mudança de filiação partidária de Francisco de Moura Palha, de liberal para republicano, não passou despercebida pelos periódicos opositores da época. Enquanto estava

filiado ao Partido Liberal, Francisco frequentemente era alvo de críticas por parte dos jornais adversários. Suas respostas a essas críticas eram, em sua maioria, pontuais e não se tornavam uma prática comum.

Um exemplo notável desse contexto é um texto no qual Francisco de Moura Palha aborda a entrada no Partido Republicano e expressa suas impressões sobre antigos colegas de partido que passaram a atacá-lo por meio dos jornais impressos de Belém. Esse texto pode ser considerado uma das raras ocasiões em que ele escolheu responder às críticas e manifestar sua posição sobre a mudança partidária.

Hontem era eu dedicado, prestimoso, inteligente e excellente amigo, e hoje até já suspeitam da minha probidade!...

Dissolvido o partido liberal em que militava, alistei-me nas fileiras dos verdadeiros democratas, isto é, dos republicanos (A Republica, 25 mar. 1890 p. 2).

Esse contexto reflete o ambiente político e da imprensa da época, no qual os jornais desempenhavam um papel central na disseminação de ideias e na construção de discursos políticos. As críticas públicas e as respostas pontuais pelos jornais eram uma forma importante de envolvimento político e de defesa de posições políticas, uma área que a todo instante estava em processos de disputas.

A mudança de filiação partidária de Francisco de Moura Palha para o Partido Republicano marcou o início do jornal *Cidade da Vigia*. O periódico se autodenominava o órgão oficial dos republicanos e tinha como principal objetivo promover a propaganda do partido e destacar as realizações de Francisco na cidade de Vigia. Nas edições disponíveis do jornal, observamos uma abordagem comedida, com a ausência de ataques diretos aos adversários políticos.

Essa postura do jornal pode ser vista como uma estratégia discursiva, onde a ênfase estava na promoção das ideias republicanas e nas realizações de Francisco de Moura Palha. O periódico, ao se declarar o órgão oficial dos republicanos, buscava consolidar a imagem de liderança do partido na cidade e reforçar a figura de Francisco como um político influente e realizador.

Além disso, as conexões sociais e políticas da família Moura Palha na imprensa não se limitaram apenas a Vigia. Henrique, um dos filhos de Francisco de Moura Palha, desempenhou um papel relevante como redator da *Folha do Norte* (1896-1974), um dos jornais mais influentes da cidade de Belém. Sua atuação na imprensa da capital do Pará destaca como a família Moura Palha estendeu sua influência para além de Vigia.

A ausência da primeira edição do jornal *Cidade da Vigia*, aliada à escassez de exemplares em acervos, com apenas duas edições, limita em partes a tarefa de traçar a sua trajetória histórica. Entretanto, foi possível extrair informações fragmentadas a partir de um artigo veiculado no jornal *A República*, de Belém, datado de 6 de março de 1890. No periódico, é possível identificar parte do conteúdo inaugural do *Cidade da Vigia*, o que lança luz sobre a missão editorial.

Fomos honrados com a visita do 1º número da *Cidade da Vigia*, valente órgão do partido republicano d'aquella importante localidade, sob a direção dos nossos distintos amigos Francisco de Moura Palha e Francisco de Abrahão F. de Athayde.

Justificando o seu aparecimento diz o illustrado collega:

[SD 12]“NUNCA fez-se tão preciso o apparecimento de um jornal nas condições da cidade da Vigia, do que na quadra actual, em que os falsos apóstolos da *democracia* formigam por toda parte a pregar ao povo doutrinas erroneas, crivadas de embustes, somente para illaquearem a bôa fé dos incautos.

Foi debaixo deste perigoso ponto de vista que, aconselhamos pelo [SD 13] dever do verdadeiro partido, nos propôzemos a publicar o presente jornal, para darmos aos nossos concidadãos uma perfeita orientação política; fazendo a luz sobre todos os acontecimentos que já se deram e que continuam a dar-se em nossa cara e extremecida Patria” (*A República*, 06 mar. 1890, n. 15, p. 2, grifo nosso).

Na SD 12, o autor, ao afirmar que "NUNCA fez-se tão preciso o apparecimento de um jornal nas condições da cidade da Vigia," estabelece uma necessidade premente para a existência do jornal *Cidade da Vigia* naquele contexto histórico. Essa afirmação, em si, já indica a percepção de que o periódico buscava desempenhar um papel significativo na comunicação e na formação de opinião na cidade da Vigia.

A expressão "quadra atual" denota um senso de urgência e contemporaneidade. Isso sugere que aquele momento era especialmente crítico, onde a presença do jornal se tornaria crucial. Essa ênfase nas questões da época, em especial, na política com viés republicano, também pode ser interpretada como uma estratégia de legitimar a própria existência do jornal.

O autor adiante menciona os "falsos apóstolos da democracia" que estão disseminando "doutrinas erroneas, civadas de embustes." Essa caracterização nos permite ter acesso a vestígios de uma visão crítica em relação aos discursos e às práticas políticas da época. O substantivo masculino "apóstolos" aponta para um discurso religioso, implicando que esses indivíduos podiam estar agindo de maneira dogmática e persuasiva, como se estivessem pregando uma fé política.

Além disso, a acusação de que tais doutrinas estavam "crivadas de embustes" sugere que o autor vê nelas uma série de artifícios enganosos. Nesse sentido, o texto parece pontuar

de forma a reforçar o papel do jornal na contestação desses discursos ditos enganosos por parte dos opositores e na proteção da "boa fé dos incautos".

Portanto, a SD 13 do trecho revela uma consciência aguçada das dinâmicas de poder no contexto político da cidade da Vigia naquela época. A ênfase na necessidade do jornal como um contrapeso a discursos enganosos e a manipulação da opinião pública ressalta a importância do discurso como um elemento central na luta pelo poder e pela influência política, em especial no momento de transição para a República.

A menção do *Cidade da Vigia* em *A República* sugere uma conexão política entre esses dois periódicos e os partidos que eles representavam. Tal indício aponta para a possibilidade de que o *Cidade da Vigia* tenha buscado desempenhar um papel de destaque na disseminação de informações e opiniões naquela região, especialmente em relação ao novo regime político.

Essa estreita ligação entre o jornal e o partido político pode ser vista como um exemplo da instrumentalização do discurso como uma forma de poder. O periódico *Cidade da Vigia*, ao alinhar-se politicamente e servir como veículo oficial do partido, poderia utilizar estratégias discursivas mais estruturadas com a finalidade de propor sentidos mais direcionados com os seus ideais que encontrassem ecos na opinião pública a respeito do novo regime político. A posição de Francisco de Moura Palha como intendente da cidade acrescenta um aspecto importante as relações de poder postas nos embates políticos do novo regime, uma vez que ele ocupava uma posição de autoridade e, possivelmente, tinha interesse em promover determinados discursos políticos por meio do jornal.

Na SD 13 foi possível perceber que o periódico assumiu a voz oficial do partido e se propôs a publicar "uma perfeita orientação política", o que delimita um objetivo mais marcado de controle do discurso que parecia ser direcionado à opinião pública. Essa busca por orientação política parece contornar uma estratégia discursiva em prol de uma manifestação do poder discursivo, onde o *Cidade da Vigia* se alinha ao partido e assume o papel de fornecedor de informações e orientações ideológicas para os concidadãos.

A menção à "perfeita orientação política" também destaca a relevância do controle da informação como uma forma de controle do poder. Em termos simples, o domínio sobre os discursos habilita o exercício do poder, consolidando-se como a voz autorizada de uma ideologia republicana que emana de uma fonte oficial e não se dispersa em vozes não alinhadas a esse circuito ideológico. Isso evidencia como as relações de poder se manifestam nos discursos do enunciador (Foucault, 2000).

Em seguida, observamos uma tentativa de estabilizar um poder em torno do partido oficial, buscando consolidá-lo como a autoridade na interpretação das ideias da República e do novo regime. No entanto, também percebemos a existência de discursos divergentes que resistem a essa única fonte de compreensão, circulando de maneira paralela. Isso demonstra que, apesar dos esforços para estabelecer um domínio discursivo unificado, persistem vozes alternativas que desafiam a hegemonia da nova narrativa oficial. Essa coexistência de discursos divergentes é reflexo das complexas dinâmicas de poder e resistência que permeavam o contexto político da época e que tem nos jornais impressos um campo de circulação.

O enunciado "fazendo a luz sobre todos os acontecimentos" é particularmente significativo. Entre os efeitos de sentidos possíveis, podemos destacar evocação da ideia de que o jornal era detentor de um poder "iluminador". Essa metáfora da luz implica que o jornal desempenha um papel de esclarecimento e revelação, clareando o que estava obscurecido ou oculto. Nesse sentido, o jornal não era apenas um meio de comunicação, mas também um sujeito social de estabilização de uma vontade de verdade, que, por sua vez, era diretamente conformada e definida pelo partido e colocada em circulação pelo periódico.

A menção aos acontecimentos que ocorreram e continuaram a ocorrer na "Patria" sugere um compromisso do *Cidade da Vigia* com uma memória discursiva da própria formação do que se entendia como pátria naquele momento histórico. Isso implica que o periódico, juntamente ao partido, não apenas buscava moldar a compreensão dos eventos passados, mas também propunha discursos para orientar os sentidos dos eventos que estavam em processo.

## **7.2 Aspectos de conteúdo**

O conteúdo do jornal *Cidade da Vigia*, nas duas edições analisadas, é essencialmente voltado para questões políticas locais, com um foco especial nas ações e direcionamentos do redator Francisco de Moura Palha. Um aspecto notável é o tom mais sóbrio e moderado do jornal, em contraste com a retórica inflamada e os debates acalorados que frequentemente permeavam os jornais da época.

Quadro 5 – Seções do jornal *Cidade da Vigia*, 1890 e 1893.

<b>Seção</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Cidade da Vigia</b>	Editorial. Aborda questões políticas do partido republicano. Tem subseções como “Imprensa nacional”, que publica trechos de outros jornais do país, e “Variedades” que apresenta trechos de textos literários.
<b>“Gazetinha” (1890) ou “Noticiário” (1893)</b>	Apresenta textos variados: textos de Francisco de Moura Palha direcionados ao público em geral, óbitos, aniversários, informes de outros jornais, notícias estilo polícia, chegada ou partida de pessoas ilustres, eventos culturais, demissões da intendência, notícias internacionais (sem fonte), informes sobre vapores e cartas recebidas. Subseção – Intendência Municipal, apresenta atos administrativos.
<b>“Jurisprudência”</b>	Decisões judiciais da cidade sobre casos julgados.
<b>“Editaes”</b>	Anúncios oficiais de ações administrativas, estaduais ou da própria cidade, esta última sendo uma subseção “Intendência municipal”
<b>“Anuncios”</b>	Anúncio de funcionamento de negócios locais e venda ou compra de produtos, oferta de serviços. Avisos sobre o funcionamento de estabelecimentos públicos (exemplo: cemitério). Aluguel de imóveis.
<b>“A Pedido”</b>	Textos que parecem ser enviados por leitores, assinados por pseudônimos, às vezes vindo de outras cidades do entorno.
<b>“Espaço Perdido” (1893)</b>	Espécie de coluna que publica crônicas sobre questões sociais e políticas, assinada por <i>O K te espera</i> .

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao contrário dos outros jornais estudados, que adotavam uma postura mais combativa, o *Cidade da Vigia* parecia preferir uma abordagem mais contida e equilibrada em relação às questões políticas, mesmo sendo um órgão do Partido Republicano. Isso pode refletir uma estratégia para manter uma imagem mais voltada para uma lógica de civilidade, de debates no campo das ideias.

Ainda que o jornal tivesse uma seção denominada “Cidade da Vigia”, que funcionaria como um editorial, essa seção não parecia ser fixa, pois cedia espaço a outros temas quando necessário. Na edição de 1890, a seção abriu espaço para a apresentação da comissão do partido republicano da cidade, indicando a relevância dada à formação e à composição desse partido naquele momento.

Já na edição de 1893, antes da seção “Cidade da Vigia” foi publicado o convite feito por Francisco de Moura Palha à população, convidando-a estar presente na visita do governador Lauro Sodré à cidade de Vigia. O convite denotava a importância dada a essa visita e à presença do governador na cidade, uma vez que ele era um importante político republicano, um dos fundadores do partido no Pará. Esse deslocamento de posição da seção, sendo movida do espaço de abertura do periódico, demonstra uma flexibilidade editorial para priorizar os assuntos considerados mais relevantes ou urgentes.

As seções revelam um tom mais sóbrio do *Cidade da Vigia*. O tom moderado e a ênfase em questões políticas locais podem ser atribuídas à necessidade de se consolidar como um órgão de imprensa respeitável em uma nova era republicana, onde a imprensa desempenhava um papel fundamental na formação da opinião pública a respeito do novo regime e na promoção de valores democráticos.

A seção "Espaço Perdido" no jornal se apresentava como um elemento editorial singular. Uma seção semelhante tinha sido observada em *O Espelho*, onde era voltada para críticas aos rivais do periódico. No caso do *Cidade da Vigia*, a seção assumiu um caráter diferente, funcionando como um espaço onde o cronista "O K te espera" comentava sobre assuntos que ele mesmo selecionava. É interessante notar que esse espaço parecia ser "cedido" pelo diretor do jornal, como indicado pelo próprio cronista, que afirmava só poder dispor de uma coluna naquela edição específica.

Tal seção, ao quebrar a linearidade do periódico, se destaca como uma abordagem editorial única e criativa. Enquanto a seção de anúncios aparecia após as seções de conteúdo, no caso do "Espaço Perdido", ela interrompe temporariamente a sequência de conteúdo, dando espaço para os comentários do cronista, e depois retoma o seu curso como se nada tivesse interrompido.

Essa abordagem não apenas adiciona um toque de variedade e surpresa ao jornal, mas também demonstra uma certa flexibilidade editorial, onde o diretor do jornal estava disposto a permitir a inclusão de comentários ou crônicas de um autor específico, mesmo que isso quebrasse a estrutura tradicional do jornal. Isso sugere um certo grau de liberdade criativa e autonomia dos escritores e colaboradores do jornal naquela época, dentro dos limites do espaço disponível.

### 7.3 Aspectos gerais do *Cidade da Vigia*: os vestígios de memórias nas páginas

A análise dos aspectos gráficos do jornal *Cidade da Vigia* revela uma estratégia discursiva interessante que enfatiza várias camadas de pertencimento e identidade. O uso da caixa alta em trechos específicos da primeira página destacava essas marcas de pertencimento.

Primeiramente, a presença de "ESTADO DO PARÁ" na primeira linha, à esquerda, demarcava a afiliação do jornal ao estado do Pará. Isso indica uma conexão regional e a relevância do jornal como uma fonte de informações locais e regionais para a comunidade. No centro, na parte superior, "CIDADE DA VIGIA" estabelecia a cidade de origem do periódico, reforçando a identidade local do jornal, em que poderia ser identificado como uma voz relevante na comunidade, como uma estratégia discursiva do periódico de comunicar aos leitores que o jornal era profundamente enraizado em sua cidade de origem.

No canto superior direito, "REPUBLICA DO BRAZIL" sinalizava a adesão do jornal ao regime republicano do país. Essa marca de pertencimento não apenas enfatizava a filiação ideológica do jornal, mas também indicava sua posição política e o alinhamento com os princípios republicanos da época.

O uso da caixa alta em todas essas marcas de pertencimento se configura como uma estratégia gráfica eficaz que chamava atenção durante a leitura e destacava a importância desses elementos. Além disso, a ênfase na identidade regional, local e ideológica ajudava a situar o jornal dentro de um contexto mais amplo.

Logo em seguida, abaixo, observamos a presença de uma linha dupla, sendo a primeira mais espessa e a segunda mais fina, demarcando uma clara divisão e destaque para o nome do periódico, "CIDADE DA VIGIA", que aparece isolado no topo, centralizado.

A presença de uma sombra sob o nome do jornal, indicando uma fonte de luz na nascente, é um detalhe gráfico intrigante para a leitura. A partir do olhar do presente, podemos perceber uma metáfora visual, associando o periódico a um novo dia ou a uma nova fase. Considerando que o jornal foi iniciado no começo do ano de 1890, um momento de grande transformação política, os primeiros anos da implantação do regime republicano no Brasil, essa metáfora pode ser interpretada como uma representação sutil de um novo começo ou novos horizontes não apenas para o jornal, mas também para a região e o país como um todo.

Figura 28 – O nome do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Brasil.

Esses elementos gráficos, portanto, não são apenas decorativos, mas carregam um efeito de sentido significativo para leitura, em especial partindo do presente. Eles comunicam a ideia de renovação, otimismo e uma perspectiva de um futuro melhor, em linha com os ideais republicanos da época.

Em seguida, temos o destaque dado à frase "ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO" logo abaixo do nome do periódico. Isso indica a filiação do jornal ao Partido Republicano, estabelecendo uma ligação política sólida. Além disso, a tipografia utilizada para o nome do partido era semelhante àquela usada pelo *O Liberal da Vigia* quando anunciava o nome do partido e a seção de Literatura. Essa semelhança pode sugerir que o *Cidade da Vigia* tenha adquirido parte do material tipográfico d'*O Liberal da Vigia* quando assumiu a redação.

Os nomes dos redatores, "FRANCISCO DE MOURA PALHA E FRANCISCO ABRAHÃO F. DE ATHAYDE," são apresentados abaixo do título. Isso destaca as figuras responsáveis pela edição e direção do jornal, fornecendo uma identificação dos responsáveis pelo conteúdo.

A presença da bandeira do Partido Republicano de Belém nas bordas das informações é uma estratégia discursiva interessante. Essa bandeira funcionava como um símbolo de identidade do partido e era uma parte essencial do discurso republicano na época. A estratégia de imprimir a bandeira no jornal nos parece um propósito de reforçar a identidade do partido e propagar os símbolos republicanos, como parte dos esforços para desassociar os símbolos da monarquia e promover o discurso republicano.

Figura 29 – Bandeira do Partido Republicano



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Brasil.

A semelhança da bandeira do partido com a bandeira do estado do Pará, que adotou os mesmos elementos, como a estrela solitária entre duas faixas, destaca como o Partido Republicano buscava influenciar a iconografia política da região e estabelecer seus símbolos como parte integrante da cultura política.

A escolha de imprimir todas as letras do cabeçalho em caixa alta, com letras serifadas, indica uma decisão tipográfica que carrega significado e comunica várias mensagens. Primeiramente, o uso de letras maiúsculas com serifas é frequentemente associado a uma aparência mais formal e séria. A presença das serifas confere uma sensação de estabilidade e tradição à tipografia, o que pode ser interpretado como um esforço em propor uma credibilidade e confiança aos leitores (Farias, 2016). Essa escolha tipográfica era típica de muitas publicações da época que desejavam ser vistas como confiáveis.

Além disso, em todo o texto em caixa alta, o jornal enfatiza cada palavra e frase, tornando-as mais proeminentes e fáceis de ler. Isso pode ser interpretado como uma estratégia para destacar as informações essenciais, como a filiação política do jornal ao Partido Republicano, o nome dos redatores e o título do jornal. Essa estratégia contribui para a identificação do periódico como um órgão oficial do partido e dos responsáveis por sua edição.

Com isso, foi possível inferir que havia uma tentativa dos redatores em estabelecer uma conexão entre a credibilidade do partido e a credibilidade do periódico. Ao utilizar uma tipografia formal e destacada, o jornal estava vinculando sua imagem à seriedade e solidez do Partido Republicano. Essa associação visual era uma estratégia comum na época para fortalecer a identidade política e a confiabilidade das publicações (Moura, 2008).

Na linha próxima de leitura do topo do jornal, podemos fazer análise de uma espécie de quadro que revela informações sobre a publicação e a sua periodicidade do periódico, bem como os custos associados a ela. Esse quadro está organizado em cinco colunas, com linhas para separá-las, o que guia a leitura, mostrando as informações bem organizadas. O quadro não apresenta linhas fechando nas bordas, o que oferece uma leitura fluida.

Na primeira coluna, à esquerda, encontramos a indicação "ANNO I," que informa o ano de publicação do jornal. Essa é uma forma padrão de apresentar o ano em que a publicação começou, permitindo que os leitores identifiquem facilmente a edição mais recente. A segunda coluna, destacada, traz a informação de "**Assignatura** POR MÊS 1\$000 RS." Isso indica o valor da assinatura mensal do jornal, que era de 1.000 réis, uma informação para os leitores interessados em adquirir uma assinatura regular. A terceira coluna destaca que o jornal era publicado quatro vezes por mês e especifica o dia da semana, "DOMINGO." A

seguir, são fornecidos detalhes sobre a data da publicação, incluindo o dia, mês e ano. Na coluna seguinte, é indicado o valor do número avulso, que custava 200 réis. Isso permitia que os leitores que não desejavam assinar o jornal comprassem edições individuais. Finalmente, na última coluna, à direita, é fornecido o número da edição. Essa numeração permitia que os leitores acompanhassem a sequência das edições e identificassem facilmente a edição que estavam lendo.

O *Cidade da Vigia* dividia o texto em cinco colunas. A abertura do texto começava com a apresentação da Comissão do Partido Republicano da cidade de Vigia. A estratégia era diferente dos jornais estudados até aqui, os outros dois tinham como texto inicial a seção com o nome do jornal que funcionava como editorial. Ao trazer a composição da comissão, o jornal estava claramente enfatizando a importância do partido para a produção do periódico. Ao listar os membros da comissão, com seus respectivos cargos e patentes militares, o jornal estava não apenas identificando os líderes do partido, mas também comunicando uma forte ligação entre o Partido Republicano e a esfera militar. Isso reflete uma característica marcante do movimento republicano da época, que contava com o apoio de militares em suas fileiras e frequentemente buscava representar uma imagem de força e disciplina.

Figura 30 – Comissão do Partido Republicano na cidade de Vigia

PARTIDO REPUBLICANO	
COMISSÃO	Titulo e dade de
— Presidente —	A Egr ambas i exercita sem pre
Capitão Francisco de Moura Palha.	Tudo verno n e mais, Govern Brasil.
— Vice presidente —	E n' treção
Capitão José Angelo Gomes.	— pert ao cor gente
— Secretario —	Ficc caract mal j tincte conve
Tenente Francisco Abrahão Furtado Athayde.	indec da, e prov todu ram orde
— Membros —	E nós ex se de tri nes
Capitão Manoel Francisco de Vilheua.	
Tenente Miguel Archânjo de Souza.	
Afferes Gregorio Naziazeno Nunes da Costa.	
Cidadão João do Espirito- Santo de Medeiros.	

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Brasil.

No entanto, a presença de um "Cidadão" no final da lista foi notável, pois sugere que o partido republicano não era exclusivamente militar, mas também incluía membros da sociedade civil. Além disso, ao destacar as patentes militares dos membros da comissão, o jornal estava associando o Partido Republicano à disciplina e à hierarquia militar, o que pode ser visto como uma estratégia discursiva de associar a imagem do periódico à ordem e autoridade advinda da ideologia política.

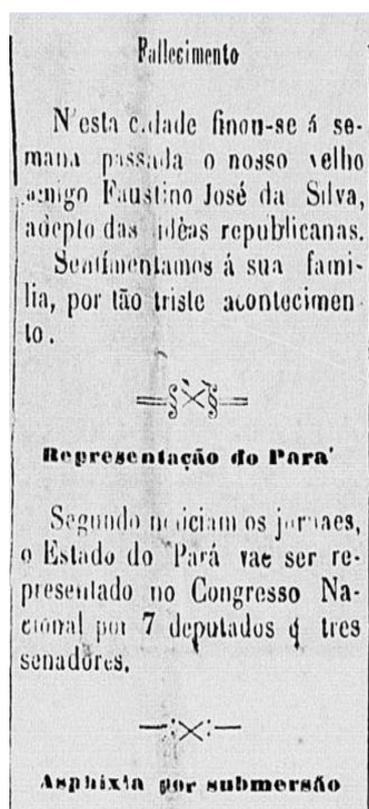
Naquele contexto do final do século XIX, essa prática discursiva de apresentar a comissão do partido no início dos textos do jornal sugere servir para estabelecer relações de poder, comunicar a importância do partido na cidade e reforçar sua diversidade, ao incluir cidadãos comuns. Portanto, uma estratégia que propunha uma identidade do Partido Republicano e consolidava o seu papel na nova ordem política da época.

A estrutura do jornal *Cidade da Vigia* revela cuidados na organização do conteúdo e na forma como as informações eram apresentadas aos leitores. A seção "Cidade da Vigia", que funciona como um editorial, foi notável em sua formatação. Primeiramente, o uso de letras em caixa alta com serifas na seção indicava a importância dada a esse trecho, conferindo-lhe uma sensação de autoridade e seriedade. A repetição da data da edição no início destacava a atualidade e a relevância do conteúdo.

A presença de títulos em caixa alta nas duas edições analisadas sugere que esse padrão poderia ser recorrente no jornal, embora não possamos afirmar com certeza. Essa prática de destacar os títulos em caixa alta contribuiu para a organização visual do jornal, tornando mais fácil para os leitores identificar os temas abordados em cada seção.

A seção "Gazetinha" apresenta uma estrutura que ajuda na leitura panorâmica do jornal. Os textos curtos, divididos por traços, e a presença de títulos após os traços facilitam a navegação dos leitores pelo conteúdo. Os traços, que podem ser simples ou adornados, servem como marcadores visuais, indicando a transição de um texto para o próximo.

Figura 31 – Traços e adornos de divisão de textos.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Brasil.

A presença dessas características na estrutura do jornal sugere uma preocupação com a clareza na apresentação das informações e uma valorização da estética que se apoiava numa memória literária. Isso pode indicar que o grupo responsável pela produção do jornal tinha uma afinidade com a literatura, semelhante aos jornais *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*, o que parece reforçar a ligação com as questões educacionais que estavam presentes nos discursos circulantes nos jornais analisados.

Nas seções "Jurisprudência" e "Editaes", o jornal adotava um formato mais sóbrio, com linhas duplas horizontais demarcando o início da seção, indicando que o foco estava em aspectos jurídicos e atos da Intendência Municipal. Essa espécie de "simplicidade gráfica" pode sugerir que o periódico buscava uma comunicação direta e objetiva, caráter mais sóbrio ao informar assuntos de interesse legal e administrativo.

Por outro lado, a seção de "Anuncios", que era publicada na quarta página do jornal de forma recorrente, destaca-se pela riqueza de recursos gráficos. Essa seção apresenta uma variedade de imagens, formatos de letras e orientações de textos, tornando-a visualmente chamativa.

Figura 32 – Página de anúncios da *Cidade da Vigia*

## Cidade da Vigia

3

durante dez dias, a contar d'esta data.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou affixar o presente edital, nos lugares publicos e reproduzir pela imprensa. Em Gregorio Nazariano Nunes da Costa, secretario do conselho de intendencia, o escrevi.

Sala da Commissão Municipal da cidade da Vigia, 4 de Julho de 1890.

(Assignado) — *Manoel Felipe da Costa.*

Intendencia municipal

---

**O Capitão Francisco de Moura Palha, Presidente do Conselho de Intendencia Municipal desta cidade de N. S. de Nazareth da Vigia etc.**

Faz saber a todos os municipios que o Conselho de Intendencia em sessão de hoje deliberou que sejam multados em 30\$000 rs ou 8 dias de prisão e na reincidencia em 60\$000 rs ou 30 dias de prisão, nos termos do § 6º do Art 2º do Decreto do Poder Executivo de 7 de Dezembro de 1889 em falta de Posturas especiaes, todo o dono ou encarregado de cana que sem despacho exportar neste municipio os generos sujeitos a impostos municipaes, cuja multa será cobrada executivamente nos termos da lei.

E para que ninguém se chame a ignorancia, será este affixado em lugares publicos e publicado pela imprensa. Em Octaviano Geraldo Ferreira, Amanuense, servindo de Secretario do Conselho de Intendencia Municipal da cidade da Vigia, 25 de Junho de 1890.

(Assignado) F. de Moura Palha.

---

**O capitão Francisco de Moura Palha, Presidente do Conselho de Intendencia Municipal desta cidade de N. S. de Nazareth da Vigia etc.**

Faz saber que o Conselho de Intendencia deliberou em sessão ordinaria de hoje, adia para até o dia 30 do vindouro a correição geral que deve ser feita nos curraes de apauha

preços cambios ou caros que oren levam a llo no municipio.

A correição começará ao lado direito da «B.reta» ao lado direito do «Tapuambá» e cõlla respectiva, assim como em todos os rios do municipio.

Os infractores, isto e, os que forem encontrados sem licença serão multados em 20\$000 rs de conformidade com o Art 7º do Cod. de Post. Municipaes, sendo o curral, cambão ou cactory, demolido a custa do infractor.

Para que cheguem ao conhecimento de todos, será este affixado em lugares publicos e publicado pela imprensa. Em Octaviano Geraldo Ferreira, Amanuense servindo de Secretario q escrevi.

Paço do Conselho municipal da Vigia, 11 de Junho de 1890  
— *F. de Moura Palha.*

---

**ANNUNCIOS**

PREVENÇÃO

Declaramos que de hoje em diante não será feita n'esta folha publicação alguma, na seção *litre*, sem previo pagamento, sob pena de ser atrato o artigo ou reclamação para o deposito de autographos já publicados.

A Empresa.

---



**SAPATOS DO PROGRESSO**

O proprietario deste bem conhecido estabelecimento de calçados, sito ao largo Matriz, continua a offercer ao respeitavel publico seus servigos.

Venue constantemente calçados nacionaes muito chics, tanto para homens e senhoras, como para meninos e meninas.

Faz-se tambem com brevidade obras a vontade do comprador e por preços mediante a crise que atravessamos.

**AOS**

**SAPATOS DO PROGRESSO**

— Largo da Matriz —

**Prevenção**

O administrador do cemiterio publico d'esta cidade, Sergio Antonio Pallieta, previne ao publico que se encarrega de mandar abrir sepultura, evitando assim o emcommodo que possa ter qualquer pessoa com a procura de covetes.

Promptifica-se a arranjá-lo por preço bem modico.

---

**Atenção**

para a Loja

— FLOR DO COMMERCE —

*Prisco Palha.*

Esta loja que esteve fechada por algum tempo, por conveniencia do unico proprietario durante sua viagem ás ilhas, abre se novamente repleta sempre d'aquelle sentimento de gozo que em fazenda geras e mistezas, quer em genero de estivas, ferragens, digas louças, etc, etc.

Esperasse, pois, o valioso auxilio dos seus numerosos freguezes, quer desta cidade e do interior, como das ilhas, promittendo bom servico, — sempre com aquella sinceridade e honradez que o caracteriza.

Unica condição:

— Vender a dinheiro! —

Pede-se tambem áquelles freguezes que estiverem atrasados na casa, o obsequio de virem quanto antes saldar os seus debitos, sob pena de serem chinados ao juizo competente, visto não ser possivel mais esperar-se.

---

**Vende-se uma**

**buca**

**para**

**quem**

**construza**

**e**

**lieute**

**na e**

**promp**

**para a**

**Infoma**

**nesta officina.**

---

**Escrivão**

Romaldo de Souza Ferreira, escrivão da sublegacia da policia districtana e da registaria de nascimentos, casamentos e obitos tem o seu cartorio na casa de sua residencia á travessa do Conselheiro José de Alencar onde pode ser procurado á qualquer hora do dia para o mister de sua profissão.

---

**Ao publico**

Modesto Victor Carlos, participa ao respeitavel publico que se obriga a fazer pequenos concertos em machinas de costura.

Outroim, tambem previne, que cobre chapéus de sol e conerta os por mais dificeis que estejam.

Tem tambem em sua officina á travessa do Conselheiro José de Alencar, tamancos para homens e para senhoras e encoira com brevidade e por preço commodo.

---

O annunciante faz com promptido concertos em machinas, porém, dinheiro á vista.

---

**Aluga-se nesta cidade duas casas sita á rua de Na areth em frente á esta officina.**

**J. BAYARD, MORINHAU & Co**  
50, Boulevard Strasbourg, 50  
**PARIS**

COMMISSARIOS  
**DROGARIA, PERFUMARIA**  
E DIASQUINES OUTROS ARTIGOS DE PARIS

Essa abordagem mais elaborada na seção de anúncios pode ser atribuída a avanços tecnológicos que facilitaram o acesso a materiais gráficos e impressão. Essa melhoria se devia por maior acesso a materiais de Belém por meio da estrada, pois na época, como informou *O Espelho* alguns anos antes, a estrada já estava em processo de construção, o que minimizou a dependência do transporte fluvial.

No contexto da época, em que a comunicação impressa desempenhava um papel fundamental na circulação de informações e na promoção de produtos e serviços, os jornais *O Liberal da Vigia* e *O Espelho* não davam tanto destaque aos anúncios, a ênfase era nos assinantes, como forma de arrecadar recursos. Já o *Cidade de Vigia*, por mais que tivesse como dono Francisco de Moura Palha, que na época era intendente da cidade e tinha o jornal como uma forma de divulgar os atos administrativos, a seção de anúncios parecia ser uma parte forte do jornal e, como tal, era tratada com atenção especial em termos de *design* e apelo visual.

As alterações no formato da edição do terceiro ano do periódico *Cidade da Vigia*, em 1893, demonstram adaptações na apresentação visual e na ênfase dada a certos elementos. Nota-se uma simplificação no cabeçalho da primeira página, com a remoção de recursos visuais como o nome do jornal e a bandeira do Partido Republicano, que anteriormente eram exibidos com destaque. Em vez disso, o nome do periódico acrescenta o artigo “A”, sendo *A Cidade da Vigia*, é apresentado centralizado no topo da página, com uma tipografia simples, sem serifa.

Figura 33 – Primeira página do *Cidade da Vigia*, ano 3, n. 18, 13 ago. 1893, p.1

*Do Jornal do Recife*

NUM. 18. *Pernambuco*

Anno 3.<sup>o</sup> DOMINGO, 13 DE AGOSTO DE 1893.

# A CIDADE DA VIGIA

TERCEIRA EPOCA  
Orgão do Partido Republicano

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

REDACÇÃO EM CHEFE  
SENADOR MOURA PALHA  
Rua de Nazareth N. 49

DIRECTOR DA OFFICINA  
RAYBUNDO CABRAL  
Officina  
Rua de Nazareth N. 41

Assinaturas  
Por mez 1'000 Rs.

NUM. AVULSO  
200 REIS.

---

### CIDADÃOS

Tenho certeza de que o illustrado paraense, Dr. Lauro Sodré, dignissimo Governador do nosso Estado, resolvendo visitar a região do salgado, estará entre nós no dia 22 do corrente.

O meu dever de representante vosso no municipio é chamar-vos a confiantissima, para que todos unidos corramos a receber o distincto filho da nossa terra.

O patriotismo aconselha os homens bem intencionados a que nas occasiões solennes sulquem pequenas desintelligencias e dissensões, para, cõrtaçados, cumprirem os sagrados deveres da hospitalidade.

Lauro Sodré é um orgulho paraense; é a geração actual o primeiro filho da Amazonia que n'um congresso numerozo, não encontrou um rd representante que se negasse a suffragar seu nome sympathico.

Moco pobre, mas honestissimo, espirito politico, mas sumamente conciliador, a sua administração está atravessando o tempo cheio de bençãos, quando nos Estados do sul as agitacões se inauifestão quotidianamente.

E o que prova isto, cidadãos?

E' que o congresso paraense, os vossos mandatarios, fizêro uma escolha verdadeiramente inspirada, collocando na curul presidencial um homem novo, um paraense a quem a posteridade fará justiça e renderá cultos, porque tem sabido respeitar a religião de todas as crencas politicosociaes.

Pois bem; hoje que Lauro Sodré, para honrar-nos com sua visita, abandona suas communidades, é justo que nós corramos ao seu encontro, dando-lhe assim uma prova do nosso reconhecimento.

Convido-vos, pois, cidadãos, em nome do municipio que me collocou á frente dos seus negocios, a que compareçães á recepção, que o dever civico nos manda fazer á primeira autoridade Constitucional do nosso Estado.

Cidadãos! Revarentemente vos saúdo o

Intendente Municipal.  
F. DE MOURA PALHA.  
Vigia, 12 de agosto de 1893

### A Cidade da Vigia

13 DE AGOSTO DE 1893.

#### TRIBUNAL DO JURY

—Infandum, regina, jubes renovare dolorem?

—E' preciso. Adstrictos pelos deveres da profissão a falar ao povo a linguagem da consciencia e da verdade, acostumados a cumprir nossas promessas e a dizer as cousas com todas as letras, faltariamos ao nosso programma, se deixassemos tonbar no esquecimento, como no silencio de um tumulo, os ultimos acontecimentos sobre a momentosa questão do jury n'esta comarca.

E essa falta seria tanto mais digna de nota, quando é certo que o «Democrata» de 4 do corrente, dando noticias da Vigia, continha, n'este ponto, a calar a verdade e a adulterar os factos.

Pascal disse: «Nada é tão brutal como um facto.» E é real.

A transferencia do tribunal do jury da casa publica para o consistorio da igreja, effectuada a 28 do mez findo pelo dr. juiz de direito da comarca, a declaração da insubsistencia do sorteio feito a 3 de julho pelo dr. juiz de direito interino, a nova missa em scena do acto nullo de 30 de maio, são factos que corroborão o que já hemos dito; mas d'esta vez tratando plenamente, brutalmente, na phrase expressiva de Pascal, o capricho, a incoherencia e os desmandos d'essa autoridade.

Antes da analyse permitto-nos os leitores uma pequena digressão, que não sendo de todo estranha ao assumpto, nem absolutamente fóra de proposito, contribuirá para o esclarecimento das nossas asserções.

Um orador notavel, terminando um discurso onde insistia pela concessão de um justo pedido, que lhe era teozamente recusado, proferio estas palavras: «Todos tem a sua mania, e infeliz d'aquelle que não a tem!»

Isto que é uma verdade quanto aos homens, não deixa de ser tambem entre os animaes, desde o leão altivo até a humilde aranha.

Grétry cita em seus «Ensaios sobre a musica» varios exemplos de aranhas melomaniacas que descio sobre o piano logo que elle começava a tocar. Como estes podiamos citar innumerous casos. Mas o que o orador não sabia, o que os naturalistas e eruditos não conseguirão descobrir e nem o proprio Lombroso logrou observar nos seus laborios psychiatricos é que, além das diversas categorias e fórmulas de monomanias por elle estudadas, existe uma nova, ultimamente descoberta, — a mania dos hypocritas. —

Qualquer observador atento já deve ter notado que a mania dos hypocritas é tornarem-se martyres nas questões em que não tem razão, para angariar assim a commiseracão dos pobres de espirito, e a sympathia dos incautos!

E' assim que o noticiarista do «Democrata», sem duvida algum pobre de espirito, julgando o homem de que tratamos, um soffredor, um martyr, diz com certo ar de compaixão:

«Consta que o referido inculpe aqui deve chegar hoje, além de melhor instrigir o velho magistrado, que procura scampir os seus deveres

Coitado! E' um innocente! E' uma victima inoffensiva e imbellé!

Sympathisem os incautos com a causa do pobre martyr!

Oução-nos, porém.

Não é capricho mudar o jury da intendencia para a igreja, quando é sabido que no consistorio da igreja não ha repartimento que possa servir de sala secreta, ao passo que a casa da intendencia offerece todas as comodidades?

Não é incoherencia julgar insubsistente (vale o mesmo que declarar nulla) uma segunda convocação do jury, que por sua vez declarou nulla ou insubsistente a primeira?

Das duas uma: ou o juiz de direito pode declarar nulla uma convocação do jury em que funcionou um vogal incompetente, ou não pode.

Se pode, o acto do dr. juiz de direito interino procedendo a novo sorteio é legal, e curial, porque pelo art. 30 da lei organica da magistratura tem este todas as attribuições do juiz effectivo, estando em pleno exercicio.

No caso contrario, então o juiz de direito não pode tambem considerar nullo o acto do primeiro.

*Ubi est eadem ratio, ibi est eadem dispositio.* E' questão de competencia. Ambos os juizes tem identicas attribuições.

Entretanto, aquelle mesmo que no «Correio Paraense» qualifica de attentado o acto do juiz interino acaba agora de praticar igual attentado! Onde a coherencia?

Se o superior tribunal, segundo decidiu o governo, é o unico competente para conhecer da nulidade ou validade do sorteio, é claro que o dr. Mendes Bastos, apenas juiz de direito, não podia annullar o acto do seu substituto, principalmente quando já tinha sciencia da referida decisão.

O procedimento correcto n'este caso era submeter a questão á deliberação d'aquelle tribunal.

Mas digamos a verdade toda.

Se o tribunal superior é o unico competente (o que duvidamos) para interpretar a doutrina do aviso de 20 de outubro de 1859 e applical-a aos casos occorrentes, não é entretanto, nem juiz, algum para julgar nulla a convocação de 3 de julho, porque foi feita de accordo com a lei, e a lei está acima de todos os juizes e tribunales.

O que deu motivo á uma nova convocação e a um novo sorteio a 3 de julho não foi simplesmente, unicamente, exclusivamente o facto do juiz considerar nulla a convocação de 30 de maio, foi ainda e principalmente o facto de não ter o dr. procurador geral, a quem o governo pediu parecer sobre a consulta, respondido-a durante um mez.

O juiz interino, portanto, estava entre as pontas d'este dilemma: Ou ratificava um acto que considerava nullo e reunia o jury, ou não reunia o emquanto não viesse a resposta á consulta que dirigio ao governo. Mas, dada a hypothese de nunca mais vir a resposta, seria justo que tambem não houvesse mais jury?

Não é não. E quem responde não somos nós. Dito o art. 3.<sup>o</sup> do decreto n.<sup>o</sup> 4881 de 2 de janeiro de 1872 quando procedia que se por qualquer motivo insuperavel, que será logo participado ao governo, não pudér reunir-se o jury no tempo marcado, deve-se reunir o no mez seguinte, contanto que esteja dentro do periodo da sessão, que é de 3 meses para as comarcas do interior.

Desde que a resposta do governo não chegou em tempo, deixou o juiz de reunir o jury, por esse motivo insuperavel, que foi logo participado ao governo, não pudér reunir-se o jury no tempo marcado, deve-se reunir o no mez seguinte.

A vista d'isto, digão os senatos se não é demandado fazer se vigorar um acto nullo, como é a convocação de 30 de maio, sobre as ruinas do sorteio legal de 3 de julho, declarado insubsistente, e se não é hypocrisia tirar-se o jury da casa particular onde funcionava e transferil-o para a igreja, afim de enganar aos tolos que se está cumprindo o art. 334 do cod. do proc.!

A responsabilidade dos empregados publicos é em nosso paiz uma palavra óca, vã, uma chinera. O máo vesço de injuriar as autoridades, em vez de examinar os seus actos e critical-os, assumio entre nós, no Brazil inteiro, as proporções de um principio e a força de um dogma, quando não seja de uma lei natural de degenerescencia das raças.

Denunciar uma autoridade, provar pela imprensa ou a tribuna os seus desvios e arbitrios, os seus caprichos e desmandos, é tornar-se ridículo na opinião publica, sempre inconstante, sempre fallaz.

Ninguém acredita.

Injurial-a, porém, taxal-a de incontinente e desregrada,

Uma das mudanças mais foi a inclusão da frase "Publica-se aos domingos". Essa ênfase pode indicar a importância dada ao domingo como o dia escolhido para a circulação do jornal. É interessante notar que o domingo era tradicionalmente associado a atividades religiosas e sociais, e os jornais analisados neste trabalho demonstravam a dinâmica cultural da época, escolhendo o domingo como um dia propício para alcançar o público.

A frase "TERCEIRA ÉPOCA" também é uma adição significativa, destacando o terceiro ano de circulação do jornal, uma estratégia discursiva que enfatizava a continuidade e a estabilidade do periódico. Ao pontuar que estavam na terceira época, os editores do jornal indicavam que o periódico mantinha sua presença e relevância ao longo do tempo.

A análise da edição do *Cidade da Vigia* do terceiro ano, 1892, revela mudanças significativas em relação à estrutura e ao conteúdo do jornal. A coluna inicial que anteriormente apresentava a comissão do partido foi removida. O jornal mantém o trecho "Órgão do Partido Republicano" em destaque no alto da página.

O cargo de redator continuou sendo ocupado por Francisco de Moura Palha, embora agora ele fosse identificado como senador. Além disso, a direção da oficina foi atribuída a Raymundo Cabral, marcando uma nova figura responsável pelo aspecto técnico do jornal, não sendo mais citado Abraão F. de Athayde.

Aparentemente, no terceiro ano do periódico, houve uma substituição da seção "Gazetinha" pela seção "Noticiário". A nova seção seguia o estilo da anterior, apresentando pequenas notas que eram separadas por linhas simples, indicando um novo trecho de texto.

Além disso, a seção "A Pedido", que anteriormente aparecia como uma espécie de subseção de "Annúncios", passou a ganhar mais destaque como uma seção independente, semelhante às outras seções do jornal. Essas mudanças na estrutura do jornal refletem uma adaptação às necessidades e preferências dos leitores, bem como às dinâmicas editoriais da época.

Quanto aos "Annúncios", embora ainda estejam presentes, eles adotam uma abordagem mais sóbria, com menos imagens e tipografias variadas. No entanto, como só temos acesso a uma edição do terceiro ano, não podemos afirmar se essa mudança na sobriedade dos anúncios foi uma característica permanente ou apenas dessa edição.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão concentrou-se na análise da memória e história da expansão da imprensa na região amazônica durante a segunda metade do século XIX, com um enfoque especial na cidade de Vigia, localizada no nordeste do estado do Pará. Vigia foi selecionada como o objeto de estudo devido ao seu status pioneiro no Pará, sendo a primeira localidade fora da capital, Belém, a contar com a circulação de um jornal impresso, *o Vigiense*, em 1852. Esse marco histórico sinaliza o início da imprensa em cidades distantes do centro da capital, representando um momento significativo na história da comunicação na região.

Com essa perspectiva em mente, empreendemos uma busca nos acervos da Biblioteca Arthur Vianna em Belém, na Coleção Vicente Salles do Museu da UFPA (MUFPA), na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil) e na Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto" em Vigia. Durante essa pesquisa, identificamos edições de três jornais do período compreendido entre 1852 e 1900. Estes jornais incluem 45 exemplares de *O Liberal da Vigia*, 39 exemplares de *O Espelho* e 2 exemplares de *Cidade da Vigia*.

Esses periódicos desempenham o papel central como os objetos empíricos desta pesquisa, fornecendo observações preliminares que foram essenciais para a formulação da seguinte pergunta de pesquisa: Como os periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* foram espaços de circulação de relações de poder vigentes na cidade de Vigia, na segunda metade do século XIX, por meio das estratégias discursivas em suas apresentações ao público leitor?

Defendemos a tese de que, na segunda metade do século XIX, os jornais da cidade de Vigia promoveram estratégias discursivas relacionadas às relações de poder, visando fortalecer a implementação e a manutenção da imprensa na cidade. Além disso, esses periódicos também buscaram propor sentidos a respeito de questões partidárias e sociais na localidade.

Para começar a responder à pergunta de pesquisa, alguns pontos centrais do debate explorados ao longo desta tese foram a memória, o discurso e as relações de poder. Estes elementos foram interligados e colocados em diálogo com os processos comunicacionais, apresentando-os de maneira integrada e em constante correlação.

A memória assume sua configuração a partir de um processo de diálogo com os sujeitos históricos. Em outras palavras, a memória individual é moldada pela memória coletiva da sociedade, possibilitando a formação de laços de pertencimento e identificação nos grupos

sociais. Portanto, a memória tem uma natureza intersubjetiva, pois é no contato com os outros que ela adquire significado.

Essa característica da memória pode ser compreendida como processos comunicacionais que ocorrem nas interações entre os sujeitos. Importante notar que esses processos não se limitam ao momento de sua produção, pois, à medida que a escrita se desenvolve e se materializa em documentos e monumentos, os atos comunicativos superam as barreiras do tempo e do espaço, alcançando as mentes dos sujeitos históricos que vivem em diferentes épocas, e que podem estabelecer um diálogo. É precisamente essa dinâmica que serviu como base para o presente estudo, no qual buscamos questionar, a partir do contexto atual, as memórias que nos chegam por meio dos jornais que circularam no século XIX na cidade de Vigia.

A memória coletiva pode ser compreendida como uma rede com nós distribuídos em diferentes momentos temporais, todos interligados a outros períodos e realidades, contribuindo para a construção de uma coesão social. É por esse motivo que a memória coletiva desempenha um papel tão fundamental nas perspectivas políticas de dominação. Controlar a memória implica controlar a identidade de um grupo social e estabelecer uma narrativa sobre o passado que nem sempre reflete as diversas experiências que estão em jogo. Nesse contexto, é possível identificar as chamadas "memórias marginalizadas" e "memórias subterrâneas", que representam experiências alternativas que enriquecem a compreensão de uma história mais contextualizada e diversificada.

Portanto, é importante destacar que provocar o acionamento dessas memórias é uma tarefa intrinsecamente delicada, que exige uma sensibilidade para as relações de poder presentes no momento da produção e circulação dos discursos. As relações de poder desempenham um papel fundamental na configuração da memória dominante ou hegemônica, bem como das memórias subterrâneas ou marginalizadas. São forças em constante tensão, sempre em resistência uma à outra, buscando oportunidades para emergir novamente na sociedade. Essa dinâmica é complexa e repleta de nuances.

Essas nuances oferecem camadas distintas e propõem interpretações variadas por meio dos discursos. Isso nos leva a pensar em uma rede de memória discursiva, na qual nada é rígido ou estático, mas sim constantemente aberto a sugestões de sentidos e significados. No entanto, essa rede de memória discursiva é moldada pelas relações dos enunciadores com os destinatários, e pelos processos comunicacionais estabelecidos entre esses sujeitos. Além disso, é importante destacar que o próprio meio de comunicação desempenha um papel ativo nesse processo.

Diante dessa dinâmica, a concepção de dispositivos comunicacionais emerge como fundamental. Esses dispositivos visam, por meio de tentativas e erros, oferecer significados aos destinatários. Essas tentativas podem ser compreendidas como estratégias discursivas que, embora possam não ser sempre eficazes, operam no âmbito da proposição. Elas elaboram sentidos de maneira verbal ou não-verbal, os quais podem ser percebidos nos atos enunciativos.

Os atos enunciativos estão intimamente entrelaçados com contextos específicos, uma vez que o discurso é moldado por um momento histórico singular, sendo único em sua produção, e é elaborado por sujeitos históricos que interagem com os eventos discursivos em andamento.

Nesse sentido, nosso estudo enfatiza a formação do território da Província do Grão-Pará, contextualizando as relações de poder em disputa nas propostas de políticas administrativas que se delinearam ao longo da trajetória desse espaço geográfico. Além das riquezas naturais, esse território apresenta uma identidade própria, notadamente no século XIX, quando eventos como a Cabanagem abalaram a estrutura social vigente e destacaram o protagonismo de diversas localidades afastadas dos centros urbanos em prol da união de experiências e realidades singulares.

Esse contexto impulsionou, em certa medida, a necessidade dessas localidades de se expressarem, de demarcarem suas vozes, recorrendo à produção de jornais impressos como meio de se envolverem nas dinâmicas sociais em curso. Isso se dava em especial dentro de uma cultura oitocentista que via na imprensa um símbolo de modernidade.

Entretanto, é importante ressaltar que essa imprensa, embora acessível a todos em teoria, enfrentou desafios significativos devido ao alto índice de analfabetismo na Província do Grão-Pará, inclusive na capital, e ainda mais acentuado nas cidades afastadas. A produção e a circulação desses impressos acabaram por favorecer uma pequena elite letrada que estava em pleno desenvolvimento ao longo do século XIX. Essa elite tinha um projeto de ascensão social e política e utilizava a imprensa como meio para propagar seus ideais e se associar às estruturas de poder da época. Isso fica evidente nos jornais partidários, que buscavam estabelecer um diálogo e se autoafirmar como órgãos oficiais, como foi o caso de *O Liberal da Vigia* e *Cidade da Vigia*.

Nesse ponto, direcionamos nosso olhar para a cidade de Vigia, a fim de compreender seu contexto social, sua formação territorial e sua cultura. Esses aspectos desempenham um papel fundamental na contextualização dos discursos que emergiram nos jornais analisados. Assim como em outras regiões do Brasil, na segunda metade do século XIX, a elite letrada de Vigia

também buscava consolidar sua posição social, apoiando-se em causas relacionadas à educação para promover o letramento e a cultura letrada na comunidade. Foi nesse período que começaram a surgir as Sociedades Literárias e Filantrópicas, que desempenharam um papel crucial nesse processo.

A circulação desse ideário contou, em grande medida, com o apoio dos jornais impressos. No entanto, vale ressaltar que não apenas os jornais progressistas e educacionais, mas também os periódicos religiosos e conservadores estavam imersos nessa dinâmica, tornando *Vigia* um microcosmo do que o Brasil vivenciava após a proclamação da independência. Em um cenário político efervescente, no qual a imprensa se tornava o palco de debates acalorados, uma multiplicidade de ideias estava em circulação por meio dos jornais. Além disso, nesse momento histórico, a opinião pública assumia um papel fundamental, uma vez que não era mais a opinião do rei que predominava, mas sim a opinião pública, que encontrava nos jornais o seu principal veículo de expressão e eco.

Entre os anos de 1852 e 1900, a cidade de *Vigia* teve um total de 23 títulos de periódicos, cada um com abordagens e estruturas variadas, muitos deles ancorados em uma perspectiva literária. Dentre essa ampla gama de títulos, nossa pesquisa conseguiu acessar três deles: *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia*". Em certa medida, esses jornais estavam alinhados politicamente, uma vez que eram editados pela elite letrada local que se identificava com o Partido Liberal, no caso de *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*, e com o Partido Republicano, no caso de *Cidade da Vigia*. Ao analisar os conteúdos desses jornais, observamos que os grupos que lideravam esses periódicos faziam parte da elite letrada da cidade e mantinham um diálogo e uma relação próximos. Mesmo o *Cidade da Vigia* sendo o órgão oficial do Partido Republicano, ele estava sob o comando de Francisco de Moura Palha, que havia sido membro do Partido Liberal de *Vigia* e que desempenhou um papel direto e indireto nos jornais predecessores.

Os jornais analisados eram simples, frequentemente apresentando entre duas e cinco colunas de texto e geralmente consistindo em quatro páginas. A diagramação criativa por meio de tipografias diferentes, orientação dos textos, arabescos, linhas, como outros, era empregada sempre que possível, embora fosse importante considerar que, antes de 1880, os recursos disponíveis para a produção dos jornais eram limitados, uma vez que dependiam do transporte por vapores ou barcos vindos de Belém. No entanto, o jornal *Cidade da Vigia* em 1890, apressou mais recursos visuais.

Em relação ao conteúdo, é interessante observar que ele variava ao longo dos diferentes períodos analisados. Nos casos de *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*, a pauta política dominava,

alinhados ao Partido Liberal. Esses jornais enfatizavam questões relacionadas à educação e ao letramento da cidade, travando embates com a figura do Padre Mâncio Caetano, diretor do jornal *O Vigiense*, que seguia uma linha mais conservadora. É importante destacar que, apesar de não ser aceito pelos partidários dos conservadores, *O Vigiense* também desempenhava um papel relevante na imprensa local, pois as críticas que ele publicava sempre eram motivações e respostas dos periódicos com vertente liberal.

Em relação ao conteúdo do *Cidade da Vigia*, temos que considerar que, devido ao número limitado de edições disponíveis (apenas duas), os textos analisados eram predominantemente de teor sóbrio e administrativo, uma vez que o diretor do jornal era o intendente da cidade, Francisco de Moura Palha. No entanto, mesmo com essa característica mais administrativa, ainda foi possível identificar vestígios de conflitos significativos relacionados à sua posição política. Isso é evidente na medida em que jornais como *A República*, de Belém, frequentemente debatiam a figura de Moura Palha, especialmente com os antigos correligionários do Partido Liberal. Portanto, as posturas políticas estavam sempre presentes nas páginas desses periódicos, mesmo quando o conteúdo era predominantemente administrativo.

Esses elementos nos auxiliam a compreender as estratégias discursivas adotadas por esses periódicos. A partir de sua orientação política, observamos que os jornais *O Liberal da Vigia* e *O Espelho* adotavam uma abordagem mais acalorada em relação aos debates públicos, frequentemente associando discursos políticos e religiosos. Isso se deve, em parte, à história da cidade e à postura desses jornais, que refletiam a relação dos habitantes de Vigia com questões católicas. Essa ligação com a fé católica influenciava os discursos dos jornais, que frequentemente propunham a ideia de civilidade sem ignorar a importância da religião como parte fundamental da identidade do grupo social.

O periódico *O Espelho* adotava uma estratégia discursiva peculiar, alternando textos em prosa com textos em verso. Essa abordagem quebrava a lógica tradicional de leitura e demonstrava uma erudição literária mais pronunciada por parte do jornal. A utilização de versos servia para conferir ao periódico uma postura intelectual, elevando a discussão para o campo das ideias. O próprio jornal afirmava que o debate político deveria ser conduzido com uma métrica estilística que não se rebaixava à mera paixão partidária.

As estratégias discursivas do *Cidade da Vigia* eram notadamente expressas por meio de elementos gráficos, nos quais o jornal se apresentava como um novo componente do regime republicano. Por meio de sua filiação ao Partido e da reputação do seu diretor e da família Moura Palha, o jornal alegava ter a capacidade de trazer "verdades" sobre as ideias e

propostas republicanas. Dessa forma, assumia, na cidade, ou pelo menos tentava, a postura de ser a voz oficial do partido.

A busca por identificar a apresentação dos periódicos, seja por meio dos editoriais ou outras seções, não foi uma tarefa fácil. Isso se deve ao fato de que os propósitos e objetivos dos jornais estavam dispersos por vários elementos das edições, muitas vezes sendo acionados em resposta a críticas feitas por adversários. Esse aspecto demonstra que, como dispositivos comunicacionais, os jornais frequentemente respondiam às críticas de forma a se apresentarem de maneira mais explícita aos seus leitores. Em alguns casos específicos, como o do *O Espelho*, o jornal costumava incluir anedotas e pequenas histórias em que ele próprio era retratado como um personagem. Dessa forma, o jornal se posicionava como um elemento na sociedade que refletia os erros morais de alguns cidadãos, desempenhando o papel de crítico e usando o humor satírico para fazer críticas aos seus adversários e aos cidadãos que ele considerava alvo de suas críticas.

Nesse ponto, é válido retomarmos nossa pergunta de partida: Como os periódicos *O Liberal da Vigia*, *O Espelho* e *Cidade da Vigia* foram espaços de circulação de relações de poder vigentes na cidade de Vigia, na segunda metade do século XIX, por meio das estratégias discursivas em suas apresentações ao público leitor?

Refutamos em partes nossa tese, “na segunda metade do século XIX, os jornais da cidade de Vigia promoveram estratégias discursivas relacionadas às relações de poder, visando fortalecer a implementação e a manutenção da imprensa na cidade. Além disso, esses periódicos também buscaram propor sentidos a respeito de questões partidárias e sociais na localidade”.

Não podemos concluir que houve uma intenção unificada de defender a imprensa como uma instituição integral na cidade. Embora tenha havido casos isolados de defesa da imprensa, essa não era uma marca frequente nos jornais. Podemos argumentar que havia uma inclinação para entender o papel da mídia impressa como um meio de progresso e civilização para aquela sociedade, mas isso não era algo que se manifestava de forma constante.

As estratégias discursivas observadas pareciam estar mais voltadas para a consolidação do poder político, revelando uma dinâmica de poder entre os partidos Liberal e Conservador em busca da supremacia na cidade. Esse mesmo fenômeno ocorreu em certa medida com o Partido Republicano. No caso deste último, a ênfase estava mais na consolidação do Partido e de seus símbolos, com o objetivo de desassociá-lo do histórico monárquico que precedeu a República.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de que esses periódicos sejam cada vez mais conhecidos, estudados e preservados. Isso permitirá que futuras pesquisas avancem em nossa compreensão do período e dos discursos que estavam se desenvolvendo no final do século XIX na cidade de Vigia. Além disso, oferecerá à sociedade em geral um panorama de como as questões religiosas e políticas estavam intimamente ligadas e como emergiam poderes que precisam ser debatidos e reinterpretados. Uma possível postura de política pública poderia ser o investimento na conservação desses meios de comunicação do século XIX, destacando o papel do Estado na preservação da história dos meios de comunicação na Amazônia e no Brasil.

A pesquisa encontrou limitações significativas, principalmente devido à pandemia de Covid-19, que afetou sua condução de duas maneiras principais. Em primeiro lugar, impossibilitou a visita aos acervos para coleta de dados, na etapa inicial dos primeiros anos. Em segundo lugar, afetou a saúde dos envolvidos no trabalho. Devido a essas restrições, as limitações se manifestaram principalmente no levantamento de outros documentos que poderiam ter contribuído para uma compreensão mais aprofundada dos temas abordados.

No entanto, mesmo diante dessas limitações, acreditamos que este trabalho representa um avanço nos estudos sobre a imprensa na Amazônia do século XIX, especialmente nas regiões distantes da capital. Ele desloca o foco para apresentar outras realidades que enriquecem as pesquisas e proporcionam uma visão mais plural e diversificada, prestando atenção às experiências amazônicas dentro do contexto nacional. Isso nos permite assumir uma postura política em que essa região dialoga não apenas com suas próprias memórias, mas também com a memória coletiva da sociedade paraense e brasileira como um todo.

Por fim, acreditamos que este seja apenas o primeiro passo para futuras pesquisas que busquem explorar a história de outros jornais impressos paraenses em cidades como Santarém, Cametá, Óbidos, Bragança, entre outras, que também tiveram experiências com a imprensa no século XIX. Com isso, será possível traçar a trajetória da imprensa no Pará ao longo do século XIX e avançar para o século XX.

## REFERÊNCIAS

- ADMINISTRAÇÃO da Província. **O Liberal do Pará, Belém**; ano 9, n. 98, 02 mai. 1877, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&pagfis=8033>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- ALMANACK **Administrativo do estado do Pará**: indicador para 1904-1905, Belém; 1904, p. 70 (87). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=828831&pesq=&pagfis=87>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ASSMANN, Jan. **Memória comunicativa e memória cultural**. História Oral, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115–128, 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 30 set. 2023.
- AZEVEDO, Pedro Vicente de. **Relatório feito pelo Exmo. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província do GrãoPará, e entregue ao Exmo . Snr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, por ocasião de passar-lhe a administração desta Província no dia 17 de janeiro de 1875**. Belém: Typographia de F.C. Rhossard, 1875.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1969.
- BAHIA, José Péricles Diniz. **Ser baiano na medida do recôncavo**: o jornalismo regional como elemento formador de identidade. 2009.
- BAITELLO, Norval. **Comunicação, mídia e cultura. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 11-16, 1999. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04\\_02.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_02.pdf). Acessado em: 20 ago. 2023.
- BARBOSA, Marialva Carlos. História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos. **Palavra Clave**, v. 22, n. 4, 2019.
- BARBOSA, Marialva Carlos. O presente e o passado como processo comunicacional. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 145-155, 2012.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. INTERCOM/Revista Brasileira de Comunicação. V. 28, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 84-101.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, v. 20, p. 1-15, 2011.

BRAGA, José Luiz. O grau zero da comunicação. In: **E-Compós**. 2015.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CELLARD, André. A Análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Ane; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 295-316.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “**Muita terra... sem comércio**”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, v. 8, n. 12, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, p. 79-114, 2006.

CIDADE da Vigia. **A Republica**, Belém; ano 1, n.15, 06 mar. 1890, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704440&pesq=&pagfis=1599>. Acesso em: 14 ago. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural e extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA-UFPA, 2012. Disponível em: [http://rosepepe.com.br/acquerello/wp-content/uploads/2016/02/Formacao\\_Rural\\_Extravista\\_na\\_Amazonia.pdf](http://rosepepe.com.br/acquerello/wp-content/uploads/2016/02/Formacao_Rural_Extravista_na_Amazonia.pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Le discours communiste adressé aux chrétiens. Langages**, Paris, n. 62, 1981.

D. LEOPOLDINA de M. Palha. **Cidade da Vigia, Vigia**; ano 8, n. 18, 13 ago. 1893, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=820784&pesq=&pagfis=6>. Acesso em: 30 jul. 2021.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

FARIAS, Priscila Lena. **Estudos sobre tipografia: letras, memória gráfica e paisagens tipográficas**. 2016.

FAUSTO NETO, Antônio. Circulação: trajetos conceituais. In: **RIZOMA**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 1-33, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/13004/7731>. Acesso: 10 set. 2023.

- FAUSTONETO, Antônio. A circulação além das bordas. In: FAUSTONETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra(Org.). **Mediatización, sociedade y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 2-15.
- FAUSTONETO, Antônio. O conceito de recepção na obra de Eliseo Verón: 1968-2013. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 25, 2016. Goiânia. Anais...Goiânia: Compós, 2016.
- FIGARO, Roseli. **Comunicação e Análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. **A cidade dos Encantados**: Pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia, Belém: Edufpa, 2008.
- FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. Univ Pontifica Comillas, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** (1970). 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão (1975). 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANÇA, Vera Regina. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- Fundação Biblioteca Nacional. **Catálogo de periódicos**: Cidade da Vigia. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:  
[https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/1114278?guid=1695666000415&returnUrl=%2fsophia\\_web%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1695666000415%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1114278%231114278&i=1](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1114278?guid=1695666000415&returnUrl=%2fsophia_web%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1695666000415%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1114278%231114278&i=1). Acesso em: 25 set. 2023.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Editora Record, 2008.
- GREGOLIN, Maria Rosário Ferreira Vidal. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 155-168.
- GREGOLIN, Maria Rosário Ferreira Vidal. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**. Diálogos & Duelos. 1. ed. São Carlos: Claraluz Editora, 2004. 220 p.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA., 1990.
- HORDECTE, Israel. **Vontade de verdade como exercício de poder**: entre Nietzsche e Foucault. Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, v. 12, n. 33, p. 109-123, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa>. Acessado em: 30 ago. 2021.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JOSÉ Pedro de Moura Palha. **A Republica**, Belém; ano 1, n. 2, 18 fev. 1890 p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704440&pesq=&pagfis=1547>. Acesso em: 14 ago. 2021.

JUNIOR, Norval Baitello. **A era da iconofagia**: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **Para além das fronteiras do Grão-Pará**: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825). Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História, v. 12, n. 20, 2015

MALHEIROS, Rogério Guimarães; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A Província do Grão-Pará em um período de aceleradas transformações (1840-1870). *In: Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 120-144, 2013.

MARK, Harris. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **A tensão constitutiva do catolicismo**: catolicismo popular e controle eclesiástico. Rio de Janeiro, 1987.

MEIRA, Clóvis. A literatura nos séculos XVII, XVIII e XIX. *In: MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr (Orgs.)*. **Introdução à Literatura no Pará**. Belém: CEJUP, 1990.

MOLON, Newton Duarte; VIANNA, Rodolfo. O círculo de Bakhtin e a linguística aplicada. *In: Bakhtiniana*: revista de estudos do discurso, v. 7, p. 142-165, 2012.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Paco Editorial, 2016.

MOURA, Daniella de Almeida. **A república paraense em festa (1890-1911)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. 124 f.

NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEGÓCIOS de Santarém. **O Democrata**, Belém; ano 3, n. 33, 12 fev. 1892, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186171&pagfis=2257>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NOTICIÁRIO. **O Liberal do Pará**, Belém; ano 17, n. 223, 04 out. 1887, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704555&pesq=&pagfis=19472>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PARTIDO Republicano. **A Republica**, Belém; ano 1, n. 13, 04 mar. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704440&pagfis=1590>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PÊCHEUX, Michel. **L'inquiétude du discours. Lecture et Mémoire: Projet de Recherche**. Paris: Éditions Cendres, 1990.

PELO REGISTRO Civil. **Estado do Pará**, Belém; ano 2, n. 381, 26 abr. 1912, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800082&pesq=&pagfis=1531>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PENNA, Ferreira Domingo Soares. **A região ocidental da Província do Pará: Resenha estatísticas das comarcas de Óbidos e Santarém**. Belém: Typ. do Dário de Belém, 1927.

PIMENTA, José. **O Amazonismo Acriano e os povos indígenas: revisitando a história do Acre**. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 7, n. 2, p. 327-353, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos: ou, Historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para', 1821-1835**. S. Luiz do Maranhão, 1865.

REMOND, René. **O século XIX (1815-1914)**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. In: **Tempo, Niterói**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10370>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. In: **Tempo**, v. 11, p. 5-30, 2007.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: Movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES,

Flávio. (org.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento.** Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, [on-line], 2003. Disponível em: <https://goo.gl/yi737j>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos.** Capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem:** esboço do pensamento político-revolucionário no GrãoPará. Belém: CEJUP, 1992.

SANTA BRÍGIDA, Jessé Andrade. **Além da Capital:** os jornais no interior do Pará, um local de memórias. 2015, 98 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação – habilitação em jornalismo) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTA BRÍGIDA, Jessé Andrade; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. No interior do Pará: a imprensa na Vigia do século XIX. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 42., 2019, Belém. Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2019.

SANTOS, Roberg Januário. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 18, e20210099, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LxSg6gZ6QKHXgNdGYVtyjLf/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, v. 2, 2002.

SARLO, Beatriz. “**Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo.** Uma discusión”. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Editora Cultrix, 2008.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; SANTA BRÍGIDA, Jessé Andrade; RODRIGUES JUNIOR, Marlon Galeno. Os Jornais Paraenses e a Região: o Norte em debate na imprensa do século XIX. *In: MUNARO, L. F. (Org.). Terra das Letras Mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais.* Porto Alegre: Editora Fi, 2022. p. 27-50. (v. 1).

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; SANTA BRÍGIDA, Jessé Andrade; SANTOS, Lorena Emanuele da Silva. Panorama da imprensa na microrregião de Cametá-Pará. *In: PINHEIRO, Roseane Arcanjo et al. (Orgs.). Comunicação, jornalismo e memória: estudos regionais.* São Luís: EDUFMA, 2018. p. 132-151.

SEMPRE agressões. A Republica, Belém; ano 1, n. 31, 25 mar. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704440&pagfis=1665>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SOEIRO, Antônio Igo Palheta. **A Sociedade Literária e Beneficente “Cinco De Agosto” da cidade de Vigia (1871-1882)**. 2012. 160 f. Mestrado. (História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SRS. REDATORES d'O Democrata. **O Democrata**, Belém; ano 2, n. 235, 15 dez. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186171&pagfis=2090>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TEDESCO, João Carlos. **Memórias em batalhas: dimensão política da memória**. In: Cadernos do CEOM, ano 25, n. 34, p. 15-44, 2011. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/965>. Acesso em: 12 set. 2021.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: vozes, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,[1971], 1979.